

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

VIVIANE GIROTO GUEDES

**TRAJETÓRIAS JUVENIS: O TRABALHO COMO VALOR, O VALOR
DO TRABALHO**

RIO DE JANEIRO
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

VIVIANE GIROTO GUEDES

TRAJETÓRIAS JUVENIS: O TRABALHO COMO VALOR, O VALOR DO
TRABALHO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Doutor em Psicologia (Área de Concentração: Subjetividade, Cognição e Práticas clínicas).

Orientadora:
Prof^ª. Dr.^a. Lucia Rabello de Castro

RIO DE JANEIRO
2007

Giroto Guedes, Viviane

Trajetórias juvenis: o trabalho como valor, o valor do trabalho / Viviane Giroto Guedes. Rio de Janeiro, 2007. 268 f.

Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Psicologia, 2007.

Orientadora: Lucia Rabello de Castro.

1. Juventude. 2. Trabalho. 3. Valor. 4. Precariedade. 5. Políticas Públicas de Inserção – Teses. I. Castro, Lucia Rabello (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

VIVIANE GIROTO GUEDES

TRAJETÓRIAS JUVENIS: O TRABALHO COMO VALOR, O VALOR DO
TRABALHO

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2007

Prof^a. Dr^a. Lucia Rabello de Castro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Jane Correa
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Francisco Portugal
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Teresa Cristina Carreteiro
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Vanessa Andrade de Barros
Universidade Federal de Minas Gerais

À Gabriela e Pedro

AGRADECIMENTOS

À Prof^a. Dr^a. Lucia Rabello de Castro que percorreu comigo, como minha orientadora, essa longa trajetória de formação. Posso dizer com afeto que pudemos construir uma relação forte capaz de resistir às adversidades do tempo, das diferenças, da distância e das circunstâncias.

Ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde pude conviver em um ambiente acadêmico, desenvolvendo tanto a minha formação quanto laços afetivos importantes, dispondo de um suporte referencial norteador para minha vida de um modo geral.

Ao meu analista, Prof. Dr. Alfredo Menotti Colucci, pelo suporte emocional e efetivo, que me ajudou a me manter integrada e confiante mesmo atravessando a ponte Rio – Marília; facilitando não só a minha travessia, como disponibilizando a sua atenção e sua capacidade intelectual para que a troca de idéias sobre o tema dessa tese pudesse se estabelecer de forma prazerosa e enriquecedora.

À minha família, como é bom tê-los próximos depois de tanto tempo, almoço de domingo, discussões, preocupações, mas principalmente alegria e respeito pelas nossas diferenças. Mãe guerreira e linda, Pai (te vejo ao lado do Outro no céu), Ju, irmão querido, duvido que alguém possa ter um irmão melhor que o meu, Nê, irmã de sangue, de signo e de fé, caçulinha competente e exuberante e uma tia amada dos meus filhos e sobrinhos, Lê e Luma, filhas da Simone minha cunhada e companheira. Amo vocês.

À Silvana Verza Garbelini, minha amiga de primário, que possibilitou, como Assistente Técnica Responsável pela Coordenação das Unidades da Casa do Pequeno Cidadão, o acesso à Secretaria do Bem-Estar Social da cidade de Marília que concedeu a autorização para a realização dos Grupos de Discussão com os jovens.

Aos meus alunos da UNESP, David Vinicius Gomes Lira e Paulo Eduardo De Antonio, que possibilitaram o acesso aos jovens participantes das Entrevistas Biográficas; as histórias singulares de cada um desses jovens formaram um conjunto diversificado de realidades únicas.

Ao Prof. Dr. Eugéne Enriquez pelo convite e pelo aceite para que eu pudesse realizar parte dessa tese no Laboratoire de Changement Social - Université Paris 7. O convite foi uma honra e um grande incentivo, e embora não tenha sido possível realizá-lo lá, pôde ser transformado em uma troca real e constitutiva dessa tese.

Ao NIPIAC - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas da UFRJ, pelo embasamento técnico-científico durante a minha formação, e pela relação saudável, produtiva e afetiva com minhas colegas de pesquisa: Amana Matos, Elaine Juncken e Renata de Paula Monteiro, “uso” o nome de vocês para representar todo o nosso grupo.

À CAPES pelo suporte financeiro através da concessão de uma bolsa de doutorado.

À amiga carioca Ana Paula Pacheco que se manteve presente me acolhendo em sua casa mensalmente, trocando o melhor que podíamos no tempo corrido que dispúnhamos.

Às amigas marilienses que me acolheram de volta às minhas raízes, mantendo intacto o carinho, a intimidade, a compreensão; enfim, Tininha, Tei, Vá, Cláudia, Yara, Lina, o tempo foi nosso aliado, ampliando nossos afetos e nos mostrando o valor da amizade.

Aos jovens, sujeitos dessa pesquisa, pela disponibilidade em participar desse trabalho; levo comigo seus ensinamentos, em especial a luta para manter seus sonhos acordados e para realizar seus desejos de percorrer trajetórias mais seguras e dignificantes.

GIROTO GUEDES, Viviane. Trajetórias juvenis: o trabalho como valor, o valor do trabalho. Rio de Janeiro 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia. Pós-Graduação em Psicologia, Rio de Janeiro, 2007.

RESUMO

A presente tese analisa o impacto das novas formas de estruturação produtiva na atual conjuntura do trabalho de jovens pobres, integrando, tanto uma discussão sobre o desafio contemporâneo do não-trabalho, como seus efeitos para esses sujeitos. Foram discutidas as exigências de uma mão de obra hiperqualificada decorrente dos avanços tecnológicos, especialmente nas duas últimas décadas, o que restringiu, significativamente, as oportunidades de inserção para os jovens pobres no Brasil, que em função da baixa e deficitária qualificação de que dispõem, correm o risco de se tornarem involuntariamente desnecessários e descartados do processo produtivo. Por meio de uma investigação empírica envolvendo Grupos de Discussão e Entrevistas Biográficas com jovens que vivem a situação de pobreza e de desigualdade social na cidade de Marília, interior do estado de São Paulo, foi discutido o significado que os jovens manifestaram em relação ao trabalho, quando se evidenciou uma dupla e contraditória mensagem: o valor atribuído ao trabalho é, ao mesmo tempo, grande como expectativa, e distante como realidade (realidade utópica). As expectativas em tornar a realidade do trabalho menos utópica, através de um ensino público de qualidade e cursos profissionalizantes, são enfatizadas, de modo que se possa contar com um diferencial efetivo para atender suas demandas de inserção que se encontram estagnadas, corroendo as esperanças de participação no processo produtivo, e alimentando o medo de ficarem indefinidamente invisíveis dentro desse processo. Os jovens manifestaram, ainda, a carência de espaços onde eles possam se expressar e compartilhar suas dificuldades, bem como contar com suportes sociais, que possam auxiliá-los a ressignificar suas trajetórias adversas no atual universo do trabalho.

Palavras-chave: Juventude. Trabalho. Valor. Precariedade. Políticas Públicas de Inserção.

GIROTO GUEDES, Viviane. Trajetórias juvenis: o trabalho como valor, o valor do trabalho. Rio de Janeiro 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia. Pós-Graduação em Psicologia, Rio de Janeiro, 2007.

ABSTRACT

The present doctoral thesis analyses the impact of the new manner of the productive framework in the contemporary conjuncture of the poor young people work, integrating the discussion about the contemporary challenge of the lack of the work and the effects for those subjects. It has been discussed the requirements of the hyper qualified manpower that comes from the technological advances, especially in the last two decades; this has significantly restricted the opportunities of inserting poor young people in Brazil, because of the low and deficit qualification that they dispose, they run the risk of becoming involuntarily not necessary and discarded of the productive process. Through an empiric investigation involving “Discussion Groups” and “Biographic Interviews” with young people that live the situation of poorness and of the social inequality of Marília, a city pertaining of the state of Sao Paulo, Brazil; it has been discussed the meaning that young people revealed in relation to the work. This situation evidenced a double and contradictory message: the attributive value of the work is in the same time great as expectancy and distant as reality (utopian reality). The expectancies in transforming the reality of the work less utopian, through a quality public education and professionalizing courses, are emphasized in a manner that they can count on an effective differential to answer their demand of inserting, which has been stagnated, corroding the expectations of participating in the productive process and increasing the fear of being indefinitely invisible within this process. The young people reveal, thus, the lack of spaces where they can express and share their difficulties, as well to count on social supports, which can assist them in the process of giving a new meaning to their contradictory trajectories in the present work universe.

Keywords: Youth. Work. Value. Precariousness. Public Policies of Inserting.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - O DESAFIO CONTEMPORÂNEO DO NÃO-TRABALHO	18
1.1 O TRABALHO E AS NOVAS FORMAS DE ESTRUTURAÇÃO PRODUTIVAS	18
1.2 O TRABALHO COMO VALOR E O VALOR DO TRABALHO	32
1.3 O LUGAR SUBJETIVO DO TRABALHO	45
CAPÍTULO 2 - JUVENTUDE E TRABALHO	57
2.1 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E JUVENTUDE	59
2.2 JUVENTUDE POBRE E TRABALHO: DESIGUALDADE SOCIAL E SEGREGAÇÃO ESCOLAR	75
2.3 O PRINCÍPIO REPARADOR DAS POLÍTICAS DE INSERÇÃO	96
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE EMPÍRICA	117
3.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	117
3.2 ANÁLISE DAS NARRATIVAS GERADAS NOS GRUPOS DE DISCUSSÃO	121
3.2.1 DISCRIMINAÇÃO SOCIAL	122
3.2.2 VIOLÊNCIA	130
3.2.3 ESCOLA	136
3.2.4 DEGRADAÇÃO INTERIORIZADA	142
3.3 ANÁLISE DOS DADOS DAS ENTREVISTAS BIOGRÁFICAS	149
3.3.1 BRUNO	149

3.3.1.1 BRUNO E SUA FAMÍLIA: UMA RELAÇÃO CENTRADA NO ASPECTO DIGNIFICANTE DO TRABALHO	152
3.3.1.2 BRUNO E A ESCOLA: UMA DESISTÊNCIA COM CONFLITO	157
3.3.1.3 BRUNO E O TRABALHO: ENTRE SER "CALANGO" E TRABALHADOR COM CARTEIRA ASSINADA	163
3.3.2 LEONARDO	169
3.3.2.1 LEONARDO E SUA FAMÍLIA: CRENÇA NA ASCENSÃO SOCIAL PELA VIA ESCOLAR	172
3.3.2.2 LEONARDO E SEU RÓTULO DE "CDF": UM ESTIGMA CONSENTIDO	176
3.3.2.3 LEONARDO E O VALOR DO TRABALHO COMO REALIZAÇÃO PESSOAL ..	183
3.3.3 ISABELLA	191
3.3.3.1 ISABELLA E SUA MãE: SUBMISSÃO E PROXIMIDADE	194
3.3.3.2 ISABELLA E A ESCOLA: VALORIZAÇÃO DOS RELACIONAMENTOS SOCIAIS	199
3.3.3.3 ISABELLA E O TRABALHO: SER MODELO, SONHO OU PROFISSÃO?	203
3.3.4 NATALI	210
3.3.4.1 NATALI COMO MãE: TRABALHO MATERNO E GêNERO FEMININO	214
3.3.4.2 NATALI E SUA FAMÍLIA: O "PESO" DE UMA REALIDADE ADVERSA	217
3.3.4.3 NATALI E A ESCOLA: REALIDADE DISTANTE E IDEALIZADA	227
3.3.4.4 NATALI: DESEJO DE TRABALHO VS. DEGRADAÇÃO INTERIORIZADA	231
CONCLUSÃO	239
REFERÊNCIAS	256

INTRODUÇÃO

Este trabalho buscou compreender a realidade dos jovens pobres urbanos, filhos da classe trabalhadora, que convivem em seu cotidiano com a falta de trabalho e o trabalho precário, deles e de seus pais. Para tanto, foi desenvolvida uma investigação teórica e empírica sobre os sentidos que esses jovens dão ao trabalho, focalizando seus múltiplos significados.¹

A falta e a precarização do trabalho são apontados, no campo teórico, como os principais desafios enfrentados por jovens pobres na atualidade; observando-se, portanto, a interferência do seu contexto de vida na forma como eles pensam a sua relação com o trabalho.

A baixa qualificação do jovem pobre não corresponde ao ideal de trabalho proposto pelo novo capitalismo, como a flexibilização, a competitividade, a pluralidade de funções, o imediatismo e todas as demais características que configuram o modelo atual de trabalho. Diante desse contexto, surgem algumas questões, pois se os jovens aqui retratados são desprovidos de suportes sociais, educacionais e, em muitos casos, familiares, como poderão ser considerados na disputa e na conquista de um trabalho hoje? O que pode ser um princípio norteador para o jovem pobre que busca ocupar seu lugar de trabalhador?

Para tentar encontrar respostas para essas questões, o primeiro capítulo “O Desafio Contemporâneo do Não-Trabalho” buscou estabelecer uma articulação e uma discussão sobre o trabalho e as novas formas de estruturação produtivas, como a flexibilização e a desregulamentação do trabalho. Esse modelo informal foi, progressivamente, ocupando um

¹ Cabe esclarecer que os “pobres” a que este trabalho se refere são aos indivíduos privados tanto dos bens e serviços essenciais ao desenvolvimento humano quanto da plena participação nas trocas e interação sociais (FIGUEIREDO, 2003). Da mesma forma, a “classe trabalhadora” se refere aos indivíduos provenientes da classe social que “vive da venda da sua força de trabalho” (ANTUNES, 2004). Notifica-se, ainda, que a citação FIGUEIREDO, 2003, refere-se à autora dessa tese, cujo nome foi modificado para GIROTO GUEDES, Viviane.

espaço cada vez maior e responde hoje por grande parte das novas contratações, marcadas pela ausência de regulação trabalhista, pelo aumento das jornadas de trabalho e pela degradação de suas condições.

Essas características vêm acompanhadas pela exigência de uma mão-de-obra hiperqualificada, com capacidade para interagir com avanços tecnológicos e informacionais nas relações de trabalho que, em linhas gerais, seguem a tendência de acompanhar as variáveis econômicas do mundo globalizado, mas que, por outro lado, respondem pela exclusão de uma grande parcela de pessoas que, involuntariamente, torna-se desnecessária e descartada do processo produtivo.

No tópico “O trabalho como valor e o valor do trabalho”, foram discutidas as implicações desse novo modelo, o qual concentra seu reconhecimento na ação individual daquele que consegue apresentar o melhor resultado, assim, o trabalhador deve ter mobilidade e ser flexível o suficiente para se adaptar rapidamente às mudanças, para estar apto para agir prontamente diante de um problema ou demanda externa e para dispor de recursos internos para lidar com as angústias e tensões psíquicas desencadeadas pela ameaça da perda do trabalho.

O lugar subjetivo do trabalho na sociedade contemporânea comporta um julgamento moral: “a pior coisa que podemos dizer de uma pessoa é que ela não é eficiente em seu trabalho”; esse cuidado com a imagem profissional é muito grande porque irá penetrar o campo individual, justamente por ela estar hoje fortemente relacionada ou subordinada à imagem do próprio indivíduo (HUGHES,1996).

Assim, a concepção de trabalho está intrinsecamente atrelada à pessoa. Ele (o trabalho) é hoje, provavelmente, o principal responsável para se atribuir valor a uma pessoa; é como se o sujeito trabalhador pudesse se utilizar dessa condição como um passaporte que lhe garante o status de confiabilidade social e preservação da identidade pessoal.

Por outro lado, aquele que não possui essa inscrição, que não está inserido no mercado de trabalho ou que já tenha acumulado uma trajetória de insucesso nessa área, carrega consigo o sentimento de vergonha pela implícita desqualificação pessoal que a ausência da condição de trabalhador lhe confere, ampliando o seu processo de desfiliação, e fragilizando de forma progressiva a sua própria imagem pessoal.

O segundo capítulo, “Juventude e Trabalho”, destaca que os jovens são especialmente afetados pela crise do trabalho assim como ela se apresenta, ou seja, o não-trabalho e o trabalho precário. Os jovens pobres vivem essa crise de forma mais contundente pela dificuldade de encontrarem referências individuais (falta de experiência), familiares (falta de suportes materiais e/ou culturais e emocionais) e sociais (falta de recursos básicos de formação e proteção).

Nesse contexto, a pobreza dos jovens se reflete em suas relações com o trabalho, desencadeando “processos de individualização do trabalho, superexploração dos trabalhadores, exclusão social e uma integração perversa” relativos às atividades produtivas que sobram aos jovens desqualificados, como a participação no tráfico, contrabando, prostituição, jogos, etc (GUARESCHI, 2001, p. 149).

O valor do trabalho para o pobre parece aumentar, sobretudo, pela possibilidade que ele oferece à pessoa de se afirmar como sujeito de forma positivizada frente ao olhar dos outros, assim, à “diferença dos demais jovens, os pobres têm no trabalho uma de suas poucas possibilidades, legitimadas socialmente de garantir a existência – sobrevivência material, reconhecimento social e realização pessoal” (QUIROGA, 2002).

Entretanto, a distinção que o ensino estabelece entre as diferentes classes sociais, como descrito no tópico “Desigualdade social e segregação escolar”, é perturbadora e confunde o jovem pobre, especialmente, porque ele acredita que a sua passagem pela escola é fundamental para que ele possa vir a ser “alguém na vida”. Seu esforço em realizar essa

passagem pela escola, contudo, não corresponde e nem consegue alargar as oportunidades de trabalho. Essa realidade reforça e legitima a desigualdade das condições e possibilidades que jovens de classe social distintas possuem para conquistar um espaço profissional.

Dessa forma, ganha destaque a questão das políticas públicas para a juventude. Essas políticas são, no Brasil, predominantemente de qualificação profissional e visam a suprir esses déficits sociais e educacionais a fim de facilitar a geração de renda para a juventude pobre. Entretanto, essas soluções paliativas não possuem mecanismos de controle suficientes para conter os riscos de exclusão.

Outro ponto destacado é que nas políticas de inserção foi constatada a resistência de seus formuladores em estabelecer uma conexão com o público-alvo. A consequência do distanciamento entre os formuladores e os beneficiários dessas políticas é a inadequação desses projetos e ações para os jovens assistidos.

Ao se manterem sem visibilidade e sem participação para retratar suas reais necessidades, esses jovens não podem compartilhar das decisões e dos caminhos a serem percorridos para se chegar à solução dos problemas vividos por eles em seus cotidianos. Assim, o tópico “Princípio reparador das políticas de inserção” apresenta a concepção de diferentes autores que se dedicam a pensar sobre as possibilidades atuais para tornar essas políticas mais eficazes.

Em meados da década de 90, comecei a estabelecer um contato mais próximo com a realidade dos jovens pobres, quando participei pela primeira vez, na execução de um programa de Governo do Estado do Rio de Janeiro, chamado Vida Nova, destinado a capacitar jovens para se engajar em propostas de lideranças comunitárias. A partir dessa primeira experiência, passei a participar, a partir de 1999, como assessora técnica para assuntos da infância e adolescência no Governo do Estado do Rio de Janeiro, realizando a função de selecionar e adequar as propostas dos projetos apresentados para esse segmento.

Com base nessas experiências, decidi aprofundar meus conhecimentos sobre essa temática quando comecei o mestrado em psicologia na UFRJ, apresentando um projeto de pesquisa que tratava a temática da juventude pobre.

A proposta do referido projeto de pesquisa de mestrado culminou no convite para desenvolvê-lo, de forma adaptada, como programa de governo. Assim, o Programa Jovem Total resultou de uma parceria entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a UFRJ no ano de 2002. Para executá-lo, assumi, junto ao governo, os cargos de Subsecretária de Estado de Desenvolvimento Comunitário e de Coordenadora Geral desse programa.

A proposição desse programa de governo consistiu em levar a 48 comunidades pobres oficinas de iniciação profissional e criar um espaço para o trabalho de pesquisa-intervenção junto aos jovens participantes através de Grupos de Reflexão², esses ficaram a cargo do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas – NIPIAC – Instituto de Psicologia da UFRJ.

Essas experiências ajudaram-me a conhecer e acompanhar o modo de vida dos jovens pobres na cidade do Rio de Janeiro dentro de seus espaços comunitários, as associações de moradores, algumas famílias, os códigos e normas de funcionamento, ditados pelo poder paralelo do tráfico de drogas; além de permitir um maior conhecimento sobre as dificuldades que esses jovens enfrentam para estudar e conseguir alguma forma de inserção profissional.

A presente pesquisa-intervenção desta tese de doutorado segue essa trajetória de investigação, mantendo o público-alvo, jovens pobres incluídos na temática do trabalho, porém no contexto de uma cidade de médio porte, Marília, interior de São Paulo.

² Os “Grupos de Reflexão” tiveram como objetivo principal incluir os jovens beneficiados por esse projeto como atores principais, sujeitos singulares, dotados de desejos e de possibilidades próprias e que poderiam, portanto, contribuir para identificar e compartilhar suas necessidades, e participar na construção das possíveis formas de superá-las.

O município de Marília possui atualmente 215.200 habitantes; a cidade nasceu em 1929 desenvolvendo a cultura do café, amendoim e algodão; posteriormente, na década de 40, a partir de 1945, iniciou a sua industrialização de alimentos. Desde o início da década de 90 aos dias atuais, teve um crescimento recorde entre todos os municípios paulistas, da ordem de 72%, no número de empresas do setor alimentício, o que lhe rendeu o título de “Capital Nacional do Alimento”, com uma produção de 360 mil toneladas por ano e empregando 10.488 pessoas nesse setor³.

As reflexões dessa tese de doutorado buscaram integrar o aprofundamento científico à investigação do significado do trabalho junto aos jovens pobres através da pesquisa de campo, que foi desenvolvida em duas etapas e com procedimentos distintos. A primeira parte da pesquisa foi realizada em uma instituição municipal, Casa do Pequeno Cidadão, que desenvolve um trabalho com jovens pobres na cidade de Marília, visando a facilitar o acesso e à conquista do primeiro emprego através de cursos de iniciação profissional.

A proposta por mim apresentada à referida instituição consistiu na formação de Grupos de Discussão com alguns desses jovens, visando à formação de um espaço onde eles pudessem discutir e compartilhar suas realidades e modos de vida próprios e o significado que atribuem ao trabalho.

Essa proposta buscou favorecer uma aproximação maior entre os jovens participantes, com idades entre 14 e 18 anos, a fim de que eles pudessem, no decorrer de dois meses e meio, compartilhar idéias e proposições em torno de suas próprias necessidades e aspirações, envolvendo a temática do emprego e do universo do trabalho.

Durante os encontros e as reflexões que surgiram a partir dos Grupos de Discussão, os jovens construíram as suas trajetórias coletivas dentro de um contexto institucionalizado de

³ Dados do Anuário das Indústrias e Produtos Alimentícios de Marília e região; Fonte e Comunicações e Editora Ltda. São Paulo, 2006.

inserção profissional, discutindo sobre as situações que dificultam a conquista do trabalho, e apontando algumas possibilidades que poderiam ajudar a tornar essa realidade menos utópica.

A segunda parte da pesquisa consistiu na realização de Entrevistas Biográficas narradas individualmente por quatro jovens, entre 14 e 17 anos, que vivem a situação de desvantagem social. A análise aqui seguiu a trajetória da narrativa histórica e singular sobre o significado do trabalho para cada um desses jovens.

As Entrevistas Biográficas e os Grupos de Discussão buscaram compreender os múltiplos significados que essa determinada parcela juvenil atribui ao trabalho, levando em conta, pelo menos em parte, seus valores individuais, sociais, históricos e, conseqüentemente, suas culturas.

As propostas de ir ao encontro dos jovens para investigar como eles pensam essas questões visam a possibilitar que os sujeitos pesquisados sejam os porta-vozes de suas próprias necessidades em relação ao trabalho, capazes de construir narrativas históricas e individuais que correspondam às suas realidades, e que eles possam, através dessas reflexões, pensar em novas possibilidades para a superação de seus problemas e dificuldades nessa área, além de, eventualmente, poder contribuir para que essas realidades apresentadas por eles possam vir a ser consideradas como ponto de partida para se pensar e orientar as políticas e ações direcionadas a esse segmento.

CAPÍTULO 1 - O DESAFIO CONTEMPORÂNEO DO NÃO-TRABALHO

1.1 O TRABALHO E AS NOVAS FORMAS DE ESTRUTURAÇÃO PRODUTIVAS

O trabalho assalariado, com carteira assinada e durabilidade do vínculo empregatício para o desenvolvimento de diferentes atividades trabalhistas, foi considerado como um limitador das atividades humanas. “As formas rígidas de burocracia e também os males da rotina cega” passaram a ser combatidos e substituídos por um modelo mais flexível, no qual, como dizem os defensores desse sistema, as pessoas teriam mais liberdade para controlar suas vidas e suas forças de trabalho (SENNETT, 2005, p. 9).

O trabalho assalariado como limitador do potencial humano segue uma perspectiva histórica cujo teor é descrito por Lima (2002, p. 17):

Durante o século XIX e até as primeiras décadas do século XX, o trabalho assalariado era considerado como nova forma de escravidão, como demonstravam os trabalhos de Marx sobre a proletarização decorrente da chamada acumulação primitiva de capital: a expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção, a privatização da terra, a expulsão de trabalhadores para a cidade, a venda da força de trabalho como única saída para a sobrevivência.

Nesse momento histórico, os debates sobre a estrutura da relação salarial debatiam, ainda, sobre a alienação do trabalhador que frente à dissociação existente entre a sua força de trabalho e o processo produtivo permanecia submetido ao trabalho, sem, contudo, apropriar-se do valor de sua própria atividade; assim, “assalariar uma pessoa tinha, cada vez mais, consistido em prender sua disponibilidade e suas competências a longo prazo” (CASTEL, 2003).

A migração dos trabalhadores para os lugares onde havia a necessidade de mão-de-obra vem acompanhada da idéia de fixá-los em seus locais de trabalho a fim de assegurar aos empreendedores a participação ativa, previsível e regular de seus operários. Essa visão do trabalho assalariado como nova forma de escravidão reflete, ainda, a dicotomia existente entre os gestores do capital, que podem exercer o controle do processo produtivo, e os que possuem a força de trabalho, vivem dela e podem vendê-la pela melhor oferta, porém de forma submetida aos ditames do capital.

Entretanto, Marx exalta o trabalho como “liberdade criadora”, indispensável para se conquistar reconhecimento e possuir estima de si, porém a relação social do trabalho assalariado, alienado, impedia a realização e a apropriação desse reconhecimento. A reivindicação pela abolição do trabalho assalariado realizada pelo movimento operário na Europa traduz essa preocupação, como descrito por Kaufmann (2004, p. 50): “as lutas sociais do final do século XIX e da primeira metade do século XX tiraram o assalariado das condições de existência que se traduzem em visões de horrores do proletariado alienado”.

O autor destaca que foi especialmente em razão dessa visão alienada do proletariado que as lutas sociais do movimento operário na Europa reivindicavam a abolição do trabalho assalariado. O que a concepção marxista debateu foi a resistência contra as formas de submissão, a fim de que o trabalhador consciente (não-alienado) pudesse se apropriar do seu trabalho como atividade produtora de valor, podendo, assim, participar na luta para reivindicar e alcançar melhores condições de trabalhos.

A resignificação do trabalho assalariado começou a partir da crise capitalista do “entre guerras” a ter a intervenção do estado, como descrito por Lima (2002, p. 18):

O *new deal* norte-americano e o estado de bem-estar social na Europa Ocidental significaram, entre outras coisas, a intervenção do estado na reprodução da força de trabalho e na sua proteção frente à exploração capitalista, reproduzindo o ideal fordista de produção em massa para

consumo em massa. O trabalhador que produzia o automóvel poderia ser o comprador do automóvel.

A partir daqui, a luta operária passa a apresentar um novo formato, uma vez que o assalariado passou a dispor de diversos mecanismos de proteção social que se tornaram bastante atrativos para os trabalhadores nos países desenvolvidos e que corroborou para a conquista de novos direitos trabalhistas e para o fortalecimento da classe operária.

A conquista desses novos direitos sustentava a tese da preservação dos direitos individuais, que deveriam ser defendidos pelo Estado sem que esse precisasse intervir na vida particular dos indivíduos; ao Estado caberia apenas assegurar a proteção dos direitos conquistados e permitir a livre negociação entre indivíduos autônomos.

Essa concepção liberal inaugurou uma forma de se agir em sociedade, conferindo aos indivíduos autonomia para se articularem entre si nos espaços “livres do mercado de bens e de trabalho”; fundando um sistema social com ênfase na liberdade individual, onde cada um poderia, através de iniciativas individuais, desempenhar seus potenciais rumo ao progresso e à estabilidade da vida econômica e social (auto-regulação).

Essa visão, entretanto, parte da idéia de que a compreensão e a aceitação das normas vigentes possam ser compartilhadas por todos de forma que as divergências individuais também possam ser sustentadas legitimamente por refletirem o desejo do grupo na conquista de seus objetivos. Para Enriquez (1991, p. 253), essa imagem reflete uma concepção “asséptica da realidade social”:

[...] a vida das democracias é cheia de ‘som e fúria’ pelo próprio fato de seus princípios constitutivos: ela não é garantida por nenhuma lei externa e funda-se sobre a possibilidade de uma comunicação harmoniosa (ainda que conflitiva) entre seus membros. Ela repousa, então, sobre a instabilidade humana, fazendo-se acompanhar da necessidade de uma negociação permanente e de duras lutas entre facções antagônicas, cada uma pretendendo falar em nome do povo como um todo, submeter seus parceiros-adversários a seus próprios desejos, mudar as regras do jogo direcionando-as em seu benefício. (ENRIQUEZ, 1991, p. 253)

A visão do autor evidencia o caráter contestador da democracia que ao mesmo tempo em que pressupõe uma aceitação “das regras do jogo” não pode esconder o conflito que essas regras estabelecem no seio de uma sociedade desigual onde a legitimidade não pode ser garantida, simplesmente, por leis que regulam a vida em sociedade, pois nenhum poder é absoluto e suficiente a ponto de comportar satisfações sem o contínuo e inevitável movimento humano de contestação.

Entretanto, a abertura do mercado e a tão difundida globalização do capital são decorrências desse modelo liberal que conseguiu imprimir sua marca no novo contexto do desenvolvimento capitalista e, desta forma, estabeleceu um novo padrão de acumulação, conhecido como “acumulação flexível”, que alterou radicalmente a relação capital-trabalho e que provocou uma grande reviravolta mundial relativa às políticas de oferta de trabalho realizadas pelo setor empresarial “em consequência da hegemonia política do neoliberalismo nos anos 90”:

[...] no final da mesma década, dominou, mundialmente, um conceito da ‘reorganização flexível’, que foi aplicado nas empresas com o intuito de reduzir os custos, especialmente como instrumento para ‘racionalizar’ os conteúdos sociais dos contratos de trabalho [...], mesmo em empresas que adotaram um conceito ‘inovador’ da reorganização. Em uma ‘onda conservadora’ mundial, a ‘desregulação’ das relações trabalhistas aparece como necessidade técnico-objetiva. (MARKERT, 2002 p. 29)

A pressão e a desproteção sofridas pelos trabalhadores nessa perspectiva neoliberal abrem reflexões e questionamentos sobre a legitimidade de deixar o mercado realizar livremente a regulamentação do emprego, uma vez que a flexibilização do tempo e das condições de trabalho não equivale a uma nova conquista do trabalhador, no sentido de que esta “‘auto-organização’ não pode ser confundida com a idéia da ‘autodeterminação’ do movimento socialista”.

A implantação do modelo informal de trabalho se constituiu a partir da necessidade de ajustamento do trabalhador moderno à sua tarefa, não sendo, portanto, um interesse exclusivo das empresas, enquanto organização predominante do mercado de trabalho hoje. O fato é que esse modelo informal foi ocupando um espaço cada vez maior e responde hoje por grande parte das novas contratações marcadas pela ausência de regulação trabalhista que resultou no aumento das jornadas de trabalho e na degradação de suas condições.

Esse cenário começa a ter repercussão no Brasil a partir da década de 90, quando as soluções para o desenvolvimento incluíram um processo de liberalização econômica, cujo objetivo essencial consistiu numa manobra de redução dos custos com a mão-de-obra e que, por outro lado, ganhou a simpatia da classe trabalhadora que vislumbrou a ampliação das possibilidades de ocupação em tempos em que o desemprego já se apresentava escasso.

Com o desenvolvimento das novas tecnologias, especialmente a informacional, estabeleceu-se novos modelos industriais e econômicos, bem como a “desregulamentação dos mercados”, inspirados no formato japonês de gestão que exige, conforme afirma Lima (2002, p.19), “flexibilidade produtiva, maior participação operária no processo de trabalho, enxugamento dos custos, polivalência funcional, novo perfil do trabalhador, redes virtuosas de empresas com transferência de tecnologia”.

Esse novo formato globalizado comporta variáveis que incluem uma maior capacidade de assimilação e adaptação a um mundo informatizado e tecnologicamente equipado e preparado para avançar, buscando sempre a rapidez e a eficácia das ações exigidas por um mercado em constante transformação, tornando mais exigentes, também, os níveis de escolarização dos indivíduos, que precisam acompanhar esses avanços tecnológicos por meio da ampliação das capacidades humanas, priorizando as potencialidades individuais que correspondam à nova ordem econômica.

Santos (2001, p. 24) considera que a utilização dos sistemas e técnicas avançadas propostos pelo mercado global implica uma globalização perversa:

Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais valia globalizada.

A crítica do autor ao mercado dito global refere-se, fundamentalmente, a essa busca de uniformidade que o mundo globalizado acredita como possível, “capaz de homogeneizar o planeta”, porém o que ocorre na prática é que as diferenças locais acentuam-se, corroborando para um maior distanciamento entre as pessoas; essa falsa idéia de que o mundo estaria ao alcance de todos, transmitida pelo pensamento globalizado, alimenta utopias e distancia “o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal”.

A “japonização tecnológica” deparou-se com o sistema organizacional, onde o fator humano local, “não-japonizado”, fez surgir um processo de polarização, ou seja, ao mesmo tempo em que se exige uma hiperqualificação da mão-de-obra, promove-se a desqualificação de uma grande parcela de trabalhadores que não conseguem acompanhar as altas exigências das novas formas de competências humanas.

Segundo Atahyde (1999, p. 206), o que se espera hoje dos trabalhadores é que estes estejam aptos a desenvolver e acumular diferentes tarefas, porém essa exigência comporta um processo “contraditório de polarização”:

[...] desqualificação de uns (uma parte da inteligência é incorporada pelas máquinas) e superqualificação de outros. Nesse sentido, aponta-se para a vulnerabilidade da automação à qualificação, pois as máquinas não cumprem sozinhas a totalidade das operações e requerem, além da supervisão, da atenção e do controle, que ajudam a prevenir panes, a capacidade de controlar estoques e consumos intermediários, antecipar ou adiantar, etc., o que exige uma qualificação diferente da tradicional.

Nessa visão, pode-se observar que a parcela desqualificada, que representa a grande maioria das pessoas, vai-se avolumando na periferia do universo do trabalho, estando em constante ameaça da perda do trabalho, mesmo reduzindo suas expectativas de funções a desempenhar e salários a receber.

O mundo da produção industrial encontra-se envolvido em um “duplo processo de tecnologização e de globalização”. Segundo Kaufmann (2004, p. 38-39), esse “duplo processo cria turbulências no universo do trabalho assalariado”, que resulta, aproximadamente, no seguinte quadro:

[...] 25% da força de trabalho assalariada constitui o núcleo estável de trabalhadores privilegiados que ocupam postos altamente qualificados, dos quais as empresas precisam absolutamente [...] Outros 25% são trabalhadores periféricos subcontratados, na maior parte do tempo sem sindicatos, facilmente substituíveis [...] os demais 50% da população ativa assalariada é constituída de periféricos e temporários (sobretudo mulheres, temporárias involuntárias), com um trabalho precário e pago sob condição de depreciação e rebaixamento.

Essa realidade diz respeito à grande parte dos trabalhadores que deixam à margem uma expressiva população, dotada de força de trabalho, porém excluída do processo de produção.

Por um lado, a superqualificação é uma exigência do mercado, que em razão dos avanços tecnológicos, precisaram de profissionais muito bem formados, capacitados e equipados, não apenas para supervisionar e controlar seu funcionamento, mas também aptos a interagir intelectualmente com mecanismos de alta tecnologia.

Na outra ponta, e ocupando um número demasiadamente maior, estão os subqualificados, os subcontratados que, mesmo ocupando um posto de trabalho, estão prensados entre o rebaixamento de suas competências e a ameaça de desemprego.

Por essa razão, embora “as competências dos homens para intervir e dominar as incertezas da” produção deva sempre crescer, o que se observa é que todas essas exigências de qualificação se diferenciam das tradicionais, pois comportam uma maior capacidade de assimilação e adaptação a um mundo informatizado e tecnologicamente equipado e preparado para avançar (ATHAYDE, 1999).

Assim, os níveis de escolarização dos indivíduos deveriam acompanhar esses avanços tecnológicos por meio da ampliação das capacidades humanas para que elas possam corresponder à nova ordem econômica. Antunes (2003, p. 23) reflete sobre essa realidade, enfocando o contexto brasileiro:

[...] para os capitais (nacionais e transnacionais) produtivos, interessa a confluência entre força de trabalho “qualificado”, “polivalente”, “multifuncional”, “preparado para operar com os equipamentos informacionais, recebendo, porém, salários bastante dilapidados, subremunerados, em patamares muito inferiores àqueles alcançados pelos trabalhadores nas economias avançadas [...] vivenciando condições de trabalho fortemente precarizadas [...] que se aproximam do avesso do trabalho”.

A desregulamentação do universo trabalhista atinge, assim, todas as esferas profissionais, onde até os trabalhadores mais altamente qualificados não conseguem escapar da exploração desse modelo estabelecido pela reestruturação produtiva e pela divisão internacional do trabalho e do capital, trazendo como uma das conseqüências mais expressivas dessa nova realidade o desenvolvimento de “um processo de reterritorialização da produção”.

Essa realidade, além de tirar o “chão” das fábricas e provocar cortes drásticos em seu quadro funcional, implantou uma forma de administração cujo desenvolvimento gerencial fica concentrado em pontos estratégicos, normalmente no país de origem da empresa, e sua gestão

comandada por técnicos e executivos que podem monitorar o seu funcionamento de qualquer parte do mundo.

Entretanto, “esse processo de reterritorialização da produção” esbarrou rapidamente na realidade inflexível da competitividade internacional, fazendo com que as empresas se fragmentem em setores de produção distribuídos pelo mundo subdesenvolvido para a fabricação de seus produtos, utilizando mão-de-obra barata em lugares que ofereçam condições favoráveis do ponto de vista econômico-tributário para a sua instalação.

Santos (2001, p. 26-27) refere-se a essa realidade como um fenômeno novo na história das técnicas e na história dos territórios e salienta a característica “invasora” do sistema técnico dominante no mundo hoje, como as empresas globais:

Estas funcionam a partir de uma fragmentação, já que um pedaço da produção pode ser feito na Tunísia, outro na Malásia, outro ainda no Paraguai, mas isso apenas é possível porque a técnica hegemônica de que falamos é presente ou passível de presença em toda parte [...]. Se a produção se fragmenta tecnicamente, há, do outro lado, uma unidade política de comando. Essa unidade política de comando funciona no interior das firmas, mas não há propriamente uma unidade de comando do mercado global.

A instalação de linhas de produção em países que favoreçam o bom andamento das atividades empresariais, ou seja, menor custo com maior capacidade de fabricação dos produtos, inclui, ainda, um “bom relacionamento” com o poder público local que deve estar em consonância com os objetivos da empresa. Essa nova dinâmica de atuação aumentou ainda mais a vulnerabilidade do trabalhador.

Primeiramente, porque as empresas se instalam em regiões, cujos níveis de desenvolvimento econômico e social são desfavoráveis o suficiente para garantir uma mão-de-obra farta, ávida e dependente de recursos financeiros e, portanto, sem interesse de confrontar com as normas estabelecidas; são trabalhadores dispostos a pagar o preço da exploração: jornadas de trabalho não estabelecidas, onde fica valendo o ganha mais quem

trabalha mais e custa menos; condições precárias de instalação, não havendo nenhuma responsabilidade da empresa ou do Estado em oferecer alguma garantia trabalhista.

A escolha do local de implantação dessas empresas provoca uma disputa interna nas regiões dos países onde poderão ser instaladas; elas evitam as regiões mais desenvolvidas e podem escolher o local onde irão funcionar ditando suas regras. Assim, o governo local busca, de todas as formas, adaptar-se às suas necessidades para alcançar um desenvolvimento econômico regional, utilizando um discurso que valoriza a competitividade internacional, o que justificaria a utilização de recursos e artifícios para “driblar” a legislação e incentivar a informalidade nas relações de trabalho.

O que se observa nesse modelo é a predominância do caráter utilitarista na forma de gestão dessas empresas; as relações trabalhistas são flexíveis porque não são construídos vínculos formais entre patrão e empregado (modelo terceirizado) e não existe nenhuma vinculação com os projetos governamentais de desenvolvimento local.

O local escolhido deve comportar todas as vantagens operacionais consideradas pela empresa, estando esta completamente livre para se deslocar para outras localidades tão logo cessem as suas necessidades, pois, nessas empresas, todo maquinário pode ser facilmente transferido, conferindo uma mobilidade que não envolve prejuízos financeiros, nem prejuízos morais ou institucionais, uma vez que não há nem envolvimento local, nem pessoal, como ilustrado por Lima (2002, p. 138) em relação à realidade brasileira:

O modelo foi interessante enquanto atendeu esses interesses, o que vai explicar o abandono de projetos, o fechamento de cooperativas por falta de encomendas, enfim a derrocada de inúmeros projetos. Uma ilustração dessa afirmação está na instalação de numerosas fábricas no interior da região mantendo as relações de assalariamento regular. Os custos com a força de trabalho no Nordeste são, ainda, 50% mais baratos que no sul-sudeste, o que mantém os atrativos locais para a transferência da indústria para a região.

Pode-se constatar que a instalação dessas fábricas que utilizam o modelo terceirizado nas relações trabalhistas, escolhendo livremente as localidades mais atrativas para alcançar maior lucro, promove, num primeiro momento, uma idéia de modernidade e desenvolvimento, porém, as conseqüências negativas não tardam a aparecer, tanto para os trabalhadores desprovidos de qualquer proteção e direitos trabalhistas, quanto para a região temporariamente estimulada e ocupada pela apropriação do capital externo, contribuindo para o surgimento de “novos proletariados”.

As empresas mundiais estabelecem um nível de competição intenso e agressivo, como nunca se viu antes, só resistindo aquelas que conquistam a “mais-valia” maior e permanecem sustentadas por um “conjunto de mundializações” (do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação), encaminhando-se para uma homogeneização entre os padrões de “mundialização da técnica, e da mundialização da mais valia” (SANTOS, 2001).

Na realidade brasileira, o nível ocupacional teria que “se ampliar duas vezes mais rápido do que a expansão da força de trabalho” para tornar esse quadro menos dramático. Aqui a geração de empregos é “um problema tanto de quantidade como de qualidade”, como analisa Pochmann (2003, p. 314):

Durante os anos de 1990, a expansão do nível ocupacional ocorreu num ritmo bastante inferior ao aumento da oferta da mão-de-obra. Enquanto a força de trabalho cresceu de 1,7% ao ano nessa mesma década (bem menos que nos anos anteriores), o nível ocupacional ampliou-se em menos de 1%, gerando um enorme excedente de mão-de-obra.

Esses fatores podem prejudicar ou retardar o avanço tecnológico em alguns setores, uma vez que ainda se é impedido de seguir um fluxo natural de desenvolvimento, livre das amarras da dependência que se estabelece com o fluxo de capital externo, no mundo das novas tecnologias.

Marsden (2004) observa que a “ancoragem em habilidades ocupacionais” tende a restringir significativamente as oportunidades que restam aos menos qualificados. Essa realidade é agravada no caso brasileiro; o que se depara aqui são patamares inferiores de remuneração, envolvendo, ainda, menor proteção social e uma quase inexistente organização sindical para os setores informais.

Segundo Guareschi (2001, p. 144), atualmente a questão do trabalho não é mais discutida com a predominância do enfoque sobre os efeitos produzidos pelo capitalismo como a dominação e exploração, “[...] as relações centrais que definem nossa sociedade não são mais apenas a dominação e a exploração, como no modelo de produção capitalista, pois são bem menos agora os que podem ser dominados e explorados”.

O autor (GUARESCHI, 2001) chama atenção para o fato de que “nesse novo mundo que está surgindo”, uma grande massa de pessoas não chega mais ao mercado de trabalho em função dos mecanismos de exclusão que impossibilitam suas participações no processo produtivo.

O agravamento da crise do emprego, no Brasil, possui especificidades como descreve Besserman (2003, p. 315):

Anuncia-se um crescimento de 3,5% do PIB em 2004 que, a meu ver, não será difícil de ser obtido se considerada a base de três anos seguidos de desempenho medíocre da economia. O que não é assegurado é que as taxas de crescimento do emprego acompanhem a performance do PIB.

Essa desconexão entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social é uma realidade muito conhecida no Brasil, e, de certa forma, até incorporada como um fato consumado, no sentido de que esse discurso recorrente sobre a distribuição desigual de renda e oportunidades parece ter esvaziado aos poucos o sentido perverso que essa realidade

representa no contexto de toda a sociedade brasileira, incluindo os limites impostos para exercer o direito ao trabalho.

Além das altas taxas de desemprego, precisa-se, ainda, lidar com as desigualdades dos rendimentos, os salários vêm sendo dilapidados e os problemas decorrentes da instalação e predominância do mercado informal agravam progressivamente as condições de trabalho, conforme observa Segnini (2000, p. 74), “[...] em 1983, os 50% mais pobres da população se apropriavam de apenas 13,6% da renda total do país, enquanto os 10% mais ricos detinham 46,2%”.

A autora observa, ainda, que, nesse mesmo período, o Produto Interno Bruto apresentava altos índices de crescimento econômico que não se refletiam, nem estabeleciam qualquer relação com a melhoria das condições de trabalho ou com o crescimento do emprego.

Para Martins (2003), a necessidade de manter e elevar os níveis de renda da população torna-se inviável sem a intervenção do Estado, visto que “o Brasil ainda pratica trabalho escravo e superexploração do trabalho”, além disso, deve-se considerar que a rápida modernização econômica gera, com a mesma intensidade e proporção, o desemprego tecnológico, assim o autor defende que:

Ou o governo transfere para a sociedade uma parte dos benefícios econômicos que recebe através de tributos derivados dessa modernização, ou as próprias empresas terão de ser, de algum modo, penalizadas pelos benefícios da reestruturação produtiva. (MARTINS, 200, p. 307)

Na atual conjuntura econômica brasileira, observa-se com facilidade a relação que se estabelece entre desemprego industrial e a modernização tecnológica “da chamada reestruturação produtiva”. Se as recentes (re) evoluções tecnológicas são capazes de promover benefícios econômicos, e se essa modernização se configura em um verdadeiro avanço no

processo de produção da empresa e da sociedade, o que fazer com a crescente massa de mão-de-obra desqualificada que não consegue atender às demandas cada vez mais exigentes da reestruturação produtiva?

No caso do Brasil, a flexibilização, a desregulamentação, a terceirização, ou seja, as novas formas de gestão e estruturação produtivas são caracterizadas pela predominância da exploração da força de trabalho que se manifestam concretamente pela baixa remuneração. Essa realidade afeta de forma transversal todos os níveis de trabalhadores que permanecem “nivelados por baixo”, tanto pela sub-remuneração, como pela subcondição de trabalho a que estão submetidos, havendo uma discrepância significativa em relação aos países com economias sociais mais avançadas.

A responsabilidade pela exclusão de uma grande parcela de pessoas que involuntariamente se tornam descartadas do processo produtivo não pode recair exclusivamente sobre esses indivíduos, sobretudo, porque, como analisa Guareschi (2001), “exigir competições entre desiguais é ganhar de antemão”. Além do que, esses “normais inúteis”, como descreve Castel (2003), não podem encontrar sozinhos as formas de combater as suas insuficiências frente às novas formas de estruturação produtivas.

Se por um lado os regulamentos que regiam a sociedade industrial mudaram de contexto e encontram-se abalados, o que se pode observar também é que permanece a necessidade de se redefinir esse mesmo contrato social, pois permanecem a improbabilidade e a insatisfação dos trabalhadores referentes às regras que regem o universo do trabalho (CASTEL, 2003).

Como se pode ver, diversos fatores contribuíram para o surgimento da flexibilização no trabalho, incluindo, o interesse das organizações, o desenvolvimento das novas tecnologias e a necessidade de ajustamento do trabalhador que se sentia progressivamente ameaçado pela onda de desemprego que se acentuava. Entretanto, os efeitos desse novo formato para o

trabalhador não chegaram a se converter em melhorias das condições de trabalho, ao contrário, a precarização nas relações trabalhistas não tardaram a acontecer e a instabilidade das condições de trabalho e de proteção tornaram-se quase inexistentes.

Surge então uma outra forma de alienação, talvez mais avassaladora do que aquela que a concepção marxista debateu, pois hoje as indefinições que tomam conta do universo do trabalho fragilizam o trabalhador que, pela ameaça permanente do desemprego, aceita condições de trabalho cada vez mais degradantes. Assim, o trabalho como via de reconhecimento mútuo, parece manter-se tanto mais distante, quanto mais enfraquecido; além disso, o trabalhador se vê desprovido de uma rede de proteção que lhe possa assegurar, minimamente, uma divisão mais equitativa entre trabalho e remuneração.

1.2 O TRABALHO COMO VALOR E O VALOR DO TRABALHO

Caracterizar o novo formato do trabalho e a precisão de seu significado para as pessoas e relações que se estabelecem nesse universo na contemporaneidade não se constituem em tarefa simples.

O que se pode verificar é o declínio da forma salarial concentrada nas grandes empresas e a ascensão do trabalho dito “independente”, onde predomina a indefinição sobre as verdadeiras mudanças no uso das atividades humanas, o deslocamento da forma salarial para a forma independente de atuação trabalhista.

Para Castel (2003), a segmentação dos empregos pode proporcionar o aumento dos serviços, mas acarreta uma “individualização dos comportamentos no trabalho”. Hoje, mais que saber trabalhar, “é preciso saber, tanto quanto, vender e se vender”.

A competência técnica, nesse sentido, é tão importante quanto a capacidade do indivíduo de se fazer reconhecer pelo seu capital pessoal; a interação desses fatores,

entretanto, conduzem os indivíduos a eles próprios definirem sua identidade profissional e torná-la conhecida:

Na esfera do trabalho, a individualização das tarefas permite a alguns que escapem das sujeições coletivas e expressem melhor sua identidade através de seu emprego. Para outro, significa segmentação e fragmentação das tarefas, precariedade, isolamento e perda das proteções. (CASTEL, 2003, p. 602)

Esse novo modelo de trabalho atribui valor e concentra seu reconhecimento na ação individual daquele que consegue apresentar o melhor resultado, para tanto, o trabalhador deve ter mobilidade e ser flexível o suficiente para se adaptar rapidamente às mudanças, dispor de capacidade para agir prontamente frente a um problema ou demanda externa. Castel (2003, p. 517) refere-se aos efeitos desse novo formato flexível de trabalho e seus efeitos para o trabalhador:

A flexibilidade não se reduz à necessidade de se ajustar mecanicamente a uma tarefa pontual. Mas exige que o operador esteja imediatamente disponível para adaptar-se às flutuações da demanda; gestão em fluxo tenso, produção sob encomenda, resposta imediata aos acasos dos mercados tornaram-se imperativos categóricos do funcionamento das empresas competitivas.

Essas exigências demandam, contudo, um tipo de trabalhador mais qualificado com um nível maior de escolaridade, assumindo mais responsabilidade, mais participante e comprometido com os objetivos da empresa. Para tanto, ele deverá aceitar a condição de submeter seus talentos aos critérios e valores ditados pela organização que representa.

O autor acrescenta, ainda, que o fato de se ter um emprego não é por si só suficiente para garantir a dignidade social de um indivíduo, e cita, como exemplo, as medidas adotadas pelos Estados Unidos para conter parcialmente seu problema de emprego:

A metade dos 8 milhões de empregos criados nos Estados Unidos entre 1980 e 1986 são remunerados por um salário 60% inferior a média dos salários industriais, e a multiplicação de trabalhadores sem status nada fez, aparentemente, para combater esses graves sinais de dissociação social, que são as violências urbanas, as taxas de criminalidade e de toxicomania, e a instalação de uma verdadeira *underclass* miserável e desviante, completamente isolada do conjunto da sociedade. (CASTEL, 2003, p. 576).

Segundo Castel (1991), se o desemprego é a “manifestação mais visível” dessa nova conjuntura do emprego, a precariedade das condições de trabalho é um preço a ser pago pelo trabalhador.

Para Schwartz (1996), as indefinições no pensamento sobre trabalho e a ameaça da perda do emprego comportam as angústias, as tensões psíquicas e o “grande medo” existencial de se viver em um mundo ainda centrado no trabalho. Assim, ao mesmo tempo em que o trabalho é exaltado a um patamar elevado como prioridade existencial, onde são cultivadas expectativas correspondentes ao grau de importância que lhe é atribuído, ele também é responsável pela insegurança, igualmente significativa, de não se ter a chance de conquistá-lo ou mesmo de mantê-lo. O autor apresenta dois modos extremos para caracterizar o trabalho hoje:

- O trabalho entendido como “simples” pode ser traduzido como mera mercadoria, como uma troca de tempo e de serviço prestado por salário; nessa visão, seu valor é considerado grande, é um meio de vida; porém, essa visão é restrita, uma vez que ela não pode traduzir a multiplicidade dos aspectos que o trabalho comporta, como o seu sentido de dignidade, de reconhecimento social, etc. Portanto, considerá-lo somente como um modo de subsistência, seria o mesmo que reduzi-lo apenas a uma de suas partes.

- Já o trabalho entendido como “complicado”, reflete a visão do autor que afirma a impossibilidade de compreendermos inteiramente sua realidade, uma vez que ele (SCHWARTZ, 1996) articula “inextricavelmente o antropológico, o histórico, heranças memoriais e relações sociais extremamente carregadas de sentido”.

A problematização que Schwartz (1996) realiza em torno do trabalho e do seu valor na sociedade contemporânea aponta tanto o grau de complexidade de suas representações, bem como a dificuldade de se encontrar soluções consistentes para a crise do emprego e a precarização do universo do trabalho. O autor argumenta que para melhor compreender toda essa trama de pensamento sobre o trabalho e seu valor, hoje, “devem-se articular as circulações e as barreiras” existentes entre a forma do trabalho visto como mercadoria dos outros momentos da vida humana.

Como “circulações”, o autor destaca a importância do caráter integralizado entre o trabalho-mercadoria e os outros momentos da vida social; nessa concepção, ele utiliza a noção do corpo como único, defendendo que “é o mesmo corpo que enfrenta, que se experimenta, que se forma, que se gasta em todas as situações da vida”, portanto, não se pode compartimentar “valores do trabalho” e “outros valores”, ambos devem circular entre o pólo do trabalho e os demais campos, pessoal, social e cultural (SCHWARTZ, 1996).

As “barreiras” existentes entre o trabalho-mercadoria e as outras formas de atividade coexistem com as “circulações”. Para ilustrar sua concepção de “barreiras”, Schwartz (1996) cita, como exemplo, a experiência do desemprego, que pode ser considerado um corte na trama de circulações constitutivas de todas as relações humanas, enfraquecendo e empobrecendo seu fluxo. No momento em que as “barreiras” se instalam, torna-se necessário:

[...] fazer de seu meio um espaço possível de normas que tenham uma pertinência coletiva e histórica. [...] o trabalho-mercadoria permanece hoje à forma de atividade na qual os debates entre valores de mercado e outros valores têm o mais amplo horizonte. Se as ‘circulações’ vão a todos os sentidos, elas são enfraquecidas e empobrecidas quando a relação em direção a esses nós de confrontação é cortada; o que é o caso do desemprego, mesmo que se possa falar hoje da ‘atividade do desempregado’. O que está em jogo através da prestação de mercado de trabalho, é a qualidade das convocações nas quais os indivíduos devem pensar seu ser histórico. (SCHWARTZ 1996, p. 154)

Nessa visão, ao assegurar seu lugar social, o indivíduo poderá apropriar-se de sua capacidade individual para superar conflitos e ser um agente ativo, capaz de criar mecanismos de intervenção que atuem em consonância com seus valores e modos de vida, evitando, assim, a concepção superficial e empobrecida que só pode visualizar o trabalho-mercadoria como sendo a única lógica de mercado a ser considerada.

Entretanto, a complexidade da relação que se estabelece hoje no universo do trabalho comporta sutilezas que muitas vezes confundem, uma vez que não se pode perceber com facilidade a relação de domínio exercida pelas empresas sobre seus membros.

As empresas hoje estão empenhadas em fazer com que cada trabalhador possa se sentir parte integrante da organização. A empresa, segundo Enriquez (1997, p. 10), representa o “protótipo da organização moderna, novo sagrado (temporário), que tenta dar um sentido à sociedade para suprir as deficiências de outras instituições”.

Nesse contexto, alimentado pela crença de sua utilidade na construção de um projeto organizacional, cada membro estará munido de estímulos para desempenhar seu papel como indivíduo inscrito no corpo social da organização que representa, “aderindo à cultura que lhe é proposta, substituindo seus próprios ideais pelo ideal comum definido pela empresa”. Enriquez (1997, p. 11) se refere a essa substituição dos valores individuais pelos institucionais como submissão:

Elas (empresas) têm, portanto, uma necessidade vital de possuir em seu interior indivíduos capazes de se sacrificarem por elas, homens de dever, de virtude e de *virtus* (a *virtus*, para Maquiavel, não é nada mais do que coragem). Estes devem, assim, investir a totalidade de sua libido na organização, não obrigatoriamente, porque eles estimam poder receber dela à altura pela renúncia que aceitaram, mas, sobretudo porque acreditam que a organização merece a dedicação que ela reivindica.

Essa falta de clareza no exercício do poder capitalista, regido pelas implacáveis leis de mercado e executados à risca pelas empresas, mantém o cuidado para preservar a relação

de civilidade com seu quadro funcional, mas com o objetivo principal de preservar a sua imagem institucional e dissimular o aspecto instrumental do uso das capacidades humanas.

Os efeitos dessa conjuntura de trabalho atual são enfrentados por cada sujeito de forma solitária, obedecendo à lógica de funcionamento de gestão empresarial, que deposita sobre os trabalhadores a carga de toda sua incoerência e os convida a projetar seu próprio ideal no ideal proposto pela empresa e, depois de introjetar os valores desta, ele deve alimentar seu próprio ideal.

Desta forma, adotar um comportamento que esteja em conformidade com as expectativas das direções da empresa é uma tendência que evidencia tanto a necessidade de permanecer empregado como a de controlar a ameaça do desemprego. Durant (2003, p. 153) define esse “comportamento leal” apresentando o conceito de “implicação constrangida, paradoxal, esse conceito diz o quanto os empregados não têm escolha, devendo engajar-se nos objetivos empresariais para permanecer na grande empresa”.

O autor aponta ainda as diferentes formas como esse conceito de “implicação constrangida” se manifesta no universo do trabalho considerando diferentes realidades:

No Japão, o desejo de permanecer na grande empresa, a qual remunera muito melhor os empregados (com salário direto e, sobretudo, com diversas vantagens sociais), é a origem dessa lealdade [...] Em outros lugares, e na Europa em particular, a precariedade e o temor do desemprego servem de equivalência funcional e levam os empregados a adotar o comportamento desejado – da lealdade sem falha – caso queiram conservar ou acender a um emprego. (Durant, 2003, p. 153)

Entretanto não se pode deixar de considerar que a situação instrumental é alienante por excelência; ao mesmo tempo em que ela dispõe de um elemento tranquilizador das tensões, como quando se consegue estar inserido profissionalmente, ela também enfraquece a capacidade do indivíduo de reconhecer e vislumbrar seus próprios ideais, semelhantes a um movimento de desistência de seus próprios anseios profissionais, que passam a ser

substituídas pelas expectativas do outro, como se pode verificar nos movimentos de incorporação, de ajustamento e de aderência dos trabalhadores frente às organizações.

O preço dessa “alienação” parece incomensurável, mas tudo faz crer que seu valor é alto, pois esse mecanismo, como uma droga, alivia um sintoma indesejável, como ser demitido, por exemplo, mas não resolve o problema, no sentido de instrumentalizar o trabalhador para tentar evitar outro fracasso; ou o que é pior, ao habituar-se à instabilidade, o indivíduo vai perdendo a sua capacidade de atribuir um valor e um significado às relações e instituições que fazem parte de sua existência, tornando-se, ele próprio, um instrumento.

Segundo Gaulejac (2005), essa tensão entre o sistema de valores concebido pela empresa e o sentido dessa lógica financeira para os trabalhadores promove um processo de “dessimbolização da mão-de-obra na sociedade”. O valor do trabalho vem acompanhado, via de regra, pelo medo da perda do emprego, fundamento da existência social, já que este assegura não só uma inserção profissional, mas também reconhecimento simbólico e uma identidade profissional.

Para o autor, o conflito de interesses entre o capital e o trabalho, e a oposição entre esses dois sistemas de valores referentes às necessidades econômicas e às necessidades sociais, promove a mutação dos principais registros que compõem o próprio sentido de trabalho e destaca os cinco elementos mais significativos (GAULEJAC, 2005, p. 120-121):

- O “ato do trabalho” é cada vez menos conectado à realização de um produto concreto ou um serviço específico, ele se perde em um sistema complexo, abstrato, deteriorado, que não permite mais ao agente mensurar concretamente os frutos de sua atividade.

- A “remuneração” não está conectada à qualidade ou à quantidade de trabalho realizado, e sim à performance da ação individual, que premia os que mais se destacam, e que tende a eliminar os demais.

- O “coletivo do trabalho” não comporta mais lugares estáveis, a identidade profissional é substituída pela mobilidade, o sujeito não se fixa por muito tempo em um mesmo grupo de trabalho e a avaliação individualizada reforça mais a competição que a colaboração.

- “A flexibilidade” é a norma organizacional dominante, caracterizada por uma estrutura “polifuncional”, onde não se sabe ao certo quem faz o quê, e quem é quem na organização.

- O “valor do trabalho” não está inscrito objetivamente na ordem do realizado, mas primordialmente na adesão a um sistema de pensamento, a um conjunto de crenças e de princípios que precisam ser interiorizados.

Esses cinco elementos apontam para um cenário atual que dificulta o estabelecimento de um sentido para o trabalho realizado pelo próprio sujeito; o que normalmente ocorre é a vinculação desse sentido próprio já estar vinculado e incorporado às referências de um sistema de valores inscritos e legitimados socialmente, como ilustra o funcionamento da gestão empresarial que influencia e serve de modelo para definir a eficácia das ações para todo e qualquer tipo de instituição, incluindo a escola e a família.

Gaulejac (2005) destaca ainda que a “crise de simbolização” ocorre porque os dispositivos de avaliação e de reconhecimento são desconectados dos valores e do sentido que os agentes atribuem à sua atividade; assim, destituídos dessa capacidade de mensurar o valor de suas atividades profissionais, os indivíduos sentem-se desapropriados de sua própria competência produtiva.

Para Gaulejac (2005, p. 127-129), as consequências desse novo modelo proposto pela empresa e sua aceitação como modelo para a sociedade apresentam três perspectivas que apontam para o confronto de valores e a desagregação de interesses que tendem a excluir o público e exaltar o privado:

No “plano ideológico”, ele destaca que a exaltação do individualismo contribui para a desvalorização das virtudes públicas, valoriza o indivíduo em detrimento do coletivo, o privado contra o público, os bens pessoais contra os bens comuns, a atividade profissional contra a atividade militante ou cultural, a modernidade contra a tradição, a ação contra a reflexão. No “registro social”, exacerba o individualismo e a luta individual para conseguir um espaço profissional. Sobre o “plano pessoal”, exalta o narcisismo e a competição individual.

A ênfase que o novo capitalismo atribui ao resultado se refere a uma ética empresarial “que exige a submissão não-crítica aos imperativos técnicos”, levando os indivíduos a se submeterem pela ameaça permanente da perda do trabalho, assim, como diz Kaufmann (2004, p. 41), “não se pode pensar que tal universo de trabalho possa nutrir a ética da emancipação”.

Ao mesmo tempo em se observa a exacerbação do desempenho individual, assiste-se, também, à desapropriação do mérito daqueles que conseguem obter o sucesso, ou seja, o indivíduo é valorizado enquanto produtor de ações satisfatórias aos interesses institucionais, mas o reconhecimento da ação por ele desempenhada não está focado no sujeito, e sim nos valores que ele incorporou como sendo o ideal para a sua atividade.

Essa lógica de funcionamento estabelece um parâmetro de avaliação onde o componente principal é a incorporação dos valores adotados pela organização; assim, cada trabalhador é convidado a decifrar os códigos fundamentais que norteiam os interesses organizacionais e aceitá-los como ponto de partida para agregar valor a si próprio; nessa ótica, o reconhecimento profissional está estritamente atrelado à capacidade individual de modelação e ajustamento, em que cada um, a seu modo, deverá encontrar os mecanismos de atuação e desempenho que possam conduzir aos resultados esperados.

A ênfase na ação individual, para se obter resultados, vem acompanhada, ainda, pela demanda do tempo, ou seja, exige-se rapidez para atingir os objetivos. Esse agir prontamente frente a qualquer situação para não “perder”, restringe, de forma significativa, o espaço de reflexão. Assim, com pouco tempo para pensar e elaborar formas mais adequadas de atuação e produção, o trabalhador vai se destituindo de um sentido próprio entre o trabalho realizado e o sentido desse trabalho para seu futuro profissional e para a sua vida.

Levando em consideração que, no modelo atual de trabalho, o tempo disponível é o da ação imediata, esse imediatismo dificulta ou impede o desenvolvimento do sentido histórico do pensamento individual; como o indivíduo poderá, então, se apropriar de sua atividade profissional e reconhecer, ele próprio, o valor de seu papel na construção daquilo que ajudou a conquistar?

Segundo Carretero (1999), todo acontecimento cria “uma inflexão temporal”, onde se estabelece uma temporalidade “que separa o tempo entre o antes e o depois”, a importância da reflexão é justamente o seu caráter introspectivo, que confere ao indivíduo uma capacidade de se voltar para si e distanciar-se do acontecido para então poder realizar pontos de referência sobre o futuro:

Durante o acontecimento há rompimento radical dos recursos simbólicos, uma impossibilidade de buscar novas formas de significação. Consideramos, que poder recompor os recursos simbólicos depende dos apoios contextuais e da capacidade do sujeito de poder usá-los como tal para realizar um trabalho de luto e de construção futura. O luto requer sempre um remanejamento psíquico e da realidade. (CARRETEIRO, 1999, p. 269)

O significado que o trabalhador irá atribuir à sua atividade profissional dependerá, fundamentalmente, da possibilidade que ele terá para fazer uso de seus recursos internos e, assim, poder realizar esse remanejamento psíquico e da realidade.

Zafirian (2002, p. 16) se refere à importância de se posicionar ativamente frente ao impacto emocional e aos efeitos desestabilizadores que o acontecimento provoca. Para tanto, o autor realiza uma reflexão entre duas perspectivas de tempo para realizar o trabalho:

- O “tempo espacializado”: que realiza funções de economizar o tempo e os recursos, organizar os compromissos, respeitar os horários, manter os prazos, gerir os custos, etc.

- O “tempo devir”: que permite realizar antecipações através de balanços periódicos e, assim, avaliar a força e o valor do trabalho para a existência do indivíduo.

A discussão argumentativa pura e simples não se configura em um instrumento eficaz para a realização desses “balanços periódicos”, pois, frequentemente, forja um consenso pela grande proximidade e urgência das ações em curso. Esse caráter de interação psicológica contida no “tempo devir” amplia a capacidade de mobilizar experiências passadas e antecipar o porvir.

Ambos os tempos são indispensáveis e correspondem a situações distintas no universo do trabalho; o que o autor evidencia é a necessidade de se estabelecer um maior equilíbrio entre eles, e isso não se dá naturalmente, pois vivemos hoje a valorização e a supremacia do “tempo espacializado” porque ele está em consonância com a emergência que o mundo capitalista de mercado impõe ao trabalho (ZAFIRIAN, 2002).

Nesse sentido, Zafirian (2002) enfatiza a relevância do “tempo devir”, uma vez que “é graças a ele e por meio de sua explicação que se poderia promover um novo símbolo”, como poder retomar o sentido do trabalho.

O “tempo espacializado” é o tempo do relógio, que se estabelece no cotidiano, configurando-se em um símbolo utilizado como uma medida a ser seguida, mas que “permanece em si mesmo sempre desprovido de sentido”, ele é um forte sustentáculo de utilidade do tempo econômico, e é, extremamente, valorizado no contexto da concorrência, da competitividade e da performance, entretanto, esse tempo não é capaz de suportar as

adversidades de acontecimentos importantes, como o enfrentamento de uma situação de demissão, nesse acontecimento:

Tudo se torna intensidade. Intensidade que a memória mobiliza, freqüentemente sob a forma de traço de injustiça: aquilo que a pessoa deu à empresa é-lhe brutalmente negado por esta. Intensidade do momento vivido na esteira do anúncio da demissão. Intensidade de imaginações produzidas sobre o que será o futuro. O tempo-devir absorve inteiramente os recursos, a atenção, os afetos dos dispensáveis, pois o que está em jogo não é pouco: para cada pessoa é seu próprio devir que está em jogo. (ZARIFIAN, 2002, p. 13)

Nesse exemplo o “tempo espacializado” se desintegra e perde toda a significação. A atuação profissional voltada exclusivamente para o cumprimento das exigências cotidianas do trabalho não deve suprimir a capacidade que cada indivíduo possui de integrar os seus aspectos singulares, suas experiências à sua capacidade reflexiva e deliberativa. A necessidade de resguardar um mínimo de consciência profissional permite uma forma de atenção que pode funcionar como um facilitador para a criação de possibilidades de intervenção nos acontecimentos e no seu próprio devir.

Se o sabor do sucesso é abreviado e atropelado pela imposição implícita da nova conquista, a necessidade emergente de demonstração do bom desempenho não pode cessar; elas avançam na mesma proporção em que aumentam as expectativas de suas ações futuras, tornando a atividade humana um desafio contínuo que não guarda a memória das conquistas realizadas.

Se a história de cada trabalhador na instituição não é considerada, não há igualmente espaço para construção e o desenvolvimento das potencialidades, o espaço predominante é o do consumo das atividades humanas. Lasch (apud PAIVA, 1998, p. 98) se refere a esse “esfacelamento de um imaginário” na busca de propósitos e do “esvaziamento do sentido histórico”:

Viver para o momento é a paixão predominante, viver para si e não para os que virão a seguir, ou para a posteridade. Estamos rapidamente perdendo o sentido da continuidade histórica, o senso de pertencermos a uma sucessão de gerações que se originam no passado e que se projetarão para o futuro.

A sociedade atual se mostra enfraquecida desse sentido de tempo histórico, a preocupação obsessiva consigo mesmo faz do homem contemporâneo um indivíduo doente-sofrete, em permanente estado de ansiedade, sendo essa incessante inquietação a grande responsável pelo seu comportamento voraz que necessita de gratificações imediatas pela impossibilidade de aguardar, de exercitar o seu potencial de recolhimento e elaboração.

Se for relacionada essa característica da contemporaneidade com as exigências impostas pelo novo capitalismo aos trabalhadores, pode-se verificar a convergência dos valores da empresa com o modelo atual de comportamento humano, ou seja, apressado, individualizado, fatigado pela incessante corrida pela sobrevivência, como se essa fosse a única forma de existir, ou melhor, subsistir.

Para Sennett (2005), o novo capitalismo é um sistema de poder que dificulta o estabelecimento de significados, uma vez que na maioria das vezes a compreensão desse sistema é ilegível; ponderando que “talvez o aspecto da flexibilidade que mais confusão causa seja seu impacto sobre o caráter pessoal”. O significado de caráter é descrito por ele da seguinte maneira:

O termo caráter concentra-se sobretudo no aspecto a longo prazo da nossa experiência emocional. É expresso pela lealdade e pelo compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro. (SENNETT, 2005, p. 10)

O autor destaca, ainda, que caráter é o que nos permite atribuir valor a nós mesmos e, desta forma, alcançar o nosso reconhecimento pelo outro. A partir dessa análise, várias

questões são levantadas pelo autor sobre as dificuldades de manifestação do nosso caráter no novo capitalismo como:

- A dificuldade de se estabelecer conquistas a longo prazo num sistema econômico apressado; a dificuldade de se decidir o que tem valor em um indivíduo numa sociedade imediatista; e sobre as barreiras que se formam em torno da manutenção da lealdade e do compromisso mútuo em instituições que estão em constante movimento de descontinuidade.

1.3 O LUGAR SUBJETIVO DO TRABALHO

O trabalho é apontado como o “grande desafio da sociedade contemporânea” e entendido como “suporte privilegiado à inscrição social”, historicamente responsável pelas principais formas de participação coletiva e vida associativa, contemplando, ainda, mecanismos de proteção social. A privação e a ausência de trabalho leva a um estado de vulnerabilização que altera o comportamento profissional e as formas de relacionamento do indivíduo. Carrion (2000, p. 240) destaca que essa realidade:

[...] acaba por lançá-lo em uma ‘zona de isolamento relacional’ da qual ou ele sai, o que é muito raro de acontecer, ou mergulha em um processo dinâmico de sucessivas desfiliações: desfiliações da saúde, da educação, da segurança, e dos direitos mínimos de cidadão, que culmina com a destruição de sua identidade.

O sentimento de desvalorização de si, provocados pela perda de trabalho, pode ser considerado um trauma, pois essa perda não se refere somente ao emprego, mas a todo um projeto de vida que é interrompido, arrancado, provocando rupturas das redes de solidariedade e atingindo gravemente o sujeito pela perda concomitante dos elementos constitutivos de sua própria identidade profissional.

Assim, tanto o isolamento, como o sentimento de culpa e de vergonha são manifestações de um comportamento que tende a se intensificar na medida em que o indivíduo encontra barreiras impeditivas para reencontrar sua rota de inserção profissional, levando-o progressivamente a perder a confiança em si próprio e nas relações que estabelece com todo o seu universo relacional.

A perda ou a privação involuntária do trabalho compromete significativamente a vida do indivíduo, a sua autoconfiança vai perdendo potência a cada tentativa frustrada de recuperação, ampliando a sua dificuldade de superação pela soma de fracassos que ele incorpora no campo profissional e que se estende e se instala no campo pessoal, afetando negativamente a sua própria auto-imagem.

O lugar ocupado pelo trabalho na sociedade contemporânea comporta um julgamento moral: “a pior coisa que podemos dizer de uma pessoa é que ela não é eficiente em seu trabalho”, esse cuidado com a imagem profissional é muito grande porque irá penetrar o campo individual, justamente por ela estar hoje fortemente relacionada ou subordinada, à imagem do próprio indivíduo (HUGHES,1996) .

Assim, a concepção de trabalho está intrinsecamente atrelada à pessoa. O trabalho é hoje, provavelmente, o principal responsável para atribuir valor a uma pessoa; é como se o sujeito trabalhador pudesse se utilizar dessa condição como um passaporte que lhe garante o status de confiabilidade social e preservação da identidade pessoal.

Por outro lado, aquele que não possui essa inscrição, que não está inserido no mercado de trabalho ou que já tenha acumulado uma trajetória de insucesso nessa área, carrega consigo o sentimento de vergonha pela implícita desqualificação pessoal que a ausência da condição de trabalhador confere ao indivíduo, ampliando o seu processo de desfiliação e fragilizando de forma progressiva a sua própria imagem pessoal.

A identidade pessoal relacionada ou subordinada à identidade profissional representa uma grande ameaça para o indivíduo, pois a trajetória profissional de cada um nos moldes de trabalho hoje vigentes, ou seja, seguindo o modelo de gestão empresarial, é composta por situações onde a instabilidade não favorece a construção de uma historicidade individual, que permita ao indivíduo apropriar-se de suas conquistas profissionais no plano pessoal. Essa dinâmica ocorre porque dentro da organização ele é considerado apenas pelo resultado que apresenta, a sua condição de sujeito não é reconhecida.

Essa dinâmica de funcionamento nas relações de trabalho carrega um nível de submissão elevado, pois os trabalhadores, empregados ou não, estão impedidos de construir, através de sua história pessoal, uma visão crítica que lhes permita atribuir um significado próprio sobre a função realizada e os objetivos profissionais a perseguir (carreira).

O indivíduo da alta performance, tal como vem sendo apresentado e fabricado como modelo de sucesso empresarial não pode se sustentar satisfatoriamente porque ele não está representando a si próprio, e esse esforço para se ajustar às expectativas externas o obriga a romper com seu passado e com sua história pessoal, para confeccionar uma história pessoal fictícia, ligada mais aos parâmetros de avaliação ditados pela empresa do que pelos valores constitutivos de sua própria identidade (GAULEJAC, 2005).

Essa visão reforça a imagem do indivíduo contemporâneo fragilizado e submetido às regras ditatórias e transitórias para uma escalada de sucesso que sufoca e ignora as manifestações individuais. Esse indivíduo, impossibilitado de expressar grandes paixões, torna-se igualmente impossibilitado de realizar grandes projetos futuros e passa a atender as demandas performáticas e imediatistas, ditadas e entendidas como sucesso hoje.

Hoje a luta para se manter trabalhando não permite mais a “preparação”, pois o que se espera é que o indivíduo esteja pronto somente para acertar, e que tenha capacidade para executar tarefas a curto prazo, estando, ainda, apto a atender as múltiplas exigências; “isso

significa que as aptidões que as pessoas levam para o trabalho são portáteis” (SENNETT, 2005), e colocam sobre os “ombros do trabalhador a responsabilidade de fazer face a todas as incertezas e novos riscos, como gerenciador solitário de seu próprio percurso” (GUIMARÃES, 2005).

A pressão sobre os indivíduos, nesse contexto, é intensa e de difícil suportabilidade, pois ao serem destituídos dos vínculos e das filiações que compunham as relações trabalhistas, como a previsibilidade e a confiabilidade, eles se tornaram vulneráveis a uma estrutura organizacional que os obriga a se adaptarem às normas impostas, sem que lhes seja oferecido um lugar definido, um habitat onde eles possam encontrar algum tipo de proteção e acolhimento para o desenvolvimento de suas habilidades e um melhor aproveitamento de suas potencialidades humanas.

Segundo Rieche (1999), as características que circundam o universo e as relações de trabalho apontam para a indefinição do indivíduo, que não sabe mais onde se fixar, que está desprovido de dispositivos de ancoragem para se sustentar socialmente, que não se sente reconhecido pelas funções que realiza e que, portanto, tende a desenvolver um sentimento de inutilidade pela perda de seu potencial participativo.

O autor considera que o modelo sociológico de Durkheim apresenta referenciais importantes acerca do comportamento humano em sociedade e corrobora para aprimorar o entendimento sobre a relação indivíduo-trabalho na atualidade. À medida que o indivíduo não consegue encontrar um sentido para a sua existência, corre-se o risco de chegar a um “colapso das normas sociais” que poderão se manifestar no “crescimento desmesurado das ambições”:

Se as unidades sociais se comportam como se formassem mundos independentes e auto-suficientes, se as relações de intercâmbio entre essas unidades não se encontrarem regulamentadas, e, se, enfim, não há um contato bastante e suficientemente prolongado entre elas, pode-se dizer que vivem em um estado de anomia. Debruçados sobre suas próprias tarefas, grupos e indivíduos perderiam as noções de colaboração e de solidariedade social. (RIECHE, 1999, p. 52)

As concepções durkheimianas, ainda que realizadas em um modelo social distinto do atual, já evidenciavam os riscos inerentes à exacerbação do individualismo que se confirmam na atualidade através da competição generalizada que se instalou nas relações sociais de um modo geral e que é manifestada de forma predominante nas relações de trabalho.

Essas relações hoje são, analogicamente, manifestadas seguindo o modelo de gestão da empresa; ela é capaz de ditar parâmetros de comportamento que atendam às suas necessidades, e que, por sua vez, influenciarão as expectativas e comportamentos dos indivíduos. Entretanto, o culto à performance e à visibilidade, proposto por esse modelo, encontra barreiras pelo próprio cerceamento dos indivíduos de agirem em consonância com suas próprias singularidades e de estabelecerem trocas com seus pares.

As relações humanas, nesse contexto, são em grande parte quase inexistentes com pouca margem de manobra para o desenvolvimento da consciência crítica, conforme Kaufman (2004), “trata-se de uma ética que exige a submissão não-crítica aos imperativos técnicos”, fazendo com que se legitime a violência e o conseqüente sofrimento nas relações de trabalho. Essa violência é decorrente “da degradação das condições de trabalho que se traduz em um aumento das doenças profissionais, a precarização dos estatutos, o sofrimento no trabalho e a insegurança social” (GAULEJAC, 2005).

O sofrimento no trabalho pode ser facilmente percebido através do medo de errar, de não estar à altura, de não conseguir atingir seus objetivos; medos esses pertinentes, pois como diz Enriquez (1997), o indivíduo sabe que mesmo acertando algumas vezes, ele estará continuamente forçado a superar novos desafios e “se for ganhador um dia pode ser perdedor em outro”, além da ameaça permanente de perder tudo.

A solidão e os sentimentos de angústia provocados pela concorrência e pela competição entre os homens são demonstrados através de um sentimento de indiferença pelo outro e pelos interesses comuns, como destaca Mancebo (1999, p. 44):

A vida intimizada e o decorrente esvaziamento do espaço público, ou mesmo sua invasão pelo privado, trazem consigo a dissolução de amplas possibilidades de desenvolvimento das potencialidades humanas, já que o homem perde o lugar próprio da convivência com seus iguais/diferentes, a possibilidade de troca e a relativização que a heterogeneidade propicia.

Para a autora, o mundo se individualiza ao mesmo tempo em que os indivíduos se fragmentam, assim, fechados em suas particularidades rendem-se ao individualismo perverso, gerador de medos e ansiedades que também não podem manifestar-se pela falta de interação e de troca entre as pessoas.

A exacerbação a diferentes formas de individualismo compromete o desenvolvimento das potencialidades humanas porque ao se perder o espaço de convivência e de colaboração, perde-se, também, a identidade do *metier*, que é responsável pela interação entre os indivíduos no universo profissional, assim, eles se enfraquecem em razão de se tornarem destituídos dos laços de solidariedade entre os seus membros.

O estresse e a ansiedade vividos no mundo do trabalho são tratados individualmente e recaem sobre os próprios indivíduos sofredores; as conseqüências da violência das relações de trabalho são geradas na competitividade que visa ao progresso, mas a “competitividade exige exclusão”, como esclarece Guareschi (2001), assim, a competição do mundo econômico, tal como é concebida no modelo atual, tende a valorizar “os predadores que eliminam os supérfluos”.

Antunes (2004, p. 113) refere-se a esse “sofrimento” do trabalhador atual quando ele não consegue corresponder ao ideário de “qualidade total”, analisando que:

Hoje, muito mais do que durante a fase da hegemonia taylorista-fordista, o trabalhador é instigado a se autocontrolar, autorecriminar e até mesmo se autopunir (chegando até mesmo ao suicídio a partir do fracasso no trabalho), quando a produção não atinge a meta desejada, ou ainda, quando não se atinge a chamada qualidade total.

O autor se refere às características dessa conjuntura do trabalho como uma “falácia mistificada do capital”, uma vez que esse ideário de qualidade total acaba por abolir e reprimir todas as formas de resistência e rebeldias, impedindo o florescimento de um movimento organizado dos trabalhadores pela busca de sentidos, “tanto para o trabalho quanto para vida”.

O que se assiste, hoje, são trabalhadores assustados, ameaçados de perder o que conseguiram conquistar e muito mais submetidos e inclinados a aceitar as formas degradadas e degradantes de trabalho do que dispostos ou apropriados de uma autonomia mínima para romper com o assujeitamento frente à empresa, até porque as regras vigentes são perturbadoras porque não são claras, mas evidenciam profundamente que não faltará “punição” àqueles que agirem de modo a comprometer o bom desempenho da organização.

Os caminhos que levarão o profissional ao sucesso, no modelo atual, comporta uma carga muito maior de submissão do que de liberdade, como esclarece Theodoro (2005, p. 15):

[...] exige-se não apenas que o indivíduo tenha o controle de sua própria vida, mas também que assuma socialmente e subjetivamente, como inteiramente pessoal, o sucesso e o fracasso dessa empreitada, o que acaba se constituindo um poder coercitivo tremendo, desencadeando tensões e inúmeras dificuldades sobre si mesmo.

Mas que liberdade é essa que tem como pano de fundo a exigência da alta performance como a única forma de se manter como profissional? Essa arbitrariedade é ocultada pela “falsa idéia” de conferir ao indivíduo a liberdade para escolher seus próprios caminhos.

A idéia de um modelo de gestão mais humanizado passa pela necessidade de se ajustar algumas condições de trabalho para que o indivíduo possa se apropriar de sua condição de sujeito sócio-histórico. Cabe questionar que tipo de trabalhador estaria, de fato, em condições de realizar essa idéia?

Tomando como base a concepção ampliada de classe trabalhadora de Antunes (2004), ou seja, aquele grupo de pessoas que vivem do trabalho, incluindo aquelas pessoas que vendem a sua força de trabalho em troca de salário, como os terceirizados, precarizados, temporários, o proletariado rural e os desempregados, e, excluindo-se os gestores do capital, lança-se outra questão, quais são as possibilidades e frentes de ação que essa classe trabalhadora disporia hoje para enfrentar a crise da precarização e da falta de trabalho?

Castel (2003), mesmo admitindo que as profundas transformações societárias se produzem por meio da crise, analisa que os efeitos positivos para a crise do trabalho não mostram sinais de visibilidade hoje e defende que mais importante do que se avolumar propostas e projetos que buscam conter os efeitos dessa crise, seria manter uma visão crítica e aprofundada sobre suas causas. A visão crítica do autor quanto às soluções imediatistas e reparadoras reflete a amplitude de sua análise social, relativa aos efeitos que as novas transformações tecnológicas promovem na atual conjuntura do emprego no contexto da sociedade ampla.

Outros autores dedicados a se aprofundar sobre essas questões, entretanto, apontam para alguns caminhos possíveis. Gaulejac (2005), por exemplo, defende a conquista de uma individualidade positiva, essa concepção parte da idéia de um tipo de gestão capaz de contemplar uma forma de existir em sociedade onde sejam considerados os aspectos humanos da relação entre empregado e empregador, a fim de que outros modelos possam surgir e exercer essa função integradora, atualmente enfraquecida e fragmentada pela predominância do modelo instrumental e submetido dos indivíduos frente à crise do trabalho.

Da mesma forma, Sennett (2005), ao dizer que “quem provou profundamente o fracasso reconhecerá o impulso”, reforça a importância de se manter a voz ativa diante das adversidades. O autor não chega a fazer uma proposição, propriamente dita, para enfrentar a crise do trabalho, mas considera imprescindível que as pessoas possam conversar sobre os seus problemas e seus fracassos nessa área; não apenas para retratá-lo, mas, sobretudo, para entrar em luta com eles de forma partilhada, utilizando a discussão e a reflexão como instrumentos para encontrar destinos também partilhados.

Ele considera a narrativa como forma de “reconhecer e sondar a realidade”; esse esforço reflexivo partilhado entre pessoas com problemas afins favorece a análise sobre os diferentes pontos de vista, ajuda a formular hipóteses e a traçar estratégias de reação capazes, não só de superar o fracasso presente, como evitar um fracasso futuro, como o desemprego, por exemplo. Para tanto, é preciso haver uma aproximação entre as pessoas e um espaço de discussão, que pode ser tanto numa mesa de bar, quanto numa reunião mais organizada; o fato é que, uma vez conquistado esse espaço compartilhado de troca, em que o pronome “nós” possa ser empregado com propriedade, os processos de transformação já estarão atuando, pois para o autor, a mudança se dá “entre as pessoas que falam por necessidades interiores, mais do que por levantes de massa”, e critica programas políticos porque não resultam dessas “necessidades interiores”.

Kaufmann (2004) apresenta algumas perspectivas contra a “economia do *apartheid*,” apresentando as concepções de outros autores como Méda (2000) que defende, em linhas gerais, a revalorização de outras atividades, como o desenvolvimento do terceiro setor para absorver os excluídos do sistema tradicional de produção, oferecendo-lhes um tipo de trabalho atípico. Entretanto, Kaufmann pensa o trabalho como um dos elementos fundamentais do “reconhecimento recíproco dos seres humanos e da estima de si”, e reconhece que as condições atuais não são boas para o desenvolvimento dessas funções. Ele sugere, então,

algumas condições que deveriam guiar as próximas reivindicações, como subtrair o modo flexível de trabalho de forma a “manter uma estabilidade ótima”; reconhecer que o modelo atual de trabalho tecnológico dificulta ou impede o “reconhecimento e a estima de si”, esse modelo precisa passar por profundas reformas, especialmente no tocante à implantação da “democracia na empresa”; e reduzir o tempo de trabalho (sem perda de salário) para que os indivíduos possam encontrar em outras atividades a “auto-estima e o reconhecimento mútuo”.

Antunes (2004) acredita no potencial revolucionário da classe trabalhadora, que ao participar da criação de valores de troca que gera a mais valia, estaria, objetiva ou subjetivamente, apta a se constituir como classe revolucionária. Ele acredita que “uma nova era de lutas sociais mundializadas já se mostra como um traço característico desse novo século”, e considera que os setores menos qualificados, por terem a condição de “despossuídos” tornam-se mais capazes para assumir ações mais ousadas, estando, portanto, mais propensos à “rebeldia”.

O que parece predominante na visão desses autores é a participação ativa e crítica dos trabalhadores, especialmente os mais vulneráveis que, frente à crise do trabalho devem buscar formas de ressignificar a sua função tanto no aspecto profissional quanto no pessoal, sem desconsiderar as adversidades do momento atual. Isso pode dar-se por meio do fortalecimento dos laços de solidariedade entre as pessoas que vivem condições degradantes ou degradadas no universo do trabalho, que ao se apropriarem, através de um ato reflexivo, de seus fracassos, ampliam as suas possibilidades de alcançarem significados e soluções nunca antes pensadas.

Outro ponto destacado é que o trabalho, como via de reconhecimento social e de auto-estima, deve ser considerado de forma integrada a todas as demais formas objetivas a ele atribuídas, pois a instabilidade proposta pelo atual modelo de trabalho não favorece, nem

mesmo aos mais qualificados, a proteção e a autonomia, o que implica um risco permanente para a classe trabalhadora ampla, como descrita por Antunes (2004).

O papel estruturador e reparador do Estado parece estar enfraquecido em razão da sua constância de insucessos e inadequações frente às soluções apresentadas para a crise do emprego. O papel regulador do Estado, para garantir a equidade de oportunidades e acesso aos meios de produção, está em descrédito, embora ele seja apontado como uma base fundamental que não consegue, em função de sua própria desorientação e equívocos, avançar nas proposições e ações para enfrentar essa questão social.

Quanto à empresa, que se constitui na organização que dita os parâmetros das relações de trabalho na atualidade; acreditar que ela possa se ocupar em encontrar soluções efetivas e não somente reparadoras para esses problemas é ilusório, especialmente, porque é difícil conceber que o mesmo setor que produz as ameaças e os efeitos mais nocivos da relação de trabalho hoje possa participar efetivamente tanto do reconhecimento como da resolução dos problemas que afetam a classe trabalhadora. Ela, a empresa, está mais para acentuar a crise, no estímulo à competição desmesurada, do que para conter seus efeitos.

As ONGs, Organizações Não-governamentais, atuam como uma opção para a população mais vulnerável, oferecendo trabalhos temporários e atípicos. O crescimento do terceiro setor, entretanto, não altera a posição enfraquecida da força produtiva dos trabalhadores, que permanece nivelada por baixo, desprotegida e que depende, de forma mais ampla, de políticas estruturais, capazes de repartir as riquezas sociais que o trabalho produz.

O que o futuro reserva para conter os graves problemas sociais decorrentes da crise do trabalho parece permanecer, em sua maior parte, oculto, o que podemos realizar, entretanto, é um esforço reflexivo no sentido de perceber o movimento da classe trabalhadora por dentro de seu contexto social, e tentar buscar, a partir de uma análise minuciosa de seus

conflitos, perceber o encaminhamento de suas próprias proposições para aplacar os problemas que lhes afligem.

Essa disponibilidade para buscar significar a trajetória sofrida dos trabalhadores precários e desempregados frente à degradação de suas forças produtivas pode ser o primeiro passo para que ações mais organizadas de luta possam surgir com proposições que partam dos próprios agentes afetados por essa crise.

CAPÍTULO 2 - JUVENTUDE E TRABALHO

A concepção de juventude é descrita de diferentes formas, não sendo possível estabelecer uma definição estática e unívoca dessa categoria. Por essa razão, as abordagens atuais costumam falar em “juventudes”, tendo em vista as inúmeras possibilidades de se responder às “questões com as quais uma mesma geração se depara”, utilizando diferentes recortes possíveis para retratar essa concepção (MATHEUS, 2002).

A definição de juventude como categoria social constitui-se, fundamentalmente, como uma fase da vida, baseada em faixas de idade que se diferem em função do contexto sócio-histórico onde ela se desenvolve. A juventude representa, ainda, o ponto de convergência entre a preservação dos valores adquiridos na família, a expansão dos valores contidos na sociedade global e o estabelecimento de um tipo de relacionamento possível entre esses dois valores (FORACCHI, 1972).

A delimitação desse período da vida também está fortemente vinculada às características básicas de definição etária com ênfase na imagem corpórea, cuja expressão biológica mais marcante se manifesta, em seu início, pelo surgimento da puberdade, seguindo normas de avaliação variadas em cada sociedade.

Segundo Eisenstadt (1976), o que irá definir a conquista do pleno *status* de adulto ao indivíduo é, na grande maioria das sociedades, a maturidade sexual legítima que não se refere somente ao direito à relação sexual, mas, fundamentalmente, ao direito a constituir família; é quando o sujeito passa pela transição da família de orientação para a de procriação.

O período de transição que marca o ingresso do indivíduo na maturidade recebe denominações e definições diferentes na atualidade, como esclarece Groppo (2000), a psicologia, a psicanálise e a pedagogia criaram a concepção de “adolescência” que aborda, especialmente, as mudanças na personalidade, na mente ou no comportamento do indivíduo

que se torna adulto; a sociologia costuma trabalhar com a concepção de “juventude” quando trata do período relativo entre as funções sociais da infância e as funções sociais do homem adulto; já as ciências médicas criaram a concepção de “puberdade”, privilegiando uma abordagem corporal que caracteriza as transformações do indivíduo que era criança e que está se tornando adulto.

A definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) divide a juventude em dois períodos: “adolescência”, que se inicia aos 15 anos, partindo do pressuposto que com essa idade o jovem já terá alcançado um nível de escolaridade que lhe permite acesso ao mercado de trabalho, e 19 anos como marco final dessa fase que recebe a influência dos “teen” americano - até *nineteen* (dezenove), sendo a idade de 20 anos o início de uma nova fase, que se estende até os 24 anos, caracterizada como “juventude” (MARTINS, 2002).

Aproximando-se tanto a noção de juventude na atualidade quanto a abordagem realizada nesse trabalho, será utilizado o referencial teórico de Pais (2003) que, ao referir-se ao termo “paradoxos da juventude”, ressalta que além dos “diferentes sentidos que o termo juventude tem tomado”, há ainda que se considerar as manifestações que podem contrariar esses sentidos quando se adentra no cotidiano dos jovens, onde estas observações se tornam visíveis através dos seus comportamentos, como pensam e agem e o que esperam do futuro.

Ainda que em alguns momentos sejam utilizados referências teóricas que retratam a juventude de forma ampla, sem estabelecer o recorte de classe social, a análise dos jovens retratados nesse trabalho buscou destacar a realidade dos jovens pobres urbanos, filhos da classe trabalhadora, os assalariados, os autônomos, os que realizam trabalhos precários, além dos desempregados; e analisar a conjuntura atual do emprego para eles.

Assim, buscou-se integrar o aspecto etário e o contexto social desses sujeitos, como o lugar social que ocupam na sociedade, e a interferência desse contexto na forma como eles se pensam e são pensados na articulação entre juventude e trabalho.

2.1 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E JUVENTUDE

Os jovens são especialmente afetados pela crise do trabalho assim como ela se apresenta, ou seja, o não-trabalho; eles são desejosos de trabalho, mas não o têm, os que têm lidam com a precariedade, realizam aquém de seu potencial, vivendo sob a forte ameaça de perder o que foi possível conquistar.

A falta ou redução de horizontes profissionais apresenta seus maiores índices na parcela jovem da população, uma vez que as exigências do mercado competitivo e em constante transformação dificultam o acesso ao primeiro emprego.

A idéia de um passado onde o trabalho apresentava características estáveis não mais faz parte do referencial dos jovens de hoje, tornando a precariedade intrínseca e a flexibilidade uma forma atual para encontrar possibilidades de aquisição profissional e experiência, como descreve Martins (2001, p. 65):

Contrastando com um quadro, no passado, em que o jovem, uma vez alcançado o posto de trabalho, o via como permanente e nele buscava realizar-se e melhorar sua posição, a conjuntura atual é de insegurança e de grande mobilidade ocupacional. Diante da quase inexistência de trabalho em tempo integral, os jovens tendem a inserir-se no mercado com contratos de trabalho atípicos ou mais flexíveis, em tempo parcial, por tempo determinado, temporários e como subcontratação.

A parcela jovem é atingida pela precariedade do trabalho de forma peculiar, pois, ao mesmo tempo em que não contam com uma experiência profissional anterior, tendem a incorporar essas novas regras e desenvolver atitudes positivas frente ao trabalho, como se o estado de dificuldade frente às exigências do mercado lhes fosse familiar, já que não chegaram a experimentar outras formas de vivenciar esta realidade, ou seja, para eles ela sempre se apresentou assim, como um grande desafio repleto de adversidades e que precisa

ser enfrentado de “forma solitária”; ideologia essa, que segundo Frigotto (2006, p. 197), “efetiva a interiorização ou subjetivação de que o problema depende de cada um, e não da estrutura social, das relações de poder”.

O cenário do desemprego e as transformações sociais das duas últimas décadas, especialmente, apresenta uma queda significativa de oportunidades de inserção profissional, essa realidade traz como consequência a inevitável descrença dos jovens quanto às possibilidades de conquistarem espaços profissionais valorizados.

A situação de pobreza e a desigualdade social ampliam enormemente esse quadro, portanto, os jovens aqui retratados convivem com a precariedade e a escassez do trabalho de forma ainda mais prejudicada, levando em conta os desdobramentos que essa condição social estabelece em suas vidas, aproximando-os, cada vez mais, da categoria dos “inempregáveis”.

Entretanto, Frigotto (2006) apresenta uma contradição nessa dinâmica do emprego disponível aos jovens pobres, pois o número de jovens, filhos da classe trabalhadora, que trabalham e assumem funções das mais diferentes para ajudar a compor a renda familiar aumentou. Essa contradição, segundo o autor, refere-se à “exclusão” ou “inclusão precarizada”; esses jovens, assim, vão ocupando espaços residuais e cada vez mais periféricos de trabalho, que longe de ser uma escolha, representam a subprodutividade que o capitalismo destina à força de trabalho dos pobres.

Nesse contexto, a pobreza dos jovens se reflete em suas relações com o trabalho, desencadeando “processos de individualização do trabalho, superexploração dos trabalhadores, exclusão social e uma integração perversa” relativa às atividades produtivas que sobram aos jovens desqualificados, como a participação no tráfico, contrabando, prostituição, jogos, etc (GUARESCHI, 2001).

O jovem pobre que, contra todas essas adversidades, consegue a inserção profissional em um tipo de trabalho lícito, dificilmente consegue escapar da submissão exacerbada. Sales

(1994) estabelece uma vinculação entre pobreza e submissão dizendo que “a pobreza do brasileiro não é um estado que tem a ver apenas com suas condições econômicas. Ela tem a ver igualmente com sua condição de submissão política e social”, ela reflete as próprias raízes de nossa desigualdade social que se perpetuam nas relações de mando e subserviência.

A submissão no mundo do trabalho reflete, ainda, o desequilíbrio provocado pelos avanços tecnológicos, assim, conforme elucida Martins (2002), “produz-se cada vez mais com menos gente”, tornando-se uma necessidade imperiosa a requalificação do trabalhador como forma de atender as exigências do mercado de trabalho.

Os efeitos da escassez e da precarização do trabalho no novo capitalismo são demonstrados por Gazier (2004) a partir da apresentação das três novas “raridades” na visão de três grandes economistas contemporâneos, todos eles prêmio Nobel e com orientações políticas bem diferentes.

A “raridade do tempo” é apresentada por Becker. Para ele, a pobreza não é um objeto central de preocupação, sua análise focaliza os mais ricos e evidencia a perspectiva de cálculo otimizador, onde cada indivíduo deve utilizar o potencial de antecipação para realizar uma escolha profissional baseada em unidades de decisão, como por exemplo, o que pode conduzir a uma carreira mais interessante financeiramente.

A “raridade da atenção” é desenvolvida por Simon e focaliza o sujeito econômico, em especial, o trabalhador habitual, representante da classe média que precisa desenvolver dinâmicas de ação e intervenção que o ajudem a encontrar respostas para os problemas concretos encontrados no exercício de sua profissão. Segundo ele, a impossibilidade de tratar toda a informação, com o tempo necessário para assimilar e realizar descobertas, tem levado as pessoas a se contentarem com soluções temporárias, não permitindo o acúmulo de experiências necessárias para o desenvolvimento de uma inteligência plena.

A “raridade de liberdade” apresentada por Sen tem a perspectiva central sobre os mais pobres, a pobreza é apresentada não somente como uma situação de falta temporária de dinheiro, mas, especialmente, como uma situação caracterizada por um acúmulo de vulnerabilidades que, geralmente, é transmitida através das gerações. A falta de liberdade nas grandes escolhas da vida caracteriza a pobreza, tanto nos países ricos, como nos países pobres, e destaca que para se aproximar da conquista desta é necessário desenvolver e ampliar capacidades para intervir de forma engajada nas decisões que envolvem a vida em comunidade. Sen defende, ainda, a necessidade de se oferecer suportes de acesso e de apoio diversificados e bem desenvolvidos de modo a permitir que os mais desfavorecidos tenham condições suficientes para estarem inseridos no mercado de trabalho.

Sen (apud KERSTENETZKY, 2000, p. 118) refere-se aos efeitos destrutivos que a relação entre desigualdade e pobreza estabelece sobre os indivíduos:

Os fracassados e os oprimidos acabam por perder a coragem de desejar coisas que outros, mais favoravelmente tratados pela sociedade, desejam confiantemente. A ausência de desejo por coisas além dos meios de que uma pessoa dispõe pode refletir não uma valoração deficiente por parte dela, mas apenas uma ausência de esperança e o medo da inevitável frustração. O fracassado enfrenta as desigualdades sociais ajustando seus desejos às suas possibilidades.

As contribuições de Sen aos debates sobre desigualdade e pobreza parecem encaminhar essas constatações de modo a possibilitar a existência de espaços alternativos que possam oferecer suportes de apoios acessíveis e bem desenvolvidos para que os mais carentes e destituídos possam “voltar a desejar” e, assim, terem condições de assumir responsabilidades para levar adiante os seus planos de vida, sem precisar esperar pela completude da análise formal, que pode paralisar-se diante da complexidade das questões relativas ao combate à desigualdade e à pobreza, sobretudo, quando essas decisões envolvem políticas públicas

Os frágeis suportes que os jovens pobres brasileiros dispõem não são suficientes para manter suas esperanças e nem podem resistir ao medo da frustração por não conseguirem trabalho, isso porque suas trajetórias são marcadas pela repetição de seus fracassos e insucessos nessa empreitada, especialmente, em razão de suas baixas qualificações que vão à contramão dos imperativos sociais. Provavelmente, por essa razão, uma parcela significativa deles seja acometida por um processo de desistência, como “perder a coragem de escolher, e mesmo de desejar”.

Segundo Quiroga, (2002), os jovens pobres brasileiros aspiram a conseguir um trabalho, mas, na maioria das vezes, realizando poucas exigências, “todas bastante distantes da esperança do assalariamento formal”; eles costumam se adequar de forma submetida e “aceitando” a precariedade como uma “expressão de sua necessidade de sobrevivência e de desvalorização pessoal e social”.

Segundo Sarti (2007), é através do trabalho que os pobres demonstram não serem pobres, ou seja, os valores como a disposição para vencer e a honestidade são “atributos morais” que lhes permitem mais do que ascender socialmente, atribuir um valor positivo para si através do trabalho. As desigualdades sociais, assim, são compensadas quando o sujeito consegue ressignificar aquilo que o desqualifica socialmente, ou seja, o fato de ser pobre. Nessa visão, “pobre de espírito” passa a ser aquela pessoa que sucumbe aos fracassos e não consegue se reerguer pela via da produtividade.

A conotação negativa que a pobreza imprime pode encontrar, no trabalho, uma forma de se restabelecer; o pobre, ao assumir uma função de trabalho ainda que desvalorizada socialmente, pode firma-se como uma pessoa honesta que se torna enriquecida pelos valores positivos que o trabalho comporta. Isso não quer dizer que os pobres, em razão desse significado moral atribuído ao trabalho, reduzam suas expectativas relativas ao seu caráter mais objetivo, o salário é um critério fundamental de avaliação, mas não é o único.

Diante dessa perspectiva, o valor do trabalho para o pobre parece aumentar, sobretudo, pela possibilidade que ele oferece à pessoa de se afirmar como sujeito, de forma positiva frente ao olhar dos outros. Os estudos de Sarti (2007) demonstram, ainda, que o trabalho é dignificante para o pobre, tanto em atividades autônomas (trabalho informal), como em trabalhos desqualificados, como “serviço pesado”, que pode agregar outras virtudes como “coragem, força e disposição”.

Assim, diante da grande ameaça do desemprego, os jovens, especialmente os mais vulneráveis socialmente, tendem a desenvolver um “apego” maior ou mais urgente em relação ao trabalho, como forma de atenuar o sentimento de culpa e de vergonha pela desvalorização que sofrem em função de não estarem empregados. Quiroga (2002) se refere a algumas peculiaridades sobre o trabalho para o jovem pobre: “À diferença dos demais jovens, os pobres têm no trabalho uma de suas poucas possibilidades, legitimadas socialmente de garantir a existência – sobrevivência material, reconhecimento social e realização pessoal”.

Esses múltiplos significados que o jovem pobre atribui ao trabalho aumentam o seu valor, não em relação ao trabalho em si, mas, sobretudo, em relação a sua importância para lhe garantir uma identidade digna e positiva; por essa razão, ele é sempre desejado, ainda que no plano real ele consista em uma conquista difícil.

Há que se considerar, ainda, que o trabalho para os jovens pobres, na maior parte dos casos, faz parte de suas obrigações como filho, que pode implicar o abandono dos estudos, mas mesmo sendo uma obrigação, o trabalho mantém seu valor moral que corrobora para o reconhecimento pessoal e social desses jovens, além de ampliar suas possibilidades de acesso a bens e consumo que caracterizam o comportamento do jovem pobre urbano (SARTI, 2007).

Contudo, se até para almejar é necessário estabelecer parâmetros com base nos dados da realidade; como adequar a relevância do valor do trabalho para o jovem pobre aos déficits educacionais e culturais que ele tem acumulado e estabelecido em sua vida com a carência ou

ausência de referências individuais (falta de experiência), familiares (falta de suportes materiais e/ou culturais e emocionais), e sociais (falta de recursos básicos de formação e proteção)?

A tendência atual parece ser a de culpar a vítima, no sentido de se legitimar a frase perversa do “ter que se virar”; essa situação, como descreve e discorre Bendassolli (2000, p. 225), representa o atestado da “inequívoca rachadura da esfera pública brasileira”:

Não é possível admitir, junto com o ideal do indivíduo conquistador, que todos têm as mesmas chances de ser o executivo da própria vida. A realidade brasileira parece mostrar o contrário. Para certa camada da população, tornar a responsabilidade pela própria vida significa desfiliar-se da coesão, ou seja, afastar-se do “direito” a um lugar social reconhecido, afastar-se do jogo de trocas e proteções coletivas e mesmo do bem-estar social, já que o individualismo negativo [...] insere-se numa dura trajetória de lutas e dores solitárias.

As características e as exigências para estar inserido no mercado de trabalho hoje percorrem uma trajetória de excelência, onde a competição é inevitável: todos querem trabalho, mas não há trabalho para todos, mas quando focalizamos a nossa sociedade, algumas questões tornam-se mais visíveis: Quem, de fato, tem condições para competir? O que pode ser um princípio norteador para o jovem pobre que busca ocupar seu lugar de trabalhador? Até que ponto esses jovens, desprovidos de suportes sociais e de vínculos estáveis, poderão ser considerados na disputa e na conquista de um trabalho hoje?

A excelência pode ser perseguida pelo indivíduo em condições de conquistar, ou seja, por aquele que mantém uma formação continuada, que vivencia o mundo competitivo, dispondo dos mecanismos e das ferramentas necessárias para a conquista e a manutenção de seu trabalho. Mesmo nesse caso específico, os desafios são cada vez mais elevados e o preço pessoal a ser pago também é muito alto, pois não são excluídos os riscos da incerteza que é

combatida incessantemente às custas de uma pressão intensa de resultados satisfatórios, de responsabilidades individuais que não comportam a possibilidade de erro.

As dificuldades que os jovens pobres brasileiros enfrentam frente à crise e à precarização do trabalho, segundo Sposito (1994, p. 163), vem-se agravando, especialmente, nos últimos vinte anos:

Em termos gerais, a estreiteza do mercado de trabalho – pela escassa oferta de novos postos – e a baixa remuneração, expressa na perda crescente do poder aquisitivo dos salários, afetam as expectativas e comportamentos dessa faixa etária.

Segundo a autora, as oscilações do mercado de trabalho comprometem a absorção dos jovens, que mesmo dispendo de níveis de escolaridade freqüentemente superiores a de seus pais não conseguem escapar do “fantasma do desemprego”:

Castel (2003, p. 520) chama a atenção para os graves riscos que os jovens não-qualificados estão expostos frente à crise do emprego:

[...] os jovens realmente não-qualificados correm o risco de não ter nenhuma alternativa para o desemprego, visto que os postos que poderiam ocupar estão tomados por outros mais qualificados que eles. De modo mais profundo, essa lógica ameaça invalidar as políticas que enfatizam a qualificação como o caminho mais glorioso para evitar o desemprego ou sair dele.

O autor considera que a multiplicação das qualificações não ajuda a evitar nem diminuir o risco da “não-empregabilidade”, justamente pelo fato de que as baixas qualificações representam as principais causas do desemprego. Considerando essa realidade apontada pelo autor, as baixas qualificações estão em risco de estar sempre em atraso em relação à elevação do nível geral de formação.

Nesse sentido, Castel (1991) se reporta aos efeitos que a falta e a precarização do trabalho promove no caso dos jovens pobres, como estimular a formação de uma “periferia precária”; promover a “desestabilização dos estáveis”, frutos das desvantagens que acumularam em suas “trajetórias cassadas”:

Eles mostram que a desfiliação não é apenas um estado, mas uma maneira de ser (um *ethos*) vivida nessa relação com o tempo simultaneamente eterno e fugidio, com um passado muito fino, pois poucas coisas foram transmitidas familiarmente, escolarmente, culturalmente e com muito pouco porvir, pois não existem mais que frágeis suportes em que possam atar neles uma trajetória: no futuro. (CASTEL, 1991, p. 44)

A desfiliação apontada por Castel aparece de forma abrangente nas relações sociais desses jovens, incluindo a família, que, na maioria das vezes, é composta por trabalhadores “desqualificados”, e que, portanto, estão em permanente luta para superar as suas insuficiências sociais estabelecidas, e a escola, lugar que, a princípio, poderia se configurar em um suporte privilegiado para esses jovens, no sentido de favorecer a conquista de melhores oportunidades e condições de trabalho. Entretanto, o que se observa em relação a esse último é a inadequação e o despreparo das instituições de ensino frente à realidade e aos anseios dessa clientela.

Desta forma, os jovens pobres reproduzem o modelo da baixa qualificação, vividos também no ambiente familiar e escolar para o trabalho, além disso, eles se mostram desprovidos de recursos para reverter esse quadro, como descreve a análise feita por Castro (2001, p. 223):

É nesse quadro que os jovens estabelecem suas ações, interpelando e negociando quotidianamente sua inclusão na vida social. Nessa negociação, trabalham com tempos diferenciados, jogando com os recursos que encontram na rede de proteção social.

Entretanto, essa negociação permanente pela inclusão, leva a maioria desses jovens a incorporarem e desenvolverem o “estigma da insuficiência” nas relações de trabalho, retratando o modo depreciativo como eles se vêem e se imaginam vistos pela sociedade. Desta forma, em razão da falta de vínculos para sustentar as suas “faltas”, tendem a desenvolver um comportamento de isolamento, como uma reação à vergonha e ao desamparo a que estão expostos.

Esse isolamento pode traduzir-se, ainda, como “sofrimento ético político”, que retrata essa luta cotidiana e a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor. Assim, o jovem pobre ao conviver com o sentimento de inutilidade se vê impedido de desenvolver, ainda que em uma pequena escala, o seu potencial humano (SAWAIA, 2001).

O sofrimento provocado pela não inserção tende a desenvolver um sentimento de vergonha que pode, tanto impulsionar alguns jovens a combater a sua invalidação social, travando uma luta para se diferenciar e distanciar-se do lugar desvalorizado que lhe é anunciado em função da sua posição social, quanto reforçar essa invalidação através de uma postura submetida, quando ocorre “a interiorização por parte do que se vê submetido” (CARRETEIRO, 2003).

Em ambos os casos, porém, a vergonha pressupõe um “autojuízo negativo” e emerge quando a pessoa se autojulga inferior frente a um ideal que não possui, como esclarece Adorno (2002), “são as próprias representações de si que estão em jogo quando se sente vergonha”.

Os sentimentos de desamparo, de inferioridade, de desvalor e de insuficiência reproduzem e alimentam o juízo depreciativo do próprio jovem pobre frente as suas parcas possibilidades de conseguir trabalho, mas esse mesmo juízo se aproxima do modo como a

sociedade enxerga e trata esse mesmo sujeito, pois como esclarece Goffman (1988), o “indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças sobre identidade que nós temos”.

Assim, o jovem pobre ao conviver com o sentimento de inutilidade aparenta ter uma maior capacidade para absorver a realidade do trabalho informal, mas, na verdade, a “aceitação” desse modelo de trabalho se refere muito mais a uma necessidade de ajustamento ao juízo de realidade estabelecido. Eles tendem a incorporar, não por escolha, uma realidade distante das esperanças de se alcançar um trabalho assalariado formal.

O desemprego é uma preocupação que marca tão fortemente o tempo presente do jovem pobre que tende a aprisioná-lo no momento instantâneo, fazendo com que ele se sinta forçado a encontrar soluções imediatas de trabalho, tornando-o “exposto por não ter futuro a construir” (CASTRO, 2006).

O imediatismo, em parte, reflete a urgência de necessidades existenciais, como o trabalho, desencadeando a “ascensão do individualismo como um voltar-se sobre si mesmo e sobre os valores privados”, provavelmente como forma de driblar a “impossibilidade de se representar o futuro”. Assim, o desejo manifesto “de se viver intensamente o presente – culto do efêmero”, pode representar a consciência desses jovens a respeito de suas vulnerabilidades (ENRIQUEZ, 1997).

Se o jovem é consumido pela grande ameaça de seu tempo presente, que é o não trabalho, deve-se considerar que para que ele possa realizar uma projeção para o futuro é indispensável, segundo Zarifian (2002), que se estabeleça uma relação entre o tempo presente e o passado. O autor apresenta o conceito de “tempo-devir” como sendo aquele que contempla a qualidade da existência, “tal qual ela se joga no presente, em projeção para o futuro”, e é nesse tempo que se apresentam as possibilidades de transformações, pois o presente representa apenas uma forma de tensão entre um passado, cujas mutações já aconteceram, e um futuro que ainda está por vir.

Porém, será possível esse tipo de articulação entre o sujeito e o sentido histórico do tempo numa época onde o imediatismo e a instabilidade reinam? Segundo Sennett (2005, p. 107), essas duas exigências do novo capitalismo podem deixar o sujeito em permanente atividade, porém fixado no tempo da urgência e desprovido da “atenção focal”:

Nunca chegar a parte alguma, sempre na casa um, diante de um sucesso aparentemente sem sentido, ou da impossibilidade de recompensa do esforço: em todos esses estados emocionais, o tempo parece parar; a pessoa nessa labuta torna-se prisioneira do presente.

Segundo o autor, a “ansiedade pessoal com o tempo” está profundamente atrelada ao novo capitalismo, ansiedade esta fruto do risco constante, onde as experiências passadas não contam quase nada e colocam os indivíduos em uma imprecisão permanente sobre o que irá acontecer. Diante dessa realidade, o jovem aparece como sujeito mais maleável para absorver as mudanças no trabalho, sem os referenciais históricos, dispensáveis nesse contexto, estando mais dispostos tanto para assumir riscos quanto para a submissão imediata.

Entretanto, essa disposição de assumir riscos, pagando o preço da submissão desmedida, não se configura propriamente em uma virtude dos jovens, essa realidade faz lembrar mais um ato de desespero, de se agarrar onde puder para não cair na lama do desemprego. O problema é que nem mesmo os jovens podem-se segurar por muito tempo nessa situação, assim, ao caírem, eles estarão tanto enfraquecidos quanto desorientados para se posicionarem diante de um futuro que não chegou a ser pensado.

Segundo Pais (2003), “as perspectivas de futuro profissional, globalmente consideradas, não variam muito em função da classe social de origem dos jovens portugueses”. O autor destaca, entretanto, uma novidade, que é o fato dos jovens estarem sendo consumidos pela incessante e difícil conquista de um trabalho no tempo presente,

comprometendo, assim, as suas possibilidades de intervirem, eles próprios, na conquista de um futuro profissional compatível com suas aspirações pessoais.

Carreiro (2003) se refere às estruturas mediadoras que podem operar criando mecanismos que possam reestabecer e superar “a falha na confiança” que esses sujeitos construíram ao longo de suas trajetórias “fracassadas”. Para tanto, a autora traz o conceito de “espaços intermediários” que, em linhas gerais, se trata de uma instância capaz de exercer a função de articular as diferenças permitindo um trabalho psíquico que “restaure o sentimento de confiança”. O encaminhamento da proposição da autora para a criação de espaços intermediários onde os mais afetados socialmente, como os jovens pobres, possam se agrupar não apenas como uma “massa de desqualificados, mas especialmente” como sujeitos acolhidos em suas singularidades que podem desenvolver suas habilidades para poder criar ou transformar estruturas sociais.

A precarização do trabalho afeta, predominantemente, a parcela jovem da população. Dentre os principais fatores, pode-se destacar o fato do jovem dispor de pouca ou nenhuma experiência profissional, estando, assim, mais “disponível” para encarar as adversidades e os imperativos sociais que regem o mundo do trabalho no novo capitalismo.

Pode-se destacar ainda, que os referenciais de estabilidade no trabalho não chegaram a se constituir em uma realidade vivida pelos jovens, suas visões de trabalho correspondem ao ideal de trabalho proposto pela flexibilização, pelo menos como consciência sobre estreiteza do mercado, competitividade, pluralidade de funções, instabilidade, imediatismo, e todas as demais características que configuram o modelo atual de trabalho; eles (jovens) são, portanto, menos suscetíveis a desenvolverem os “estranhamentos” que as pessoas de meia idade manifestam frente a esse novo formato de trabalho.

Entretanto, a condição juvenil não liberta essas pessoas do mal-estar e do sofrimento causados pela precarização do trabalho, embora, como se pode ver, nunca tenha havido uma

relação harmoniosa entre empregados e empregadores. Porém, hoje, embora se tenha alcançado a livre negociação, ou seja, menos intervenção aparente de dominação, estamos diante de um novo modelo, que parece ter dado uma carta de alforria aos assalariados minando suas possibilidades de alcançarem a auto-suficiência pela via do trabalho, recriando novas formas de dominação, mais poderosas porque menos claras.

O jovem como “metáfora social” torna-se o depositário das angústias e esperanças da sociedade, assim, como descreve Passerini (apud MATHEUS, 2002, p. 95):

O jovem como conceito simbólico revela-se o concentrado das angústias da sociedade – do desemprego ao sentido de inutilidade da vida - mas torna-se também o modelo do futuro, portanto, ameaça e esperança.

A questão que se coloca aqui em relação ao jovem e ao trabalho é: Como ele irá manter a esperança frente à constante ameaça do desemprego?

Essa situação reflete a falta de confiança generalizada que tomou conta do universo do trabalho para todas as idades, mas pensar que o jovem pode absorver e digerir melhor essa realidade parece um engano, especialmente pelo forte apelo antinatural que impede a construção de laços de solidariedade, de troca entre os pares de profissão e, principalmente, pela inverdade apregoada de que o ato de se voltar para si, para os interesses privados, faz com que aqueles que têm maior potencial de ataque sejam os vencedores sempre. Entretanto, ninguém é vencedor sempre e todos, inclusive os mais auto-suficientes, precisam em algum momento do outro.

Se for verdade que todos desejam trabalho, mas não há trabalho para todos, pode-se concluir que o jovem também quer trabalho, porém ele é atingido de forma mais contundente pela crise do emprego. Então, que tipo de trabalho resta para essa parcela da população? Nesse ponto, é possível aproximar-se do rosto do jovem tratado nesse trabalho, ou seja, o

jovem pobre, urbano, filho da classe trabalhadora porque existe uma diferença na perspectiva de trabalho para jovens de classes sociais distintas.

Os jovens da classe social privilegiada podem dispor de mais tempo de preparação, através dos estudos, aperfeiçoamentos, e realizar uma inserção profissional que se inicia, sem emergência, através de estágios de longa duração, que mesmo não remunerados lhes permite trilhar um caminho mais próximo do que se pode entender como carreira. Essa disponibilidade de tempo para aprender sem “precisar” receber salário permite a esse jovem criar elos e ter acesso aos conhecimentos e articulações de seu *metier* que pode se reverter num futuro profissional mais promissor.

O jovem pobre, entretanto, além de não ter essa mesma disponibilidade de tempo e de oportunidades, é desprovido de diversos outros recursos: materiais, educacionais, culturais e, em muitos casos, familiares, que dificultam sobremaneira sua inserção, especialmente porque o mercado competitivo dispõe de outros jovens que estarão sempre em vantagem na concorrida disputa por um emprego. Então, o que sobra para eles? Muito pouco ou quase nada, melhor dizendo, hoje esses jovens seguem com seus quebra-galhos, com sua força de trabalho subutilizada e seu potencial criador e de desenvolvimento comprometidos pela emergência de suas realidades precárias.

Vendo esses jovens dentro do contexto brasileiro, é possível imaginar um jovem com medo de sonhar porque não aprendeu a ter grandes esperanças no campo do trabalho. Eles realizam pouca exigência, porque com mais ou menos defesas sabem que se encontram no final da fila dos escolhidos para o emprego, especialmente os com carteira assinada, como a maioria deles aspira.

O risco de esses jovens se tornarem “inempregáveis”, como alerta Castel ao se referir aos jovens com baixa qualificação, parece já ter se concretizado, pelo menos para uma grande parcela dos jovens pobres brasileiros. O emprego com salário e proteção social não se

constitui em uma realidade, o que se pode verificar, contudo, é a existência de um mercado residual no qual esses jovens já transitam há algum tempo, porém não com facilidade.

O serviço pesado para os homens e o trabalho doméstico para as mulheres podem ser constituídos como exemplos que caracterizam as atividades disponíveis para os jovens pobres urbanos. Entretanto, com a democratização do ensino, pelo menos até a conclusão do ensino médio, o que se observa é que os valores adquiridos na escola em relação à formação para o futuro profissional não correspondem à realidade vivida por esses jovens; eles são levados, pelos conhecimentos adquiridos na escola, a aspirar ocupações mais valorizadas socialmente que fazem parte de um senso comum de que o estudo pode garantir um trabalho.

Além disso, o acesso à comunicação tanto televisiva quanto computacional aproximou os desejos de consumo dos jovens de classes sociais distintas, todos querem, por exemplo, adquirir a mesma marca de tênis. Da mesma forma, no universo dos grandes e médios centros urbanos, o trabalho se tornou cada vez mais um critério para atribuir valor à pessoa, então, é de se esperar que o jovem pobre que vive essa realidade não deseje qualquer trabalho.

Se ele estuda, tem acesso às informações, lida com o computador, ou seja, recebe estímulos de toda a ordem, ainda que em uma escala bastante inferior à dos jovens de classe média, é natural que suas aspirações de trabalho sigam uma tendência de desenvolvimento que o aproxime, ainda que em tese, dos jovens mais favorecidos socialmente. No entanto, na prática, a realidade é outra, e eles também sabem disso e sofrem com essa incoerência, especialmente aquela relativa à promessa da preparação.

Os jovens pobres urbanos precisam, então, conviver com esse paradoxo entre educação para todos e oportunidade de trabalho para poucos, tentando se virar como podem. Os menos vulneráveis tendem a se manter escolarizados para não perder o pouco de oportunidade que lhes resta e realizam o esforço para conciliar estudo e trabalho, pelo menos

até a conclusão do ensino médio, que pode garantir-lhes uma vaga em um “serviço” melhor, como balconistas, caixas de supermercado, vendedores em geral.

O plano de seguir uma carreira, entretanto, parece um sonho perigoso para esses jovens, porque a possibilidade de não conseguirem levar adiante esse sonho é quase certa. A consequência dessas incoerências não passa despercebida por eles, eles costumam “recolher o acampamento” porque não se consideram capazes de fazer valer suas reivindicações, a resignação torna-se, então, o caminho sem escolha, resignação no sentido utilizado por Sennett (2005), ou seja, “um reconhecimento do peso da realidade objetiva”.

2.2 JUVENTUDE POBRE E TRABALHO: DESIGUALDADE SOCIAL E SEGREGAÇÃO ESCOLAR

Com o processo de democratização do ensino, muitas pessoas que antes estavam excluídas do sistema educacional, tanto por uma condição social insatisfatória, quanto pela dificuldade de encontrar um estabelecimento de ensino próximo, população rural, por exemplo, passam a ter um acesso progressivamente facilitado à escola. Ao se expandir, a instituição escolar brasileira ampliou também a inclusão de diversos grupos e classes sociais que não integravam a escola como um de seus espaços formativos:

A instituição escolar, ao se expandir, surge também como um espaço de intensificação e abertura das interações com o outro e, portanto, caminho privilegiado para a ampliação da experiência de vida dos jovens que culminaria com sua inserção no mundo do trabalho. (SPOSITO, 2005, p. 90)

As considerações da autora são acrescidas da constatação de que “a escolaridade já não se afigura mais como garantidor da entrada no mundo do trabalho”; essa afirmação se refere, especialmente, ao ingresso no mercado formal de ocupações, afetando especialmente

os jovens pobres que possuem uma educação formal insatisfatória, dificultando sobremaneira o “acesso aos degraus mais elevados do sistema de ensino”.

O incentivo à educação formal e para todos vai aos poucos se transformando numa realidade bem difundida hoje, mesmo considerando os graves problemas sociais brasileiros, não se pode negar que é mais fácil estudar hoje do que há 40 anos. Ser alfabetizado e concluir o ensino médio é o mínimo que se espera de um jovem em termos educacionais, entretanto, essa ampliação do acesso à escola não facilitou a via de acesso para o mundo do trabalho, especialmente para os pobres.

Para eles, os obstáculos ultrapassam o cenário das escolas com seus conteúdos uniformes que normalmente passam à margem das diferenças sociais, assim, o que se chama pedagogicamente de ensino formal, torna viável o acesso às informações de forma padronizada com conteúdos pedagógicos que seguem uma tradição de ensino originalmente direcionada a classes sociais favorecidas e que, portanto, encontram uma série de dificuldades, a começar pela linguagem que se estabelece em sala de aula e o pouco significado que ela transmite àqueles que não conseguem encontrar vias de aplicabilidade ao que está sendo transmitido.

As primeiras vítimas acabam sendo os recém-formados; os alunos e estudantes de famílias pobres conseguirão, no máximo, ao final de um longo e, na maioria das vezes, penoso e dispendioso percurso escolar, obter um diploma pouco valorizado. O provável fracasso desses jovens se torna hoje ainda mais estigmatizante que no passado, pois “aparentemente” eles tiveram uma chance, estudaram, assim, entra-se em uma era onde o aumento do desemprego inclui os indivíduos diplomados e, portanto duplamente excluídos e desvalorizados:

[..] a instituição escolar é vista cada vez mais, tanto pelas famílias como pelos próprios alunos, como um engodo e fonte de uma imensa decepção

coletiva: uma espécie de terra prometida, sempre igual no horizonte, que recua à medida que nos aproximamos dela. (BOURDIEU, 1997b, p. 483).

Ao mesmo tempo em que a escola se torna mais acessível, os conteúdos programáticos por ela adotados passam a funcionar como o novo divisor de águas entre a escolaridade feita para os ricos e a feita para os pobres. Esses conteúdos escolares ensinados funcionam de forma diversificada nas escolas para ricos, onde são incluídas algumas disciplinas complementares que vão além das matérias clássicas ensinadas nas escolas públicas, com uma ou mais disciplina de língua estrangeira, aulas de informática, de orientação vocacional, ou seja, disciplinas complementares que vão surgindo em consonância com as demandas e necessidades estabelecidas pela sociedade capitalista, visando sempre a uma melhor preparação do aluno para enfrentar as novas exigências do mercado competitivo de trabalho.

Essa realidade é demonstrada por Castro (1999) em uma pesquisa realizada em 9 estados brasileiros, no ano de 1999 com jovens em situação de pobreza; segundo essa pesquisa, as dificuldades encontradas por eles para conquistar trabalho referem-se, especialmente, ao fato de que as mudanças no mundo do trabalho se traduzem, em grande parte, pelo aumento das exigências que o mercado estabelece quanto às habilidades necessárias para a contratação, “como conhecimentos de informática e línguas estrangeiras”.

Esse cenário afeta especialmente os jovens de setores populares e remete a uma reflexão sobre o insuficiente investimento educacional disponível para esse segmento, incapaz de minimizar os atritos referentes à participação no mercado de trabalho pela baixa e deficitária qualificação que dispõem, confrontando com a “necessidade de fontes de sobrevivência de grande parte da população jovem e de seus familiares que do seu trabalho dependem”:

[...] trabalho e juventude são campos de polêmica, inclusive no meio internacional, não havendo consenso sobre a propriedade da inserção no mercado de trabalho quando se trata de uma população que, em princípio, deveria estar dedicada aos estudos [...] Contudo, é um dado a participação de jovens brasileiros na população economicamente ativa (PEA) – como empregados ou desempregados em busca de trabalho. No Brasil, a PEA de 15 a 24 anos correspondia, em 1995, a 65,2% dessa faixa etária, representando 18,8 milhões de jovens. (CASTRO, 1999, p. 44)

As especificidades da realidade brasileira evidenciam a gravidade da situação desses jovens que necessitam conciliar trabalho ou algum tipo de geração de renda aos estudos, porém eles sofrem com as conseqüências do ensino deficitário que recebem na rede pública, colocando-os numa desvantagem sem medida frente aos alunos das escolas particulares que dispõem de todo um arsenal de instrumentalização para melhor qualificar seus alunos, instaurando práticas de exclusão, apontadas pelos próprios jovens participantes da pesquisa, que consideraram que o fato de “não estudarem em escolas que os preparem para a competição do mercado”, configura-se como uma das principais causas que dificulta conseguir um emprego (CASTRO, 1999).

A brutal diferença que o ensino formal estabelece entre as diferentes classes sociais é perturbadora e confunde o jovem pobre, especialmente porque ele acredita que a sua passagem pela escola é fundamental para que ele possa vir a ser “alguém na vida”, e seu esforço em realizar essa passagem pela escola não corresponde e nem consegue alargar as oportunidades de trabalho. Essa realidade é demonstrada na pesquisa realizada por Castro (1999, p. 51):

Os jovens reconhecem a dificuldade de acesso ao trabalho especialmente devido aos requisitos quanto à escolaridade, ou seja, à tendência de o mercado exigir níveis cada vez mais elevados de escolaridade para atividades as mais diversas, muitas das quais que em outros tempos não apresentavam tal exigência: (grupo focal com jovens). Para poder trabalhar tem que ter os estudos todos. Porque hoje o 2º grau não é nada. É preciso terminar o ano, para fazer o vestibular e para poder trabalhar.

No entanto, essa mesma pesquisa aponta para a manifestação de “perplexidade e de desalento com a perda do significado da escolaridade como credencial para o trabalho, expressão de uma conjuntura que eles próprios estranham”, pois continuam destacando a importância da escola para a conquista de melhores e maiores possibilidades no campo profissional, mas, por outro lado, reconhecem suas desvantagens frente aos estudos deficitários que recebem como jovens de classe social desfavorecida.

Portanto, o fato de estar inserido na escola provoca uma dor silenciosa pela promessa que dissimula a real impossibilidade de se alcançar um sucesso através dos estudos, estabelecendo uma lógica social que penaliza a própria vítima.

Ao mesmo tempo em que o jovem pobre se vê “obrigado” a não sucumbir ao esforço de buscar ampliar suas chances pela via escolar, ele sofre a culpa por não conseguir superar a insuficiência dos poucos recursos educacionais que recebeu, insuficiência essa que se estende para o campo profissional quando confrontado a outros níveis mais privilegiados de escolarização.

Assim, Bourdieu e Champagne (1997, p. 485) discorrem sobre a relação-diferenciação que se estabelece entre o capital escolar e o capital cultural:

[..] os alunos oriundos de boas famílias receberam o senso do investimento, assim como os exemplos e os conselhos capazes de sustentá-lo em caso de incerteza, e estão assim em condições de investir na hora certa e no lugar certo [...]; enquanto os oriundos de famílias pobres, e especialmente os filhos de imigrantes, na maioria dos casos abandonados a si mesmos já desde o primário, e obrigados a entregar suas escolhas à instituição escolar, ou ao acaso, para encontrar seu caminho, num universo cada vez mais complexo, e por isso votados a errar a hora e o lugar no investimento do seu reduzido capital cultural.

Segundo esses autores, a escola exclui como sempre, porém atualmente essa realidade ocorre de forma continuada e em todos os níveis. Esse impasse sobre o jogo de

ilusões da escola, hoje, provoca uma grande angústia nos jovens que já não podem esperar tanto do diploma que conquistarão.

Quando os jovens pobres conseguem alcançar essa meta, a de concluir uma etapa de formação escolar, podem perceber e até antever que o diploma para o qual se prepararam para receber não passa de um título desqualificado que compromete inclusive a continuação dos estudos na universidade, nos casos em que isso é possível. Assim, as faculdades as quais terão acesso mantêm um nível de qualidade inferior e igualmente desqualificado, dificultando mais uma vez a proposta de se levar adiante a convicção de um investimento escolar que sabem não ter futuro assegurado.

Há uma contradição contida nessa proposta de oferecer ensino a todo mundo, como a frase corrente “educação para todos”, pois se pela aparência não se pode deixar de admitir a ampliação e uma maior facilidade de acesso à educação no Brasil, sabe-se que essa educação é desigual e que, portanto, reforça e legitima a desigualdade das condições e possibilidades que jovens de classe social distintas possuem para conquistarem um espaço profissional.

A incerteza do futuro parece agravada pelas incertezas e instabilidades do presente, assim, o contexto que os jovens de uma forma geral encontram dentro do sistema educacional é acentuado no caso do jovem pobre em razão das repetidas frustrações provenientes de uma escolaridade desigual.

Nesse sentido, a escola não poderia compor o universo de incertezas característicos de nosso tempo, porque ela representa uma via privilegiada de acesso ao mundo adulto, de preparação para o universo profissional, entretanto, o que se assiste hoje é que ela já não cumpre esse referencial de suporte real, porque não pode garantir uma estabilidade suficiente para o desenvolvimento pessoal e profissional, sobretudo para os pobres.

Essa falta de controle sobre o presente e sobre o futuro, que atinge especialmente os jovens mais vulneráveis socialmente, favorece um tipo de comportamento que caracteriza

essa falta de domínio sobre as situações a que estão submetidos, assim, esses jovens e suas famílias tendem a buscar a permanência nesse estado de incerteza sobre a conquista de um futuro melhor pela via escolar, porque não dispõem de outros recursos que possam instrumentalizá-los para enfrentar um futuro tão incerto quanto ameaçador.

Assim, a “realidade utópica” constitui-se em uma manifestação freqüente no caso dos jovens pobres; a escolha de permanecer na incerteza torna-se um escudo contra uma realidade ameaçadora, assim como as projeções para o futuro com um elevado nível de aspiração demonstram a ausência de recursos internos de proteção.

Figueiredo (2003) se refere a esse tipo de manifestação como uma “realidade utópica” dos jovens pobres apontados durante a pesquisa realizada com jovens entre 14 e 24 anos no Rio de Janeiro. Para a autora (2003, p. 139), “o alto nível de expectativa [...] convive com uma realidade onde o que se almeja é pouco acessível; as fantasias estão muito distantes de se realizarem e o estado de satisfação é quase inatingível”.

O risco de permanecer na “realidade utópica” é que a linha que separa a idealização dos projetos de vida e a inacessibilidade de sua aplicação pode levar, como freqüentemente ocorre, ao reverso da idealização, manifestado no movimento de desistência, quando os jovens deixam de criar qualquer expectativa quanto aos seus interesses e perspectivas futuras.

O resultado desse “projeto irrealista” é a manifestação de um desejo “perdido, desfocado”, de quem não dispõem de estratégias de ação para atuar em sua própria vida e que, portanto, tenta esconder a sua fragilidade dando uma impressão de grande suficiência (BOURDIEU, 1997).

Todos esses mecanismos representam uma “fuga negativa” dos jovens pobres, pela certeza de que dificilmente irão conseguir uma superação, e o permanecer onde estão passa a ser o máximo que podem almejar. Reconhecer a verdade que o sonho de fuga tentava negar pode ser entendido como forma sábia que Bourdieu (1997, p. 490) descreve como uma

“espécie de teoria da economia das trocas escolares”, funcionando como um mecanismo que busca dar um fundamento racional à arte de sobreviver com o mínimo esforço no universo protegido da escola; “[...] esta arte de permanecer tem como principal efeito prolongar o estado de indeterminação escolar e autorizar assim a sobrevivência imaginária dos desejos que a própria escola não pára de destruir”.

Sobreviver, assim, parece representar uma forma possível para viver uma realidade tão dramaticamente adversa que mais do que paralisar necessita de uma rota de fuga do tipo delirante, capaz de transformar a necessidade em virtude e a instabilidade em partido, cuja militância não tem outro propósito senão o de tentar não piorar ainda mais as coisas. Assim, o estado provisório e incerto se torna um espaço relativamente confortável do ponto de vista da ameaça de um outro estado eminentemente mais fracassado.

Do ponto de vista do sofrimento, a manifestação da “realidade utópica” só surge quando todos os outros mecanismos de proteção falharam e a dor se torna tão intensa que, entre “matar” o desejo ou tentar sobreviver com ele de forma imaginária, é uma “escolha” individual que marca as características de cada sujeito.

Em ambos os casos, entretanto, eliminar a dor - deixar de desejar, ou mascarar a dor - desejar o improvável, paralisa os mecanismos de luta e de ligações com as conquistas possíveis. Nesse aspecto, a escola e a intermediação dos professores, como agentes facilitadores para recuperar o desejo e voltar a acreditar, poderia servir como um dos principais veículos, ou talvez o principal, que restam aos jovens pobres para interromper a sucessão de fracassos e vislumbrar um futuro melhor.

A expectativa de alcançar o sucesso pela via escolar é o senso comum que penetra todos os espaços sociais no contemporâneo, por essa razão, muitas famílias se sacrificam financeiramente para oferecer um ensino mais privilegiado para seus filhos, que muitas vezes

precisam abrir mão de valores constitutivos de seu espaço familiar e cultural em prol de uma adaptação forjada exigida pelo modelo educacional formal.

Esse distanciamento entre as raízes culturais e os fundamentos de um ensino elitista confronta o jovem pobre a se debater em conflitos internos, onde para se adaptar minimamente neste novo espaço, ele deve, em muitos casos, repudiar suas origens para não sofrer as humilhações sobre as diferenças de critérios decorrentes do deslocamento de classe social.

Entretanto, nesses casos em que a família tenta suprir seus déficits existenciais através do investimento no futuro educacional de seus filhos pode trazer conseqüências desastrosas como apontado por Accardo (1997, p. 596), através da manifestação de um jovem cuja família percorreu essa trajetória de sucesso:

Foi a escola que, ao recusar-lhe reconhecimento, contribuiu poderosamente para moldar sua sensibilidade exacerbada a todas manifestações de desprezo de classe. Equivalente ambíguo do desgosto amoroso, inverso de um fascínio e de um desejo furtivo de reconhecimento que é ao mesmo tempo reação às humilhações escolares [...]. a todos os comportamentos pelos quais as aristocracias colocam os intrusos no seu devido lugar [...].

A trajetória desses “estranhos” ao sistema educacional acaba sendo reforçada e agravada pelo sentimento de menos valia relativo aos sucessivos embates na busca incessante de ajustamento, assim eles são levados e incentivados a adotarem uma imagem insegura e depreciativa de si frente aos veredictos sociais que, ainda que de forma sutil, conseguem impor seu poder de dominação e realizar a clara distinção entre os que podem e os que não podem ocupar os espaços socialmente privilegiados.

Esses veredictos são analisados por Bourdieu (1997, p. 589) através dos múltiplos conflitos vividos pelas famílias pobres em relação à escola:

[...] os julgamentos negativos que afetam a imagem de si encontram um reforço, sem dúvida muito variável em sua força e sua forma, entre os pais, que duplica o sofrimento e coloca a criança e o adolescente diante da alternativa de se submeter ou de sair do jogo por diferentes formas de negação e de compensação ou de regressão.

Essas variáveis dizem respeito, especialmente, às formas como os pais compreendem as exigências, manifestas e sutis, presentes na educação formal, essas representações irão estabelecer o grau de confiança que deverá guiar as relações entre a família e a escola. Deve-se considerar, entretanto, que a instituição escolar, através de sua visão essencialmente meritocrática, não está disponível para acolher as diferenças tanto culturais como sociais e individuais.

A realidade brasileira no campo de escolarização reflete a afirmação de Frigotto (2006), de que o “acesso à escola não garante, por si só, uma educação de boa qualidade”. O autor aponta a associação de três aspectos que penalizam os jovens da classe trabalhadora em relação à escola pública:

O primeiro aspecto diz respeito ao dualismo explícito formalmente ou pelo tipo de escola que se oferece e que se perpetua ao longo de nossa história: uma escola de acordo com a classe social [...]. O segundo aspecto refere-se ao desmonte da escola básica, tratando-a não como direito, mas como filantropia e mediante campanhas de ‘amigos e padrinhos da escola’ ou ‘adoção e voluntariado’. O ensino médio e público é predominantemente noturno ou supletivo. (FRIGOTTO, 2006, p. 191-192)

O autor finaliza essa abordagem destacando que, nos anos 90, se efetivava a desqualificação da escola básica pública brasileira pela adoção imposta do “ideário da pedagogia do mercado”; essa pedagogia das competências visando o emprego é responsável, segundo Frigotto, por “uma falsificação perversa”, pela inverdade contida nesse ideário, porque os jovens com baixa qualificação dificilmente conseguem-se inserir de forma

minimamente satisfatória, pois o fato de serem pobres faz com que eles sejam privados de uma educação de qualidade.

Se, por um lado, a escola se constitui, no senso comum, num núcleo indispensável para que o jovem possa aspirar um futuro melhor, já não se pode ocultar a sua ineficácia no que se refere ao seu papel social inclusivo, nisso ela é falha e tem dificuldade em se adaptar à realidade incerta, tornando-se, ela própria, incerta quanto aos seus propósitos.

O tempo em que se permanece institucionalizado pode representar uma forma de proteção, mas é também uma ilusão difícil de se encarar justamente pelo impacto forte e negativo que comporta, pois enquanto se está na escola, algo está sendo feito, talvez o indispensável e imperfeito papel de se conseguir ao final um sucesso improvável. Quando a lucidez aumenta, nesse sentido, amplia-se também o medo da exclusão com prazo marcado para acontecer, ou seja, quando se sai da escola.

A insuficiente capacidade do Estado em garantir os mais elementares serviços públicos, com destaque nessa abordagem para a área da educação, amplia de forma significativa a massa de excluídos, que se encontra cada vez mais enfraquecida, tanto para enfrentar as adversidades de sua condição social desfavorável como para encontrar mecanismos próprios de ação e superação.

De um modo geral, a intervenção estatal sobre a camada pobre da população não se difere essencialmente na maioria dos países, incluindo os mais desenvolvidos, ou seja, identifica-se o público alvo e aplica-se sobre ele um tipo de ajuda paliativa, incapaz de promover a inclusão social, mantendo os desfavorecidos em um lugar desvalorizado e com poucas perspectivas de futuro.

O Brasil, entretanto, encontra-se mais defasado em relação à formação educacional, como descreve Pochmann (2006, p. 225):

Comparativamente, o Brasil encontra-se ainda defasado, com sistema educacional inadequado para a maioria dos jovens, não permitindo que todos completem o ensino médio. Se há problemas de natureza quantitativa já identificados, maiores são ainda os problemas de qualidade do ensino médio e superior.

Essa realidade traz como consequência mais expressiva o acúmulo de frustrações que o jovem pobre começa a computar desde muito cedo no universo do trabalho, como o desemprego recorrente e ocupações com baixa remuneração que tendem a se instalar de forma permanente.

Bourdieu (1997, p. 223) realiza uma reflexão sobre a atuação estatal e sobre os efeitos indesejáveis de uma distribuição desigual dos recursos de seu capital econômico e cultural:

[...] estamos vendo como a demissão ou retirada do Estado determinou efeitos inesperados – em todo caso, nunca desejados verdadeiramente; ora, tais efeitos são de natureza a ameaçar, com o passar do tempo, o bom funcionamento das instituições democráticas, se uma política bem firme de um Estado decidido a encontrar realmente os meios para colocar em prática as intenções não vier, com toda urgência, a superá-los.

O desafio contemporâneo da pobreza, entretanto, não se resume somente em aplacar os aspectos mais degradantes através da distribuição de “prêmios” aos desassistidos, aos desempregados de longa duração, aos jovens pobres que não conseguem conquistar o primeiro emprego, às famílias cujos recursos financeiros são insuficientes para cobrir seus gastos mensais.

O aspecto mais dramático da condição de pobreza hoje parece estar especialmente relacionado à dissociação social que afeta todos os indivíduos em condição de desvantagem, os quais Castel (1991) chama de desfiliaados. Sendo assim, o que o autor defende é que o investimento do Estado deveria concentrar esforços para preencher este vazio social a fim de superá-lo.

Dentre os inúmeros problemas vivenciados pelas famílias pobres, pode-se destacar a dificuldade para conquistar uma maior equidade de oportunidades, suas possibilidades de inserção diminuem na mesma proporção em que aumentam os déficits estruturais a que estão submetidas, especialmente no contexto de uma nação desigual como a nossa.

Os pais de classe popular, de forma geral, almejam uma educação de qualidade para seus filhos, mesmo os mais desprovidos culturalmente já incorporaram a idéia, muito bem difundida, de que a educação escolar representa uma das únicas formas possíveis de ascensão social. Entretanto, essa constatação vem acompanhada por uma outra, ou seja, por mais que essas famílias invistam na educação de seus filhos, esse investimento se mantém insuficiente se comparado àquele recebido pelos filhos provenientes de famílias de classe social privilegiada.

Acrescenta-se a isso, o fato de que as famílias pobres já carregam, normalmente a várias gerações, uma herança cultural marcada pela falta, cujos déficits acumulados tendem a permanecer de forma continuada e piorada, uma vez que o “estigma da insuficiência” permanece e precisa se adaptar aos diferentes modelos e formatos apresentados pela crise social nos diferentes momentos históricos, e que afeta de forma mais contundente a camada pobre da população, herdeira de uma posição social deficitária tanto do ponto de vista econômico como cultural, e que incorporou, ainda, os aspectos subjetivos da posição desvalorizada que ocupa, como os sentimentos de inutilidade, vergonha e medo.

No contexto da desigualdade social coexiste uma defasagem significativa nas famílias pobres entre os valores e conceitos aprendidos na escola por seus filhos e o modo de vida dos pais, normalmente sem escolarização. Para os jovens que conseguem manter-se na escola, a influência do modelo democrático e de princípios universalistas gera uma contradição, pois não condizem com a realidade a que estão submetidos, reforçando o

sentimento de exclusão frente a um mundo teoricamente conhecido, mas que é ao mesmo tempo distante, praticamente inatingível.

Segundo Eisenstadt (1976), as sociedades modernas são o tipo mais puro de sociedade sem parentesco, havendo uma segregação da vida familiar em relação às outras esferas institucionais. Os papéis de pais e filhos, típicos da vida familiar, estão segregados dos demais papéis representados nas principais esferas da vida adulta, onde o funcionamento da sociedade é baseado em critérios universalistas, de desempenho e especialização. Assim, segundo esse autor, a escola foi criada para preparar o indivíduo em relação à grande especialização econômica e profissional da sociedade moderna, tarefa que está além das possibilidades da família.

Entretanto, o que se aprende na escola, tanto do ponto de vista pedagógico, com vistas a um desenvolvimento profissional futuro, quanto do ponto de vista dos princípios universalistas por ela propagados, não podem reproduzir-se satisfatoriamente na vida real, devido às fortes barreiras e diferenças sociais que impedem o fluxo natural de se ter condições mínimas para atingir a inserção plena. Pode-se dizer, então, que a escola falha em seu papel integrador ao preparar de forma desigual os indivíduos que se encontram diferenciados dos padrões de comportamento e produtividade por ela determinados.

O ideal educacional concentrado na expectativa de alcançar uma melhor posição social encontra seus entraves, fundamentalmente, na desigualdade de condições desempenhadas pelas instituições de ensino e pela defasagem de oportunidades dela decorrentes.

Portanto, para os jovens pobres a permanência longa na escola é dificultada pelo lugar desvalorizado que eles ocupam dentro do sistema social, lugar este reproduzido no sistema educacional pela baixa qualidade de ensino, incapaz de garantir a todos as condições necessárias para participar e produzir.

Sendo assim, a insuficiência dos recursos pedagógicos e institucionais disponíveis para as classes populares está associada às dificuldades da própria instituição escolar em destruir os privilégios hereditários e respeitar as capacidades individuais. Essa dinâmica que permeia a realidade dos desassistidos funciona como barreiras que dificilmente poderão ser superadas na etapa pós-escolar quando o jovem ingressar no escasso e competitivo mercado de trabalho.

O jovem pobre que frequenta a escola pode prever um futuro pouco promissor, seu esforço em se manter escolarizado está comprometido pela sucessão de fracassos incorporados por ele de forma muito profunda em razão da posição social que ocupa, instala-se assim, “um conjunto de reações de angústias secundárias ao fracasso social que representa a má apreciação pela escola”. Esses jovens mal escolarizados também são mal apreciados no ambiente escolar e esse percurso institucional continua acumulando uma experiência degradante na escola que é incapaz de “valorizar os mais deserdados”, ao contrário, esses são penalizados duplamente, e quando tentam suprir os déficits sociais pela via escolar, sofrem nesse ambiente o reforço e a ampliação de sua própria invalidação social (DOLTO,1988, p. 256).

Entretanto, o valor dado à educação escolar hoje está condicionado à idéia de que a transformação da sociedade deve começar na escola, sendo, portanto, esta formação indispensável na conquista da autonomia. Desta forma, ainda que desacreditados, os jovens desfavorecidos precisam lutar contra a discriminação social e alimentar sozinhos uma esperança enfraquecida para permanecerem em um espaço escolar que além de segregar, também não oferece boas perspectivas de futuro.

O que leva muitos jovens a insistirem, de forma muitas vezes penosa, em permanecer e não sucumbir às exigências de uma formação escolar, deve-se ao fato de reconhecer nela a única via de acesso ao mundo profissional, porém não conseguem realizar uma projeção

razoável de futuro, tornando a permanência na escola desinteressada na medida em os valores por ela defendidos não estão de acordo com suas necessidades e nem levam em conta as diferentes realidades, sociais e individuais.

A falta de recursos oferecidos em um ambiente escolar desvalorizado dificulta as atitudes no presente e promove a incapacidade de planejar um futuro, assim os jovens que vivem essa realidade estão presos no tempo presente, consumidos pela dificuldade de existir com um mínimo de dignidade, acorrentados em suas próprias fragilidades atuais.

O aumento dessas vulnerabilidades tende a crescer, diminuindo suas capacidade de agirem a favor de si, assim, permanecem enraizados nas instabilidades e incertezas do tempo presente, afinal, quem seria capaz de preparar um futuro melhor em condições tão fortemente marcadas pela falta de inscrição social? Saberiam eles organizar-se internamente estando desnutridos e despossuídos de suas capacidades de ser?

A soma de dificuldades encontradas pelo jovem pobre no sistema escolar e no mercado de trabalho forma o resultado de seu “capital simbólico negativo”, cujas marcas da condição de pobreza estão muito presentes, funcionando como “sinais exteriores de sua configuração corporal”, facilmente percebido através de suas falas, local de moradia, suas vestimentas. Todos esses fatores vão modelando as formas de se perceber o mundo, havendo uma afinidade entre esses jovens quanto à condição pré-estabelecida de instabilidade, caracterizada e mais visivelmente manifestada no emprego temporário (BOURDIEU, 1997).

A consciência da necessidade de um diploma hoje vem acompanhada de uma exigência a mais, que é a qualidade que esse diploma deve apresentar para poder ser considerado na disputa por um trabalho. Esse culto à excelência atinge de forma bastante significativa e dramática a camada desfavorecida da população, os jovens pobres sabem que a conquista de um diploma é indispensável, mas sabem também que o nível de escolaridade e os diplomas que conseguem obter não são suficientemente compatíveis com o nível de

qualificação exigido pelo mercado de trabalho, o que sem dúvida provoca uma ameaça ainda maior para a conquista de um emprego (PIALOUX; BEAUD, 1997).

Os sentimentos decorrentes dessa realidade podem manifestar-se através do recolhimento involuntário daqueles que não podem defender-se sozinhos das faltas que lhes são depositadas, assim, um comportamento de intimidação se instala pouco a pouco nos jovens e compromete suas capacidades em buscar soluções para os problemas, impedindo-os de realizar estratégias de ação e interação com as pessoas a quem estão subordinados.

Os jovens temporários, hoje desempregados e subempregados, consideram-se “falhados” ou excluídos do sistema escolar, visto que as exigências do modelo atual de ensino se tornaram tão altas e sofisticadas que penaliza a maior parte dos jovens que não podem ter uma formação suplementar, com recursos diferenciais, como língua estrangeira, etc.

No Brasil, essa distinção entre escola para ricos e escola para pobres sempre existiu, entretanto, hoje, com o processo de democratização do ensino, o lema “escola para todos” passou a fazer parte do cenário nacional. Antes disso, só permaneciam na escola, além da conclusão do ciclo básico de ensino, os filhos das classes média e alta.

Assim, com um campo restrito, destinado a poucos privilegiados, conseguiu-se, até a década de 70 aproximadamente, que o nível educacional de algumas escolas públicas brasileiras, de ensino fundamental e médio, fosse satisfatório, embora limitado aos grandes e médios centros urbanos; a população rural, por exemplo, dificilmente conseguia acesso à escola.

Historicamente, a maior parte das crianças e jovens brasileiros “vem sendo mutilada em seus direitos elementares” (FRIGOTTO, 2004). O ensino público médio no Brasil não chega a ser concluído pela maioria dos jovens pobres brasileiro, além disso, ele é realizado predominantemente no período noturno, ou através dos cursos supletivos, que tem por objetivo “encurtar” o caminho da preparação escolar para os jovens pobres que estão em

atraso escolar, especialmente por terem abandonado os estudos em razão da necessidade de trabalhar. Pochmann (2004, p. 22-23) apresenta o seguinte quadro:

[...] do total de 33,5 milhões de jovens [...], 10,6 milhões de jovens trabalhavam, porém não estudavam. Da mesma forma, percebe-se que entre os jovens inativos havia 35,3% que não estudavam, nem procuravam emprego: algo em torno de 4,5 milhões de brasileiros (13,6% de todos os jovens do país) [...] do total de jovens que estudam, 43,2% estavam no ensino fundamental, 43,5% estavam cursando o ensino médio e apenas 13,3% estavam no ensino superior.

Esses dados, mais do que retratar a realidade brasileira, apontam para a profunda desigualdade entre jovens de classes sociais distintas; além da dificuldade de inserção, o jovem pobre brasileiro precisa lidar com a falta de horizonte profissional; eles ingressam cedo no mercado de trabalho, com baixa escolaridade, ocupando as vagas e remunerações disponíveis, quase sempre em funções muito subordinadas.

Se o ensino público no Brasil é caracterizado pela má qualidade, os cursos noturnos e supletivos acentuam ainda mais esses déficits educacionais, pois o jovem que trabalha durante o dia encontra muita dificuldade em conciliar estudo e trabalho, por isso, freqüentemente, ocorre a evasão desse grupo que oscila entre desistir e persistir no “falso” “ideário da pedagogia do mercado: pedagogia da competência e da empregabilidade” (FRIGOTTO, 2004). Para o autor, a segregação escolar é de caráter eminentemente social e essa realidade se reproduz no universo do trabalho:

[...] a inserção precoce no emprego formal ou “trabalho informal”, a natureza e as condições de trabalho e a remuneração ou o acesso ou não à escola, a qualidade dessa escola e o tempo de escolaridade estão ligados à origem social dos jovens. (FRIGOTTO, 2004, p. 193)

O autor destaca que o acesso à escola por si só, além de não garantir um ensino de boa qualidade ainda aponta o tipo de trabalho e a remuneração que os jovens pobres, filhos da

classe trabalhadora, irão deparar-se ao freqüentar ou concluir o ensino médio em uma escola pública: além do trabalho precoce encontrarão o trabalho precário. Tanto a baixa escolaridade quanto a baixa remuneração refletem a segregação de classe que a sociedade brasileira impõem à juventude.

Com relação à inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho, ainda que se leve em conta a relevância e a gravidade decorrentes da falta de tempo para estudar, que afeta uma grande parcela da população infanto-juvenil no Brasil, deve-se contextualizar que, na nossa realidade, o jovem pobre precisa trabalhar. Pode-se incluir ainda, uma parcela significativa de jovens da classe média baixa que oscilam na “corda bamba” da instabilidade financeira de suas famílias e que também são acometidos por essa necessidade.

Sobre essa necessidade, Sarti (2007) esclarece que em alguns aspectos a entrada no mercado de trabalho para esses jovens pode ser considerada uma escolha, pois, “mesmo sendo parte de sua obrigação de filho/a”, não exclui a conquista de uma maior autonomia para a conquista de bens e consumo característicos da condição juvenil urbana, como vestimenta, “ter um dinheirinho para as baladas”, etc.

Com relação à escola a autora (2007) realiza uma crítica ao sistema educacional, considerando-o inadequado para essa clientela e que, portanto, responde, em grande parte, pelo cenário atual, onde o número de jovens que conciliam trabalho e escola aumenta e, em muitos casos, essa dupla jornada resulta no abandono escolar. O sistema escolar é inadequado porque “atende ao aluno ‘ideal’ e não ao aluno ‘real’”.

Nesse sentido, o encaminhamento dessa discussão, para a autora, coincide em alguns aspectos com as considerações de Frigotto (2004); especialmente no tocante ao fato de que a questão da inserção precoce do jovem no mundo do trabalho não deve ser tratada com “a perspectiva reducionista de denúncia”, como as campanhas para culpar os pais, por permitir que os filhos trabalhem; e as empresas, por empregá-los, pois isso só agravaria o problema.

O enfoque de Sarti (2007), entretanto, é a família, e, nesse sentido, ela esclarece que o trabalho dos filhos para as famílias pobres brasileiras “faz parte de um compromisso moral entre as pessoas da família”, as obrigações familiares em relação ao trabalho vêm acompanhadas de seu caráter dignificante. Assim, essa obrigação para os filhos ocupa um sentido “secundário” em relação ao provedor; normalmente uma parcela do que os filhos recebem é destinado à complementar a renda familiar, e, uma outra parte, eles podem gastar com “suas coisinhas”.

A perspectiva teórica de Frigotto (2004) prioriza uma análise social e política sobre a realidade desses jovens no contexto brasileiro e o que ele propõe é, primeiro, uma desmistificação de teses usuais “no campo da direita e da esquerda” naquilo se refere às políticas públicas destinadas a combater o desemprego e facilitar a inserção dos jovens pobres ao mercado de trabalho, chamando atenção que uma questão de tamanha amplitude não pode ser resolvida “num passe de mágica”.

A sua posição, entretanto, não é a do “imobilismo” que se fixa no olhar criterioso sobre a gravidade da questão do desemprego para os jovens. Ele esclarece que os correspondentes históricos dessa realidade brasileira encontram-se nas bases de uma nação desigual que prepara os jovens pobres através de uma escola que encaminha para o trabalho, porém, para um tipo específico de trabalho: “precoce e precário”.

Nesse sentido, a proposição de Frigotto encaminha-se, de forma mais abrangente, para o enfrentamento do plano conjuntural, defendendo a necessidade de se aliar às “políticas públicas emergências” que possam atender as particularidades dos grupos de jovens inseridos precocemente no mundo do trabalho; e “políticas públicas estruturais” capazes de promover mudanças e reformas para diminuir a desigualdade.

Para delinear a visão do autor, serão utilizadas, como análise predominante, as suas colocações no plano das políticas públicas no campo da educação, que poderia primeiramente estender progressivamente, nos próximos anos:

[...] a obrigatoriedade do ensino médio para todos os jovens que completam o ensino fundamental até a idade de 16 anos. Em segundo lugar, considerando que na realidade brasileira um grande contingente de jovens necessitam ingressar muito cedo no mercado de trabalho, mas sem escolaridade de nível médio só conseguem, e nem sempre, ocupações de baixos salários, propõe-se a opção de um ensino médio integrado. (FRIGOTTO, 2004, p. 207)

A idéia fundamental do autor é a preservação da educação de nível médio de qualidade aliada ou integrada à opção de formação técnico-profissional, para tanto, poder-se-ia aumentar a carga horária das aulas ou acrescer um ano para a conclusão do ensino médio. Frigotto realiza proposições complementares a essa idéia central, como a concessão de bolsas de estudos para que não haja evasão escolar em razão da necessidade dos jovens precisarem trabalhar, além de políticas públicas de caráter emancipatório como a conquista do primeiro emprego.

As propostas de Frigotto (2004) alinham-se às de outros autores que serão abordadas no próximo tópico, “o principio reparador das políticas de inserção”, e que defendem igualmente a concepção de políticas públicas integradoras. Entretanto, o destaque dessa proposta pode parecer pertinente nas discussões desenvolvidas até aqui sobre juventude e trabalho porque seus estudos e pesquisas sobre as expectativas das famílias pobres brasileiras vão ao encontro das análises sobre as mesmas expectativas dos jovens retratados na pesquisa desse trabalho de tese, em relação ao tipo de escolaridade que reivindicam e desejam; o autor se refere, contudo, às reivindicações das famílias desses jovens.

Os jovens pobres pesquisados aqui, em uma ampla maioria, desejaram que o ensino formal estivesse aliado à “cursos profissionalizantes”, com o objetivo de contarem com um

suporte a mais para a inserção no mercado de trabalho, já que seus déficits educacionais em relação aos jovens de classes privilegiadas são incontestáveis, ou seja, a educação formal da qual dispõem já se configura em um direito adquirido e inexecutável, portanto, para que eles possam dar o primeiro passo rumo à inserção profissional e ao desenvolvimento pessoal, o modelo de cursos técnicos se configura em um recurso importante para eles.

O problema que pode ocorrer em um tipo de proposta dessa natureza não equivale à legitimidade ou à adequação dessa proposta para a realidade brasileira, pelo contrário, essa proposta parece bem cabível, tanto em relação ao combate às desigualdades pelo plano das políticas públicas educacionais, quanto em relação às expectativas dos jovens pobres mais vulneráveis, que sabem, pois vivenciam esta realidade, que é falsa a idéia de que a escola tem capacidade para gerar ou garantir emprego. A questão que emerge é se a dependência que esse tipo de proposta pressupõe com o Estado tem condições de se desenvolver na mesma rapidez e proporção que a emergência de seus conteúdos para essa parcela da população.

2.3 O PRINCÍPIO REPARADOR DAS POLÍTICAS DE INSERÇÃO

As políticas de inserção para ajudar a conter o desemprego e a precarização do trabalho entre os jovens em condição de desvantagem social constituem-se, predominantemente, em programas de qualificação profissionais que visam a promover a geração de trabalho e renda.

As tentativas de abrir frentes de trabalho para esses jovens, contudo, seguem um princípio de “ajeitar” a situação, uma vez que os jovens com baixa qualificação mantêm uma certa utilidade enquanto são beneficiados por esses programas assistenciais. Porém, essa sensação de “estar fazendo alguma coisa” é limitada porque além da curta duração, essas

ações visam suprir uma defasagem emergencial, que na prática, nem aumenta a qualificação, nem prepara suficientemente os jovens para enfrentarem a crise do emprego, mantendo, assim, o estado de inutilidade ou pouca utilidade.(MACÊDO, 2002) .

É inegável, entretanto, que, em um país como o nosso, os problemas conjunturais, que afetam a maior parte da população nacional, são tão presentes quanto profundos. Nesse sentido, aos jovens pobres que buscam a inserção profissional são caracterizados pela baixa qualificação, decorrentes de um sistema de proteção quase inexistente e de uma educação pública, de ensino fundamental e médio, que se encontra degradada e sem sinais aparentes de melhora ou resolução.

Assim, o que se pode assistir hoje no cenário das políticas públicas para a juventude no Brasil é a predominância de seu caráter emergencial, que busca, através de ações paliativas, conter os efeitos da crise do emprego entre os jovens. Essas iniciativas são realizadas, via de regra, através de programas governamentais de iniciação e qualificação profissionais destinados aos jovens caracterizados pela vulnerabilidade social.

Contudo, as ações emergenciais no campo da inserção profissional por si só não representam mudanças efetivas na vida dos jovens pobres e nem são capazes de prepará-los para enfrentar a crise do emprego, uma vez que esse estado provisório de assistência dispõe de recursos insuficientes no que se refere ao desenvolvimento da autonomia desses sujeitos.

Castro (2006) esclarece que não há no Brasil políticas públicas para juventudes “no atacado”, havendo sim a predominância “de programas e ações no varejo”. A autora destaca que no Brasil existem programas isolados caracterizados por “políticas setoriais de ação local”, mas que não levam em consideração as diferentes necessidades dos jovens em relação à geração de renda. A autora argumenta, ainda, que “não basta, portanto, juntar o que já se tem, traçar em uma matriz o que cada ministério tem em termos de programas que beneficiem os jovens e a tal somatório chamar Política de Juventude” (Castro, 2006, p. 299).

Para a autora, a questão mais relevante é verificar como as ações e os programas destinados à juventude tratam o “lugar da educação, da autonomia, das linguagens juvenis, o direito dos jovens de ser sujeitos-atores de seus direitos”.

A realidade brasileira das políticas de inserção segue a tendência de “socorrer” a população mais vulnerável buscando um melhor equilíbrio social, porém com a gravidade composta pela desigualdade social, pode-se considerar que esses esforços sofrem de uma insuficiência crônica, pela extensão e profundidade que a questão social remete ao contexto da nossa sociedade.

As políticas de inserção são reparadoras aqui, no sentido de buscar soluções para a população vulnerável nas situações emergenciais mais dramáticas do ponto de vista social, mas atingem uma parcela reduzidíssima da sociedade em situação de desvantagem; são pouco expressivos os números de programas assistenciais comparados ao enorme contingente populacional que precisa de ajuda.

Para ilustrar a realidade dos jovens brasileiros que estão em situação de desvantagem social, Castro (2006, p. 295) apresenta dados que mostram que “cerca de 40% dos jovens no Brasil vivem em famílias em situação de extrema pobreza (família sem rendimento ou com até meio salário mínimo de renda per capita)”.

A seqüência dos dados apresentados pela autora revela, ainda, que da população de 15 a 24 anos:

São 6,7 milhões de jovens, ou seja, 20,3% dos que têm de 15 a 24 anos, que não estudam nem trabalham. Entre os que só trabalham estão cerca de 31,2%, e entre os que trabalham e estudam, 18,2%. Ou seja, apenas 30,3% - os que só estudam - estariam exercendo o direito de ser jovem quanto ao estudo - formando-se de maneira adequada ou com tempo para exclusivo exercício dessa atividade. (CASTRO, 2006, p. 295)

Castro (2006) argumenta sobre a necessidade de não se contentar com ações destinadas à juventude pobre que não contemplem a multiplicidades de situações vividas por esse segmento, chamando atenção para o “estado de distintas juventudes” e defendendo a necessidade de lidar simultaneamente “com o focalizado e o universal”, como a educação de qualidade para todos.

As políticas de inserção direcionadas à juventude são definidas, segundo Castel (2003), pelo princípio regulador da suplementação, ou seja, se esses grupos “têm menos e são menos, é porque estão em situação deficitária”. A partir desse critério, define-se, então, tanto a clientela a ser atendida quanto o território escolhido para a realização dessas ações.

A constatação de um déficit de integração, entretanto, não é suficiente para conseguir recuperar o equilíbrio social dessas populações e localidades justamente por considerarem apenas uma parcela específica da população:

Entendo por políticas de integração, as que são animadas pela busca de grandes equilíbrios, pela homogeneização da sociedade a partir do centro. São desenvolvidas através de diretrizes gerais num quadro nacional. É o caso das tentativas para promover o acesso de todos aos serviços públicos e à instrução, uma redução das desigualdades sociais e uma melhor divisão das oportunidades, o desenvolvimento das proteções e a consolidação da condição salarial. (CASTEL, 2003, p. 538)

A lógica da suplementação adotada pelas políticas de inserção aponta para um reconhecimento da “inferioridade” dos que tem menos, desta forma, desenvolvem estratégias específicas para atender as zonas vulneráveis, implantando projetos, mobilizando técnicos e o poder público em torno de soluções paliativas que não possuem mecanismos de controle suficientes para conter os riscos de exclusão.

A crítica de Castel (2003), à política do bem estar social, refere-se ao fato dessas políticas serem essencialmente de pós-fato e, portanto, só atuarem no sentido de aparar as arestas do que não tem funcionado no sistema social. Ele defende, então, as políticas de

emprego mais enérgicas, capazes de produzir mudanças que possam superar os problemas decorrentes do fim da sociedade salarial.

Segundo Draibe (1997, p. 14), as políticas de inserção de caráter integrado são descritas da seguinte forma:

[...] as políticas, programas e investimentos capazes de produzir impacto nas condições de vida das populações presentes – de todos os seus segmentos de renda – mas, sobretudo, de preparar, entre os segmentos pobres, as suas gerações futuras para adequarem-se às novas realidades das economias reestruturadas e competitivas.

Entretanto, a autora esclarece que a América Latina tem dois grandes desafios indissociáveis que são, “reduzir a exclusão passada”, frutos da pobreza e da condição de desigualdade social e “atenuar a força de mecanismos que hoje reiteram e ampliam a exclusão”.

As políticas de integração, embora representem, de um modo geral, uma forma aparentemente justa e eficaz para se restabelecer o equilíbrio social, encontram dificuldade de aplicabilidade aqui, pois dependem de uma política social mais ampla, que tenha condições de intervir de forma a aplacar as causas da desintegração social, o que no caso brasileiro é uma tarefa tanto árdua quanto complexa e que depende de um esforço e, especialmente, de uma vontade política suficientemente forte, consistente e integrada para ser executada com o rigor e a determinação que a gravidade da situação exige, para evitar, assim, que essas populações vulneráveis não permaneçam indefinidamente como populações “inintegráveis”.

As propostas de qualificação profissional para os jovens tornaram-se um dos mais importantes investimentos adotados pelo Estado brasileiro para conter a crise do desemprego. Essas propostas governamentais funcionam com base em uma lógica assistencial que busca suprir algumas necessidades, como ensinar ofícios com vistas à geração de renda e

principalmente, aumentar o nível de oportunidades para aqueles que se encontram em desvantagem social.

As ações de qualificação profissional são direcionadas, normalmente, aos bairros cuja precariedade das condições socioeconômicas encontram-se visivelmente comprometidas. Essas localidades recebem vários tipos de denominação que caracterizam suas fragilidades; são chamadas de “bairros sensíveis, zonas de não direito, ou de espaços de fundo comunitário”. Todas essas terminologias para caracterizar os “territórios a deriva” e suas populações de risco não passam de vocabulários estigmatizantes que denotam uma apreciação desfavorável sobre esses lugares e pessoas (VULBEAU, 2001).

No Brasil, a escolha para a implantação dessas ações e projetos de qualificação profissional segue um percurso parecido aos demais países, como a França, citada no exemplo acima; a diferença estrutural no caso do Brasil é a grande margem de insuficiência para atender e alcançar os altos índices populacionais que vivem em desvantagem social. Os territórios vulneráveis aqui possuem uma extensão extremamente maior e a situação e o volume de pessoas vivendo em condições de miserabilidade aumenta, e muito, a gravidade dos problemas enfrentados por essa população considerada de risco, ou melhor, que vive em situação de degradação social.

A projeção para um espaço territorial tanto vulnerável quanto estigmatizado procura investir recursos que possam resolver os problemas estruturais, como a falta de emprego, mobilizando recursos locais, “que entram em choque com um bloqueio completamente compreensível” (CASTEL, 2003, p. 551):

Se a gestão do emprego é confiada à esfera local, é porque não encontrou solução alhures, no plano das políticas globais. Corre o risco, então, de se tornar a gestão do não emprego através da implantação de atividades que se inserem nessa ausência e tentam fazer esquecer-la.

O autor fundamenta a respeito das políticas locais de emprego e a sua insuficiência quanto aos ambiciosos esforços de sanar o problema do desemprego e da qualificação profissional a partir da esfera local.

Ele argumenta que ao evitar que uma pequena parcela da população possa escapar da completa exclusão através dessas políticas locais, não corresponde à realidade, além do que, podem provocar o rompimento da “relação de instrumentalização” do local pelo central, “mas corre o risco de degradar-se em empreendimento de manutenção local dos conflitos”, ou seja, o local seria demasiadamente pequeno para desenvolver uma grande política.

A tendência dos governos em estimular essas políticas de inserção objetiva remediar os efeitos da crise do emprego, porém como não pode controlar o aumento do desemprego, multiplicam-se os números de indivíduos que dependem desses regimes especiais e que, por sua vez, tornam-se cada vez mais dependentes de um sistema que não dispõe de condições para acompanhar a dinâmica salarial devido à precariedade das ferramentas que são utilizadas para acompanhar o ritmo do progresso.

Os próprios indivíduos que vivem a situação de crise de forma acentuada, especialmente pela carência de recursos básicos concentrados nessas regiões vulneráveis, não dispõem de mecanismos próprios para driblar os efeitos da crise; assim, eles são facilmente “identificáveis”, mas permanecem subestimados.

Os jovens afetados pela ausência de oportunidades, desprovidos, ou com frágeis suportes familiares, culturais, educacionais, tendem a vagar sem rumo numa busca incessante pela sobrevivência do dia-a-dia, ávidos e submetidos a ajudas assistenciais que possam lhes beneficiar de alguma forma. A lógica estabelecida do oprimido nesses casos consiste em “estar garantido por um tempo”; mas, e quando esse tempo passar? E se a assistência não chegar?

Talvez não haja uma resposta única ou imediata para essas questões, entretanto, o que se percebe é que a consciência da inutilidade, ou da pouca utilidade, permanece e vai penetrando e afetando as identidades sociais desses jovens. O tipo de assistência que recebem não chega a oferecer suporte para se desenvolverem e se sustentarem de forma satisfatória, segundo seus anseios e necessidades, no universo do trabalho, e, ao invés de fortalecer, enfraquece progressivamente a capacidade de atribuir valores positivos a si próprios.

As profundas transformações que a conjuntura do emprego enfrenta, encontra sua manifestação mais visível no desemprego, porém a “precarização” do trabalho é ainda mais importante, pois alimenta a vulnerabilidade social, o que em última instância produz o desemprego e a “desfiliação”. Essa vulnerabilidade é mais intensa com relação aos jovens nas empresas:

Elevando o nível das qualificações exigidas para a admissão, ela desmonetariza uma força de trabalho antes mesmo que tenha começado a servir. Assim, jovens que há vinte anos teriam sido integrados sem problemas à produção acham-se condenados a vagar de estágio em estágio ou de um pequeno serviço a outro. (CASTEL, 2003, p. 521)

A fragilidade provocada pelo não trabalho ou pelo trabalho precário se estende a todos os setores da vida social, pois à medida que os jovens pobres não conseguem enxergar-se como força social, com capacidade para exercerem seus potenciais e seus talentos profissionais, eles tendem a projetar para o campo social a sua imagem pessoal ferida pelas sucessivas desqualificações incorporadas por eles no dia-a-dia.

O jovem pobre é, freqüentemente, cobrado ou provocado a participar de sua própria inserção, mas a questão é: Participar como? Com que recursos e suportes de apoio?

O limite imposto que impede a participação mais ativa dos jovens, especialmente no que se refere à inserção profissional, consiste em uma força externa que os condiciona à interiorização da imagem de degradação, sendo essa ausência, de inscrição e de reconhecimento pelas estruturas da qual fazem parte, a principal fonte de desestabilização

sofrida por esses indivíduos, comprometendo suas capacidade de construir projetos de integração social.

Em decorrência disso, não é raro observar entre os jovens de classes menos favorecidas socialmente, a impotência de se reverter um comportamento resignado, de obediência aos imperativos sociais, talvez com o intuito de preservar algum tipo de realização, especialmente com relação à atividade profissional, cuja realidade adversa oferece pouco espaço de participação ativa do jovem; “é como se lhe coubesse apenas se ajustar; uma reação explosiva seria uma reação sintomática: destruir o ambiente que nega a sua existência” (MATHEUS, 2002).

Não seria justa, portanto, a acusação de uma passividade do tipo alienante, pois a perda da autoconfiança é fruto de uma repetição contínua de buscas fracassadas, ou conquistas rasas que não atendem ao conteúdo de suas aspirações e potencialidades. Dessa forma, a resignação ou a apatia pode ser um caminho encontrado (sobrado) pelo jovem diante da visão de sua frágil realidade e da sua dificuldade para enfrentá-la sozinho.

Assim, as manifestações de mobilização social para enfrentar uma situação considerada injusta por uma determinada categoria de pessoas, como por exemplo, os jovens desempregados ou subempregados, parecem perder potência frente às regras de mercado e à indefinição e fragilidade da condição do trabalhador hoje.

A ajuda que o Estado pode oferecer às populações vulneráveis poderia conter um aparato de apoio para que os indivíduos pudessem dispor de mais espaço participativo. Isso poderia se dar em locais onde as pessoas de um mesmo segmento, ou vivendo situações de dificuldade semelhantes pudessem compartilhar seus problemas e compor soluções afins.

A participação dos jovens no debate sobre as políticas públicas a eles direcionadas é uma proposta a ser conquistada, como avalia Castro (2006, p. 293):

O debate sobre políticas com juventudes, considerando que os próprios jovens deveriam reivindicar direitos, passa pela formação política deles no sentido de aprender a zelar pela coisa pública, acompanhar e cobrar a ação do Estado – exercício de cidadania civil e política ativa, monitorando o uso da coisa pública.

Entretanto, essa formação política para aprender a “lidar” com a “coisa pública”, passa, sobretudo, pela experiência de quem vive na pele as necessidades sociais mais elementares, como os jovens pobres retratados aqui.

Suas participações nas discussões sobre as políticas públicas a eles direcionadas são fundamentais para facilitar o processo de busca para as soluções mais adequadas, segundo a realidade vivida. Essa forma de participação organizada poderia, preferencialmente, ser apoiada pelo Estado, e se configuraria em um espaço participativo legitimado em prol de interesses comuns, porém compartilhados pelos diferentes setores envolvidos.

Se o desemprego é hoje o risco social mais grave, pode-se concluir que seus efeitos desintegradores ameaçam a estabilização da grande massa crescente de desempregados, comprometendo todo o tecido social e ameaçando a preservação dos vínculos sociais. Considerando a realidade das estreitas possibilidades para se conseguir um trabalho assalariado nos padrões convencionais, deve-se considerar que:

Qualquer fórmula de divisão do trabalho só pode ter sucesso se for aceita e negociada pelos diferentes parceiros, como se dá na empresa para reorganizar concretamente o trabalho, chegar a uma melhor utilização dos equipamentos etc. Do mesmo modo, uma reforma em profundidade da proteção social é impensável sem um acordo para sua concepção e sem negociações para sua implantação. (CASTEL, 2003, p. 587)

O Estado poderia despender parte dos recursos que dispõem para as iniciativas sociais, realizando o papel integrador que favorecesse a coesão social, contribuindo, assim, para o desenvolvimento dos indivíduos no sentido da independência e da participação.

Nesse aspecto, a aproximação com o público-alvo e com a realidade vivida por esses sujeitos poderia funcionar como um elemento facilitador na formulação e aplicação dessas

políticas. Isso poderia ser feito por meio de um trabalho de pesquisa-intervenção, de fórum de discussões, grupos operativos, grupos de reflexão, em um período anterior e concomitante à instalação dos projetos, sendo a análise desse material parte inicial e constitutiva para a realização das propostas e projetos de inserção.

Figueiredo (2003) apresenta um exemplo que pode ilustrar as proposições realizadas acima, através da experiência realizada durante a execução do programa de governo “Jovem Total”, que buscou a integração e a aproximação entre as organizações executoras e o público alvo a ser trabalhado, através de Grupos de Reflexão desenvolvidos junto aos jovens, em suas comunidades:

A proposta inicial dos Grupos de Reflexão levou em consideração a necessidade de incluir os jovens participantes do projeto como atores principais, oferecendo um espaço legítimo de fala, de manifestação das singularidades dos jovens, considerando seus aspectos subjetivos, onde eles puderam estabelecer um convívio grupal que permitiu uma maior aproximação desse grupo identitário e estabeleceu uma troca efetiva sobre suas diferenças e similitudes. (FIGUEIREDO, p. 2003, p. 138)

O aspecto destacado dessa experiência foi justamente a importância que os jovens atribuíram a essa atividade considerada inicialmente ilegível e secundária para eles, já que o foco de seus interesses, nesse projeto, concentrava-se na participação dos cursos de iniciação profissional e na bolsa-auxílio que recebiam.

Entretanto, em pouco tempo, o espaço de fala e participação oferecido foi, de uma forma geral, valorizado pelos jovens, especialmente pela possibilidade que os jovens tiveram de compartilhar entre seus pares de idade e de comunidade situações comuns, necessidades e possibilidades, e construir significados tanto para o projeto do qual estavam sendo beneficiados, como para suas próprias vidas e projetos futuros.

Se o Estado só assiste e repara o que não funciona, ele não oferece condições para a participação, e sendo os indivíduos condicionados a receber como espectadores também não

saberão, discutir, refletir, problematizar, compor, estruturar, corrigir, negociar, nem tão pouco encontrar o trajeto que possa levá-los a solução de seus próprios problemas.

Entretanto, os projetos de inserção profissional vêm se apresentando e avolumando com iniciativas “solucionadoras”, ou seja, o que predomina são propostas distanciadas da realidade e desconectadas das angústias daqueles que dependem dessas políticas, mas provavelmente em consonância com as leis imperativas do mercado que, no modelo vigente, “precisam” ser preservadas prioritariamente, a qualquer custo pelo Estado.

Parte dos problemas que o Estado encontra hoje para solucionar problemas sociais, com destaque para a crise do emprego, parte da acentuada crença atual de que a “política social diferente é incompatível com a busca de uma política econômica realista e responsável” (CASTEL, 2003). Essa convicção corrobora para o aumento global das populações que dependem das políticas de inserção, e traz como consequência mais dramática a permanência desses indivíduos na esfera marginal, de sobrevivência.

No Brasil, a capacitação profissional constitui-se em uma ação estatal predominante para ajudar os jovens pobres a encontrarem um tipo de inserção, entretanto, tais ações tendem a driblar os efeitos da crise do emprego, pois se constituem em cursos desenvolvidos de forma rápida e com o invólucro de atender a demanda do mercado, como aprender a utilizar o computador, ou capacitar os jovens para atuarem na periferia do mundo do trabalho de forma “adequada”.

Carreiro (2003) apresenta um exemplo de como funcionam alguns desses projetos governamentais relatando as atividades de um dos módulos oferecidos por um curso de capacitação para jovens, intitulado “mundo do trabalho”, onde os jovens aprendiam “falar direito”, atender telefone, enviar fax, a se vestir e andar corretamente, ou seja, onde eles eram levados a incorporar códigos de comportamentos sociais e seguir a risca seus princípios, obedecendo a uma lógica externa completamente distante de suas realidades culturais.

Não é difícil concluir a partir desse exemplo, que se o jovem é obrigado a romper com sua constituição histórico-cultural, necessitando da ortopedia dos bons modos no mundo do trabalho, reflete a forma como eles são percebidos nesse universo, ou seja, ele é percebido de forma defeituosa e que necessita, portanto, ser “consertado”.

Assim, confirma-se e reforça-se, então, a forma como eles próprios se vêem, acentuando o estigma ao invés de atenuá-lo. Goffman (1988, p. 15) argumenta sobre essa dinâmica: “As atitudes que nós, normais, temos com uma pessoa com estigma, e os atos que empreendemos em relação a ela são bem conhecidos na medida em que são as respostas que a ação social benevolente, tenta suavizar e melhorar”.

O que o autor parece sinalizar é que essa nossa forma de lidar com o estigmatizado, acaba por acentuar ainda mais o estigma, pois realizamos, ainda que involuntariamente, diversas ações discriminatórias, reduzindo, não o estigma, mas as formas de superação deste.

O jovem pobre, assim, sofre com o sentimento de inferioridade, que não é só sentido por ele, se concordamos com o fato de que o outro lhe vê como um ser humano “menor”, que, na visão social, sabe menos, sabe errado, enfim, precisa aprender o certo de quase tudo sem que tenha nada a ensinar ou compartilhar de satisfatório.

O princípio reparador das políticas sociais de inserção não reduz as desigualdades porque segue esse modelo de assistência essencialmente suplementar, seguindo, ainda um modelo de ajuda imposta e não compartilhada. Essa dinâmica de inserção não se difere muito da ajuda assistencial clássica, pois coloca o indivíduo em um espaço provisório de proteção, onde ele dificilmente encontrará dispositivos próprios para se instalar fora desses espaços de ajuda.

Os beneficiados por essas políticas reparadoras de inserção estão, via de regra, ligados a um projeto estruturado de forma unilateral, onde o poder público e os técnicos por

ele instituídos incumbem-se da tarefa de estabelecer as regras e os limites das ações a serem desenvolvidas.

A grande questão que se instaura a partir daqui refere-se à seguinte consideração: se, por um lado, a mobilização tecnicista acirra a competição por propostas inovadoras, criando um território fértil para as idéias daqueles que formulam e executam as políticas de inserção, por outro lado, deixa de fora, o próprio sujeito beneficiário dessas políticas, que poderia participar ativamente nessas propostas, fornecendo subsídios importantes que retratam a realidade daquele que vive o problema da falta de inserção por dentro.

Aqueles que militam nas causas sociais, mas que não consideram a participação do público alvo, incorrem no fácil risco de criar propostas inadequadas, pois as estratégias por eles adotadas buscam solucionar os problemas numa visão de fora, ou seja, o “nós” que praticamos a assistência para os “outros” que precisam recebê-la. Isso faz supor que a satisfação dos primeiros parece bem mais atingível do ponto de vista pessoal e profissional, pois os problemas a que se dedicam solucionar fazem emergir o reconhecimento pelo exercício daqueles que se dedicam às causas nobres.

No entanto, deveria ser considerada a importância da participação dos sujeitos atendidos por esses projetos e políticas de inserção como um ponto crucial para a melhor adequação das propostas, afinal quem mais poderia saber, conhecer, relatar os problemas senão aqueles que os percebem na própria vida cotidiana? Os beneficiários deveriam ser os principais agentes a serem considerados na elaboração e na execução de qualquer projeto de inserção.

As problematizações realizadas aqui em torno das políticas assistências em geral e, mais especificamente, das políticas de inserção profissional para os jovens, apontam para a inadequação do modelo assistencial que o Estado aplica às populações vulneráveis, como o

jovem pobre que quer o desenvolvimento pessoal através do trabalho, mas não tem “cacife” para realizar essa inserção.

As questões que se seguem a partir daqui são: o que poderia ser feito em relação ao sujeito desse trabalho de tese, o jovem pobre, urbano, filho da classe trabalhadora, que via de regra, não pode cumprir nenhuma das exigências do mercado e que não têm condições de suprir sozinho suas insuficiências? Que tipo de política poderia ser mais adequado para reverter esse quadro atual, que não consegue imprimir uma lógica solucionadora ou mais “emancipadora”? Por quais razões o Estado, visivelmente ineficaz nas ações destinadas à reinserção social dos jovens pela via do trabalho, insiste em manter suas ações baseado em um modelo assistencial falido?

O Estado parece ocupar hoje, um lugar menos autônomo e, até certo ponto, secundário no ranking de poder das decisões que regem a vida em sociedade. Se essa hipótese pudesse ser confirmada, poder-se-ia afirmar, então, que o primeiro lugar no ranking do poder das decisões de toda a ordem vigente hoje é o mercado.

Sennett (2005, p. 21) refere-se à visão de mercado predominante entre os líderes empresariais e a mídia que “ênfatizam o mercado global e o uso das novas tecnologias como as características distintivas do capitalismo de nossa época”, já Godbout, (1998) define sociologicamente mercado como “uma forma de escapar das obrigações normais inerentes aos laços sociais”. Essa última definição de mercado remete a uma questão suplementar colocada pelo autor: “Se não há futuro no contexto da instabilidade do mercado, por que deveria haver compromissos e obrigações?”

São questões difíceis de se responder, porém, não há motivos para “torcer” pelo enfraquecimento do poder Estatal, uma vez que os reflexos negativos dessa queda recaem, novamente, sobre a própria sociedade, que deixa de encontrar um suporte objetivo de

integração. Mas, não há como negar, contudo, que o Estado têm priorizado solucionar os problemas do mercado em detrimento dos problemas da sociedade.

Por essa razão, o jovem pobre perde mais uma vez, seja através da péssima qualidade do ensino público, ou pela inadequação das ações de proteção e assistência que não são capazes de facilitar, de fato, a sua reinserção.

Nesse sentido, as proposições de alguns autores que pensam e atuam sobre as possíveis alternativas que poderiam reverter e melhor adequar as políticas públicas de inserção destinadas à juventude, podem, mais do que apresentar respostas prontas a todas essas questões, ajudar na busca de um caminho que diminua o impacto negativo sobre os indivíduos, decorrentes da falta de equilíbrio social.

Castel “insiste” na necessidade de manter a responsabilidade do Estado frente aos problemas decorrentes da crise do emprego, que em última análise foram gerados ou autorizados por ele. O encaminhamento de suas proposições nessa área é, essencialmente, concentrado na defesa das políticas integradoras, que possibilitam ao jovem pobre, não só conquistar algum tipo de inserção, como prepará-lo para se aproximar, tanto quanto possível, das oportunidades de trabalho, diminuindo as desigualdades, elevando o nível das qualificações, desenvolvendo as redes de proteção, consolidando a condição salarial, enfim, buscando um maior equilíbrio da sociedade a partir do centro (quadro nacional).

Rosanvallon (apud ZALUAR, 1997) propõe uma nova atuação do Estado baseada numa concepção de solidariedade advinda do “pertencimento a uma mesma comunidade nacional”, ou seja, com direito e dever à integração. Os atores desse sistema não seriam exclusivamente os sindicatos e o Estado, embora esse último continuaria ocupando o papel principal do social, porém de forma modificada, legitimando associações de diversos tipos a fomentarem a solidariedade para a reinserção dos indivíduos mais vulneráveis. Esses indivíduos, por sua vez, ofereceriam, em contrapartida aos benefícios que receberiam, o

engajamento em ações de interesse geral, com diferentes utilidades como, “ajudar a limpar um bairro pobre, reflorestar áreas, atender doentes, idosos, etc”.

Zaluar (1997) chama a atenção para alguns cuidados referentes a essa proposição como o “perigo de reforçar a solidariedade local e a perda da identidade”, tendo e vista a ênfase dada aos aspectos particulares daqueles que se encontram vulneráveis, como os jovens pobres na busca pelo trabalho. As considerações da autora parecem refletir sobre a diversidade de situações contidas em cada grupo ou categoria de desassistido, o que poderia incorrer em um perigo ainda mais grave, ou seja, “eliminar as diversidades em favor da identidade nacional”.

Para que um lugar se torne uma comunidade, é necessário que as pessoas interajam com uma interligação particular, em consonância com suas crenças e valores, para que, então, possam partilhar suas realidades cotidianas e encontrar práticas concretas, capazes de intervir a favor dos interesses comuns, específicos daquela comunidade, mas aplicáveis também no contexto da sociedade ampla.

Sennett (2005) promove algumas reflexões em torno da necessidade das pessoas interagirem, compartilhando interesses comuns, contudo, suas idéias diferem-se do movimento denominado “comunitarismo”, pois, segundo sua visão esse movimento “ênfatiza falsamente a unidade como fonte de força numa comunidade”, a superficialidade dessa relação torna-se visível pelo “medo” dos conflitos, como se esses representassem uma ameaça à integridade dos laços sociais.

A visão do autor sobre essa interação, onde as pessoas possam partilhar interesses comuns, refere-se, fundamentalmente, às necessidades interiores desses sujeitos, assim, o encaminhamento de suas proposições sugere que os programas políticos deveriam partir dessas necessidades interiores, pois “um regime que não oferece aos seres humanos motivos

para ligarem uns para os outros não pode preservar a sua legitimidade por muito tempo” (SENNETT, 2005, p. 176).

O autor apresenta uma forma particular de ligação entre as pessoas a partir de suas necessidades interiores, quando se consegue esse tipo de ligação, poder-se-ia dizer que aquele grupo comum de pessoas pode utilizar o pronome “nós” de forma legítima, e acrescenta, que isso pode se dar tanto numa dada comunidade quanto em uma nação.

Para Zaluar (1997), as alternativas do emprego para jovens, deveriam, em linhas gerais, seguir a tendência sobre o debate atual em torno da reciprocidade a fim de que se possam refazer as redes de solidariedade e buscar “reconquistar corações e mentes da juventude”.

O conceito de reciprocidade é defendido e explicado por Godbout (1998), a partir da obra de Marcel Mauss, o Ensaio sobre a dádiva (1923); esse conceito, de um modo bem abrangente, se refere a tudo que circula em prol, ou em nome do laço social, como as relações que se circulam espontaneamente entre amigos, vizinhos, parentes, filantropia, doação de sangue e de órgãos, doações humanitárias, benevolência, etc. Os atores da dádiva afastam a obrigação, o contrato, qualquer regra do tipo universal; de um modo mais sucinto, dádiva consiste em “encontrar o movimento espontâneo da alma que faz com que se tenha tendência a dar, receber e a retribuir” (reciprocidade).

Caillé (1998) também defende a necessidade de promover a aproximação das pessoas; segundo sua concepção, que se alinha às de Godbout, o único meio de criar confiança e moldar a relação social está na gênese do laço social, ou seja, a aliança entre as pessoas está baseada na cooperação, na confiança uns nos outros “espontaneamente”, pois, segundo o autor, “é unicamente numa situação de incerteza estrutural que o problema da confiança e da tessitura do laço social se coloca”.

Para Godbout (1998), essa espontaneidade e confiança nas relações entre as pessoas consistem em uma aprendizagem longa e voluntária que parte da crença que os seres humanos tem primordialmente vontade de dar; “experiência dos fundamentos da sociedade, daquilo que nos liga a ela para além das regras institucionalizadas”. Godbout, considera que o fundamental dessa comunicação consiste em romper o isolamento para sentir a própria identidade, que fornece o sentido e o poder da própria transformação, de abertura, de vitalidade.

O autor argumenta, ainda, que a finalidade dessa proposição é ir ao encontro das necessidades naturais dos seres humanos para que todos possam se ligar e se conectar à vida, fazendo as coisas circularem num sistema vivo, para romper a solidão, sentir que não se está só e que se pertence a algo mais vasto.

Uma integração que comportasse a aproximação entre o Estado e a sociedade, por meio de programas políticos, deveria partir das necessidades interiores das pessoas. A aproximação decorrente desse tipo de ligação, além de promover a confiança mútua representa uma forma diferenciada do modelo atual de relação social.

Mas, como isso poderia se dar? Primeiramente, é necessário que haja uma abertura para se pensar em novas formas para se restabelecer o equilíbrio social que, hoje, se encontra fortemente abalado. As idéias de Castel, Zaluar, Rossanvallon, Sennett, Godbout, Caillé, entre outros que participaram das discussões aqui realizadas, podem ajudar a ilustrar e a conceber novas formas de se pensar a vida em sociedade, embora suas proposições, de um modo geral, apontem para o reforço da solidariedade e da confiança a partir das necessidades das pessoas.

O problema maior das políticas de inserção profissional hoje, tomando como exemplo mais utilizado a qualificação profissional, é a “rejeição fóbica” dos formuladores dessas políticas em estabelecer uma conexão com o público-alvo que envolva a problematização dos conflitos que se pretende aplacar. Entende-se aqui a problematização

como sendo um esforço reflexivo compartilhado relativo ao caminho a ser percorrido para se chegar à solução.

Quando os beneficiários são desconsiderados, como normalmente acontece, reforça-se a imagem da incapacidade desses sujeitos - o estigma do desassistido - que apenas assistem passivos aos socorros que lhes são oferecidos, sem visibilidade, sem participação, ou seja, sem serem consultados, nem tão pouco considerados para retratar e acompanhar os procedimentos mais adequados para os problemas que os afligem.

Assim, são levados a entregarem suas expectativas, suas capacidades criadoras e seus potenciais individuais à “estranhos estrategistas”, “que colocam em evidência toda essa construção midiática dos ‘problemas da sociedade’” seguindo a lógica da concorrência de diferentes campos de saberes “que trazem consigo por vezes a exibição do espetacular, a dramatização e a ‘pesquisa dos responsáveis’” (MAUGER, 2001).

Ajudar e poder contribuir para a realização de um projeto é muito mais importante que ser “premiado” como membro assistido, pois através do exercício consciente na busca para a solução de seus próprios problemas é que os beneficiários dessas políticas de inserção poderão desenvolver a capacidade criadora e emancipadora para reencontrar e ocupar de forma integral seu lugar no mundo e na sociedade, caso contrário, estar-se-á alimentando o estigma do desassistido, aquele cuja impotência lhe foi atribuída como forma permanente de existir.

Se os anseios desses jovens, seus medos, seus sentimentos, não são reconhecidos nessas dinâmicas sociais e culturais, que “se apropriam do mais profundo das subjetividades, buscando fazer com que os sujeitos se simbolizem como inadequados”, desencadeia-se um processo de “invisibilidade social” que reforça o imaginário da inutilidade, impedindo, ainda, que os jovens encontrem formas de compartilhar essas experiências coletivamente (CARRETEIRO, 2002).

A falta de inscrição social no universo do trabalho tende a desconsiderar esses “normais inúteis”, utilizando a linguagem de Castel, tornando-os invisíveis socialmente e comprometendo toda a sua representação pessoal, desvalorizada ou invalidada no campo social; a invisibilidade, assim, torna-se tanto social como pessoal, pois o sentimento de inutilidade leva esses jovens a pensarem que se não conseguem fazer nada também não valem nada.

Como se pode ver, a tendência das políticas de inserção segue o princípio da reparação, ou seja, permanecer num contínuo estado de ir ajeitando tudo que já não vem funcionando a algum tempo, esse tipo de política “pós-fato” mantêm o mesmo formato e deixa que seus efeitos nocivos parem sobre as relações pessoais no universo do trabalho, ou seja, a competição exacerbada, o imediatismo, as crescentes exigências de alta qualificação, a instabilidade nas relações de trabalho, enfim, todas as características que formam as engrenagens do novo capitalismo.

Para que as políticas de inserção pudessem alcançar um nível de adequação e uma legitimidade maior, torna-se necessário a aproximação dessas políticas com as pessoas e “suas necessidades interiores”, a fim de se assegurar o reconhecimento dessas necessidades para que elas possam ser contempladas nessas políticas sociais. O Estado, então, ao se aproximar das pessoas e das suas necessidades estaria munido de referenciais efetivos para poder elaborar propostas, compor soluções, abrir ou apoiar a formação de espaços de discussão que não sejam espaços de condições pré-determinadas.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE EMPÍRICA

3.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Os princípios metodológicos aplicados nessa pesquisa referem-se a uma análise qualitativa de narrativas individuais e grupais desenvolvidas em duas etapas e com procedimento distintos.

A primeira etapa consistiu na realização de “Grupos de Discussão” com dois grupos de jovens pobres, entre 14 e 18 anos, participantes de uma instituição municipal de iniciação profissional, “Casa do Pequeno Cidadão”, localizada na cidade de Marília, interior de São Paulo, e que tem como objetivo preparar esses jovens para iniciarem os conhecimentos preliminares de técnicas de trabalho nas áreas de marcenaria, eletricidade, construção civil e jardinagem, visando facilitar o acesso e a conquista do primeiro emprego.

A segunda etapa da pesquisa consistiu na realização de “Entrevistas Biográficas” individuais com quatro jovens, entre 14 e 17 anos, que vivem a situação de desvantagem social e que apresentaram seus significados em relação ao trabalho integrados a três eixos de condução: a “família, a escola e os aspectos singulares” de suas representações sobre a temática do trabalho. Os procedimentos metodológicos aplicados aqui estão descritos e discriminados, separadamente, em cada uma das quatro “Entrevista Biográficas”.⁴

Os “Grupos de Discussão” com os jovens tiveram a frequência de uma vez por semana, nos turnos da manhã e da tarde, totalizando dois grupos, um com 18 integrantes, turno da manhã, e outro com 23 integrantes, turno da tarde. O tempo de desenvolvimento das atividades grupais foi de uma hora e meia cada.

⁴ Ver Capítulo 3 - Análise dos dados das entrevistas biográficas.

O número de encontros previstos com os grupos foi de 12, distribuídos entre os meses de setembro a dezembro de 2005. A cada encontro, foram utilizadas dinâmicas de grupo que auxiliaram no estabelecimento de uma maior proximidade entre os jovens envolvidos para que eles pudessem narrar suas trajetórias e discutir sobre as suas necessidades e expectativas frente ao trabalho, buscando o aprofundamento dos significados de seus conteúdos.⁵

A análise das narrativas colhidas tem como objetivo central aprofundar o sentido que os jovens constroem em relação ao trabalho. Os jovens pesquisados são urbanos e vivem em situação de desvantagem social. São filhos da classe trabalhadora, que convivem em seu cotidiano com o trabalho precário, seus e de seus pais, e com o desemprego.

A proposta por mim apresentada à referida instituição consistiu na formação de “Grupos de Discussão” com alguns desses jovens, visando a formação de um espaço onde eles pudessem discutir e compartilhar suas realidades e modos de vida próprios, e o significado que atribuem ao trabalho. Essa proposta buscou favorecer uma aproximação maior entre os jovens participantes a fim de que eles pudessem, no decorrer de dois meses e meio, compartilhar idéias e proposições em torno de suas próprias necessidades e aspirações envolvendo a temática do emprego e do universo do trabalho.

Priorizou-se, especialmente nos primeiros momentos da pesquisa, o estabelecimento de um vínculo grupal que pudesse aproximar esses jovens a partir de suas realidades comuns e assim, progressivamente, favorecer a conquista da confiança na relação entre seus membros para que as trocas e interferências mútuas pudessem ter espaço para acontecer.

A escolha dos temas e das formas possíveis de desenvolvê-los junto aos jovens levou em consideração, fundamentalmente, as características sociais desses sujeitos, tendo em vista

⁵ Ver anexo

o fato de que a situação de pobreza é parte integrante do universo social de todos os jovens da instituição onde a pesquisa se desenvolveu.

Portanto, esses sujeitos têm em comum tanto a condição juvenil quanto a situação de pobreza. O fato de se tratar de um público-alvo cujas condições de vida são socialmente desfavoráveis, despertou-me a atenção e os cuidados que eu deveria tomar, como pesquisadora para não “invadir” frontalmente os aspectos dolorosos de suas realidades precárias, sem antes me aproximar de suas realidades comuns.

Essa preocupação tornou-se maior durante os primeiros encontros quando me defrontei com o constrangimento que os jovens manifestaram em suas expressões tímidas e submetidas a uma tarefa que não sabiam exatamente a que levaria, mas que colocaria em evidência seus aspectos mais indesejáveis, suas dificuldades, suas condições degradantes, suas faltas, etc.

Nesses primeiros encontros, as atividades foram mais práticas, tais como confecção de painéis, discussões focadas nos interesses que os jovens consideram relevantes em suas vidas, seus gostos, seus lazeres, suas preocupações, etc. A partir desses aspectos mais gerais das condições e modos de vida dos jovens, a segunda etapa se constituiu em aprofundar as discussões em torno das barreiras encontradas para realizar suas principais aspirações.

O próximo passo foi focar a questão do trabalho, destacada por eles nas dinâmicas iniciais, e realizar uma pesquisa-intervenção que pudesse traduzir, tanto quanto possível, o significado que eles atribuem ao trabalho, como suas dificuldades, desejos, possibilidades, limites, etc.

Passados três encontros, entretanto, as expressões distanciadas e submetidas dos jovens frente às minhas propostas de trabalho, fizeram com que eu me sentisse impondo uma atividade, um exercício reflexivo que parecia não encontrar eco, não estabelecer trocas significativas para eles e isso me fez pensar sobre o método: Como conquistar um ambiente

propício que pudesse tanto “naturalizar” a minha interação com eles como favorecer as trocas e interferências entre eles?

Pensei, então, que para adentrar no foco dessa pesquisa, eu precisaria, antes de tudo, inteirar-me sobre aspectos subjetivos manifestados pelos jovens durante esses primeiros encontros, como o sentimento de vergonha que parecia ser predominante entre eles nesse momento.

O sentimento de vergonha foi percebido de duas formas distintas: através de um tipo de comportamento arredo dos jovens, que tentavam se esquivar, ou não se envolver nas discussões, tentando evitar que os demais também o fizessem; e num outro comportamento mais recolhido, daqueles que aceitavam participar das propostas, porém de forma submetida e pouco participativa.

Em ambos os casos, contudo, pareceu-me que eles queriam evitar a exposição de suas realidades. Pensei então, que a pesquisa-intervenção deveria priorizar a interação entre os jovens para que o espaço de confiança pudesse ser conquistado progressivamente até que eles se sentissem minimamente confortáveis para compartilhar aspectos indesejáveis, porém presentes na vida de cada um deles, como as dificuldades decorrentes da privação de dinheiro e oportunidades.

Embora todos os jovens vivam em situação de pobreza, o estado de vulnerabilidade e precariedade de cada um difere; talvez esse aspecto tenha contribuído para que o sentimento de vergonha emergisse. Diante da eminência de se manifestar em grupo, os jovens, provavelmente, ficaram inseguros em compartilhar alguns de seus “fracassos”.

A metodologia e os procedimentos metodológicos aplicados nessa pesquisa basearam-se nas experiências que acumulei, a partir de 2001, como pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas – NIPIAC - Instituto de Psicologia da UFRJ; especialmente às análises parciais dos dados

referentes ao Projeto Jovem Total, que consistiram na parte empírica da minha dissertação de mestrado no ano de 2003. Essa metodologia de pesquisa, o NIPIAC, já vem desenvolvendo há algum tempo, em contextos institucionais e comunitários, visando, especialmente, a promover a expressão, a discussão e as interferências mútuas entre jovens e com jovens.

A proposta dos “Grupos de Discussão” buscou favorecer uma aproximação maior entre os jovens a fim de que eles pudessem, no decorrer de dois meses e meio, compartilhar idéias e proposições em torno de suas próprias necessidades e aspirações envolvendo a temática do emprego e do universo do trabalho.

Os “Grupos de Discussão”, portanto, tiveram uma finalidade simples de propósito: facilitar e permitir que os jovens pesquisados exercessem suas capacidades de se representarem, se apropriando dos conteúdos de suas respostas e indagações, para que seus argumentos pudessem representar a manifestação daquilo que eles sentem, acreditam e compreendem.

3.2 ANÁLISE DAS NARRATIVAS GERADAS NOS GRUPOS DE DISCUSSÃO

Os dados das narrativas geradas nos “Grupos de discussão” foram registrados com base nos materiais compostos e confeccionados pelos jovens durante os encontros grupais, expressos através de painéis, formulação de perguntas e respostas escritas e descritas por eles, utilização de um gravador com o conteúdo das entrevistas que os jovens apresentaram como produto final de suas questões e proposições em torno das temáticas propostas; bem como através de um relatório diário, feito por mim ao final de cada encontro, onde foram feitas as observações sobre o comportamento dos jovens frente às propostas, o caminho percorrido por

eles para a realização das atividades e os acontecimentos mais significativos relativos a cada encontro.

A análise de conteúdo das narrativas mostrou uma dupla e contraditória mensagem sobre o significado que os jovens atribuem ao trabalho, mostrou que: seu valor é ao mesmo tempo grande como expectativa e distante como realidade. O trabalho é colocado ao nível mais alto de suas prioridades, porém a dificuldade em conquistá-lo parece superar todas as vias de possibilidade que eles dispõem no plano real. Diante desse impasse, o trabalho se torna uma “realidade utópica”.

Os jovens destacaram quatro temas principais nos encontros grupais quando discutiram sobre as situações que dificultam a conquista do trabalho e apontaram algumas possibilidades que poderiam ajudar a tornar essa realidade menos utópica: “Discriminação Social, Violência, Escola e Degradação Interiorizada”.

3.2.1 Discriminação social

O tema da discriminação social expresso nas falas dos jovens evidencia a consciência de seus déficits em relação a outros jovens pertencentes a classes sociais mais privilegiadas. No encontro onde eles formularam perguntas e respostas em torno da temática juventude e trabalho, uma das perguntas foi: “Por que o jovem pobre tem mais dificuldade que o jovem rico para conseguir trabalho?”; em suas respostas, o grupo argumenta que eles não dispõem dos mesmos “recursos que o jovem rico”, referindo-se tanto aos déficits de uma educação formal, “se a gente é pobre não vai ter nenhum curso”, quanto às marcas que a pobreza imprime através do meio social em que vivem, argumentando que, “se o dono da loja, por exemplo, perguntar onde você mora, ele vai ficar meio assim de contratar um pobre, né?”.

Suas perguntas e respostas são marcadas pelos efeitos devastadores que a desvantagem social estabelece na hora de se conseguir um emprego, apontando, ainda, a consciência que esses jovens têm em relação às suas desvantagens e destacando a previsibilidade daqueles que ganharão a concorrida disputa pelo mercado de trabalho.

A realidade em relação ao trabalho é expressa pela consciência da necessidade e da dificuldade em conquistá-lo. Assim, esses jovens convivem com uma contradição estabelecida socialmente e incorporada por eles, todos esperam que eles tenham trabalho, eles próprios defendem que conquistá-lo é fundamental para “ter uma vida digna”, entretanto, são poucos e tortuosos os caminhos para se alcançar este almejado objetivo.

Diante da pressão entre a necessidade e as reais possibilidades que dispõem nessa trajetória rumo à conquista de um emprego, os jovens mostram-se confusos e perturbados quando se deparam com suas próprias insuficiências. Em alguns momentos trazem o problema para si, defendendo que “é preciso ter força de vontade” e que “se for atrás todo mundo consegue”. Em outros momentos, esse mesmo problema é apresentado destacando a gravidade dos efeitos que o preconceito social exerce nesse percurso de se conseguir um trabalho: “Se o gerente da loja olha pra pessoa e vê que ela é pobre, ele já prefere escolher os jovens mais ricos e isso já é um preconceito contra os pobres”.

Esse “olhar” e “ver” a pobreza como uma invalidação de suas capacidades profissionais é demonstrado pelos jovens da seguinte forma; “dá pra saber que a pessoa é pobre pelo jeito que se veste, pela maneira de falar, de andar, de comunicar, e quando o gerente da loja vê um pobre, ele logo pensa que não tem condições de trabalhar”; sob esse prisma, esses jovens são duplamente penalizados, por serem pobres acredita-se que também são menos capazes para trabalhar.

A falta de “condições de trabalhar” se refere, especialmente, ao despreparo dos jovens pobres em relação ao estudo deficitário; a falta de alguns conhecimentos é apontada

pelos jovens como a principal causa de rejeição dos patrões, eles argumentam que “se não tiver um curso, o dono da loja vai dizer que então não tem como”.

Os jovens apontam os cursos que consideram importantes: “eu acho que é a informática”, “hoje em dia tem mais loja que pega pra mexer no computador mesmo”, além desse, outro curso que eles consideram importante é o de língua estrangeira, “é muito importante isso, inglês, espanhol”.

A “discriminação social” na conquista do trabalho é percebida pelos jovens de forma bastante apropriada, na medida em que em seus relatos se verifica a constatação de algo que se repete. Essa vivência de repetição expressa não só a descrição de uma realidade adversa, como a forma com que essa realidade atravessa suas vidas e se instala em seus interiores, gerando insegurança, medo, impotência, vergonha.

Eles parecem até compreender as razões que levam um patrão a rejeitá-los por reconhecerem suas defasagens educacionais e culturais em relação aos jovens de classes sociais privilegiadas e para se defender de alguma forma são obrigados a reconhecer primeiro suas condições enfraquecidas, como aponta a seqüência desses dois relatos:

1. “Se eu fosse gerente eu ia perguntar pro jovem pobre se ele tem estudo, se ele tem capacidade para trabalhar, mas eu ia escolher o jovem pobre pra trabalhar porque ele já é muito discriminado, tem mais necessidade, precisa mais de dinheiro e precisa sustentar a vida dele, mas eu tenho certeza que o patrão não ia aceitar, mas se eu fosse eu daria um jeitinho de ajudar aquela pessoa”.

2. “O patrão pensa que o jovem por ele ser pobre é mais burro e não vai conseguir fazer as coisas porque ele esquece, então os ricos estudam, estão naquela boa escola, estudou pra caramba, mas os ricos não têm aquele esforço de fazer assim como o pobre, de trabalhar com peso também, os ricos não vão aceitar aquele trabalho que a pessoa pobre quer”.

A fragilidade de uma condição social desfavorável vai, repetida e continuamente, afetando a forma como eles próprios se vêem; suas identidades se fragilizam na mesma intensidade e proporção que suas tentativas de superar as barreiras do desemprego fracassam. Assim, apropriados ou dominados pelo sentimento de menos valia passam a defender-se assumindo a necessidade de submissão total aos veredictos sociais.

Os jovens aqui retratados, ao assumirem sua posição de menos valia em razão dos déficits que acumularam ao longo de suas trajetórias e realidades adversas, colocam-se em uma condição mais submetida frente ao trabalho. Suas falas evidenciam as suas disponibilidades em assumir um tipo de trabalho que o jovem pertencente a camadas sociais mais privilegiadas não aceitaria ou não se mostraria disposto a realizar.

Ainda que eles estabeleçam essa distinção sobre o lugar social que ocupam e realizem a partir dessa constatação alguns ajustes para conquistar a inserção profissional, como diminuir suas expectativas em relação à função que irão desempenhar, esses jovens não conseguem atingir a meta do emprego.

Outro ponto abordado nos relatos acima é a dificuldade que encontram em serem ouvidos, eles gostariam de serem ouvidos pelo “patrão” e o “gerente” e ter a chance de mostrar as suas capacidades escondidas sobre os modelos empobrecidos de suas aparências. Se tivessem essa chance de serem ouvidos, defenderiam que a necessidade daquele trabalho os torna muito mais engajados em realizá-lo da melhor forma possível, uma vez que o valor daquela oportunidade de emprego teria um significado vital para suas vidas, além do mais, o déficit escolar poderia ser compensado com a disposição e o esforço que empregariam no exercício de suas funções.

O que eles parecem tentar argumentar é que as suas necessidades de trabalho enquanto meio de subsistência faz com que eles estejam dispostos a enfrentá-lo com mais determinação e vontade e incluem de antemão desempenhar qualquer função para defendê-lo.

Esse movimento de realizar pouca ou nenhuma exigência em relação à função que eles irão desempenhar pode representar a identificação de suas próprias insuficiências, além de uma tentativa de suprir os seus déficits de tal modo, que lhes sobre, ao menos, um mercado residual onde eles possam dar vazão aos seus anseios de participar do processo produtivo no mundo do trabalho. Isso não diminui, nem exclui seus desejos de conseguir ocupar postos de trabalho mais valorizados.

A pobreza perpassa a vida desses sujeitos e corrobora para alimentar sentimentos de inadequação e pouca utilidade, eles se referem a si próprios como sendo menos e que, portanto, valem menos. Para compensar a menos valia e seu decorrente sentimento de inutilidade, eles se mostram dispostos a ceder na conquistas de postos preferenciais e privilegiados, eles podem até afirmar ter “a certeza que o jovem pobre vai pegar qualquer coisa que aparece, o serviço pode ser de faxineiro, de qualquer coisa, carregar peso, caminhoneiro”.

Essa realidade reflete a importância que o trabalho exerce em suas vidas, mas suas falas mostram a dupla e contraditória mensagem: “é muito difícil pro jovem pobre conseguir trabalho” e “a gente só pode conseguir melhorar de vida se tiver trabalho”.

Essas duas falas apresentam um paradoxo que atravessa a vida desses jovens sem que eles consigam estabelecer um ponto de partida que possa levar a uma convergência desses dois sentidos manifestos por eles em relação ao trabalho. Assim, ao assumirem essas duas verdades eles permanecem fixados em uma posição submetida, sem conseguir ultrapassar o impasse limitador de uma situação na qual eles se sentem afetados frontalmente e dispendo de poucos recursos para superá-las.

A consequência mais objetiva da falta do trabalho e do trabalho precário é a dificuldade, manifestada pelos jovens, para vencer algumas barreiras do presente e desenvolverem estratégias de ação em médio e longo prazo em torno dessas questões; isso, de

certa forma, tende a fixá-los no tempo presente, da ação imediata, de ir ajeitando as coisas na medida em que elas vão acontecendo sem pensar muito no futuro.

Os jovens demonstraram dificuldade para encontrarem, sozinhos, formas de superação para suas adversidades cotidianas. Suas necessidades são emergenciais e apontam para a busca de suportes que possam ajudá-los a encontrar instrumentos e identificar um caminho possível para o trabalho ou para melhorar as condições desse; e que possam, ainda, ajudá-los a manter a crença de que suas expectativas de inserção poderão ser atingidas.

Nas reflexões que eles próprios realizam em torno dessa temática, pode-se observar que suas tentativas de inserção, seguem a tendência de “nivelar-se por baixo”, como uma maneira de tentar salvar o pouco de opções que lhes restam. Entretanto, essa tentativa tende a enfraquecê-los ainda mais, pois ao colocarem a emergência de suas necessidades deixam expostas todas as suas vulnerabilidades, disponibilizando como meio de negociação a submissão a qualquer custo, tudo em troca de uma oportunidade de trabalho.

Ao assumirem e incorporarem suas desvantagens sociais como fator limitador para conseguirem a inserção profissional, os jovens parecem tentar realizar uma manobra de autopreservação que pode representar uma forma de mobilização, no sentido de chamar a atenção pelo sentimento de compaixão que esse estado de vulnerabilidade possa vir a despertar; porém esse recurso não parece significar uma escolha dos jovens, mas talvez um último recurso para não se tornarem totalmente excluídos do processo produtivo.

Assim, para defenderem seus desejos de conseguir trabalho, eles se mostram dispostos a desconsiderar ou ficar com medo de considerar suas próprias realizações, por isso aceitam, pelo menos em termos das suas intenções, assumir funções que podem gerar vergonha ou constrangimentos àqueles que têm a chance de escolher ou esperar, preparando-se mais para conquistar um melhor trabalho.

Entretanto, isso parece não se caracterizar em uma atitude refletida desses jovens, assemelhando-se mais ao reconhecimento de suas impotências, um último recurso, de se rebaixar, de assumir a humilhação como forma de se combater o grande medo do não trabalho. Despossuídos de seus desejos, colocam-se como oferta barata para realizar funções residuais e com disposição a modelar-se sem direito a reclamação.

O trabalho pensado por esses jovens durante os encontros diz respeito àquele que, a princípio, estaria em consonância com suas realidades, referem-se aos empregadores como “o dono da loja”, “o gerente”, “o patrão”, quando apontam os problemas para se conquistar trabalho, referem-se à falta de dinheiro que “dificulta a pessoa de se deslocar de um lugar ao outro ou comer na rua quando se tem fome”.

Essas reflexões dão visibilidade à realidade pensada e vivida por eles no cotidiano da busca do trabalho, porém mesmo ajustando suas expectativas de trabalho, aproximando-as de suas realidades, como o supermercado, a loja de construção, o comércio de um modo geral, ainda assim é difícil conquistá-lo.

Essa realidade foi aos poucos sendo apropriada e discutida pelos jovens com outro enfoque, quando eles começaram a integrar em seus relatos os sentimentos de vergonha e de revolta frente a esse contexto adverso. Assim, a manifestação desses sentimentos só começou a surgir a partir do terceiro encontro, provavelmente porque eles se sentiram mais confiantes e apoiados pelo vínculo grupal que se estabeleceu, fortalecendo-os, inclusive, frente à ameaça institucional da qual todos dependem e precisam preservar.

A apresentação do filme⁶ “A boca do lixo”, marcou esse momento e contribuiu para uma maior integração e participação dos jovens nas discussões. Nesse momento, todos os grupos se aprofundaram na temática da pobreza e puderam se auto-referir como pobres; houve, entretanto, uma percepção e uma manifestação do grupo em diferenciar os vários

⁶ Ver anexo

níveis e escalas de pobreza dentro do próprio grupo. Reconheceram que ser pobre dá vergonha “porque as pessoas têm preconceito, tratam mal, dificulta arrumar trabalho, humilham”.

A importância do trabalho foi descrita pelo grupo através de painéis confeccionados por eles após a apresentação do filme, quando os jovens destacaram a situação de pobreza através de diferentes manifestações, como: **revolta** – “Como não tem trabalho o jovem se revolta, todo mundo humilha quem é pobre”; **vergonha** – “Pelo preconceito não respeitam, quem vai querer dar trabalho para um pobre? **protesto** – “A gente não quer comida nem agasalho, a gente quer trabalho”.

Um momento marcante do grupo foi quando uma integrante, I, posicionou-se frente ao sentimento de vergonha: “Eu tinha muita vergonha que alguém descobrisse onde eu moro, na minha casa não tem água nem luz, as pessoas aqui não vivem na mesma situação que eu, tinha vergonha também da minha mãe ser catadora de papel, hoje eu não tenho mais vergonha, quem não gostar tô pouco me importando”.

Seu depoimento corroborou para emergir no grupo a manifestação do custo emocional que as vivências de maus tratos e o não reconhecimento social provocam. O tom de suas declarações foi ao mesmo tempo de desabafo e revolta, ela se considera em maior desvantagem que os demais, essa afirmação não foi contestada pelo grupo que assistiu silenciosa e respeitosamente suas declarações, como se conhecessem a sua realidade.

O seu relato começa evidenciando o sentimento de vergonha que durante muito tempo a perseguia, e que com o passar do tempo transformou-se em desprezo, entretanto, esse sentimento que ela manifesta dizendo “tô pouco me importando”, não consegue ultrapassar a barreira do descaso que a vitimou. Assim, sem conseguir combater e transformar a sua realidade de vida, ela passa a adotar um modo de vida mais rebelde, como uma forma de revidar as agressões que vem sofrendo ao longo de sua vida.

A mudança em seu comportamento foi percebida durante os encontros, no começo ela havia conquistado o título de “miss” da instituição, ela participava das discussões e durante dois encontros passou mal, precisando sair da sala. Posteriormente, a psicóloga da instituição me posicionou sobre seu contexto atual para justificar suas saídas e atrasos nos encontros. Ela tem uma filha pequena, cujo pai está preso, vive com a mãe em condições degradantes, não há banheiro na sua casa, e há pouco tempo a instituição acompanhava seu caso mais de perto, pois a própria I procurou a psicóloga para anunciar que de agora em diante só se relacionaria com mulheres, argumentando que era mais simples e que correria menos riscos que com os homens, esses já lhe causaram muito sofrimento; havia ainda uma suspeita de que ela estava passando mal devido à ingestão de drogas e esse fato era novo e estava sendo tratado pela instituição.

O caso de I reflete um cenário geral e pode assemelhar-se ao de muitos outros jovens, cuja trajetória de descaso social e de lutas fracassadas na conquista de um espaço válido, como ter um trabalho, acabam por sucumbir temporária ou consecutivamente. Alguns pela via da resignação, buscando uma assistência que ateste suas carências e que lhes conceda um prêmio temporário de membro assistido socialmente, para esses a tendência é vagarem a procura de ajudas assistenciais portando a identidade da pobreza como forma de garantirem uma vaga de necessitado; outros, pela via da violência, cujas portas estão sempre próximas e abertas a esses jovens, que diante das suas margens de manobra restritas e de suas trajetórias adversas, tornam-se “frágeis presas fáceis”.

3.2.2 Violência

Sobre a temática da violência, chama a atenção a consciência que os jovens demonstram ter sobre essa realidade que é ao mesmo tempo bem conhecida, especialmente

por ela se instalar com maior frequência e intensidade nos mesmos locais onde residem esses jovens, e também muito próxima, tendo em vista a experiência, relatada por muitos, de verem pessoas do seu convívio envolver-se com atividades ilícitas, especialmente o tráfico de drogas.

Aqui, também, eles estabelecem uma relação entre violência e pobreza, sendo a primeira consequência da segunda, e atribuindo ao trabalho a função ou única possibilidade que pode evitar que se instale uma situação de desespero que possa levá-los a ter que recorrer ou fazer parte de algum tipo de prática criminosa.

A espontaneidade com que os jovens discorrem sobre suas experiências próximas à violência reflete seus contextos cotidianos e adverte suas preocupações em não querer ou não precisar adotá-la como meio de vida. Eles consideram que a violência “seria uma opção”, embora seus argumentos defendam com maior incidência a idéia de que “se o jovem tivesse um bom emprego ele não precisaria entrar nesse mundo”, já que as consequências negativas dessa opção também lhes sejam bem familiares, muitos têm amigos ou parentes que foram presos ou morreram cedo, especialmente por causa do tráfico.

Os jovens formularam perguntas sobre quais seriam as razões que levam um jovem a entrar para o crime, em suas respostas destacaram que o desespero é o principal motivo, seguido da revolta.

O desespero está relacionado à pobreza e à falta de trabalho: “A fome deixa a pessoa desesperada, é por isso que a pobreza gera violência”; “A pobreza facilita a violência porque a pessoa fica desesperada, sem trabalho e vai para o tráfico conseguir algum”; “Tem gente que manda currículo, um monte, e não consegue arrumar emprego, vai ficando desesperado e vai logo roubando”.

A revolta é apontada por eles como uma perda gradativa de estima por si próprio, “porque ele vai atrás de um emprego e não arruma, aí eu acho que ele pensa que a vida dele não tem mais nada, não tem valor e aí já começa a entrar nas drogas, a produzir violência e fazer outras coisas”, nesse sentido suas argumentações se aproximam da descrita por Hughes⁷ sobre o valor do trabalho estar atrelado ao valor da pessoa.

Quando argumentam que “se tivesse emprego o jovem não entrava para o crime”, também alimentam uma expectativa que vem acompanhada da frustração e das barreiras sociais que lhes impede de realizarem esse desejo.

O trabalho é apresentado como antídoto contra a violência, contudo, o não trabalho é uma realidade que compõe o cotidiano desses jovens, razão de conflitos com os quais eles convivem de forma solitária, uma vez que cabe a cada um vencer o desafio de se inserir profissionalmente; e irrefletida, uma vez que não dispõem de instrumentos e estratégias de ação que possam servir-lhes de estímulo para vencer esse desafio.

Para alguns jovens, o conflito provocado pela ausência de trabalho faz brotar uma tentativa de minimização de sua importância. Muitas vezes, esses jovens passam a se comportar frente às dificuldades de se conseguir trabalho de uma forma, aparentemente, passiva ou despretensiosa, atribuindo-lhe um valor meramente utilitário e sem estabelecer relações com seus próprios anseios profissionais, havendo falas como: “bom mesmo é ganhar dinheiro”, “se tivesse dinheiro não precisaria me preocupar com isso”, além de uma desesperança quanto à perspectiva de poderem mudar o cenário em que se encontram, como se não acreditassem que conseguiriam se “dar bem” pela via do trabalho.

Essa manifestação sobre o significado instrumental do trabalho, representada nas falas acima, surgiu em um momento posterior às reflexões que se realizaram inicialmente sobre essa mesma temática, e parecem expressar a construção de uma via alternativa que

⁷ Ver Capítulo 1 – O Desafio Contemporâneo do Não-Trabalho.

funcionaria como mecanismo de defesa para enfrentar uma batalha que se mostra antecipadamente fracassada.

O mecanismo que acredito atuar aqui se refere mais a uma maneira de proteger suas angústias por não conquistarem aquilo que mais desejam, do que propriamente uma atitude despreziosa e irrefletida frente às formas clássicas de se conseguir ganhar dinheiro. Assim, diminuindo a importância do trabalho passam a suportar melhor o peso e o sofrimento de não poder conquistá-lo.

Nesse caso, o trabalho aparece dissociado de um sentido de realização onde os aspectos singulares relativos ao desejo de exercer uma função específica permanecem velados, uma vez que dizem respeito àquilo que querem, mas não podem ter.

A expressão “ganhar dinheiro fácil” é utilizada para referir-se àqueles que entram para o crime, porém eles apresentaram uma expressão, bem semelhante a essa, mas que apresenta um sentido bem distinto: “o jovem vai procurar uma maneira mais fácil de ganhar dinheiro” quando as possibilidades se esgotam e algumas circunstâncias se tornam insustentáveis.

Contudo, “procurar uma maneira mais fácil de ganhar dinheiro” não se configurou em um caminho aceito pelo grupo, ao contrário, essa hipótese foi apresentada como uma possibilidade real, porém fortemente indesejada e combatida por esses jovens; de um modo geral eles não consideraram a atividade criminosa como um caminho que eles querem ou podem seguir, seus relatos indicam mais a expectativa que alimentam de terem uma oportunidade “conseguindo um emprego” e a chance de estudar e ter “uma boa educação”.

“Estudar e ter o objetivo de arrumar um emprego” é o que expressam esses jovens, no entanto, eles manifestam medo de precisarem recorrer ao mundo do crime, pois sabem que isso pode representar perder a própria vida: “entrar pra esse mundo do crime tem muitas

consequências ruins e pode acabar até com a minha vida, no trabalho pode ter consequências, mas não como no mundo do crime”.

As consequências do trabalho provavelmente estão relacionadas às precariedades de suas condições, incluindo o baixo salário e as funções residuais que esses jovens encontram no ambiente profissional, ainda assim, eles almejam a inserção.

O fato de estar inserido profissionalmente, segundo seus relatos, os alivia da pressão e do constrangimento que sofrem por não estarem empregados, assim, o que se pôde constatar em seus depoimentos é que a equação que pode medir o valor de ter um emprego suplanta a necessidade econômica, pois atribui um valor a eles próprios, que passam a ter um reconhecimento social através da valorização de seu esforço pessoal e que pode, ainda, levá-los à conquista de uma rede relacional onde as trocas e experiências fundam possibilidades dentro do universo do trabalho.

Por isso eles clamam pela chance de conseguir estar inserido de alguma ou qualquer forma, pois estar fora desse universo significa estar impossibilitado de construir trajetórias e projetos profissionais, além de colocá-los em uma posição de invalidação social. Muitos desses jovens, talvez a maioria, ainda não conseguiu pertencer a esse universo, não possuem essa experiência, o que provavelmente aumenta a expectativa e amplia significativamente o medo e a insegurança de não conseguir realizá-la.

Quando os jovens utilizam a atenuante de que ao praticar uma atividade ilícita “ele começa pensando em ajudar ele e a família dele, mas ele não consegue porque ele está estragando a vida dele”, eles também portam uma capacidade de medir os riscos e malefícios dessa atividade para suas vidas. Entretanto, eles reconhecem a vulnerabilidade de suas condições e afirmam que “é mais fácil convencer os jovens pobres a fazer essas coisas” (atividades ilícitas), apontando ainda o formato mais freqüente de realizá-las segundo o gênero: “os meninos vão para o tráfico e as meninas para a prostituição”.

Os jovens argumentam, ainda, que “não é só o pobre que entra no mundo das drogas, tem muito “boyzinho” aí que entra, entra porque quer, estraga a vida porque quer, porque ele pode ter muita felicidade pela frente”. Aqui a questão da escolha parece tomar um formato mais legítimo, uma vez que existe a possibilidade de outros caminhos para os “boyzinhos”, mas que não existe para esses jovens.

Ainda que idealizem a condição vivida pelos jovens de classe privilegiada, como se esses não tivessem problemas, ou fossem detentores de todas as chances que eles não têm, suas reflexões ressaltam a consciência dos riscos indesejáveis da prática criminosa, cuja luta que travam em relação a isso é, primordialmente, a de resistir em não dar o primeiro passo pela impossibilidade de se voltar atrás.

A rigidez de suas falas em relação a essa premissa pode diferenciá-los em relação aos outros jovens de classe social mais privilegiada, pois, como não possuem o suporte de apoio social, familiar, educacional, para se desenvolverem de forma satisfatória, o mesmo ocorre, possivelmente com mais intensidade, quando se envolvem de alguma forma com o crime.

Nessa situação, também estarão sozinhos para se defender, porém mais vulneráveis a permanecerem reféns, por serem “frágeis presas fáceis”, de uma organização criminosa que busca, na juventude, os agentes potenciais para o desenvolvimento de suas atividades.

A escola funciona como um meio fundamental para conseguir “ser alguém na vida” por vias aceitas socialmente e o fato de estarem estudando os diferencia daqueles que já romperam com os códigos de normas e convivência sociais. Seus argumentos defendem a importância da escola para “ser alguém na vida”, mas o peso da condição de pobreza torna esse plano comprometido pela fragilidade e insuficiência dos conteúdos deficitários que é disponibilizado para esse público, jovens pobres.

É como se eles soubessem da necessidade do estudo para conquistar trabalho, mas seus diplomas, quando confrontados com os de outros jovens cuja formação escolar permitiu

uma melhor preparação, eles perdem a chance de disputar. O esforço para superarem a carga de descontentamento de uma escola deficitária e ainda, assim, atribuir-lhe um valor de importância, é mais um desafio que esses jovens precisam enfrentar para conseguirem um bom resultado pessoal e profissional pela via escolar.

Esses sujeitos terão, assim, que continuar a busca para suprir seus déficits escolares, através de ajudas externas que lhes permitam de alguma forma superar essa desvantagem, ou utilizar seus próprios recursos internos, para despendar energia através do esforço pessoal excessivo.

Essa tarefa não deve ser considerada como uma possibilidade simples nem freqüente, tendo em vista a emergência de suas necessidades de subsistência, mas representa mais um desafio que a condição de pobreza impõe: a “promessa da preparação”, cuja herança consiste em um estudo deficitário e cujos efeitos e sintomas indesejáveis eles terão que administrar, como, aliás, já fazem, ou seja, do jeito que der.

3.2.3 Escola

A educação formal é considerada pelos jovens como a principal via de acesso para se conseguir trabalho, embora todos os integrantes dos grupos freqüentem a escola, ressaltam que o “nível da escolaridade é baixo”, comprometendo a conquista do emprego “porque o mercado de trabalho está muito cobrando alta superioridade escolar”.

A importância que os jovens atribuem à escola é grande e representa um tipo de inserção e de inscrição social que funciona como um suporte de apoio e proteção, especialmente, contra os ataques que sofrem por não conseguirem a inserção profissional. Enquanto permanecem na escola, eles se colocam em uma posição que, além de ser aceita e valorizada socialmente, os ajuda a suportar melhor o fato de não estarem trabalhando tendo

como justificativa plausível o esforço pessoal de estarem se preparando para um futuro melhor.

Entretanto, eles reconhecem a defasagem dos conteúdos pedagógicos e a insuficiência desse recurso como um instrumento que possa garantir-lhes um futuro melhor e a desejada inserção profissional, argumentando que “na escola pública é difícil pegar um professor no começo do ano e ir até o fim, porque muda muito e cada um dá a matéria de um jeito, então não dá pra entrar no vestibular e numa boa escola”.

O ensino público, médio e fundamental, no Brasil, apresenta-se enfraquecido, destituído de recursos materiais, com professores desestimulados pelo baixo salário e pela condição precária em que se encontram as instituições escolares de um modo geral. Essa realidade produz, como consequência mais dramática, a limitação e a ineficácia desse sistema público de ensino na preparação dos alunos. Os conhecimentos adquiridos nessas escolas não conseguem se aproximar daqueles adquiridos nas escolas privadas, cuja qualidade de ensino é claramente diferenciada, com recursos materiais avançados e a inclusão de cursos suplementares que visam a atender a demanda do mercado de trabalho atual.

A queixa dos jovens reflete essa problemática: “o ensino não é tão bom como deveria ser” e “os patrões querem gente mais preparadas [...], os ricos são mais preparados e têm mais estudo”. Nesse sentido, o fato dos jovens tratados nesse trabalho estar estudando, não representa, na prática, um diferencial na conquista do emprego futuro, seus diplomas não são valorizados e mesmo cumprindo a etapa fundamental e média de ensino, sabe-se que seus conhecimentos são deficitários e insuficientes, não atingindo a “alta superioridade escolar”, exigida pelo concorrido mercado de trabalho.

Essa realidade é bem conhecida pelos jovens aqui retratados, eles vivem a experiência escolar como uma etapa que não pode ser desperdiçada, pois isso complicaria ainda mais suas vidas, mas também participam dessa promessa da preparação de forma

desacreditada, como expressa a pergunta formulada e respondida pelo grupo em um dos encontros: “O ensino que o jovem pobre recebe dá para ele entrar numa boa faculdade?” “Ah, não sei dizer”, “Eu acho que não porque tem uns professores que ensinam certo, e outros que ficam parados, olhando pra cara do aluno, eu acho que não”.

Ainda assim, deve-se considerar que o investimento escolar pode fornecer-lhes alguns créditos adicionais, como a persistência de manter a tentativa de melhorar de vida, o acolhimento de pertencer a um grupo que enfrenta problemas parecidos e o consolo, que justifica em parte esse investimento, de estar inserido em uma atividade válida socialmente.

A busca pela validação social que esses jovens enfrentam aproxima-se do absurdo, onde quer que estejam, a visibilidade sobre eles aparece sempre pelos aspectos negativizados de seus contextos falhados, de suas aparências empobrecidas e de seus conteúdos internos enfraquecidos. Fora isso, eles se tornam invisíveis pela pouca utilidade que representam, afinal o que é legitimado social e culturalmente passa pelo crivo da competência intelectual, da forte estrutura emocional e dos hábitos e atitudes que uma boa herança cultural pode transmitir.

É muito comum ouvir hoje que se deve investir em educação pública de qualidade, esses jovens não só concordam com isso, como esperam esse dia chegar, mas perdendo a potência do acreditar. Eles participaram das discussões grupais ativamente, expressando que é fundamental “um bom ensino com curso de computação, inglês, etc.”, que é preciso “destinar mais verbas para uma boa educação”, que é imprescindível que nos estudos “os jovens pobres tenham as mesmas oportunidades que os outros”, porque acreditam que “sem estudo a gente não arranja serviço”.

As queixas e proposições dos jovens são pertinentes e fazem parte de um senso comum, porém vale ressaltar que as experiências degradantes são vividas por eles e

representam a incorporação de sentimentos negativizados que podem fixá-los indefinidamente em uma posição invalidada como sujeitos fracassados que se vêem como inadequados.

A escola mantém a sua importância preparatória para esses jovens, mas o conteúdo dos conhecimentos por ela transmitidos já não podem ser exclusivamente considerados na conquista de um futuro melhor, eles acreditam que a dedicação para conquistarem um diploma é um esforço que todos tem que realizar, defendendo que “tem que ter força de vontade para querer aprender”. Mesmo àqueles que criticaram de forma mais aguda o tipo de ensino que recebem na escola mencionando que “os professores têm que ensinar mais”, “que o ensino não é tão bom como deveria ser”, não assumem uma posição de romper com essa possibilidade.

No entanto, demonstram apatia ao se referirem ao ambiente escolar, especialmente em relação aos conteúdos pedagógicos, considerados por eles distante de suas realidades; chamou atenção a falta de estímulo ao abordar a instituição escolar e não houve relatos que envolvessem a formação de vínculos importantes, nem com o espaço, nem com os professores.

No primeiro encontro, todos se apresentaram incluindo a apresentação da escola que estudam e da série em que estão, nesse momento, pôde-se perceber que algumas escolas eram mais valorizadas que outras, havendo um certo constrangimento quando alguns jovens, ao nomearem suas escolas provocaram risadinhas paralelas e comentários depreciativos como “lá é barra pesada”, “coitado”; o mesmo desconforto apareceu quando alguns jovens se apresentavam com um nível de escolaridade inferior aos demais, porém mesmo envergonhados justificavam o atraso escolar.

Portanto, estar na escola e concluir os estudos de nível médio parecem referir-se a uma questão de preservação da dignidade, um diferencial em relação à geração de seus pais, que na maioria dos casos não estudaram, e que representa uma etapa importante a ser

cumprida. Entretanto, a importância da escola como instituição preparatória vem acompanhada da preocupação desses jovens em suprir seus déficits educacionais, através de “cursos”, que se dariam fora da instituição escolar.

Segundo seus relatos, esses cursos, incluindo o de língua estrangeira e computação, seriam realizados com objetivos diferentes daqueles desenvolvidos na escola, pois o foco seria instrumentalizá-los para a conquista do trabalho, como esclarece algumas falas: “fazer cursos ajuda a pessoa a arrumar trabalho”, “ter cursos de computação, eletrônica, etc. gratuitos”, “dar mais cursos, não só na região aqui, porque tem muita região aí que não dá pra vir pra cá”.

Quando os jovens se referem aos “cursos”, eles dizem respeito a uma suplementação dos conhecimentos que não podem adquirir nas escolas em que estudam e que estaria a cargo de outras instituições educativas não formais. A escola representa para eles um modelo fixo, com atividades específicas, mas que não contemplam todas as suas necessidades; suas reivindicações em relação à escola limitaram-se à melhoria da qualidade do ensino que ela já oferece de forma insatisfatória, e que impossibilita vencer a concorrência com os “mais preparados”.

Assim, a proposta de se oferecer “mais cursos gratuitos para o jovem” tem um objetivo mais focado no universo do trabalho, por isso a reivindicação sobre “a falta de cursos profissionalizantes gratuitos” traduz as expectativas desses jovens, tanto pelo seu caráter complementar de ensino e aprendizagem, quanto pela sua função de cumprir um objetivo prático, e não menos importante para eles, relativo à emergência de se conquistar um diferencial que facilite o acesso ao trabalho.

Os relatos dos jovens apontam para uma proposta que concilie educação formal com curso profissionalizante gratuito, esse modelo parece atender as suas expectativas, pois possibilita agregar valor a um diploma desvalorizado conquistado na escola pública formal, permitindo ainda, facilitar o acesso ao mercado de trabalho através de formações profissionais

que representem um diferencial valorizado. Sobre essa questão o grupo se mostrou uniforme, não houve discordância.

Eles defendem a junção entre ensino formal e curso profissionalizante gratuito, esse último representa a possibilidade de conquistar a inserção profissional em funções técnicas especializadas de nível médio. O cumprimento da etapa formal de ensino de nível médio, por si só, não fornece subsídios para que eles conquistem um espaço de inserção, porém se configura em uma exigência de mercado, sem a qual o jovem dificilmente consegue trabalho.

Aliar educação formal à formação técnica aponta para uma necessidade destacada pelos jovens dessa pesquisa e que pode ilustrar a realidade brasileira, que frente à fragilidade das instituições públicas de ensino e o alto índice de evasão escolar nesse período, reforça a hipótese de que não basta almejar recuperar a defasagem escolar do ensino público em médio prazo, desconsiderando a emergência de suas necessidades; no caso desses jovens e segundo seus depoimentos, pode-se imaginar que suas proposições comportariam, no plano das políticas públicas, a integração entre políticas preventivas e políticas reparadoras⁸.

O trabalho como suporte privilegiado de apoio à inscrição social desses jovens vem acompanhado pela necessidade do estudo para “ser alguém na vida” e muitos manifestaram o desejo de cursar uma faculdade, especialmente as meninas, e defendem essa idéia como uma possibilidade a ser perseguida: “Eu tenho vontade de fazer faculdade, ser veterinária ou enfermeira”, “Eu tenho vontade de fazer uma faculdade, ser enfermeira, e se Deus quiser eu vou conseguir”. Já os meninos concentram mais suas expectativas no trabalho: “Eu não tenho um plano profissional, assim para o futuro, mas eu pretendo trabalhar”, “Eu quero fazer curso e fazer algum trabalho”.

A emergência do trabalho para os meninos aparece com muito mais evidência, eles parecem não dispor de um tempo de preparação exigido por uma faculdade, por exemplo, os

⁸ Ver Capítulo 2 – O Princípio Reparador das Políticas de Inserção

cursos profissionalizantes representam para eles uma oportunidade que alia o domínio de uma atividade à necessidade de aplicá-la o mais rápido possível para garantir o sustento próprio e de sua família de origem, pelas quais muitos são total ou parcialmente responsáveis.

Vale ressaltar que a cidade de Marília, onde essa pesquisa se desenvolveu, concentra um grande número de faculdades, com diversas universidades, sendo duas delas públicas. Essa realidade aproxima a possibilidade de muitos desses jovens conseguirem realizar o curso universitário. Pode-se verificar com uma certa frequência a dupla jornada que os jovens de classe social desfavorecida enfrentam, conciliando trabalho durante o dia e faculdade à noite. Observa-se ainda, nesses casos, alguns deles relatados no grupo referindo-se a irmãos mais velhos, que esses jovens entram mais tarde na faculdade, normalmente após terem conquistado um espaço profissional que lhes permita arcar com os custos desse investimento.

3.2.4 Degradação Interiorizada

A incorporação de sentimentos como insegurança, medo, vergonha e humilhação estiveram presentes nos relatos dos jovens em todos os temas abordados nesse trabalho, quando se referiam a eles próprios e às situações concretas vividas por eles em seus cotidianos. Esses sentimentos são marcados por uma qualificação negativa, que é o reflexo da consciência que tem de suas insuficientes utilidades e forças sociais.

A expressão desses sentimentos foi sutil e implícita, eles, de certa forma, evitaram um aprofundamento dos sentimentos dolorosos, e quando algum membro do grupo expunha situações integrando aspectos emocionais que explicitava a densidade e a fragilidade de suas relações, o grupo rapidamente se incumbia de dissimular.

Houve um momento marcante, onde esses sentimentos emergiram e foram compartilhados pelo grupo do turno da manhã; enquanto realizavam reflexões sobre o filme

“A boca do lixo”, houve uma comoção pela aproximação do enredo do filme com a representação de suas próprias vidas. Enquanto parte do grupo mobilizou-se através da expressão muda de sentimentos densos, uma outra parte do grupo, composta por meninos começou a se movimentar e cantar Rap.

Esse acontecimento culminou na composição ou recomposição de um Rap com a participação de todo o grupo que “cantou o sofrimento” no final do encontro:

A questão do lixo do sofrimento Zé povinho eu lamento
 Ei brau acorda sangue bom, aqui é o capon redondo não pokemon zona sul
 inveja
 Do lixão nasce flor, olha por nós pastor, lembra da gente no culto dessa noite
 Firmação sangue quente, admiro os crente dá licença
 Aqui mó função, mó tabela, pô desculpa aí
 O homem chora reza a hora pedindo a Deus
 A lágrima rola no canto dos olhos
 Implora a meu Deus, minha vida inteira
 Foi só pensá, eu vou me dá bem atirando em alguém
 Ao invés de morrer gostou de matar
 Pobre é o diabo eu odeio a tentação
 Pode ri, mas não desacredita não, é questão do tempo
 Dor e sofrimento Zé povinho eu lamento.

Cantar a dor e o sofrimento me pareceu uma forma saudável, uma capacidade incomum de lidar positivamente com as adversidades constantes, uma luta, aparentemente alegre para manter uma dignidade ferida e ameaçada. O RAP é essencialmente um ritmo de protesto, uma forma de contestação que a juventude pobre vem utilizando pelo mundo afora, com frequência, para “dar o recado”, uma maneira criativa que consegue romper a barreira da indiferença social e que desperta a reflexão pelo conteúdo das letras cruas, de verdades duras.

Nesse RAP, composto ou recomposto pelo grupo durante um dos encontros, pode-se encontrar os conteúdos subjetivos, os aspectos dolorosos da “degradação interiorizada” lucidamente descrita com o artifício “atenuador” da canção, penso que “atenuar a dor” tenha sido a principal razão que motivou a sua criação e que lhes permitiram falar em seus próprios

nomes. É muito difícil para esses jovens criar uma oportunidade dessas, uma vez que suas faltas sociais dificultam sobremaneira a formação de uma identidade própria que sustente a expressão e a manutenção de seus desejos rumo a conquista de seus anseios.

Na música criada por eles, a expressão “Zé povinho”, provavelmente, é a forma como se representam; Zé no Brasil pode ser todo mundo ou qualquer um, o diminutivo de povo reflete a falta de legitimidade da categoria dos desassistidos, despossuídos de validade social.

O “lamento” é o primeiro e o último sofrimento expresso na melodia, talvez seja o começo e o fim de um sentimento predominante, que sugere algo de resignação, mas que, por outro lado, comporta a expressão mais precisa e profunda de uma impotência imposta socialmente, confrontar essa deliberação social seria semelhante a assumir uma atitude autodestrutiva.

O “lamento”, no contexto da música, parece ser a confirmação da consciência de suas realidades aprisionadas, um movimento que tornou possível mostrar que a indignação existe, mas não deve ser frontalmente exposta, nem atrevidamente combatida, pois a luta maior consiste em continuar existindo, sem desconsiderar as estratégias de sobrevivência que a condição de “povinho” estabelece e que eles conhecem muito bem.

Na segunda linha, surgem gírias e referências que indicam a dicotomia que se estabelece entre eles, “jovens de comunidade”, e os de outra classe social; nesse momento, aparece uma tentativa de identificação positiva entre seus pares, “sangue bom”.

A comunidade é um referencial valorizado por esses jovens; a busca pelo fortalecimento de seus locais de moradia como a apresentação de soluções para seus problemas envolvendo “ter mais programas sociais na comunidade”; “mais projetos com a cara do Pequeno Cidadão, onde as pessoas precisam”; “promover encontros com os jovens da comunidade para orientar como arrumar emprego e estarem sempre unidos, para perder o

medo e buscar trabalho”, são expectativas e propostas apresentadas por eles e que reforçam a hipótese da possibilidade que eles encontraram de buscar na identificação com o local, o fortalecimento da identidade pessoal.

O local onde moram pode ser discriminado pela precariedade e eles reconhecem que “morar num lugar sujo, sem conforto, não dá dignidade, ninguém respeita”, e a falta de respeito vem, essencialmente, dos que estão fora desses locais, referidos na música por “zona sul inveja”, porque quem está dentro vive os problemas de forma parecida, por isso a formação de galeras e grupos comunitários representa uma proteção e propicia uma identificação natural que pode atenuar o sofrimento pelo consolo e pelo fortalecimento que a sensação de “estar sempre unidos” representa, como “perder o medo de buscar trabalho”, lá fora. Assim, enquanto estão dentro do espaço comunitário, eles conseguem atribuir valores positivos para ele próprios que não se sustentam fora daquele espaço.

Entretanto, fora do espaço comunitário concentram-se as oportunidades de se conseguir trabalho, e é justamente nele que os sentimentos de impotência e insuficiência se instalam, como a insegurança de “não conseguir trabalho porque é pobre”, medo da “falta de proposta de empregos”, de não saber “se comportar em uma entrevista”, de não dispor de “espaços nas empresas para valorizar os jovens”. Tudo isso amplia, significativamente, a interiorização da degradação em suas falas justificadas, “porque muitas vezes nós não sabemos nos comunicar com pessoas de mais alto nível que a gente”.

Por essa razão, alguns autores⁹, como Castel (2002), não acreditam que, ao concentrar esforços unicamente nos locais e populações vulneráveis, seja possível combater efetivamente os problemas que esses locais e sujeitos enfrentam, justamente por reforçar a desintegração desses indivíduos quando estão fora do sistema de proteção criado especialmente para atender a demanda desse público.

⁹ Ver Capítulo 2 – O Princípio Reparador das Políticas de Inserção

A afirmação expressa no RAP, “do lixão nasce flor”, parece mostrar o movimento de esperança, de resiliência, resistir apesar de todas as adversidades, acrescido da beleza e da suavidade que demonstram querer preservar ou fazer nascer; mas um interlocutor é chamado na música para ajudar nessa tarefa pouco provável no plano real e recorrem ao plano espiritual.

Sempre há pastores na comunidade, próximo a seus fiéis sempre carentes e necessitados de ajuda e eles exercem, salvaguardando as restrições e críticas racionais que se possa desenvolver sobre eles, essa função de acolher e orientar, assim, para eles é direcionado o pedido de ajuda, que parece não estar disponível em outro plano senão neste.

A desesperança também está presente na música, bem como suas tentativas de “vida inteira” implorando a “meu Deus” rezando para as coisas melhorarem ou não piorarem, mas “a lágrima rola no canto dos olhos”, uma manifestação singela do sofrimento, como se a dor a que se referem suplantasse a expressão do grito da revolta, sugerindo mais uma intensidade de dor que de tão grande cala, mas não no sentido do consentimento e sim da consternação. A manifestação resignada parece um recurso que eles relutam para manter e se autopreservarem, entretanto, a manifestação violenta pode vir a se tornar um outro recurso e eles não podem controlar totalmente essa deliberação.

A “punição das vítimas” surge, no contexto da música, quando eles sucumbem à tentação, nesse momento eles parecem querer gritar a revolta, e a expressão “eu odeio a tentação” manifesta a revelia de suas intenções de ceder a esse caminho, conscientemente perigoso e infrutífero, mas com grande poder de atração, que é a violência. Além disso, a expressão “pobre é o diabo”, parece relacionar-se ao fato de que a pobreza pode ser compensada por uma vida digna através do trabalho, como se conseguindo isso eles não seriam pobres; pobres seriam então, aqueles que cederam “a tentação”.

Eles mesmos se sentem ameaçados; como se bastasse um só instante de descuido, como a expressão “foi só pensar”, para eles estarem na outra margem, aquela, que segundo seus relatos não oferece a chance de retorno, pelo menos para esses jovens que ao se verem envolvidos com o crime são obrigados a compor o seu universo e a adotar suas regras do tudo ou nada; “ao invés de morrer gostou de matar”.

A “degradação interiorizada” faz com que eles chorem e, “pode ri” também, suas dores; vale pontuar aqui a frequência do riso entre esses jovens durante os encontros, eram risos debochados, risos nervosos, risos envergonhados, mas predominantemente risos sofridos, presentes em falas e expressões mais densas e dolorosas, ou seja, um riso que dissimula a dor.

A mensagem final que tentam transmitir ao final da letra é quase um pedido que “implora” um sopro de esperança na qual querem se fixar, “ri, mas não desacredita não, é questão do tempo” e enquanto esse tempo não chega seguem os “Zé povinho”, vivendo a “dor e o sofrimento”, e dizendo “eu lamento”.

Finalmente, após buscar realizar uma análise compreensiva dos aspectos mais significativos expressos pelo grupo através da letra desse RAP, vale ressaltar que a maneira como os jovens lidaram com o estigma da insuficiência, que perpassa toda a realidade transmitida por eles, não incluiu espontaneamente em seus manifestos o papel do governo como um meio possível para suprir parte dessa insuficiência. Eles somente abordaram esse tema sob uma perspectiva político-governamental, após uma intervenção realizada por mim quando questionei sobre a função e a representação desse segmento para eles.

Contudo, suas falas pareceram incipientes no tocante à dificuldade que demonstraram ter para adentrar nessa área, como no exemplo que se segue quando eles formularam a seguinte pergunta: “O que a prefeitura poderia estar fazendo para resolver os problemas de saneamento nas favelas para não ter discriminação na hora de arrumar

emprego?”, as respostas foram: “Mais projetos como a Casa do Pequeno Cidadão ajuda o jovem arrumar emprego”, “Há dificuldade de arrumar emprego”, “o governo oferecer mais emprego dando mais oportunidades para os jovens”, “criar mais faculdades públicas e que os jovens pobres tenham as mesmas oportunidades que os outros”.

Embora todos os participantes dos Grupos de Discussão estivessem sendo beneficiados por uma ação governamental, essa ajuda não foi expressamente considerada como algo significativo para eles, no sentido de poder auxiliá-los em suas expectativas e necessidades de trabalho. Os jovens manifestaram-se pouco em relação ao setor governamental e demonstraram dificuldade para atribuir um sentido ao papel do Estado, enquanto responsável pela implantação e manutenção das políticas públicas essenciais ao desenvolvimento humano e bem-estar social.

Os jovens limitaram-se a narrar a expectativa maior apresentando suas questões e proposições sobre o problema do não-trabalho, destacando a importância dos cursos profissionalizantes, em forma de um pedido, bem menos fervoroso do que àquele que imploram a Deus; mas também com uma conotação de que ele possa “cair dos céus”. Suas falas giram em torno da necessidade de criar mais cursos profissionalizantes gratuitos, destacando que a “maioria dos cursos profissionalizantes tem que pagar e eu acho, na minha opinião que não deveria pagar nada”.

A realidade da insuficiência que a condição de pobreza estabelece na vida desses jovens atravessa todos os caminhos de suas histórias verdadeiras e “imperfeitas”, assim, sentem-se menores porque nasceram e cresceram na vigência contínua da desvalidação social. Contaminados pela “interiorização da degradação”, eles se auto-referem com fragilidade para encarar a disputa por um emprego, pois partem do princípio que não conseguirão concorrer com “os jovens mais preparados que eles”, pois aqueles, por não viverem a desvalia do dia-a-

dia estão, além de mais preparados do ponto de vista educacional, mais fortalecidos internamente para enfrentar essa batalha.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS DAS ENTREVISTAS BIOGRÁFICAS

3.3.1 Bruno

Bruno tem 15 anos e trabalha como servente de pedreiro. Ele mora numa casa confortável, de três quartos e bem construída num subúrbio próximo à cidade; a disposição dos móveis e dos objetos dá a impressão de que não falta nada de muito importante naquele espaço, embora o ambiente sugira uma certa formalidade entre as três pessoas que nele habitam. Além de Bruno, somente a sua mãe e seu padrasto dividem o convívio familiar diário. No dia da entrevista, seu irmão mais novo, estava passando uma semana de férias ali, mas durante o ano “ele mora com o pai dele”, esclareceu Bruno sem se estender.

Interessei-me em entrevistá-lo antes mesmo de conhecê-lo pessoalmente, após tomar conhecimento, através de um aluno meu do curso de ciências sociais da UNESP, de um projeto de pesquisa que ele e outros colegas da universidade realizavam e do qual Bruno participava.

Para conseguir realizar a entrevista com Bruno, precisei entender-me primeiramente com o seu padrasto, que chamarei aqui de pai, considerando a forma como se tratam; foi ele quem agendou o dia e a hora e se encarregou de comunicar ao filho, imprimindo desde o primeiro momento a sua marca forte e decidida frente a sua família.

No dia da entrevista, fui recebida primeiramente por seu pai e em seguida eu e Bruno nos cumprimentamos. Logo que cheguei a sua casa, surpreendi-me positivamente com o tipo

de construção, que se destacava das demais casas do quarteirão, a começar pelo grande portão eletrônico logo na fachada.

Bruno e seu pai receberam-me de uma forma cortês e até cerimoniosa, nada que me deixasse sem jeito, mas o aperto de mão e o gestual para que eu entrasse, me sentasse e o silêncio que se seguiu, fizeram-me entender que eu deveria formalizar e reiterar a proposta da entrevista para os dois juntos na sala de estar, somente depois desse momento, seu pai retirou-se educadamente.

Bruno e eu tivemos um breve momento de conversa e em seguida ele se posicionou na poltrona demonstrando disposição para adentrarmos na proposta do encontro. Quando pedi para que ele começasse falando um pouco dele e de sua vida, ele iniciou de forma direta, e com uma voz firme e uma expressão séria argumentou mantendo o foco no que ele entendeu sobre o tema da entrevista:

É o seguinte, eu sai da escola pra trabalhar e tô pensando em fazer um supletivo daqui pra frente, tem um vizinho meu que faz e que me coloca lá, e por enquanto eu tô assim, só trabalhando, eu acho que compensa mais trabalhando que estudando porque só dou trabalho na escola [...].

Bruno diz que tem dificuldade em compreender as matérias e por isso ficava atrasado, como não conseguia acompanhar as aulas, começava a conversar e isso começou a incomodar os professores e criar problemas na escola. Quando tomou a decisão de parar de estudar, ele estava numa discussão com um professor que chamou sua atenção enquanto ele conversava em sala de aula; após ser repreendido pelo professor ele ameaçou sair da escola: “[...] então eu vou sair disso aqui, porque isso aqui não tá prestando pra mim, comecei a discutir com ele e falei, então isso já era, ele falou você faz o que você achar melhor”.

Bruno não voltou atrás na sua ameaça e não foi questionado sobre a sua decisão, nem pela escola, nem pelos professores, nem por sua família, todos acataram essa deliberação e

ninguém tentou convencê-lo a ponderar melhor sobre a sua saída prematura da escola, na sexta série, mas durante a entrevista ele demonstrou conflito sobre essa decisão.

Segundo seu pai, em casa Bruno é muito aplicado, aceita bem as regras familiares e nem parece a mesma pessoa que a escola tanto reclamava. Além disso, Bruno é reconhecido positivamente por seu pai pelo seu potencial e sua dedicação no trabalho, mas seu pai mostrava-se intolerante quanto às críticas que recebia sobre o comportamento de Bruno na escola, por isso ele confirmou ter apoiado a sua decisão de parar de estudar.

Quando perguntei a Bruno se ele não teve problemas na sua casa para aceitarem essa decisão, ele respondeu: “É o seguinte, meu pai também estava com essa idéia [...] eu arrumar um servicinho e trabalhar e sair da escola; eu comprava minhas coisinhas, não ficava dependendo de ninguém e não ficava também na rua, né?”.

Para seu pai, se Bruno não se fez valer na escola, é melhor que o faça de outra maneira, trabalhando, e chegou a comentar comigo que achava que ele poderia continuar estudando se fizesse tudo direito, mas se fosse para causar problemas era melhor sair e trabalhar. Nessa colocação, ele não pareceu preocupado com a falta que os estudos poderia causar na vida e no futuro de Bruno, a perspectiva de seu pai valoriza o trabalho, a força de vontade e a disposição para fazer o que precisa ser feito de forma correta.

O trabalho é valorizado por essa família de uma forma peculiar, pois eles conseguiram estabelecer um tipo de organização familiar e financeira independente do modelo formal de trabalho; todos trabalham fora, a mãe é faxineira, o pai é pedreiro, o irmão de 12 anos também compra seus doces carpindo calçadas dos vizinhos, e todos tem tarefas a desempenhar dentro de casa e colaboram com alguma quantia para cobrir os gastos domésticos; tanto o conforto que podem desfrutar naquela casa, quanto o lazer, como as “baladas” que o Bruno gosta de freqüentar nos finais de semana, são fruto de muito suor de trabalho.

3.3.1.1 Bruno e sua família: uma relação centrada no aspecto dignificante do trabalho

Após o término da entrevista, fui convidada para jantar e isso contribuiu para uma maior aproximação com o universo familiar de Bruno. Enquanto jantávamos, pude perceber que todos esperavam sua vez de falar ou fazer alguma coisa, olhando e esperando a aprovação do pai de Bruno. Quando ele reprovava alguma conduta, como chamar a atenção da mulher sobre um ingrediente que faltou à mesa, falava na hora e em poucas palavras; a minha presença provavelmente intensificou a sua exigência.

O pai de Bruno comanda a casa seguindo um modelo rígido e disciplinar, onde a hierarquia familiar e as regras são determinadas e cuidadosamente vigiadas por ele; sua presença marcante é facilmente perceptível, tanto na construção do espaço, foi ele quem realizou, como no comportamento que cada membro dessa família manifesta. Ele é paraibano, morou aproximadamente 20 anos em São Paulo trabalhando na construção civil, aparenta ter por volta de 50 anos, e se diz satisfeito com a qualidade de vida que tem no interior.

A mãe de Bruno tem um ar jovial e alegre, aparentando ter aproximadamente 40 anos; dos seus dois filhos somente Bruno mora com seu atual marido, o filho mais novo de 12 anos, que estava presente durante o jantar, mora com o pai em um outro bairro da cidade. Quando Bruno se referiu ao pai do seu irmão, deu a entender que este não era seu pai biológico, mas demonstrou sutilmente não querer abordar esse assunto durante a entrevista.

O jantar foi preparado por sua mãe em um fogão a lenha, num espaço muito agradável que fica nos fundos da casa; seu pai explicou que era ali que todos se reuniam diariamente depois do trabalho, jantando juntos, assistindo um pouco de televisão e que praticamente não utilizavam as demais dependências da casa.

Enquanto estávamos à mesa, seu pai praticamente monopolizou a conversa, mostrou-se gentil comigo e entre um assunto e outro ia mandando a mulher, Bruno e seu irmão fazerem as coisas ao modo dele, todos ajudaram a colocar a mesa e a servir o jantar. Enquanto isso, seu pai conversava comigo, contou-me como construiu a casa, disse que ali dentro todos têm que fazer a sua parte de forma correta, afirmando não admitir bagunça; até a lenha utilizada para a preparação da comida é cuidadosamente empilhada e tem o objetivo de tornar a comida mais saborosa, atendendo ao seu paladar nordestino.

O comportamento de Bruno diante do pai demonstrou que ele tem um respeito muito grande por ele, mas, em alguns momentos, pareceu ter medo; a mesma impressão, eu tive em relação à sua mãe, ela acatava as ordens do marido sem questioná-las demonstrando ainda não se aborrecer e conviver bem com o jeito duro e determinado dele.

Porém, Bruno parece necessitar da aprovação do pai e, para tanto, precisa aceitar e cumprir as regras impostas com o mesmo rigor que elas são exigidas, e sente-se ameaçado quando não pode exercer suas obrigações. Ele falou um pouco sobre esse aspecto de sua vida familiar quando lhe perguntei se lhe faltava trabalho:

De vez em quando falta, eu fiquei umas três, duas semanas parado, tava chegando o dia de eu ajudar meu pai a pagar a conta de luz, eu falei, o que é que eu vou fazer? Também tinha que comprar uma madeira pro meu pai que eu tinha estragado, uma madeira dele [...].

Mesmo enunciando ter que cumprir rigorosamente com compromissos financeiros dentro de casa, Bruno não relacionou esse fato como algo que lhe cause problemas familiares; seu tom não era de queixa, nem de denúncia ao se reportar a esse assunto, mas narrou alguns episódios de descontentamento com sua vida familiar:

[...] então eu sou meio indeciso, tem horas que eu gosto, tem horas que eu não gosto, às vezes me agrada, às vezes não. Eu chego em casa estressado e

todo mundo falando, faz isso, faz aquilo, e você não querendo fazer nada, quer só ficar zoando na rua pra cima e pra baixo.

Ele parece não se sentir autorizado para detalhar sobre os aspectos que o desagradam em sua família, e também não abriu muito espaço para adentrarmos em assuntos sobre o seu passado, como a sua história com seu pai biológico ou mesmo assuntos mais íntimos e afetivos relativos a ele próprio e sua família.

De um modo geral, Bruno se reporta à sua família sem querer manifestar o aspecto afetivo, nem para reclamar de comportamentos de seus pais que não lhe agradam, nem para valorizar uma passagem mais carinhosa ou acolhedora vinda de um dos dois, mas ele tentou positivizar a imagem de seus pais durante a entrevista sem fazer reclamações explícitas.

Quando perguntei para o Bruno se o valor do trabalho nessa família era grande e se ele recebia incentivo de seus pais, ele se limitou a responder: “Ah sei lá, meus pais sempre me incentivaram, eles foram sempre a fonte de força.”

Pode-se perceber que a ordem existente em sua casa e a organização familiar da qual ele faz parte podem dar-lhe proteção, mas lhe falta liberdade para se expressar. Ao lhe perguntar se ele se dava bem com seu pai, ele disse sem querer se explicar: “Não! Nem tanto (pausa). Por mais motivos de eu estar errado”.

Ele parece conviver dentro de um espaço monitorado, o que deixa Bruno sem muita alternativa se quiser permanecer junto a essa família; ele parece ainda não poder errar, fracassar ou deixar visíveis seus aspectos negativizados, como ocorreu com o seu desempenho escolar. Mas ele busca incorporar os aspectos que considera positivos nessa relação familiar e se apóia neles para prosseguir de forma construtiva.

Assim, Bruno demonstra seguir e aplicar na sua relação com o trabalho o modelo de dedicação e força de vontade que é apresentado por sua família; sabe aplicar seu dinheiro de uma forma que não lhe falte nada de muito importante, e sabe ainda que se continuar

trabalhando pesado, provavelmente também terá uma casa e uma estabilidade familiar parecida com a dos seus pais, no entanto, ele se posiciona diferentemente e fala como encara o modo de vida e as conquistas dos pais: “Conquistaram! Apesar de eu ser franco, eu não me espelho em nenhum dos dois, eu admiro a capacidade e a força de vontade dos dois”.

Embora Bruno reconheça as conquistas de seus pais, ele também consegue se separar deles e assumir que não deseja percorrer a mesma trajetória, embora ele demonstre reconhecer a capacidade e os resultados que conseguem alcançar.

Seus pais, aparentemente, pela casa que possuem, pela roupa bem cuidada que vestem, pelos bens de consumo, como carro e materiais eletrônicos que possuem, conseguem realizar seus projetos de vida e de casa e até de lazer, seu pai falou dos amigos que freqüentam a sua casa nos finais de semana, e narrou com entusiasmo a sua habilidade no preparo da costela assada quando recebe os seus convidados.

No entanto, Bruno quer algo diferente, conquistar um outro tipo de vida, porém não sabe dizer como seria essa vida nem como essa transformação se daria, e é nesse momento de reflexão que seu conflito emergiu com mais clareza. Ele tenta se convencer de que tomou a decisão mais acertada ao abandonar a escola e ao mesmo tempo diz sem completar o raciocínio que: “Eu sei que se eu estudasse mais eu ia conseguir um emprego melhor, isso aí eu tenho certeza, mas [...] (silêncio)”.

Talvez a escola seja o único espaço onde Bruno pôde exercitar e iniciar esse seu processo de transformação; ele buscou, especialmente nos professores, conquistar esse suporte que pudesse ajudá-lo nessa mudança que pretendia realizar, mas não conseguiu êxito. Ao lhe perguntar por que ele não conseguia aprender na escola, ele respondeu: “Não sei. Vou falar a verdade, é mais por eu não prestar atenção, se eu prestasse atenção eu sabia sim, eu tenho certeza que saberia”.

Bruno tem a tendência de trazer para si a responsabilidade sobre os seus insucessos, mas com relação à escola ele considera que se deve também melhorar a capacidade dos professores para atender melhor aqueles alunos que, como ele, têm mais dificuldade. O fato de não conseguir prestar atenção parece se referir a sua dificuldade em atribuir um significado, tanto sobre aquilo que se aprende na escola (inadequação dos conteúdos pedagógicos), quanto sobre as relações com os professores (ausência de figuras identificatórias).

Ele está vivendo um momento de tensão em sua vida e oscila entre defender e se arrepender da sua decisão de parar de estudar, que implicou também cortar o elo entre colegas da mesma idade, interrompeu a convivência em um ambiente onde ele dispunha de uma atmosfera propícia para compor e aspirar projetos de vida e de futuro desagregados dos de sua família. Ele admitiu ter tentado transferir os estudos para o período da noite: “[...] eu fui na escola e eles não queriam dar a vaga pra mim, não sei se pelas minhas atitudes, mas é certeza, eu falei que ia correr atrás dos meus direitos, mas também não fui porque não tenho tempo”.

O seu tempo é justo em função do seu trabalho, mas me parece que a maior razão dele não seguir adiante nesse desejo de retomar os estudos seja pela sua própria insegurança em não conseguir superar as suas dificuldades em relação aos conteúdos escolares e a repercussão negativa que isso pode gerar na sua vida pessoal.

Assim, embora ele tenha uma posição social, uma família, uma moradia que, a princípio, permitir-lhe-ia conciliar estudo e trabalho, ele teve a necessidade de excluir a parte que não conseguiu melhorar.

A opção de Bruno em deixar a escola parece refletir muito mais uma necessidade de preservar a sua dignidade familiar do que propriamente uma escolha. Sua família valoriza o trabalho como força produtiva, atribuindo-lhe, ainda, um valor moral, que agrega valores positivos à pessoa.

Entretanto, na escola, Bruno não conseguia ser produtivo, e o fracasso escolar parece ter repercutido na sua própria identidade de fracassado, vista especialmente sob o ângulo de sua família.

3.3.1.2 Bruno e a escola: uma desistência com conflito

Quando Bruno se deparava com suas insuficiências no aprendizado escolar, ele diz que ficava conversando com os colegas, argumentando que: “[...] aí eu ficava bagunçando, já tava atrasado mesmo, então não vou fazer mais nada. Até que a professora visse e me mandasse embora [...]”.

Entretanto, a sua inadaptação escolar não apresentava características negativas do tipo violento, que desacatava os professores; segundo seus relatos sua rebeldia não ultrapassava o limite de discutir e colocar seu ponto de vista.

Ele disse que esperava que os professores pudessem ajudá-lo em suas dificuldades de aprendizagem e na medida em que ia acumulando déficits, sua persistência em permanecer na escola foi perdendo potência, abrindo espaço para um movimento de desistência e ampliando as suas próprias inseguranças nessa área.

Mas Bruno também admitiu que suas dificuldades de aprendizagem também são devidas ao seu baixo empenho nos estudos:

[...] eu nunca tive interesse em estudar, vou ser logo franco, agora gostar de ficar na escola, conversar, bater um papo; de vez em quando eu prestava atenção, quando os professores se interessavam em me ajudar.

Bruno admite a sua falta de interesse pelos estudos, mas também aponta para a seu desejo de receber ajuda para superar as suas dificuldades, como se a sua falta de interesse pela escola fosse consequência da ausência de professores que se interessassem por ele.

Ele não se considera incapaz para aprender, ao contrário, ele acredita que se direcionasse seu esforço para essa área também se destacaria: “[...] se eu prestasse atenção eu sabia sim, eu tenho certeza que eu saberia”.

Ele diz que não consegue prestar atenção porque não entende a matéria, mas Bruno não se acomoda nessa constatação, ele tenta buscar um significado prático entre os valores e ensinamentos da escola e a utilidade desses para sua vida e diz que: “[...] a única coisa que eu sei é ler e escrever, o que eu quero aprender eu não consigo, conta de dividir”.

Sua crítica à educação formal expõe também a sua impotência frente a essa escola que ele não acredita e que não consegue cumprir a sua proposta de ensinar.

Entretanto, Bruno demonstra seu interesse em recuperar sua confiança na escola e em si próprio, na sua capacidade de entender a matéria e visualizar a aplicabilidade daquilo que a escola se propõe a oferecer. Por essa razão, ele torna visível seu conflito ao se referir à escola como seu futuro, e lamenta o fato de ter tido um comportamento inadequado; ele afirma: “Eu sabia que aquilo não era o melhor pra mim, entendeu? [...] Ficar bagunçando ali naquela escola, porque eu sei que aquilo é o meu futuro [...]”.

Bruno apresenta uma contradição em relação à escola, pois ao mesmo tempo em que ele tem incorporado a idéia de que concluir os estudos alargaria seu horizonte e seu futuro profissional ele afirma que o resultado que a escola lhe traz não é rentável. Mesmo tendo rompido com a educação formal, ele atribui a ela um diferencial importante na hora de conseguir trabalho, como demonstrado nessa sua análise: “Acho que se você tiver um estudo e um currículo bom, você consegue um emprego”.

O estudo é valorizado por ele como uma exigência de mercado, como uma necessidade para conseguir um trabalho melhor no futuro, entretanto ele considera o ambiente escolar hostil, lugar onde ele não se sente razoavelmente reconhecido porque o seu desempenho escolar é baixo e sua performance escolar não agradava nem aos professores nem à instituição.

Para Bruno, a maioria dos professores não está interessada em interagir com determinados alunos cuja realidade social ou contexto de vida comprometem o rendimento escolar e o padrão de comportamento adotado em sala de aula. Essa sua “queixa” pode estar associada, ainda, à expectativa de Bruno em estabelecer com os professores um tipo de relação que possa suprir ou compensar a relação distante e hostil vivida por ele em sua casa, especialmente com seu padrasto.

Para ele os professores seguem a tendência de se vincularem e dar mais atenção aos alunos que se destacam pela facilidade em aprender e se adaptam bem à dinâmica escolar; ele considera que as escolas deveriam:

Melhorar a capacidade dos alunos, mas também dos professores, se empenhar mais com aqueles alunos que estão com dificuldade. Eles estão mais perto dos que estão mais adiante, os que estão mais adiante eles não precisam, mas nós, aqueles que estão atrasados precisam também.

Ele se sente frontalmente atingido por essa prática discriminatória, e chegou a afirmar que considera a maioria dos professores racistas. Talvez Bruno seja mulato, um tipo bem brasileiro que acaba deixando dúvidas, e para prosseguir e entender melhor o seu ponto de vista sobre os professores perguntei se o racismo a que ele se referia tinha a ver com a cor:

É mais do social, tipo, tinha o Carlinhos que é amigo meu e ele cata papel e não tem como viver, ele usa as roupas do irmão dele, as vezes vai de roupa suja pra escola, então sei lá qual é a dos professores, tem uns que você pega assim uma amizade [...].

Bruno não chegou a desenvolver totalmente esse raciocínio, mas o racismo a que ele se refere diz respeito a uma discriminação social que acontece dentro da escola e que ele denuncia ao mesmo tempo em que também se mostra atingido por ela.

Suas críticas sobre a escola são direcionadas especialmente aos professores, mas, por outro lado, ele parece buscar exatamente na relação com eles o desenvolvimento de algum tipo de vínculo mais próximo: “O professor, sei lá, ele vai em cima daquele aluno que mais presta atenção [...] em vez de apoiar aquele que tem mais dificuldade”.

Bruno considera que os mais atingidos por essa discriminação que acontece na escola são justamente aqueles que “mais precisam”, ou porque são muito pobres ou porque têm dificuldades para aprender; ele parece se encaixar mais nessa segunda colocação, diz que não consegue prestar atenção e admite não gostar muito de ler e estudar.

Bruno acredita, entretanto, que se pudesse contar com um professor disposto a ajudá-lo, nessa trajetória de estudos, a superar os déficits educacionais que vem acumulando, poderia desenvolver um interesse maior pelos estudos e conquistar uma via de opção para melhorar sua condição de vida, aumentando suas chances de trabalho.

O espaço escolar, nessa visão de Bruno, reflete a sua necessidade de encontrar modelos de identificações que possam ajudá-lo na construção de seus projetos futuros; ele parece desprovido de suportes de ancoragem para realizar as mudanças que deseja, ter uma vida diferente do seu modelo familiar, talvez, por isso, a aproximação e a ajuda do professor seja tão valorizada por ele.

Ele diz que quando encontra um professor que se dispõe a interagir, conversar, se relacionar, ele consegue se interessar e ir bem na matéria, como ocorreu na disciplina de história: “A professora de história me tratava muito bem e todo mundo estranhava: Por que o Bruno dá trabalho pra gente e não dá pra você?”

Bruno respondeu a essa pergunta ressaltando a importância do vínculo na relação professor-aluno, ele valoriza a proximidade desse contato.

Essa valorização do aspecto humano na relação escolar aponta para uma necessidade própria dele, ele de fato parece esperar algo da escola que começa a partir dessa relação: “[...] de vez em quando eu prestava atenção, quando os professores se interessavam em me ajudar; é que eu ficava meio atrasado nos assuntos [...]”.

Ele parece projetar para o espaço escolar, mais especificamente para a figura do professor, uma expectativa de estabelecer referências extrafamiliares que possam ajudá-lo a se construir como sujeito.

Assim, o professor é uma autoridade reconhecida por ele e dotada de poderes tanto para ajudá-lo a melhorar o seu rendimento escolar como para exercer o papel de orientá-lo nas situações de vida e de futuro; e relata uma experiência marcante que teve com um professor seu:

Uma vez eu sentei com um professor junto com a classe inteira e ele contou que quando ele era moleque ele também era calango e ele guardava no banco o dinheiro dele, e eu e um amigo começamos a pensar nessa idéia [...].

Ele não quer permanecer calango, mas parece não ter um acesso fácil a pessoas e situações que favoreçam a ampliação de seus horizontes, talvez a figura mais próxima dessa função e que poderia exercer esse papel de orientador e facilitador seja realmente o professor. A escola, nesse sentido, poderia consistir em um espaço referencial para que ele pudesse se fortalecer como sujeito, alimentar seus planos e se sentir apoiado para avançar.

Bruno oscila entre desistir ou insistir em uma escola que ele desacredita na prática, mas que é valorizada no senso comum, por isso ele pondera: “Eu tô pensando em fazer um

supletivo daqui pra frente, tem um vizinho meu que faz e que me coloca lá, por enquanto eu tô assim, só trabalhando [...]”.

Ele busca um caminho alternativo, fazer supletivo, mas se sente sozinho, não tem o apoio da família para realizar essa manobra de transformação e essa idéia permanece solta, esperando que um colega possa ajudá-lo a concretizar.

A escola como imposição para conseguir o trabalho com carteira assinada que Bruno deseja, ao mesmo tempo em que o perturba, parece colocá-lo no caminho de encontrar uma solução paliativa, ele quer cursar o supletivo e concluir os estudos dessa maneira, sem ter que freqüentar cotidianamente um ambiente escolar que ele considera inóspito e com recursos insuficientes para fazer valer o sacrifício de ter que enfrentá-lo.

Essa idéia do Bruno faz brotar uma reflexão acerca da função do diploma para conquistar um emprego para jovens dessa classe socialmente desfavorecida, ou seja, os empregadores exigem o diploma, ainda que seu significado esteja enfraquecido, no sentido de medir a competência profissional de uma pessoa.

Por essa razão, Bruno diz que pretende concluir o supletivo para “colocar em seu currículo” que possui um diploma de conclusão do ensino fundamental e médio, assim poderá aspirar assumir algumas funções como trabalhar como vendedor em lojas comerciais, ou no supermercado, sua opção preferida de trabalho. Mas ele não consegue especificar qual a função que gostaria de desempenhar nessa sua escolha, dizendo que faria “qualquer coisa, empacotador, sei lá”.

Bruno estabelece uma diferença entre emprego e trabalho; ele afirma, por exemplo, que não lhe falta trabalho, referindo-se à função de servente de pedreiro, mas para se empregar em uma firma, com carteira assinada, na função de empacotador no supermercado, ele teria dificuldade pela falta de estudo.

Quando perguntei ao Bruno sobre o que ele acha do ensino na escola pública ele respondeu: apenas “3% dos alunos da escola pública tem emprego bom e o resto não tem” e se auto-acusa por não pertencer a essa minoria determinada, dizendo que:

Esses 3% se dedicaram mais, eu acho. Não tô querendo me criticar, mas sei que se eu quisesse eu também poderia estar incluído nesses 3%, qualquer um tem essa capacidade de escolha, força de vontade.

Os ajustes percentuais podem ser realizados, mas a estimativa de Bruno reflete a sua visão sobre a educação que jovens da sua classe social vivem e o esforço que precisam realizar para não desistir. Ele acredita que é uma escolha e basta ter força de vontade para conseguir, porém ele desistiu; essa desistência lhe remete constantemente a uma sensação de fracasso por não ter conseguido, ou seja, a sua força de vontade não foi suficiente, portanto ele se sente enfraquecido, e se atribui um autojuízo negativo.

Se considerarmos a iniquidade e a baixa qualidade do ensino público e a estreiteza de oportunidades dela decorrente, a inclusão desses jovens no mercado de trabalho será, na maior parte dos casos, uma “realidade utópica”.

A discriminação social na escola, apontada anteriormente por Bruno, vem acompanhada dessa complexa trama que se estabelece hoje em torno do trabalho; a desvantagem social desemboca na defasagem do ensino público promovendo a ampliação das diferenças educacionais entre classes sociais distintas e repercutindo diretamente sobre as possibilidades e oportunidades para enfrentar o concorrido mercado de trabalho.

3.3.1.3 Bruno e o trabalho: entre ser "calango" e trabalhador com carteira assinada

Bruno avalia que a sua opção pelo trabalho foi rentável e lhe permitiu recuperar ou melhorar o bem-estar dentro de sua casa: “[...] só dou trabalho na escola, todo dia prejuízo, chego em casa meu pai bravo e minha mãe brava, então vamos trabalhar, né? Ganhar minhas coisinhas e comprar minhas coisas”.

Considerando o seu contexto familiar e suas necessidades imediatas, sua decisão foi eficaz; ele parou de levar bronca dos pais pelas sucessivas reclamações escolares que recebia, livrou-se do desconforto de não entender e nem se sentir entendido pelos professores, dos quais ele esperava obter algum tipo de incentivo para continuar acreditando nessa promessa escolar, e ainda conseguiu uma renda maior para gastar nas baladas dos finais de semana e comprar suas coisinhas, conseguindo, a seu modo, sair da mira da desaprovação e do descrédito que o vitimava.

Se, por um lado, a escolha de Bruno de romper com a escola lhe trouxe esses benefícios e ele conseguiu equilibrar um pouco a sensação de “prejuízo” que o perseguia, por outro lado, ele precisa dar conta e se entender com a intensificação da incerteza no futuro que essa escolha comporta.

Seus colegas de trabalho são mais velhos, a maioria tem família e os conselhos que recebe desses são diferentes daqueles que recebe de sua família, remetendo-o sempre a uma dúvida sobre essa opção que exclui a escola, ele diz que *os* “próprios calangos falam”: “Você tem que estudar, você é novo ainda, hoje eu tô aqui pra não deixar meus filhos passarem fome, porque se eu tivesse estudado eu tinha um emprego melhor”.

Esses argumentos remexem e fazem com que ele volte, continuamente, a debater-se sobre as mesmas questões: como valorizar uma escola que ele desacredita? Como encontrar um caminho alternativo pra não permanecer calango para o resto da vida? Como preservar a sua dignidade familiar (reconhecimento) sem abrir mão de um desenvolvimento pessoal mais amplo?

Ele explicou como é a função que desempenha, esclarecendo que servente de pedreiro é conhecido como calango porque carrega as coisas:

O calango trabalha com massa e carregando bloco, e não pode faltar massa nem bloco, nem material para o pedreiro. Quando chega uma laje para encher, fica o dia inteiro, e quando chega em casa seus ombros estão todos doendo, bate massa, carrega, puxa.

É uma atividade dura, e Bruno parece não se envergonhar em assumi-la como trabalho, no entanto, é possível compreender as suas razões em aspirar, mesmo que timidamente, a um outro tipo de trabalho; ele diz que não gosta muito de trabalhar com isso “porque é muito puxado”.

Bruno recebe a influência de um tipo de cultura familiar que encara o trabalho como uma necessidade de subsistência, mas que também lhe confere um atributo moral, no sentido de tornar a pessoa valorizada em razão do esforço despendido para a produtividade; entretanto, não se deve esperar nada do trabalho além da remuneração ao final da tarefa realizada.

Talvez por isso soasse esquisito para Bruno que eu lhe perguntasse sobre qual seria seu sonho de trabalho, ele fala de seus colegas que desejam ter uma determinada profissão, mas diz não conseguir realizar essa mesma projeção:

É uma coisa que eu botei na minha cabeça, nunca tive um sonho, um sonho de consumo, mas sempre pensei, pra mim o que vier é lucro, com os meninos eles falam que vão ser bombeiro, as meninas professora, vou ser médico, vou ser veterinário, eu quero ser qualquer coisa, o que Deus quiser dar pra mim tá de bom tamanho.

A ausência de sonho pode ser percebida também em seu comportamento sério e em sua forma firme de se expressar, que faz lembrar o jeito de seu pai, mas ele não consegue esconder, contudo, uma certa amargura que ele tenta apresentar como um ceticismo, assim,

“ser” ou “fazer” qualquer coisa pode significar o seu esforço e a sua luta pessoal para não alimentar expectativas: “Não sei, não sou muito de ficar pensando na vida eu sou mais o que tá feito tá feito, não vou chorar pelo leite derramado”.

Quando Bruno relata aspectos mais dolorosos de sua vida, como sua saída da escola, sua tensão relacional com seus familiares, o seu desejo de conseguir um emprego com carteira assinada, ele acentua essa imagem de durão e corajoso, talvez para não ser visto de forma vitimizada, assumindo uma posição de autor de seu próprio destino.

Nesse ponto ele parece ser econômico, e se nega a gastar seu tempo com planos que ele considera improváveis, reiterando a sua necessidade de “ir fazendo” as coisas sem ficar pensando muito na vida. Mas ele demonstrou durante a entrevista que se preocupa com seu futuro, e expressou a sua opinião sobre o significado do trabalho: “Ninguém gosta de trabalhar, os outros gostam mesmo é do dinheiro, se dinheiro viesse de graça ninguém trabalhava”.

Bruno se refere ao trabalho como uma atividade que não comporta prazer, satisfação, perspectiva de realização; o significado que ele atribui ao trabalho refere-se a uma visão meramente instrumental, e os planos nessa área e nessa visão de Bruno restringem-se, no máximo, a conseguir um trabalho menos puxado, mas que ele tem dificuldade para definir claramente qual seria.

Quando Bruno se aproxima, motivado pelas minhas perguntas, de seus desejos e aspirações de trabalho futuros, ele se apóia, primeiramente, na possibilidade de encontrar alguém que o ajude a aprimorar e enriquecer o seu currículo: “Se chegar uma pessoa e falar assim pra mim: você quer fazer um curso assim, assim? qualquer coisa de bom proveito pra eu estar colocando no meu currículo, mas sei lá, aí quem sabe é Deus”.

Ele associa a conquista de um futuro profissional aos cursos que precisa ter registrado em seu currículo, como se antes de pensar em futuro profissional ele tivesse que

cumprir as etapas educacionais que interrompeu. Mas nessa área educacional, ele se mostra muito vulnerável, desprovido de instrumentos que possam levá-lo a conquistar esses cursos, ele nem soube me responder que cursos seriam esses.

Bruno entende, contudo, que na lógica do mercado de emprego, a escola conta na hora de se conseguir trabalho e considera que precisaria pelo menos concluir os estudos secundários se quiser disputar uma vaga de trabalhado com carteira assinada em um supermercado, como manifestou ao final da entrevista: “[...] eu sou mais (trabalho) o Kawakami (uma rede de supermercados da cidade), qualquer supermercado, mas como é que eu posso estar falando? É um mercado! Isso mesmo que eu quero trabalhar”.

Esse seu sonho de trabalho no supermercado, que apareceu ao final da entrevista, foi associado a sua aspiração em estar formalmente inscrito na condição de trabalhador; ele teve dificuldades para expressar esse seu desejo e procurou as palavras para dizer que queria ser “registrado”. Talvez a instituição exerça um papel protetor e a carteira assinada lhe ateste a segurança e a condição de pertencer a um contexto mais próximo daquilo que entende de universo profissional.

O trabalho no supermercado, cujo nome Bruno citou, é uma aspiração, a princípio, pertinente, pois fica próximo ao seu local de moradia, é grande o suficiente para empregar várias pessoas em diferentes funções e atenderia a sua demanda de emprego com carteira assinada. Entretanto, Bruno demonstra reconhecer que esse sonho é improvável, talvez por isso ele tenha dificuldade em detalhar e discorrer sobre esse seu projeto.

Bruno não é o primeiro jovem nessa pesquisa a demonstrar interesse pelo trabalho no supermercado, Natali e alguns jovens participantes dos grupos de discussão, também manifestaram esse desejo. Essa aspiração aponta para o campo de atuação que esses jovens visualizam como horizonte profissional, ou seja, a própria comunidade em que vivem.

O fato de o espaço comunitário ser um território conhecido por ele, do qual ele faz parte, lhe faz sentir mais seguro. Entretanto, quando questiono se ele se acha em condições para conseguir um trabalho nesses moldes ou se está tudo certo, assim com o trabalho que ele realiza hoje, ele responde: “Tá tudo certo, mas se fosse pra disputar um emprego com uma pessoa que tem estudo, pra entrar numa firma, acho que eu não conseguiria”.

O supermercado grande, que Bruno vê todos os dias em seu caminho para casa, está próximo tanto do seu território quanto das suas possibilidades e desejo de empregar-se, mas ainda assim, esse desejo é considerado difícil de se realizar, pois existem outros jovens na sua comunidade que dispõem de currículos melhores que o dele.

Por essa razão, Bruno manifestou o interesse de cumprir a etapa fundamental de ensino para poder disputar qualquer vaga de emprego, mas a importância do estudo formal, nessa perspectiva apresentada por ele, vem acrescida de uma outra demanda para se conquistar um trabalho, que é a necessidade de suprir os déficits educacionais através de cursos.

A demanda de estudo formal, mais complementação dos estudos através de cursos extracurriculares, que Bruno não chegou a especificar, apenas disse: “qualquer coisa de bom proveito pra eu estar colocando no meu currículo”, que pudessem servir como um diferencial para aumentar as suas chances de se empregar, acrescido da sua necessidade de ter algum rendimento para compor a renda familiar e possibilitar algum tipo de lazer e consumo, provoca um acúmulo de obrigações. Esse contexto pode ter contribuído para que Bruno desistisse da escola e de sonhar.

A escolha de Bruno pelo trabalho exclui a escola da qual ele já se sentia excluído, talvez esse ato de se rebelar contra a escola tenha sido a forma que ele encontrou de se defender daquilo que o atingia continuamente lhe provocando um sentimento de inutilidade e

desvalorização. Nessa decisão, ele foi pró-ativo e realizou uma escolha que parece ter garantido, pelo menos, em curto prazo, a preservação de sua própria utilidade.

No entanto, mesmo demorando a admitir, ele tem um sonho, trabalhar com carteira assinada em um supermercado perto de sua casa. Bruno não faz exigências a respeito da função que desempenharia, apenas quer pertencer, como trabalhador àquele estabelecimento de trabalho, e assim, apropriar-se de um reconhecimento pessoal pela via do trabalho formal. Esse desejo vai-lhe exigir conquistar diplomas que atestem a conclusão da etapa do ensino médio, que ele pretende realizar através do curso supletivo.

A determinação de Bruno com seu trabalho aliada ao rigor que herdou de sua família para cumprir com seus deveres e responsabilidades são características que podem ajudar-lhe a conquistar em um futuro próximo daquele que ele deseja em termos de trabalho, especialmente se algum empregador tiver a oportunidade de avaliar essas suas características pessoais.

Entretanto, se ele percorrer a trajetória de seleção tradicional para disputar uma vaga de emprego, ele necessitará rever e adequar as suas posições em relação à escola para cumprir as diferentes exigências de mercado. Ainda assim, ele encontrará uma grande disputa pela frente e terá que concorrer com jovens que possuem diplomas mais valorizados e que, em decorrência da estreiteza de oportunidades de trabalho, estão migrando e disputando vagas de emprego em funções menos valorizadas, como o trabalho com carteira assinada no supermercado, aspirado por Bruno.

3.3.2 Leonardo

Leonardo tem 15 anos, cursa o primeiro ano do ensino médio e é um aluno que se destaca nos estudos. Ele mora com os pais e com a irmã mais velha em um bairro de classe

média da cidade. Até o final do ano passado ele freqüentava uma escola pública que se diferencia das demais da cidade pela qualidade do ensino que oferece.

Devido ao seu bom desempenho escolar, Leonardo decidiu concorrer a um concurso oferecido por uma escola privada e muito bem conceituada que destina algumas bolsas de estudos a alunos da rede pública de ensino, seguindo um critério de seleção composto por um exame de conhecimentos, onde os três melhores colocados são classificados e podem estudar nessa escola até a conclusão do ensino médio sem precisar pagar. Leonardo foi o primeiro colocado nesse concurso.

Tomei conhecimento do Leonardo através de um aluno meu do curso de pedagogia da UNESP, que ministra aula de história na escola pública onde Leonardo estudava e que se dispôs a convidar alguns jovens dessa escola para participar dessa pesquisa. Marquei, então, um primeiro encontro com quatro jovens para expor a proposta desse trabalho e dois deles, entre eles Leonardo se mostraram dispostos a participar.

Esse primeiro encontro foi realizado na universidade e Leonardo mostrou-se prontamente interessado em participar dessa pesquisa. Sua participação nesse momento inicial foi discreta, mas chamou atenção a sua forma clara de se colocar, realizando poucas e pontuais perguntas sobre como se daria a entrevista. Nesse dia, fizemos uma combinação prévia sobre dias e horários possíveis para cada um, até aguardarmos a posição dos pais dos entrevistados.

Fiz um contato por telefone com a mãe de Leonardo, reiterando a proposta da entrevista; ela confirmou já saber do que se tratava, concordou com a participação do filho e ligou-me posteriormente, após falar com Leonardo, para confirmar um dos horários que eu havia disponibilizado.

A entrevista foi realizada em minha casa, juntamente com Paulo, meu aluno e professor de Leonardo, que intermediou a sua participação e que esteve presente nos dois

encontros. Paulo já era conhecido da família de Leonardo e foi ele quem o conduziu de carro até a minha casa. Tanto o local da entrevista quanto a participação de Paulo, foram escolhas realizadas pelo próprio entrevistado.

Após recebê-lo, tivemos uma breve conversa informal, e, em seguida, posicionei-lhe sobre o procedimento da entrevista e iniciamos pedindo para que ele se apresentasse e falasse um pouco sobre si; e assim o fez com um sorriso no rosto, demonstrando um pouco de vergonha: “Bom, eu acho que é difícil a gente falar sobre nós mesmos, porque dar um conceito da gente é bem difícil, mas falando da minha vida eu acho que ela é uma das melhores (risos)”.

Leonardo se apresentou de forma bastante positiva, mostrando-se satisfeito com a vida que tem e confirmando a impressão inicial do primeiro encontro sobre a sua capacidade argumentativa, o seu português correto, a pouca frequência de gírias em sua expressão verbal e a fluência do seu raciocínio.

Leonardo considera-se privilegiado pelo tipo de vida que leva dizendo que: “para mim nunca faltou nada”, e valorizando, desde o princípio da entrevista, a importância de sua família, com a qual ele diz sempre poder contar, mostrando-se ainda reconhecido por ela em relação à forma dedicada com que ele conduz sua vida pessoal e escolar.

Antes de ligar o gravador, ele narrou um episódio de sua formatura, que acontecera poucos dias antes. Ele foi homenageado como melhor aluno da escola durante a cerimônia de entrega dos diplomas e contou que no momento em que subia para receber a homenagem, sua família abriu uma grande faixa, com uma frase que manifestava a satisfação de vê-lo nessa condição. Enquanto contava, ele ficou vermelho e após perguntar-lhe se isso havia lhe causado algum desconforto, ele respondeu dizendo que ficou muito feliz com a surpresa.

Leonardo refere-se a seu reconhecido desempenho escolar e ao rótulo de “CDF” que recebe em função disso da seguinte forma:

É faz tempo, não é o jeito de eu gostar ou não. Eles me chamam e eu até acho legal, mas eu não sou assim tão CDF. Eu acho que eu só me esforço um pouco mais, porque se todo mundo fizesse o mesmo que eu faço e tentasse estudar um pouco mais, todo mundo poderia se autodenominar CDF, então.

Leonardo diz não se incomodar com o rótulo de CDF que recebe e admitiu até gostar, no sentido de que considera o esforço a mais com que se dedica aos estudos um aspecto positivo de sua personalidade. Ele também não demonstrou sofrimento para realizar esse esforço a mais para estudar, sua relação com o saber parece lhe proporcionar prazer suficiente para compensar a sua determinação em realizá-lo.

O estudo é valorizado por sua família e, embora seus pais não tenham cursado nenhuma faculdade, acompanham e estimulam a trajetória escolar tanto de Leonardo quanto de sua irmã, que atualmente cursa faculdade de letras e que, assim como o irmão, também planeja o seu futuro tendo como referencial mais forte a dedicação aos estudos como forma de conquistar o acesso ao mercado de trabalho.

Todos os membros da família de Leonardo, exceto ele, trabalham. Seu pai é um trabalhador formal de um hospital psiquiátrico, desempenhando a função de recepcionista, sua mãe é esteticista e trabalha na condição de autônoma numa clínica de sua propriedade e que funciona em sua própria casa, e sua irmã de 22 anos trabalha meio período na secretaria da universidade privada onde ela cursa faculdade de letras.

3.3.2.1 Leonardo e sua família: crença na ascensão social pela via escolar

Leonardo referiu-se a sua família sempre com muita afetividade e destacou o bom relacionamento que tem com seus pais afirmando: “É, nossa, grandioso! com minha mãe é mais ainda, eu sou mais apegado”.

Em seus relatos sobre sua família, a presença de sua mãe é sempre muito forte. Quando lhe perguntei se havia algum motivo especial para justificar o seu apego maior pela mãe, ele disse: “Não, alguns falam que as filhas se dão melhor com os pais e os filhos com as mães. Por causa do sexo, assim trocado (risos), eu acho que é verdade mesmo. Porque acho que minha irmã se dá melhor com meu pai”.

Embora ele tenha respondido à minha pergunta, sua resposta não permitiu uma aproximação maior sobre os aspectos cotidianos de sua relação com sua mãe e seus familiares. Assim, levando em consideração o fato de Leonardo dizer que é mais apegado à mãe, perguntei se ela aceitava suas idéias: “Ela pergunta o porquê de tudo; ela disse que tenho que procurar sempre o melhor, onde eu possa encontrar área de trabalho, e eu acho que devo procurar mesmo (risos)”.

Ele demonstra não se incomodar com o fato de sua mãe participar intensamente de sua vida, a interação entre os dois parece intensa e ele mostrou-se satisfeito pelo fato dela estar envolvida com seus aspectos particulares, e disponível para considerar as suas recomendações.

A forma estimuladora com que sua mãe se dirige a Leonardo, como quando lhe diz para “procurar sempre o melhor”, aponta para o reconhecimento de seu potencial e para a confiança em tudo o que ele ainda poderá conquistar, assegurando-lhe, ainda, a sua capacidade para alcançar sempre o objetivo desejado.

Além da forte influência que recebe de sua mãe, Leonardo parece sentir-se enriquecido por ela, nota-se ainda em sua expressão, ao se referir à mãe, um encantamento que ele não consegue disfarçar. Ele demonstrou também muita admiração pela determinação dela no trabalho, como descreve: “Ela é esteticista autônoma, bom, ela é a que mais se esforça lá em casa [...]. Trabalha todo dia, das 7 às 7, tem poucas horas de almoço”.

O reconhecimento de Leonardo pelo esforço que a mãe dedica ao trabalho está mais relacionado ao orgulho que ele demonstrou sentir por sua competência e bem sucedida trajetória profissional do que às possíveis dificuldades que ela poderia enfrentar para cumprir as exaustivas horas dedicadas ao trabalho. Leonardo conta como é a atuação dela frente ao trabalho: “[...] ela quem faz tudo lá, eu e minha irmã ficamos mais para atender ao telefone”.

Sua admiração pela mãe inclui, além da sua disposição e determinação no trabalho, o referencial afetivo que ela representa para ele. A clínica de estética que ela possui, exercendo a função de esteticista e administrando funciona em sua própria casa e embora trabalhe bastante, ela parece não solicitar com frequência a ajuda dos filhos para exercer sua atividade profissional.

Leonardo falou muito pouco de seu pai, limitando-se a responder às perguntas, e enfocando sempre a questão do trabalho: “Ele é recepcionista no hospital espírita de Marília, e ele já fez um curso de mecânica no SENAI, eu acho, automobilística não me lembro, só que ele não se empregou na área, não sei muito bem sobre meu pai”.

O hospital onde trabalha o pai de Leonardo é psiquiátrico e bem tradicional; sua importância é reconhecida não só na cidade, pois recebe e atende pacientes de outras localidades, consistindo-se em um referencial regional na área da psiquiatria.

A observação de Leonardo de que nem o curso nem a especialidade do pai correspondem a sua área de atuação, e as dúvidas sobre o curso e as razões que levaram seu pai a não se empregar na área em que se formou no ensino médio e profissional, sugere um certo distanciamento entre os dois, como ele já havia demonstrado de forma verbal e não-verbal, pois suas considerações sobre ele foram sempre abreviadas.

Eu ainda insisti um pouco nessa abordagem perguntando se ele achava que seu pai gosta de trabalhar no hospital: “Ele gosta, eu acho que ele está satisfeito, embora não ganhe muito, mas eu acho que ele é feliz”.

Leonardo afirma e depois mantém dúvidas sobre o seu pai estar satisfeito com o trabalho que realiza, salientou o fato de que ele ganha pouco e pressupôs seu bem-estar de forma muito sucinta e alusiva, demonstrando, ainda, pouca interferência mútua.

Ao se referir ao pai, Leonardo olhou para baixo e mostrou-se indisposto a estender o assunto, bem diferente de quando se referiu a sua mãe, quando espontaneamente acrescentou comentários e elogios.

Em relação a sua única irmã, mais velha, Leonardo disse que se dá muito bem com ela, entretanto ele abordou mais o aspecto profissional e educacional dela do que o aspecto relacional. Ele disse que o dia-a-dia de sua irmã é bastante ocupado: “Ela faz Letras e faz um estágio de manhã [...]. Na faculdade mesmo”.

Assim como Leonardo, sua irmã também se dedica e se esforça “um pouco mais aos estudos”. Ela não paga integralmente a universidade privada onde cursa a sua faculdade de letras porque conseguiu um “estágio” na mesma universidade em que estuda, como esclarece Leonardo: “Não é um estágio remunerado, é para que ela tenha desconto na mensalidade da faculdade”.

Pode-se perceber que, além de seus pais trabalharem, os filhos também são incentivados por eles a cumprir suas responsabilidades. Entretanto, em nenhum momento Leonardo referiu-se às suas próprias responsabilidades e às de sua família como algo penoso, pelo contrário, ele naturalizou essa dinâmica familiar, demonstrando satisfação em pertencer a esse tipo de constituição familiar.

A família de Leonardo, de acordo com seus relatos, leva uma vida típica de família de classe média baixa do interior de São Paulo. Os pais trabalham fora e mesmo não exercendo funções especializadas de nível superior, ganham o suficiente para o sustento da casa e dos filhos, e se esforçam, com convicção, para que a conquista profissional e bem

sucedida dos filhos possa se dar através dos estudos, oferecendo os suportes familiares para que eles possam trilhar essa trajetória.

Como toda família que acredita e valoriza a função educativa e preparatória da escola, os pais de Leonardo demonstram não medir esforços para cumprir seus papéis de incentivadores e facilitadores na trajetória do desenvolvimento educacional de seus filhos.

A dedicação e o destaque que Leonardo apresenta na escola parece refletir o modo como sua própria família encara a importância dos estudos. O valor dos estudos nessa perspectiva familiar aponta para o suporte emocional e efetivo que Leonardo dispõe para corresponder às expectativas de desempenho que seus pais esperam dele.

O bom desempenho escolar de Leonardo parece estabelecer uma relação direta com os valores positivos que seus pais atribuem ao estudo, o que, provavelmente, tem contribuído para o bom vínculo que ele estabeleceu com a aprendizagem formal, tornando, ele próprio, reconhecido e valorizado, tanto por sua família ao ter incorporado de forma satisfatória esses mesmos valores, quanto socialmente pelo impacto positivo que essa sua boa performance escolar provoca nas pessoas.

3.3.2.2 Leonardo e seu rótulo de “CDF”: um estigma consentido

Parece haver uma consonância entre os valores positivos que a família de Leonardo atribui à escola e seus próprios valores. Quando perguntei o que ele mais gostava na escola, ele respondeu:

É assim, cada ano era diferente, no começo eu gostava mais de ir pelos amigos, apesar de que eu demonstrava respeito pelos professores, não conversava com eles durante as aulas para não atrapalhar, mas acho que esse ano na 8ª série eu fui mais por causa dos professores, às vezes eu acho que a relação com os professores da 8ª série foi maior do que com alguns amigos mesmo. |

Leonardo estabeleceu uma distinção sobre a representação da escola em diferentes etapas de sua vida. Hoje, ele reconhece e destaca a importância dos professores, chegando a atribuir-lhes uma importância relacional que supera a de seus colegas de escola.

Esse interesse pelo aspecto relacional com os professores foi colocado por ele como sendo a motivação mais importante dentro do contexto escolar; como se a troca que se estabelece na relação professor–aluno, no seu caso, atendesse a sua expectativa e ampliasse o seu interesse pela aquisição dos conhecimentos. Talvez, por essa razão, hoje ele valorize mais a relação com os professores do que a relação e a troca social entre seus pares, seus colegas de escola.

Leonardo abordou esse assunto sobre os colegas de escola, quando lhe perguntei se ele tinha muitos amigos na escola:

Eu acho que eu tenho mais colegas [...]. Isso porque quando eu tenho um amigo, é um amigo bem forte sabe, então é ou não é um grande amigo ou é um colega, mais eu tenho vários amigos fortes e alguns colegas, se bem que eu acho que na escola eu poderia ser mais amigo se eu conhecesse bem, mas acho que tem sempre aquela coisa assim, ah [...] eu não vou andar com um CDF, eu acho que tem aquela [...] (silêncio).

Realizei uma intervenção perguntando em seguida: um preconceito você acha? “Um pequeno preconceito na escola, tipo, ah [...] eu vou andar com aquela que tem uma calça mais bonita”.

Que é a “Patricinha”? continuei perguntando: “É isso, eu acho que tem aquele preconceito, mais eu não ligo, mas sabe por quê? Comigo eu tenho os meus amigos e isso já basta, eu acho”.

A seqüência dessas perguntas e das respostas que Leonardo deu, apontam para algumas questões que envolvem a relação social que ele estabelece com a escola, bem como a forma como ele próprio imagina ser visto pelos colegas.

Ao estabelecer, por exemplo, uma distinção entre o que entende por amigos e colegas, ele também admite que se quisesse ou se esforçasse, ele poderia ter mais amigos na escola.

Entretanto, isso parece não ser tão importante para ele; talvez ele tenha se dedicado a valorizar o aspecto formal da proposta escolar, referente ao ensino–aprendizagem, potencializando, assim, a sua própria facilidade em se destacar e ser reconhecido pela via do conhecimento.

Leonardo afirma não se importar com o rótulo de CDF que lhe é atribuído, mas reconhece que isso corrobora para que muitos colegas evitem se aproximar dele como amigo. Ele concordou com o fato de que essa situação reflete um “pequeno preconceito”, e afirma não se incomodar demasiadamente com isso.

A maneira com que Leonardo se comportou durante os dois encontros que tivemos faz supor que ele se diferencie de seus colegas da mesma idade. Ele é, a princípio, introvertido, tem uma forma de se expressar, tanto verbal quanto corporal, afeminada, sorri com freqüência, mas discretamente. A sua aparência parece frágil, ele é bem magro, baixo, possui a pele branca e espinhas de idade no rosto, usa óculos e seu jeito de se vestir é bem despojado, entretanto, quando ele começa a conversar, percebe-se prontamente a segurança e o forte conteúdo de suas abordagens ponderadas.

A forma segura com que ele aborda a questão do preconceito em relação ao seu jeito de ser na escola pode ter sido construída ao longo dos anos, em razão de ele ter conquistado esse rótulo de CDF desde o início de sua trajetória escolar.

Uma outra hipótese é que esse rótulo de CDF tenha surgido justamente para compensar e protegê-lo frente a sua diferença comportamental, mais introspectivo, junto aos colegas. Talvez, por essa razão, seja mais fácil para ele encontrar amigos que correspondam a sua forma de ser e de pensar fora da escola do que em sala de aula.

A sua aparência de intelectual parece coincidir com o seu modo de agir e pensar; isso inclui, tanto a sua disponibilidade para os estudos hoje, como a projeção que ele realiza e planeja para o seu futuro profissional.

Quando realizei uma pergunta projetando esse seu rótulo para o seu futuro profissional, perguntando como isso se daria, ele respondeu: “Bom, (risos) desde o começo dos meus estudos, não para me gabar, mais eu sempre fui considerado um CDF, aquele que sabe mais, aquele que estuda mais e eu gostaria de continuar com esse rótulo”.

Ele diz querer manter esse rótulo adquirido na escola e transpô-lo para sua futura vida profissional, um indicativo forte de que ele atribui valor positivo a esse rótulo de CDF, como se o seu significado remetesse a um diferencial importante para lhe atribuir um valor e um reconhecimento maior.

Leonardo passa a idéia de que se sente mais privilegiado do que desconfortável com toda essa situação que envolve a sua diferença em relação aos seus colegas e o seu potencial para adquirir conhecimentos na escola. |

Ainda que esse seu comportamento diferenciado lhe custe pagar o preço de não fazer muitos amigos na escola, ele parece realizar uma compensação, pois hoje, pela aproximação da entrada no universo profissional, ele demonstra conseguir visualizar um futuro profissional destacado, justamente em razão dessa sua capacidade de focar os seus objetivos no conhecimento; assim, continuar com o rótulo de CDF é um desejo seu, que na sua perspectiva lhe proporcionará um diferencial positivo quando estiver exercendo uma função profissional.

Leonardo demonstrou suas preferências em relação às disciplinas escolares, dizendo de qual gosta mais: “De química mesmo [...], eu acho que foi bom esse ano, a gente começou com uma introdução à física e química [...], mas desses dois temas, o que eu mais gostei foi química, porque física não foi muito legal para mim”.

Leonardo disse gostar de outras matérias além de química, como matemática e história: “[...] esse ano a disciplina de história foi mais forte do que os outros anos, com os professores de história dos outros anos eu não consegui aprender tanto como aprendi esse ano”.

A disciplina de história era ministrada por Paulo que estava presente na entrevista, o que de certa forma contribuiu para que ele expressasse um elogio ao seu professor.

A escola onde Leonardo estudava até o final do ano passado é conhecida na cidade por oferecer um ensino público de qualidade e um ambiente mais selecionado; para se conseguir uma vaga, por exemplo, é necessário que se conheça pessoas ligadas à direção da escola, como relatou um colega de Leonardo durante o primeiro encontro com os quatro jovens, todos alunos dessa mesma escola. Assim, a maioria dos alunos que nela estudam sentem-se privilegiados por desfrutarem de um ambiente escolar diferenciado.

Leonardo, entretanto, não chegou a fazer referências sobre a importância dessa escola, nem sob o aspecto pedagógico, nem sob o aspecto do ambiente escolar. Sua observação sobre conseguir um aprendizado melhor na escola é “mais por causa dos professores”.

Leonardo falou brevemente sobre o bolsa de estudos, válida até a conclusão do ensino médio, que ele conquistou em uma escola privada e bem conceituada da cidade, perguntei o que ele pensava sobre isso, sobre ir para outra escola, com outros professores e ele disse:

É, eu penso que vai ser uma nova fase da minha vida, porque eu mudei de escola duas vezes, eu passei o pré em uma escola, num parquinho, aí da 1ª a 4ª série em outra escola, e da 5ª a 8ª em outra, então eu não sou muito daquele que muda muito de escola.

Leonardo não chegou a desenvolver uma idéia mais aprofundada sobre o significado dessa conquista em sua vida. Ele apenas mencionou “ser uma nova fase” em sua vida sem demonstrar muito entusiasmo, entretanto, ele foi o primeiro colocado em um concurso muito disputado de uma escola privada que procura selecionar os melhores alunos da rede pública de ensino e prepará-los para o vestibular.

Ele parece não ter se surpreendido com esse resultado recém-conquistado e nem alimentar expectativas com relação a essa nova escola; tratou desse assunto com naturalidade e não como um desafio, como se ele já pudesse antever um futuro próximo, com vistas ao vestibular, bastante satisfatório.

Quando lhe perguntei se ele queria prestar vestibular, ele disse prontamente: “Quero”. Então, prossegui, pedindo para que ele falasse um pouco sobre qual a faculdade que gostaria de cursar: “Em química mesmo! [...] apesar de que todo mundo fala que não tem muito emprego na área”.

Embora Leonardo admita a possibilidade de ser uma área com opções limitadas de trabalho, ele demonstrou não se prender e essa questão para realizar a sua escolha, como demonstra suas observações quando foi questionado pela sua mãe sobre essa sua opção:

É, minha mãe mesmo disse hoje (risos) sobre isso. Vai fazer química? Mas, você vai trabalhar no que, você já pensou assim? Tem que procurar saber mais, se informar, no que vai querer trabalhar, assim especificamente.

Ele parece acolher os questionamentos da mãe, mas ao mesmo tempo demonstra liberdade para realizar as opções profissionais seguindo o seu próprio ponto de vista. A segurança e a tranquilidade com que ele se refere às conquistas que ainda tem pela frente

demonstram que ele não se sente ameaçado em realizá-las. Quando perguntei se ele achava que ia conseguir se realizar nessa profissão, ele respondeu: “Eu acho que a gente tem que fazer faculdade do que a gente gosta, então é mais por eu gostar de química que eu acho que eu vou fazer”.

A escolha profissional de Leonardo segue o critério de realização pessoal, ele não mencionou em momento algum o quanto gostaria de ganhar ou se teria vantagens financeiras e profissionais envolvendo essa sua escolha, demonstrando ainda, liberdade para deliberar sobre esse aspecto de sua vida; a interferência de sua mãe não ultrapassa o limite da orientação, como quando ela se refere à importância de se escolher uma área de atuação que tenha trabalho.

A firmeza e a tranquilidade com que ele expressa suas idéias passam igualmente a impressão da firmeza de seus propósitos. Continuei perguntando como ele se via como químico, formado, com o diploma na mão, para onde iria, onde trabalharia, e ele respondeu:

É eu gostaria de trabalhar na área que eu escolhi, química mesmo, porque têm alguns que fazem a faculdade e esquecem do que fizeram e resolvem fazer outra coisa, mas eu acho que eu quero mesmo química, sei lá, eu gosto de trabalhar, eu acho que seria interessante trabalhar em laboratório, assim essas coisas.

Leonardo expressa o seu desejo em trabalhar na área que escolheu e imagina o laboratório como sendo o seu ambiente de trabalho. Ele manifesta ainda a sua determinação para continuar direcionando suas expectativas de futuro com base no investimento educacional, e demonstra confiança ao visualizar as vantagens que terá em seu futuro profissional ao manter o seu foco direcionado à aquisição de conhecimentos pela via escolar.

3.3.2.3 Leonardo e o valor do trabalho como realização pessoal

Leonardo realiza uma avaliação sobre trabalho e desemprego, quando lhe pergunto se ele acha que está fácil conseguir um emprego hoje: “Não está, está sempre mais difícil [...]. Bom, eu não sei muito bem, mas é a realidade, pois cada vez mais a gente tenta procurar emprego e não consegue achar”.

Ele admite haver uma dificuldade maior em se conseguir emprego e, embora ele considere essa realidade sugerindo que ele próprio também “não consegue achar”, o fato é que em nenhum outro momento da entrevista ele mencionou ter procurado emprego, ou precisado lidar com a dificuldade de encontrá-lo; a ajuda que presta ao trabalho que sua mãe realiza na clínica que funciona em sua própria casa é informal e ele parece não receber cobranças para dedicar-se ao trabalho hoje.

Entretanto, Leonardo manifestou o seu desejo de começar a trabalhar e realizou algumas reflexões a esse respeito: “Eu acho que quanto mais cedo você começa, você se acostuma mais. Eu planejo que a partir do ano que vem ou desse ano mesmo eu comece a trabalhar, mais eu acredito que será nesse ano mesmo”.

Ao defender a importância de começar a trabalhar cedo, Leonardo se posiciona como quem já tem essa meta estabelecida, como um projeto a ser realizado num futuro próximo. Ele faz a afirmação sobre seus planos de começar a trabalhar em breve com a mesma desenvoltura e autonomia demonstrados na sua opção pela faculdade que deseja cursar.

Ele parece dispor de uma capacidade de planejar e decidir sobre seu próprio destino, como se estivesse habituado, e provavelmente, estimulado pela sua família, a refletir sobre o quer de sua vida e de seu futuro e qual o caminho que deverá trilhar para realizar suas conquistas. Ele demonstra ainda, autonomia para compor e desenvolver seus planos contando com seus próprios recursos e dispondo de confiança sobre a consolidação dos mesmos.

Ele explicou as razões que o levam a querer começar a trabalhar cedo: “Além de ganhar dinheiro para ajudar meus pais eu também acho que a gente cresce trabalhando, a gente muda, são experiências novas, é muito importantes”.

Leonardo inclui, no seu desejo de trabalho, a importância de contribuir financeiramente ajudando sua família, mas ele não perde o foco de seus próprios interesses em relação ao trabalho, atribuindo-lhe um valor positivo no sentido de enriquecer seu universo pessoal através das experiências novas que terá.

Ele não relacionou a conquista de um trabalho hoje a possíveis prejuízos que essa realidade poderia causar em sua dedicação aos estudos, ao contrário, ele apontou para os aspectos complementares que a experiência profissional pode trazer, como experiência profissional, ampliando o seu universo pessoal pelas possibilidades de crescimento que ela oferece.

Leonardo não demonstrou receber cobranças de sua família para trabalhar, mas sua família precisa se esforçar bastante para conseguir manter o padrão de classe média em que vivem, e Leonardo demonstra essa consciência. O seu trabalho não é uma necessidade emergencial, mas poderia ajudar a compor a renda de sua família; entretanto, os motivos pelos quais ele se sente motivado para começar a trabalhar logo, refere-se, fundamentalmente, à conquista de experiências no universo profissional, com vistas ao melhor desempenho de suas funções quando já estiver formado.

O seu modelo familiar, inclui, além das atividades profissionais de seus pais e o empenho com que eles se dedicam ao trabalho, a atividade profissional que sua irmã de 21 anos, que faz faculdade e trabalha meio período na mesma universidade privada onde estuda. Leonardo explica a sua função: “Bom, eu sei que ela trabalha na Pró-Reitoria e, no momento, ela fica mais para ajudar ver alguns papéis, levar para alguns lugares”.

Perguntei se a sua função era de secretária: “Praticamente, mais ela não atende ao telefone, nem nada”.

Leonardo considera que a irmã gosta de realizar esse trabalho, mas ela não recebe salário por exercer essa função, e sim um desconto na mensalidade da faculdade.

Pode-se perceber que a valorização dos estudos para essa família inclui a participação de todos os seus membros; se a irmã de Leonardo tem um desconto na faculdade realizando um trabalho diário, Leonardo também não pagará por seus estudos em uma escola privada e de qualidade, em razão do seu esforço e mérito para vencer o concurso e conquistar uma bolsa de estudos.

Leonardo e sua irmã parecem compor uma parceria com seus pais, onde todos são pró-ativos na função de defender os interesses educacionais e ambos demonstram uma visão ampla sobre os planos de estudo futuros, incluindo a especialização, como demonstra Leonardo ao se referir às preferências da irmã: “[...] na realidade ela gostaria de fazer letras tradutor, só que fechou o curso, então ela decidiu fazer letras mesmo, mas ela tem uma visão em fazer tradutor ainda”.

Perguntei se ela precisaria terminar a faculdade de letras para depois fazer tradução: “Parece que no final do curso de letras tem uma especialização, eu não sei se ela vai querer fazer letras tradutor depois”.

A perspectiva de futuro da irmã de Leonardo inclui a pós-graduação; essa visão aponta para o envolvimento e a disponibilidade que ela destina aos estudar para tentar aproximar, tanto quanto possível, a sua profissão dos seus ideais de realização.

Leonardo mostra familiaridade com o universo acadêmico, como se essa realidade fosse presente tanto em seus planos quanto dentro de sua própria família; a forma como ele discorreu sobre a realidade universitária de sua irmã, sugere que esse assunto é discutido entre

eles, além de apontar para o objetivo de permanecer estudando, mesmo após a conclusão da faculdade e a entrada no universo do trabalho.

Perguntei a Leonardo o ele achava sobre trabalho, se ele via o trabalho como algo para ganhar dinheiro, para se realizar, para dar estabilidade tanto financeira como pessoal; e pedi para que ele realizasse uma análise sobre como pensa essas questões:

É difícil, pois muitas vezes a gente escolhe algo que gostaria de fazer e não consegue o emprego com aquilo, e é obrigado a procurar outra coisa, mas eu acho que se você gosta de algo, você deve se esforçar para aquilo, mesmo que você não receba muito, se é algo que você gosta, deve continuar.

Leonardo respondeu a todas essas questões sobre o significado do trabalho para ele, ponderando inicialmente sobre a consciência que ele tem a respeito da dificuldade em empregar-se, destacando a dificuldade de se conseguir trabalhar desempenhando uma função escolhida.

Essa sua primeira abordagem sobre trabalho parece referir-se às dificuldades para se conseguir trabalho numa perspectiva global, que ele considera e reconhece, entretanto, a segunda metade dessa resposta, parece refletir mais a sua perspectiva pessoal para realizar essa conquista, quando ele destaca a sua disposição para lutar por essa possibilidade de escolha profissional baseada no desejo e na realização pessoal, demonstrando ainda que não se importaria com o fato de ganhar menos se conseguisse trabalhar naquilo que gosta.

Durante toda a trajetória escolar de Leonardo, até os dias de hoje, ele obteve o máximo sucesso nos investimentos educacionais que realizou; seu desempenho escolar sempre foi acima da média e quando precisou contar com uma preparação escolar melhor para prestar vestibular, conseguiu inserir-se em uma escola privada de qualidade sem ter que arcar com ônus financeiro algum, mais uma vez em função da sua boa performance escolar.

Leonardo parece ter conseguido acionar e desenvolver um mecanismo de conquista pautado tanto no desejo, ele não fez queixas sobre a atividade de estudar, quanto na determinação, quando disse que “se esforça um pouco mais nos estudos”; esses dois atributos seus, ainda lhe conferem um reconhecimento familiar e social que retorna para ele em forma de satisfação.

Assim, a conjunção dessas fórmulas, desejo, determinação e reconhecimento, formam, para Leonardo, uma associação eficaz para que ele consiga realizar com folga e vantagem as metas que estabelece para si próprio.

Portanto, o fato de ele considerar as dificuldades para se empregar hoje, parece não significar que ele irá se deparar com tais dificuldades quando chegar a sua vez de disputar uma vaga no mercado de trabalho. Quando lhe perguntei o que seria preciso para se conseguir um bom trabalho, ele respondeu: “Quanto melhor você for dentro da sua área; se você é bom, sabendo disso você se destaca e consegue um emprego mais rápido”.

Leonardo diz que para conseguir o emprego desejado você precisa ser “bom”, apresentar um diferencial que torne visível a capacidade que cada pessoa dispõe para tornar possível a sua inserção profissional. Mas, acrescenta que a pessoa precisa saber disso, se auto-reconhecer como capaz e competente; nesse sentido Leonardo demonstrou, durante toda a entrevista, reconhecer-se como “bom” naquilo que faz e determinado para colocar em prática seus objetivos, sendo contemplado, ainda, pelo reconhecimento e pelo apoio que recebe de sua família.

Leonardo afirma se esforçar um pouco mais para alcançar o que deseja, e até agora ele tem conseguido êxito, então, perguntei sobre a possibilidade de não conseguir êxito em um esforço, e sobre qual seria a sua reação: “Se eu não conseguir uma coisa pela qual eu lutei muito, talvez eu tente de novo, com mais esforço ainda”.

O esforço, a dedicação, a determinação, parecem características marcantes de sua personalidade; ele não descarta a possibilidade de fracassar, contudo ele parece se sentir fortalecido e confiante para enfrentar os desafios que deverá encontrar pela frente, descartando a possibilidade de desistência.

Quando Leonardo faz essas observações, ele mantém o mesmo tom de voz, a mesma tranquilidade, mas sem passar uma impressão de possuir super poderes, talvez por isso a palavra esforço seja uma constante em seu discurso.

Mas para tentar estimulá-lo a transpor essa “fórmula” de sucesso para o universo profissional, perguntei o que ele achava sobre a concorrência e a exigência de “ser o melhor”, existentes no mercado de trabalho: “Isso, existe muita concorrência [...], nem que eu não consiga ser o melhor, eu sei que me esforcei para aquilo e posso pensar de consciência limpa”.

A consciência sobre as disputas e desafios que ele terá que enfrentar no concorrido mercado de trabalho é considerada por Leonardo, entretanto, ele destaca a importância de estar com a “consciência limpa”, provavelmente realizando de forma refletida a sua função profissional, o que de fato lhe torna mais preparado para assumir e superar fracassos.

O esforço aparece novamente como um “trunfo” que ele demonstra ter conquistado e incorporado como um hábito; do mesmo modo, ele manifesta a necessidade de preservar a coerência do agir, “consciência limpa”, em consonância com seus ideais em relação ao trabalho e apostando no seu potencial de insistir naquilo que ele acredita poder dar certo.

Leonardo expressa uma forma de pensar o trabalho com base em valores que fogem ao senso comum sobre a imagem do profissional bem sucedido nos moldes atuais. Ele não manifesta disposição, por exemplo, para concorrer realizando uma exposição de seus talentos. Da mesma forma, ao se referir a sua boa performance escolar, ele demonstra atuar mais sobre

a expansão de seus próprios talentos pela via do esforço individual, do que direcionar atenção aos efeitos externos que as suas conquistas suscita nas pessoas.

A sua insistência em defender um tipo de trabalho onde ele consiga atuar na área que escolheu inclui, ainda, realizar o trabalho que mais gosta sem precisar se ater exclusiva ou predominantemente ao aspecto financeiro. O significado que ele atribui ao trabalho está relacionado a uma visão que valoriza o prazer pelo trabalho e à realização pessoal que essa atividade pode proporcionar.

Ele demonstra transitar com liberdade nessa sua concepção sobre trabalho e o fato dele conseguir administrar satisfatoriamente suas responsabilidades, referentes ao aspecto escolar especialmente, deve ajudá-lo a manter e estender sua autoconfiança para o seu futuro profissional. Quando lhe perguntei sobre o que ele pensa sobre seu futuro, ele respondeu: “Bem, é difícil falar sobre algo que eu não conheço, no caso o futuro, mais eu acho que vou ser químico, vou me esforçar mais, quanto mais, melhor; o futuro está nas mãos das pessoas [...]”.

Leonardo consegue se projetar como um profissional especializado de nível superior, demonstrando saber onde quer chegar e se dispondo a fazer a sua parte, se esforçando, da melhor forma que puder para conquistar a sua inserção profissional.

Ele acredita que o futuro “está nas mãos das pessoas”, e nesse sentido ele se mostra bem equipado e instrumentalizado para compor o seu próprio futuro com suas próprias mãos.

O reconhecimento do mérito de Leonardo e o esforço pessoal que ele destina para realizar suas conquistas parecem encontrar suporte no histórico de sucesso que ele sempre apresentou e acumulou no universo escolar, bem como no apoio e estímulo que recebeu de sua família para poder desenvolver essa sua trajetória escolar bem sucedida.

A centralidade dos estudos na família de Leonardo envolve o estímulo de seus pais que, uma vez não tendo tido a oportunidade de realizar essa mesma trajetória cursando uma faculdade, não medem esforços para que seus filhos a realizem.

Assim, o trabalho dos pais compõe o cenário familiar de aquisição de recursos para que não haja risco de perda ou entraves no que se refere à formação educacional de nível superior, tanto de Leonardo, quanto de sua irmã.

Leonardo deseja ser químico e trabalhar em um laboratório, essa realidade parece adequada às suas possibilidades pessoais, sugerindo ainda, que ele não deverá encontrar grandes dificuldades em realizá-lo. Tanto a função que ele deseja desempenhar como o local de trabalho que imagina e deseja atuar profissionalmente podem ser realizados e desenvolvidos no próprio universo escolar, dentro da universidade, em um laboratório.

A escolha profissional de Leonardo não significa somente a escolha de um trabalho, seus planos profissionais referem-se a uma atividade especializada de nível superior, cujas características pressupõem a possibilidade de permanecer no ambiente que ele transita com facilidade, cujas regras de funcionamento são bem conhecidas por ele e estão em consonância com seus valores de competência individual, esforço e mérito.

Assim, tanto trabalhando como químico em um laboratório de pesquisa em uma universidade, ou em um laboratório de análise em uma empresa, suas possibilidades de obter êxito são satisfatórias, pois coincidem com suas características pessoais demonstradas durante essa entrevista, como se fixar em desempenhar suas atividades contando com seus próprios recursos individuais.

O fato de Leonardo ter estudado até o momento dessa entrevista, quando ele acabava de concluir a oitava série, em uma escola pública, não chegou a ser um obstáculo para que ele pudesse vislumbrar um futuro profissional nos moldes de excelência exigidos hoje pelo mercado de trabalho.

Essa sua realidade não retrata, via de regra, a realidade que jovens de sua mesma classe social costumam dispor para conquistar boas perspectivas profissionais futuras, mas corrobora para uma reflexão sobre a singularidade, as influências familiares e a diversidade de situações que podem ajudar a compor e definir o destino e a trajetória profissional e individual de jovens em situação de desvantagem social e educacional.

3.3.3 Isabella

Isabella tem 15 anos, cursa o primeiro ano do ensino médio e deseja ser modelo. Ela mora com a mãe e o padrasto, enquanto seu único irmão, de 23 anos, mora com seu pai, “porque ele se casou e agora ele já tem uma filha”, justificou Isabella sem fornecer mais detalhes de como era a constituição familiar antes do casamento de seu irmão.

Ela também não se aprofundou nos assuntos referentes aos seus relacionamentos de modo geral, tanto em relação à família, quanto aos amigos ou às suas experiências e expectativas amorosas, apenas evidenciou, desde o princípio da entrevista, a relação íntima e integrada que estabelece com a mãe no dia-a-dia.

Isabella se mostrou disposta a participar dessa entrevista após comparecer a um encontro, com outros três colegas de sua escola, quando esclareci para os quatro jovens a proposta dessa pesquisa. Ela foi convidada e levada ao primeiro encontro por seu professor de história Paulo, meu aluno do curso de pedagogia da UNESP, que possibilitou o meu contato com esses jovens e que também participou dessa entrevista, conforme expectativa da entrevistada.

Realizei um contato telefônico com a mãe de Isabella, reiterei a proposta desse trabalho e lhe posicionei sobre o local da entrevista, que aconteceu em minha casa; ela se

encarregou de confirmar o dia e o horário comigo sem precisar consultar a filha, de qualquer forma deixei meu telefone para que ela pudesse entrar em contato, caso fosse necessário.

Recebi Isabella para a entrevista em minha casa, conversamos um pouco informalmente e em seguida nos dirigimos para a sala onde se deu a entrevista. Expliquei sobre o gravador e procurei deixá-la à vontade, iniciando com o pedido para que ela continuasse a contar sobre sua escola, assunto que ela já estava abordando, quando explicava os motivos que a levaram a estudar em uma escola tão distante de sua residência:

É porque eu gosto sim, eu acordo de manhã, aí eu chego lá meio tarde, uns 5 minutos atrasada, mis é quase tudo normal, às vezes entro, mas quando chego atrasada daí eu não entro, aí eu entro na 2ª aula. Mas eu gosto de estudar lá, tem dia que eu não gosto de fazer nada daí eu fico lá olhando ou eu fico conversando demais, porque eu falo, aí o professor até dá uma brigadinha mas, sei lá, o povo que estuda lá é diferente, não é igual das outras escolas, muito maloqueiros, eu não gosto.

Isabella justifica as razões pela quais ela frequenta uma escola tão distante de sua casa destacando o ambiente mais selecionado que ela oferece, onde não há “muito maloqueiro”, um adjetivo utilizado com frequência no interior de São Paulo e que pode caracterizar uma pessoa desqualificada tanto no aspecto financeiro quanto comportamental, mas o apelo mais forte dessa expressão refere-se à condição de pobreza demonstrada no tipo de roupa, nos hábitos pouco polidos, que caracterizam os indivíduos mais vulneráveis socialmente.

Ela destacou, ainda, em sua resposta a frequência de seus atrasos na primeira aula e o prazer de ficar conversando ou não fazendo nada, e que por vezes é repreendida, com um “brigadinha”, pelos professores, mas disse gostar da escola, referindo-se, especialmente, ao aspecto social que esse ambiente escolar lhe proporciona e a boas relações que ela pode estabelecer em razão disso, mas ela admite não gostar de estudar e diz que a sua opção de ser modelo reflete essa sua dificuldade com os estudos: “Ah eu acho que quero isso, porque eu não gosto de estudar”.

Ao lhe perguntar se era difícil para ela estudar, ela respondeu: “Mais ou menos, é assim, eu tô lendo uma coisa, só que não entra na minha cabeça, não é que eu não quero, eu quero estudar, mas não fica na minha cabeça, eu não consigo, é uma coisa que eu não consigo”.

Quando ela argumenta sobre sua dificuldade com os estudos, ela se atribui uma insuficiência para reter os conhecimentos que fogem ao seu controle e que ao mesmo tempo parece estabelecer um veredicto que lhe desobriga a buscar soluções. Ao lhe perguntar se sua mãe fazia cobranças sobre o seu desempenho escolar, ela se limitou a responder: “Creio que sim”.

Entretanto, Isabella conta com o apoio de sua mãe para tentar realizar seu sonho de ser modelo profissional, e diz: “quando eu era pequena eu desfilava bastante para lojas”. Ela esclarece, ainda, que sua mãe continua estimulando e acompanhando os seus concursos de beleza e que faz o possível para poder arcar com os gastos de inscrição e produção desses eventos.

Quando perguntei a Isabella se ela se considerava vaidosa, ela afirmou sucinta e rapidamente, “Bastante”! Pedi então para ela falar um pouco mais sobre essa sua característica:

Assim, minha mãe trabalha no salão e tem hora que ela briga comigo que eu só fico no espelho, mas eu acordo de manhã normal, eu tomo banho, me arrumo, aí eu vou pra lá, daí eu fico lá o dia inteiro, aí ela briga comigo para eu parar de me olhar.

O fato da mãe de Isabella trabalhar em um salão de beleza certamente favorece a sua aproximação com o universo da beleza, além do mais ela é bonita, esguia, não tem muita altura, mas possui características de modelo, cabelos longos e loiros e um rosto com uma expressão angelical.

Além da escola seu universo pessoal, desde pequena, gira em torno do trabalho de sua mãe, onde ela permanece muitas horas por dia, mas sem assumir uma função de trabalho sistemática, ela esclarece como é a sua contribuição com o trabalho da mãe: “Mas não é coisa do salão onde ela trabalha, é coisa dela, entendeu? Às vezes ela me manda ir ao banco fazer um depósito, pegar um dinheiro, pagar uma conta, essas coisas”.

A ajuda que Isabella dá à sua mãe no dia-a-dia refere-se aos interesses pessoais dela, e Isabella fez questão de frisar o seu não-envolvimento com as atividades praticadas no salão de beleza onde sua mãe trabalha e é proprietária.

Na família de Isabella, exceto ela, todos trabalham, seu padrasto é açougueiro, seu pai é borracheiro, e todos, incluindo a sua mãe, são donos do próprio negócio; seu irmão também trabalha em uma lavanderia de propriedade de sua tia.

3.3.3.1 Isabella e sua mãe: submissão e proximidade

Quando realizei perguntas sobre sua família, Isabella não se estendeu; em uma seqüência de três perguntas, por exemplo, ela respondeu: “Minha mãe é manicure”; “trabalha para ela mesma”. Em seguida fiz a terceira pergunta: - Então você falou da sua mãe e do trabalho dela e seu pai mora com vocês? E sua resposta foi: “Não”.

Essa entrevista teve uma característica peculiar; a demanda de perguntas aumentava na medida em que as respostas da entrevistada eram abreviadas, muitas delas com uma única palavra, o que provocava a necessidade de mais perguntas. Esse mecanismo, que foi se intensificando no decorrer da entrevista, foi tornando as perguntas mais extensas do que as respostas.

Desta forma, especialmente nos assuntos referentes ao seu contexto familiar, Isabella foi econômica e não me permitiu avançar de forma mais aprofundado em seus aspectos

afetivos e relacionais. Ela não desenvolveu, nem argumentou sobre as perguntas equivalentes à sua relação com seu pai, com seu padrasto e com seu irmão; ela também não comentou sobre a separação dos seus pais, apenas enunciou; e ainda ofereceu pouca margem de manobra para que eu pudesse saber com mais clareza sobre o seu sentimento em relação aos seus familiares e como se dá a sua interação com eles.

No entanto, ela se reportou à mãe com uma frequência significativa e pareceu confortável em ocupar uma posição familiar de ser cuidada sem precisar se ocupar com aspectos práticos de sua vida, como precisar esforçar-se nos estudos, preocupar-se com problemas familiares ou planejar seu futuro.

Todos esses aspectos de sua vida pessoal parecem permanecer sob responsabilidade e guarda de sua mãe e Isabella narra alguns episódios onde demonstra não se incomodar com isso. Por exemplo, abordei o assunto sobre o fato da mãe ser cabeleireira, perguntado se ela podia escolher o corte de seu cabelo: “Mas é ela quem escolhe. Ela não deixa eu cortar o cabelo muito, só um dedo, meio dedo, senão ela não deixa”.

Isabella demonstrou ainda, enquanto descrevia essa cena, uma satisfação em ser tratada dessa forma pela mãe, como se o fato de ser cuidada com esse zelo lhe conferisse uma importância afetiva de filha maior.

Enquanto a sua mãe se encarrega de conduzir a vida da filha, Isabella demonstra não se sentir responsável por seus atos, como por exemplo, em relação a sua escassa dedicação aos estudos. Ela também não demonstrou autonomia nem disposição para compor seus próprios planos, incluindo a sua realidade e seu futuro de modelo, como demonstrado nesse seu relato em que narra a trajetória desse sonho:

[...] foi assim, porque os outros falavam que eu tinha jeito de modelo, ou às vezes perguntavam se eu era modelo, ficavam falando parece modelo, aí eu comecei a gostar, desde pequenininha, desde quando eu era pequenininha eu sempre gostei, às vezes quando as clientes da minha mãe iam lá em casa eu

pegava os sapatos delas, ia lá no guarda-roupa pegava as roupas da minha mãe e colocava e ia lá e desfilava na frente das clientes da minha mãe.

Isabella parece ter sido conduzida a reproduzir um modelo de comportamento que lhe foi atribuído em razão de seus atributos físicos e ampliado pelo ambiente de trabalho de sua mãe. Ela se reporta à idéia de ser modelo como tendo, ela própria, incorporado esse modelo preparado especialmente para ela dentro do seu próprio espaço de convivência, ao lado da mãe.

Ela diz que começou a gostar da idéia de ser modelo motivada pelas impressões que sua mãe e suas clientes atribuíam a ela. Assim, ao absorver, “desde pequenininha”, a imagem que a sua aparência bonita suscitava nas pessoas, ela parece ter sido levada a corresponder a essas expectativas, que coincidiam ou nasceram a partir da expectativa e do desejo de sua mãe.

A imagem que se pode ter, a partir do relato de Isabella, quando ela conta a sua performance de desfilando para as clientes de sua mãe ainda criança, faz brotar uma reflexão acerca da representação do olhar das pessoas sobre seu corpo, seu jeito, e as prováveis sugestões que essas mulheres manifestavam para sua mãe no sentido de investir nesse aspecto da filha, buscando extrair-lhe o máximo de encantamento possível de seus atributos físicos.

Isabella quando fala está sempre mexendo em seus cabelos e traz um leve sorriso no rosto, demonstrando uma aparência indefesa, e até ingênua; essa característica, associada aos seus argumentos sempre apoiados e entrelaçados aos pensamentos de sua mãe, apontou, desde o início da entrevista, para a sua dificuldade em expressar suas próprias opiniões.

Durante a entrevista, as respostas de Isabella se mantiveram perpassadas por sua mãe, ela dificilmente respondeu a uma pergunta manifestando um desejo seu sem se entrelaçar ou se reportar ao pensamento da mãe.

Em relação ao seu pai, Isabella falou muito pouco: “Meu pai eu nem vejo muito, ele não manda muito na minha vida é mais minha mãe que se preocupa comigo”.

Isabella não desenvolveu, nem argumentou sobre seu pai além desse seu relato; as demais referências sobre ele foram motivadas pelas minhas perguntas sobre seu trabalho, sobre o fato de seu irmão morar com ele, mas ela não quis adentrar nesse assunto.

Entretanto, o fato de seu único irmão de 23 anos, ter escolhido e sido acolhido por esse mesmo pai após engravidar e se casar com a mãe de sua filha, indica que a presença desse pai existe e poderia ser próxima, mas, por alguma razão, Isabella não pode se beneficiar, como faz seu irmão, desse suporte afetivo e relacional. Seu relato indica ainda a desapropriação, o rompimento que Isabella realiza com a função paterna ao afirmar que o pai não manda na vida dela.

Isabella só falou sobre seu padrasto abordando sua profissão de açougueiro, mas não narrou nenhum episódio cotidiano, ou mesmo alguma referência que remetesse ao tipo de relacionamento que estabelece com ele, embora ela conviva diariamente e sob o mesmo teto apenas com ele e com sua mãe.

Seu contexto familiar parece estar representado através da relação interdependente que ela demonstrou ter com a mãe. Quando ela diz sobre o seu pai: “ele não manda muito na minha vida”, e em seguida ela afirma que “é mais minha mãe que se preocupa comigo”, ela esclarece que tanto o afeto quanto a proteção que recebe como filha são provenientes de uma única fonte afetiva e protetora, que é a sua relação com sua mãe.

Ela se refere à preocupação de sua mãe para com ela como sendo um cuidado que recebe, por outro lado, ao se referir ao pai, ela parece denunciar a falta desse mesmo cuidado narrando que ele não “manda” em sua vida.

Ela parece atribuir o mesmo significado entre se preocupar e mandar em sua vida, como se o comando da sua vida estivesse fora de seu alcance e bem longe de suas mãos, e

também como se essa condição de ter a sua mãe direcionando e gerenciando seus passos fosse uma situação confortável que ela procura manter nesse formato.

Isabella demonstrou ainda, um comportamento “infantilizado”, manifestado especialmente em sua expressão oral e corporal, dando a impressão de um certo descompromisso pelo ar despreocupado e quase inconseqüente de seus argumentos.

Quando lhe perguntei, após ela ter afirmado que não gostava e que não conseguia estudar, qual era o estímulo que a mantinha na escola, ela disse:

Porque tem que estudar, né? E também porque eu gosto de ir para a escola , quanto estou assim, prestando atenção na aula eu consigo fazer tudo, agora quando eu não tô eu não consigo nada, eu tô no mundo da lua. Um dia eu sai de casa larguei a chave na porta, outro dia eu larguei o fogão acesso o dia inteiro, eu vivo no mundo da lua.

Isabella parece se sentir autorizada a permanecer em outro mundo, onde ela não precise pensar em demasia ou mesmo medir a conseqüência de seus atos, enquanto contava sobre os seus lapsos de desligamentos, ela parecia destacar o lado positivo de se manter alheia aos compromissos e obrigações que fazem parte do mundo real.

Ela não demonstra autonomia para conduzir e administrar aspectos cotidianos de seu dia-a-dia, e isso parece não incomodá-la, ao contrário, ela parece estar satisfeita em se manter isenta de responsabilidades e expectativas de desempenho que não estejam relacionadas a sua performance de modelo.

Com relação à escola Isabella admite que quando consegue manter-se concentrada, ela corresponde ao que se espera da relação ensino-aprendizagem; um indicativo de sua competência para aprender.

Entretanto, ela parece ter dificuldade em se manter concentrada nos assuntos que não lhe são suficientemente agradáveis, como o ato de estudar, por exemplo. Nessa perspectiva, a

importância do conteúdo escolar perde significado, pois ela não se mostra disposta a demandar energia para o exercício do saber.

Desta forma, a escola se mantém como um espaço de socialização que ela valoriza e quer continuar inserida, mas sem se sentir cobrada e sem se apropriar de seus deveres, ainda que para isso ela tenha que pagar o preço de permanecer com os seus desejos à deriva, incluindo o sonho de se tornar modelo.

3.3.3.2 Isabella e a escola: valorização dos relacionamentos sociais

Isabella se mostra muito satisfeita com a escola em que estuda atualmente e justifica:

Lá é mais legal, não sei, porque nas outras escolas que eu estudei tinha muito maloqueiro, então eu chegava na sala eu não tinha vontade de fazer nada, eu ficava olhando para cara do professor e os outros ficavam mexendo comigo, me xingando, daí eu ficava quieta, entrava na escola muda e saía calada, eu não abria minha boca, agora lá no Wanda não, eu converso com todo mundo, assim pode ter algumas pessoas que não gostam de mim, mas ninguém é obrigado a gostar de mim, mas do resto assim, tudo é mais legal.

Isabella chama a sua escola pelo primeiro nome, Wanda, como ela é conhecida na cidade, e faz comparações com as outras escolas públicas, onde havia estudado anteriormente. Ela destaca que os alunos que frequentam as outras escolas possuíam comportamentos que se distanciavam do seu; além disso, ela se sentia importunada e até agredida verbalmente.

Seu enfoque sobre as características positivas do Wanda, a escola que estuda atualmente, recai sobre a qualidade das relações e da troca que ela pode estabelecer com seus colegas de escola, ela manifesta a sua satisfação de pertencer a esse universo e de poder usufruir de um ambiente escolar mais elitizado.

Essa escola, onde Isabella estuda, é pública e muito bem conceituada pelo ensino de qualidade que oferece, o que, conseqüentemente, leva as famílias que não podem pagar uma

escola privada, mas que valorizam a educação formal, a se empenharem em disputar uma concorrida vaga para que seus filhos possam beneficiar-se de uma educação pública e de qualidade. Quando perguntei a Isabella quem é que consegue vaga, ela respondeu referindo-se ao seu caso: “Ah, isso aí eu não sei (pausa), porque é uma amiga da minha mãe que conhece a diretora de lá, mora no mesmo prédio dela, daí ela falou, daí a diretora deu”.

Isabella narrou como seu deu a conquista de sua vaga na escola evidenciando que para consegui-la sua mãe precisou utilizar seus conhecimentos pessoais e que o critério de seleção é informal, dependendo essencialmente da decisão da diretora.

O esforço que sua mãe realizou para conseguir uma vaga nessa escola é reconhecido por Isabella, ela se aproximou de um tipo de comunicação melhor entre seus pares, com um tipo de convivência que atinge suas expectativas relacionais. Perguntei a ela se mudou alguma coisa nessa escola com relação ao ensino:

Muda! Eu tenho uma amiga que ela estuda em uma escola que eu já estudei, a gente compara pra caramba às vezes, e eu aprendi coisas que ela nem sabe o que é, mas no Wanda (pausa) como é que eu vou falar (pausa), vamos supor uma coisa que eu aprendi agora ela nunca tinha aprendido, é assim.

Embora ela admita não gostar de estudar, ela consegue atribuir um valor positivo ao fato de sua escola manter um nível de educação acima da média das outras escolas. Isabella apresenta dificuldade em se expressar verbalmente, as palavras parecem lhe fugir e muitas vezes, durante essa entrevista, ela desistiu de continuar argumentando, provavelmente para não ter que lidar com a defasagem de seu vocabulário escasso.

Entretanto, quando adentramos no assunto escolar, Isabella se mostrou mais disposta a falar e era evidente a sua expressão de satisfação ao abordar esse assunto. Nessa parte da entrevista, pôde-se perceber, ainda, que ela praticamente não falou sobre sua mãe; ela

destacou a importância dos amigos da escola e se mostrou enriquecida pelas relações que a experiência escolar lhe proporciona.

Talvez o período em que Isabella fica na escola seja o único tempo que ela dispõe para transitar por um espaço só seu, desgarrado das interferências de sua mãe e exercitando um tipo de conquista autônomo.

Em seus relatos, as relações de amizade que ela estabelece na escola são satisfatórias, ela demonstrou ainda que pode agir sendo ela própria, sem se sentir estigmatizada pelo fato de ser bonita, modelo, e pouco dedicada aos estudos, indicando que os atributos que dispõe são suficientes para que ela se sinta aceita e valorizada por seus colegas no ambiente escolar.

Quando perguntei a Isabella o que ela achava do ensino na escola pública em relação à escola particular ela respondeu: “Ai, eu não sei falar porque eu nunca estudei em escola particular, eu não sei como é que é. Apesar de que lá na escola particular é mais fácil você repetir de ano, na escola pública não, daí eu não sei mais falar”.

No caso dessa pergunta, o aspecto mais visível para Isabella, refere-se ao fato de ser mais fácil passar de ano em uma escola pública do que em uma escola particular; esse aspecto da pergunta é significativo para ela.

Afirmar e depois pedi para que Isabella confirmasse a minha afirmação sobre o Wanda ser considerada uma escola boa e ela respondeu: “Como assim?”; reformulei a pergunta: “Quando você foi para essa escola, teve uma preocupação para que você aprendesse melhor?” Ela, então, respondeu: “É”.

Isabella demonstrou dificuldade em responder perguntas onde ela precisaria considerar pontos de vista diferentes, realizar análises, fazer hipóteses, integrar o universo à sua volta e emitir a sua opinião.

Além do mais, o significado que Isabella atribui à escola refere-se mais ao papel social e relacional do que propriamente ao ensino formal que ela oferece; nesse aspecto, ela se manteve coerente ao destacar os aspectos positivos do ambiente dessa nova escola, com esse enfoque: “[...] minha mãe teve que me tirar de lá (escola anterior) e levar no Wanda [...] para eu não apanhar na escola, porque se eu continuasse lá eu ia apanhar”.

O que mais incomodava Isabella nas outras escolas públicas onde estudou anteriormente era a presença de muitos “maloqueiros”; ela não se identificava com os comportamentos desses sujeitos e se sentia ameaçada, além disso, em sua referência, eles parecem representar o último lugar da escala de tudo aquilo que ela não quer ser. Ela não esclareceu a razão pela qual apanharia na outra escola, mas sugeriu que o seu jeito de ser, talvez mais “arrumadinha”, contrastava e também incomodava esses alunos das escolas onde estudou anteriormente.

A escola é considerada por ela um espaço importante de convivência, mas ela afirma não gostar de estudar e demonstra como pretende conviver com essa realidade escolar daqui por diante: “Estudo até o 3º colegial, mas assim agora por enquanto eu não estou assim para fazer faculdade, um dia pode ser que depois eu esteja, entendeu? aí eu faço”.

Os planos de Isabella em relação aos estudos hoje não ultrapassam a conclusão do ensino médio, daqui a dois anos e meio; ela não demonstra interesse em cursar uma faculdade, embora a situação econômica de sua família, e o contexto da cidade favoreça esse tipo de realização.

Marília é considerada uma cidade universitária, possui quatro grandes universidades, sendo duas delas públicas. Portanto, se Isabella quisesse, poderia cursar uma faculdade e construir planos de futuro e de carreira baseados nessa conquista.

Entretanto, ela não quer pensar sobre isso hoje, “um dia, pode ser”, afirma Isabella, deixando em aberto essa possibilidade desprovida de desejo. No momento, ela se mostra

satisfeita com a escola em que estuda, gosta de freqüentar o ambiente escolar, e não se mostra muito preocupada com sua performance e seu rendimento escolar; ela pretende dar continuidade ao seu sonho de ser modelo, participando de concursos de beleza, desfiles e propagandas realizados na cidade.

3.3.3.3 Isabella e o trabalho: ser modelo, sonho ou profissão?

Perguntei a Isabella sobre o seu sonho de ser modelo: Você tem que ser muito bonita?

Sim demais, mas tipo, eu penso nisso, mas eu não vou ficar pensando só nisso, que eu vou ser isso, eu tenho um sonho de ser modelo, mas às vezes, e se eu não conseguir, o que é que eu vou fazer? Sem trabalhar eu não posso ficar, né? Quando eu ficar mais velha tá, mas o que mais eu tenho vontade de fazer é isso, porque eu não gosto muito de faculdade, essas coisas, não sou muito fã de estudar.

Isabella fala de seu sonho e expõe, ainda, que de uma forma um pouco confusa, o seu conflito sobre trabalho caso não consiga realizar o seu sonho de ser modelo profissional.

Ela afirma que não pode ficar sem trabalhar caso não consiga ser modelo, mas se confronta com sua própria indisposição para dar seqüência a sua formação no ensino superior, sugerindo que isso poderá lhe causar problemas e dificuldades futuras para conquistar outra profissão. Entretanto, hoje ela é assertiva ao defender sua escolha: “Eu não penso em nada assim de outra profissão, em nada! Eu já quis ser enfermeira, mas não, meu sonho é modelo!”

Ela parece se permitir viver esse desejo de ser modelo hoje com exclusividade, tentando adiar ao máximo as reflexões sobre o que poderia fazer para se planejar com outras possibilidades caso esse sonho não se concretize. Por isso ela anuncia o fato de já ter pensado em ser enfermeira e em seguida desabona essa possibilidade.

Isabella fala um pouco sobre a possibilidade de conseguir e as dificuldades que enfrenta para realizar seu sonho: “Pode ser que eu consiga, eu já me inscrevi em vários concursos, só que tinha uns que tinha que pagar dois mil, outros não sei quanto, é muito caro, minha mãe não tem condições de pagar”.

Isabella coloca a possibilidade de conseguir, mas, em seguida, apresenta uma realidade que desabona a sua perspectiva otimista. Ela descreve que para conseguir estar inserida nos concursos é necessário que se tenha dinheiro, pois as inscrições são pagas e sua mãe não pode realizá-las.

Ela relata, ainda, que mesmo aqueles concursos cujas inscrições são gratuitas ela encontra dificuldade para participar:

No concurso que eu fui a inscrição não pagava, só levava umas fotos, só que tinha que ir para São Paulo, tinha que passar por vinte seleções, e se o dono de alguma agência se interessasse, faria um contrato; agora se ela não gostasse não ia me pegar, então quer dizer que eu ia pagar dois mil reais, então a minha mãe falou que não.

Os dois mil reais a que Isabella diz respeito aos gastos de transporte, hospedagem e produção, para que ela pudesse participar da seleção. Essa realidade não é compatível com a realidade financeira de sua mãe, que precisou falar não em relação a esse concurso, mas que parece não se posicionar de forma a orientar a filha sobre as possibilidades e caminhos que ela poderia trilhar para se aproximar ou reformular o seu desejo.

Perguntei a Isabella se sua mãe lhe apoiava e como: “Assim, quando eu peço pra ela, eu falo assim, mãe eu quero participar de um concurso, vai fazer inscrição? Ela vai lá, paga, ela me ajuda, assim”.

Isabella contou que a sua participação se resume em descobrir os concursos, cabendo a sua mãe a decisão sobre a sua participação ou não. Essa participação parece depender,

essencialmente, do aspecto financeiro, mas sua mãe compõe com ela a tentativa de tornar esse desejo de ser modelo uma realidade.

A disponibilidade da mãe de Isabella para alimentar esse sonho é ao mesmo tempo um apoio que Isabella conta para não desistir, e uma ameaça, no sentido de fomentar uma disputa e ampliar o desejo sobre um sonho improvável.

Segundo seus relatos, percebe-se que ambas, mãe e filha possuem o mesmo desejo, entretanto, Isabella se mantém dependente, como uma criança indefesa, do crivo da sua mãe para realizar qualquer manobra rumo a sua conquista. Perguntei a Isabella o que ela poderia fazer para tornar o seu sonho realidade:

Ah eu não sei o que poderia fazer, mas assim, aqui em Marília, não tem muito essas coisas sabe, só se eu mudasse para São Paulo, sei lá, ou fosse atrás de uma agência, porque aqui em Marília não tem, então nem dá pra mim, por isso que eu fico pensando assim, se eu vou conseguir.

Ao tentar compreender, através de perguntas, o que separa o sonho da realidade nesse propósito de ser modelo de Isabella, foi evidenciando a sua fragilidade frente a essa sua vontade.

Ela se aproxima da realidade ao visualizar as dificuldades financeiras, ao constatar que a cidade não oferece recursos suficientes para que ela possa se debruçar e buscar um caminho que a leve até seus ideais e, finalmente, deixa visível a sua impotência e fragilidade frente aos seus planos.

Ao enunciar: “[...] eu fico pensando assim, se eu vou conseguir”, Isabella se mostra desorientada, sem saber o que fazer, talvez por isso ela tenha demonstrado, durante a entrevista, uma grande dificuldade em formular hipóteses, como se cada vez que ela se abrisse para refletir sobre a sua realidade, mais ela se distanciaria de seu sonho.

Isabella parece se agarrar ao seu ideal de ser modelo, como se não lhe restasse uma alternativa na vida que lhe coubesse. Ser modelo para ela é mais que um desejo de conquistar uma carreira; esse desejo parece ter se transformado na sua própria vida, talvez, por isso, ela tenha demonstrado resistência e receio em perdê-lo ou não conquistá-lo.

A mãe de Isabella tem sido a grande incentivadora da filha nesse projeto de vê-la como modelo, foi ela quem se ocupou em inscrever, enfeitar, e levar a filha para participar de desfiles desde que Isabella era pequena, entretanto, hoje, aos 15 anos, a realidade se transformou e o que era simples e prazeroso para ela e sua mãe realizarem, passou a ser uma tarefa complexa que depende de dinheiro, de mudança de cidade e de contatos, como esclarece Isabella:

Aqui é assim, a gente não conhece muito o povo assim que vai, sabe? pra escolher a gente, minha mãe fala assim pra mim:- como que eu pago uma coisa sendo que eu não sei se é verdade? E ela fica com medo, eu acho que sei lá (pausa) não sei (pausa).

Isabella parece não poder contar com a mãe para se sentir mais segura e pronta para avançar nos seus planos. Segundo o seu relato, sua mãe também se encontra desorientada e assustada com a nova realidade que faz parte da concorrida disputa do mercado profissional de modelos.

Sua mãe não tem dinheiro para arcar com os custos desse investimento, além do mais, o seu universo relacional não lhe permite alcançar e adentrar no espaço específico onde circulam as oportunidades de trabalho nessa área, além de Marília ser uma cidade que fica há 450 Km da capital, São Paulo.

Todas essas dificuldades poderiam ser consideradas suficientes para que Isabella e sua mãe pudessem rever seus sonhos e perspectivas, como realizar adaptações e buscar novas

alternativas para que Isabella pudesse enxergar o seu futuro com maiores perspectivas de sucesso.

Isabella é jovem, bonita e poderia continuar realizando trabalhos de modelo e desfilando para lojas da cidade, enquanto fosse trabalhando outras possibilidades de vida e de futuro que pudesse lhe abrir novos caminhos, mas ela insiste em percorrer o mesmo caminho em que ela já conhece os obstáculos:

[...] sei lá, eu ou minha mãe podia ir para São Paulo, daí a gente procurava agência, conversava, só que não sei, tem uma agência que pede não sei o que, pede um monte de fotos e depois nunca dá em nada, mas é assim, se quiser ir eu vou, porque eu tenho parentes que moram em São Paulo, mas eu não sei (pausa) eu ia falar um negócio agora que eu esqueci (pausa).

Isabella fala de seu futuro profissional incluindo a mãe e esperando dela os instrumentos para percorrer os lugares, preparar as fotos, tentar falar com as pessoas, mas em seguida ela faz um prognóstico pessimista sobre uma realidade que, mesmo indesejada, ela não consegue negar.

Ela se depara com a realidade indesejada concluindo: “nunca dá em nada” e em seguida tenta novamente prosseguir em seu sonho afirmando ter parentes em São Paulo, para finalmente cair na indefinição e perder a linha de seu raciocínio.

As dificuldades que ela encontra para conseguir conquistar um espaço para iniciar a sua carreira de modelo é ampliada pela expectativa de sua mãe, que segundo seus relatos, além de ter iniciado a construção dessa trajetória da filha, ainda concentra suas esperanças, apostando que ela deve continuar perseguindo seu propósito.

Quando perguntei a Isabella o que ela acha que uma pessoa precisa ter para conseguir um bom trabalho, ela respondeu:

Primeira coisa ela tem que ter vontade e não fazer aquilo porque é obrigado, e sim por que gosta, por isso que gosto de modelo; porque não adianta fazer uma coisa que estou sendo obrigada a fazer e tenho que fazer porque senão eu não vou sobreviver. Acho que em primeiro lugar tem fazer o que gosta, e

sei lá, tem que ter motivo de gostar, porque muitas vezes a gente faz alguma coisa por obrigação e aí nunca sai bem feito. A gente tem que fazer por vontade.

Isabella defende a idéia de trabalho com o enfoque na realização pessoal. Ela diz a importância da vontade e do gostar daquilo que se faz, argumentando que fazer por obrigação ou mesmo por necessidade de sobrevivência não leva a lugar algum.

Entretanto, ao dar o seu exemplo de vontade de ser modelo, como referência para defender o trabalho como realização pessoal, ela não consegue expor os mecanismos que podem ajudar a aproximar a sua vontade da sua realidade para conseguir o que quer no trabalho.

Talvez a atividade de modelo não chegue e representar um trabalho ou uma profissão para ela, suas abordagens sugerem mais a realização de uma atividade prazerosa, que lhe dá visibilidade e algum tipo de reconhecimento. Ela evita se confrontar com suas dificuldades para realizar o sonho de ser modelo, o que corrobora para aumentar suas incertezas e que a coloca em um “estado provisório”, de deixar que as coisas aconteçam irrefletidamente: “O que eu vou fazer? Porque, sem ser modelo eu não penso em outra coisa, aí eu não sei, acho que eu vou me decidir mais pra frente, ainda não pensei assim no que eu vou fazer”.

Isabella diz não conseguir pensar em outra coisa como trabalho senão o de modelo. Ela se pergunta o que fazer caso não consiga realizar esse desejo, mas não encontra respostas, permanecendo em uma posição desconfortável, pois quando analisa sua realidade ela não consegue se ver realizado esse sonho. Mas, então, por que Isabella está tão amarrada a esse sonho, se ele causa medos e indefinições sem fim?

Talvez Isabella não tenha outro sonho, ou outro projeto de vida para colocar no lugar deste, como demonstrou durante a entrevista, assim, adiar essa decisão de pensar em outras possibilidades é uma forma de não precisar lidar com uma frustração anunciada. Além disso,

ela se mantém submetida ao controle da mãe, a quem ela se entrega para ser conduzida e a quem também ela precisa corresponder às expectativas.

Se, por um lado, Isabella pode beneficiar-se por ter a mãe como condutora de sua vida, e, com isso, ela não precisa se preocupar em desligar o fogão, em escolher o corte de cabelo, e pode ir para o mundo da lua com frequência; por outro lado, ela precisa lidar com a angústia de não enxergar horizontes para realizar seu sonho de trabalho e de vida, e ainda tem que lidar com a impotência de ter que se firmar em uma realidade utópica se perguntando: - Aí é que tá, o que é que eu vou fazer?

O nível de dependência que Isabella estabelece com sua mãe não lhe permite compor sozinha um projeto de vida e de futuro, e sua mãe já não se mostra mais capaz de vencer os obstáculos que se formaram em torno dessa idéia de ter uma filha modelo, portanto, hoje ela não é a parceira ideal e nem a mais protetora no sentido de assegurar a conquista desse sonho composto entre mãe e filha.

Isabella contribui como pode para realizar o seu desejo de ser modelo, atendendo ainda às expectativas de sua mãe. Ela é bonita, bem magra, mede 1,70 de altura, enfim, ela tem o perfil para desempenhar a função para a qual ela foi preparada desde pequena, mas o mercado hoje, exige muitos outros atributos dos quais nem Isabella, nem sua mãe dispõem, como disponibilidade financeira para o investimento inicial na profissão, contatos com agencias e pessoas ligadas a esse ramo, etc.

Isabella vive em um contexto familiar que não exige dela uma participação financeira e nem mesmo ela se mostrou preocupada com esse aspecto econômico de sua vida hoje. Talvez por isso ela siga adiando a busca de saídas para suas dificuldades frente ao seu futuro profissional, como deixar para pensar em outra profissão ou fazer faculdade, para mais tarde.

Hoje ela se mostra despreparada para abrir mão ou realizar adequações e ajustes em seu plano de ser modelo, além disso, ela parece estar impedida de criar novas possibilidades e projetos futuros. Entre mudar ou adequar seu foco frente às expectativas e possibilidades profissionais que dispõem ou manter-se apegada em um desejo antigo que lhe ocupou a maior parte dos anos de sua vida, ela prefere manter a segunda opção.

Para que Isabella possa realizar o trabalho nos moldes que considera importantes, como ter vontade de desempenhar a função que escolheu, ou seja, gostar do que faz, ela precisaria estar mais apropriada de seus próprios desejos para planejar com base nos dados de realidade que dispõe.

Isabella quando fala da profissão de modelo não parece estar se referindo a um trabalho, propriamente dito, com regras a seguir, planejamentos a desenvolver; é como se ela tivesse nascido com um dom, que foi captado por sua mãe e que ela foi investida para fazer uso sem precisar utilizar nenhum outro mecanismo de conquista, mas apenas ser beneficiada por já possuir aquilo que precisa, sua beleza.

A sua visão de trabalho foi construída e se manteve concentrada em seus atributos físicos, contudo ela demonstrou não possuir autonomia para imprimir a sua marca pessoal nessa “profissão” que ela escolheu ou lhe foi escolhida.

3.3.4 Natali

Natali tem 17 anos, mora em um bairro pobre, em uma casa simples, porém própria de sua família, composta pelo pai, pela mãe e quatro irmãos: dois homens e uma mulher mais velhos que ela e uma irmã mais nova de 10 anos. Apenas o irmão mais velho de Natali não mora junto com a família, pois se encontra preso em uma penitenciária da região, a irmã mais velha voltou à casa dos pais junto com sua filha depois de se separar do marido recentemente.

Natali também é mãe e tinha 14 anos quando engravidou de Dayane, hoje com 3 anos, sobrevivente de um parto difícil e que tem uma saúde frágil, sem um diagnóstico definido, necessitando de cuidados especiais. Natali não chegou a se casar com o pai de Dayane; ele assumiu a paternidade, mas ela conta que “ele não queria ver a própria filha dele” e que “ele tem dezenove anos e tem que pagar pensão pra minha filha”; o que não acontece até hoje.

A primeira vez que a entrevistei, há um ano e meio, ela estava fazendo um curso remunerado de iniciação profissional na Casa do Pequeno Cidadão onde realizei a pesquisa de campo com os grupos de jovens. Ela participava de um dos grupos, mas quase não falava, tinha uma expressão triste e o olhar distante e também não parecia disposta a se relacionar com os colegas da instituição, sua vida parecia acontecer bem fora dali.

Depois do término de um dos encontros, enquanto eu acabava de recolher o material para ir embora, Natali permaneceu na sala dando continuidade à reflexão que havíamos discutido durante aquele encontro com o grupo sobre as dificuldades que os jovens encontram para conseguir trabalho.

Percebi então que Natali queria me falar sobre como ela lida com essas dificuldades a partir de sua história pessoal, então iniciamos primeiramente uma conversa, já que esse momento não estava previsto, e posteriormente perguntei se seria possível entrevistá-la com o gravador, ela concordou e passei então a formular as primeiras perguntas ali mesmo na instituição. A análise desse material é composta por essa conversa inicial, duas entrevistas, e por diálogos que se deram em três percursos de carro, quando eu a conduzia até a sua casa.

Natali iniciou a primeira entrevista com o meu pedido para que ela se apresentasse como quisesse, e assim o fez da seguinte forma: “meu nome é Natali, tenho 15, 16 anos e não estudo”. Perguntei, então, por que ela não estudava: “Eu tenho uma filha e engravidei quando

tinha 15 anos e parei de estudar tudo; não tinha condições pra eu continuar. Eu passava mal, um dia eu caí da escada e podia perder minha filha, então parei de uma vez”.

Assim como Natali não foi precisa em relação a sua idade ao se apresentar, também deixou dúvidas em relação à idade que engravidou, mas calculando a idade de sua filha, ela, provavelmente, engravidou aos 14 e deu à luz aos 15 anos. Ela atribui à gravidez e ao mal-estar que sentia o fato de precisar interromper os estudos.

A partir desse momento inicial e até a metade dessa primeira entrevista, ela detalhou o histórico de Dayane desde o nascimento; contou que ela nasceu roxa, que não chorou e que foi imediatamente encaminhada para a UTI. Logo em seguida ao parto, os médicos disseram que ela tinha nascido com muitos problemas “e que não ia conseguir sobreviver [...]. Além da água na cabeça, ela tava com problema de infecção e de respiração e eles tentaram de tudo, trocaram de médico, tomava mais remédio”.

Natali não foi precisa sobre o que, de fato, Dayane tem, qual o nome do seu problema de saúde, talvez ela própria não saiba, mas o conjunto de complicações descrito por ela aponta para a gravidade do seu estado de saúde atual e sobre os efeitos futuros que, embora não sejam previsíveis, serão parte de sua realidade por toda a vida.

Tive a oportunidade de conhecer Dayane, e a sua aparência é realmente muito frágil, suas pernas são bem fininhas, ela não sustenta bem o pescoço e tem o corpo marcado por cicatrizes das várias cirurgias a que foi submetida.

Além do forte impacto causado pelas complicações de saúde de Dayane e das conseqüências que acompanham essa realidade, Natali demonstra e destaca nas entrevistas, os problemas relativos à sua relação conflituosa com seu pai e manifesta seu ressentimento em relação a isso: “[...] revolta eu tenho com a bebida do meu pai, se não fosse isso eu poderia estar trabalhando, estudando e agora eu tô aí”.

Natali se mostrou aterrorizada pelo ambiente familiar em que vive, especialmente por seu pai que bebe, espanca, mas que também é um trabalhador formal da prefeitura da cidade, com carteira assinada e uma dignidade comprometida pelo alcoolismo e pela violência praticada contra si próprio e contra sua família.

A ele, Natali direciona toda a culpa por não conseguir realizar as funções que considera importantes para uma jovem da sua idade como trabalhar e estudar.

Quando lhe perguntei sobre seus planos daqui para frente, ela respondeu: “Voltar a estudar, poder trabalhar pra comprar fralda, leite e Mucilon pra ela (filha). Pelo menos estudando e conseguindo um empreguinho básico, como empregada ou faxineira, tanto faz, pra mim eu aceito”.

Ela se refere ao trabalho e ao estudo de forma conjugada, e ao lhe perguntar o porquê, ela diz: “Ah eu preciso estudar, preciso trabalhar, dá na mesma coisa”, como se uma coisa dependesse da outra para acontecer.

Mas o “empreguinho básico” parece atender as suas necessidades imediatas, demonstrando que hoje o trabalho para ela tem uma finalidade precisa e simples, que é a de conseguir comprar as coisas que são necessárias, como esclarece essa sua fala direcionada à sua mãe: “Eu falo assim:mãe, se eu estiver trabalhando eu vou fazer compra no mercado, comprar roupinha pra Dayane, sapatinho, comprar roupa pra você e até pra Joyce (irmã mais nova) e pra mim”.

Contudo, quando lhe pergunto se é pelo trabalho que ela irá conseguir essas coisas que deseja, ela afirma e acrescenta outras necessidades:

É! o trabalho é tudo numa casa pra conseguir roupa, alimento, um monte de coisas; o trabalho é tudo pra gente, se a gente não tiver trabalho a gente não pode fazer nada [...]. Curso, escola, precisa bastante também [...] é muito difícil se não tiver escola, se não tiver trabalho.

Ela diz que se conseguisse terminar os estudos secundários, que abandonou na sexta série durante a gravidez, suas chances de arrumar um “empreguinho” melhor aumentariam. Ela pensa ainda em fazer cursos de computador e de línguas quando sua vida estiver mais organizada. Segundo seus relatos, essa organização está atrelada a sua saída da casa dos pais, quando ela imagina poder ocupar-se de seus planos pessoais de estudo e trabalho ao lado da filha e da mãe que pretende levar consigo.

3.3.4.1 Natali como mãe: trabalho materno e gênero feminino

Além de desempenhar os trabalhos domésticos na casa de seus pais, Natali também se dedica a desempenhar sua função materna cuidando da saúde debilitada de sua filha Dayane, esclarecendo que: “não dá pra eu deixar ela com um povo diferente, fica muito difícil deixar”.

Natali não pode se ausentar no dia-a-dia para assumir uma função de trabalho; ela não pode deixar a filha em uma creche ou com alguém que não esteja preparado para dedicar-lhe os cuidados especiais que necessita.

Para esclarecer sobre esses cuidados e sobre a saúde debilitada de sua filha, ela começa contando como foram os problemas que teve na hora do parto:

Eu ganhei ela com 8 meses, do jeito que eu estava sentindo a dor o médico mandou internar, ele ainda era aluno e disse:

- Vamos internar ela e tirar a dor.

Me deixou lá, aí chegou de manhãzinha eu tava com febre, perdi todo o líquido da barriga e a minha barriga esvaziou; eu pensei que não tinha nem o bebê mais, né?

Quando a enfermeira viu o seu estado pela manhã ficou nervosa e antes de chamar o médico repreendeu Natali por não tê-la chamado durante a madrugada:

A enfermeira brigou porque eu não chamei; eu disse que ela estava longe e eu estava com dor e não consegui, aí ela falou para eu levantar e tomar banho. Quando chegou o médico ele falou um monte pra ela, aí eles falaram que era pra fazer cirurgia e tirar o bebê, senão eu ia morrer ou ela.

O seu depoimento aponta para uma possível negligência médica durante o trabalho de parto; a demora na intervenção médica foi a provável causa que fez com que Dayane nascesse roxa e fosse encaminhada para Unidade de Terapia Intensiva em estado grave. Dayane permaneceu internada no hospital por vários meses e foi submetida a sucessivas cirurgias delicadas, como descreve Natali quando lhe perguntei sobre a gravidade do problema de sua filha:

Se ela bater a cabeça já era, é uma válvula mole, não é dura, trocou um monte de vezes, fez 6 cirurgias na barriga, nos braços e nas pernas para tentar colocar a válvula e colocar soro, pra tentar achar uma veia, não tinha uma veia e não tinha como fazer cirurgia.

Dayane permaneceu na UTI por alguns meses e, nesse período, Natali conta que os médicos diziam “sim e não [...] que ela não ia conseguir respirar”. A convivência com esta indefinição continuou até que o estado de Dayane se estabilizou e ela pode ser levada para casa, mas foi preciso levá-la de volta várias vezes ao hospital para “trocar a válvula”, e toda vez que isso acontecia, Natali conta que era preciso aguardar uma vaga na UTI.

Hoje, embora essa ameaça de perder a filha ainda persista, Natali demonstra alegria ao relatar os avanços na saúde de Dayane e faz questão de destacá-los:

Graças a Deus tá mamando bem, tá gordinha, tá sapeca, nós não sabemos se ela vai andar, porque o médico não tem certeza, nós achamos que ela vai

demorar muito pra andar porque quando a gente coloca ela de pé a perna dela começa a tremer, não consegue ficar de pé.

Dayane sobreviveu, mas hoje Natali ainda precisa lidar com os problemas futuros que ela possa vir a apresentar, como a possibilidade bem evidente dela não andar. Quanto a isso, Natali parece ter uma consciência parcial e o seu movimento tende a valorizar os aspectos positivos do desenvolvimento atual de Dayane.

A alegria que Natali demonstra ao se referir à filha hoje tem o tom da vitória, ela potencializa os aspectos positivos dessa sua trajetória como mãe, que conviveu com a possibilidade predominante de perder a filha.

Talvez essa seja a melhor forma que ela encontrou para lidar com esse dilema e essa ameaça. Já que os próprios médicos não podem prever o que vai acontecer com sua filha daqui por diante, Natali tenta se firmar naquilo que pode dar certo sem precisar negar totalmente uma realidade indesejada em relação ao desenvolvimento global de Dayane.

A luta pela sobrevivência de Dayane, que se seguiu logo após o seu nascimento, promoveu um sentimento de solidariedade travado em família e Natali relata o apoio que recebeu:

Quando ela ficava internada eu ficava com desnutrição, eu não comia, eu ficava acordada a noite inteira, não dormia [...], quando ela ia fazer as cirurgias eu só chorava, meu pai chorava também e vendo aqueles cortes tudo dela, eu ficava mais em casa, porque quem ficava mais no hospital era minha mãe, porque eu não agüentava ver minha filha sofrendo.

Nesse episódio, do nascimento de Dayane e os problemas decorrentes das complicações em seu estado de saúde, Natali destaca a importância da presença de sua mãe: “[...] quando eu falava, ela não vai conseguir, minha mãe dizia vai! Começava rezar, começava chorar, eu e ela”.

Natali salientou a ajuda e o estímulo que recebeu da mãe quando suas forças e suas esperanças diminuíram, mas ela conta que seu pai também chorou junto, embora essa observação tenha sido uma das únicas referências afetivas que ela fez em relação a ele.

De uma forma geral, o que Natali narrou e tentou demonstrar durante as entrevistas apontam para a complexidade dos problemas que se avolumam no espaço denso onde ela habita com os pais, os irmãos, a filha, e mais recentemente com a irmã mais velha e a sobrinha.

Esse contexto familiar é percebido por ela de forma dolorosa e ela manifesta um movimento de rejeição contra essa casa e todo o contexto conflituoso que perpassa seus componentes, especialmente seu pai.

Entretanto, Natali está atrelada a todos eles, econômica ou emocionalmente. Por exemplo, hoje é seu pai quem lhe dá sustentabilidade financeira, enquanto sua mãe contribui com o suporte emocional e objetivo para ajudar a criar a sua filha doente.

3.3.4.2 Natali e sua família: o "peso" de uma realidade adversa

Natali falou praticamente o tempo todo sobre sua família, que ela representa de forma positiva através de sua relação com sua mãe e com sua filha Dayane, e de forma negativa, especialmente, através da figura de seu pai, apontado por ela como o maior responsável pelos aspectos dolorosos de sua vida e de seu contexto familiar.

A relação de Natali com seu pai é marcada por um sentimento de repulsa muito grande e narrou um episódio de violência envolvendo sua irmã mais velha e seu pai:

[...] um dia, era até Natal, ele deu um murro na boca da minha irmã que sangrou. Os outros homens queriam bater nele, mas ele estava tão bêbado que não podia, porque é errado bater em bêbado. Quando ele espancou ela, foi ela e minha mãe e minha irmã pro orelhão e ligou pra polícia. Veio a

ambulância e ele saiu correndo com o machado pra matar minha mãe e minha irmã; ele ficou louco porque ficou sabendo que a minha irmã tava grávida. Ele deu um soco na barriga dela, o médico viu e disse que ela ia precisar ser internada. Aí começou a beber de novo e começou aquela discussão. Aí chegou o namorado dela e pediu para ela ir morar com ele.

Ela diz que a revolta que sente pelo pai está associada ao seu alcoolismo e à violência que ele pratica quando está sob o efeito da bebida. Sua narrativa ao descrever essa cena, expôs a violência de seu pai, mas de certa forma também tornou visível as dificuldades que ela própria encontra para ultrapassar os limites da fúria manifestada por ele.

O impacto dessa cena de violência praticada por seu pai aponta também para a desordem e o sofrimento que atinge cada membro dessa família. Nenhum deles consegue exercer uma função apaziguadora, contendo e organizando os problemas dentro do seu próprio espaço; os conflitos familiares ultrapassam os limites da casa, passam pela vizinhança e chegam às últimas conseqüências, quando as tensões se tornam tão ameaçadoras que precisam ser mediadas por uma intervenção médica e policial.

Observa-se, ainda, a ausência de Natali nesse seu relato, a sua narrativa tem uma perspectiva de espectadora, que acompanha os movimentos e que se afeta com os problemas de sua família, mas que não atua diretamente sobre eles, no sentido de resolvê-los ou amenizá-los, embora demonstre sofrer diretamente suas conseqüências.

Natali enfrenta conflitos diários na relação com seu pai, como ela demonstra nessa sua narrativa de uma cena cotidiana:

Eu fico fazendo comida, tentando arrumar a casa [...], eu gosto de fazer meu serviço ouvindo meu rádio, sossegada e pronto, mas aí meu pai fica tacando na minha cara, falando que eu não faço nada dentro de casa, quando eu tô namorando ele reclama, quando eu tô solteira ele reclama também, se eu tô fazendo uma coisa boa ele reclama, então não dá certo [...].

Natali considera a relação com seu pai inviável, os desgastes contínuos que fazem parte dessa relação no dia-a-dia vêm acompanhados da sua revolta pelas situações de violência que ele cria quando está bêbado e ela diz que se não fosse isso tudo, poderia estar “trabalhando, estudando”.

Ela parece reconhecer as limitações que essas situações promovem em sua própria vida e também a dificuldade que ela tem para romper com essas barreiras que a impedem de criar condições para seguir e traçar seu próprio destino.

A violência e a falta de entendimento que perpassa a relação de Natali com seu pai é contrastada com a relação próxima e afetuosa que ela estabelece com sua mãe. Natali refere-se a ela com gratidão, mas manifesta e reconhece, sobretudo, o sentimento de proteção e de pertencimento que recebe dela.

Porém, Natali também se sente responsável por ela; quando lhe pergunto sobre isso ela diz: “Parece que a minha mãe é minha filha, eu cuido demais da minha mãe. Quando meu pai chega bêbado já fico lá, não saio, ele só fala as coisas quando ele está bêbado, ninguém respeita ele mais”.

Parece haver um paradoxo nesse sentimento que Natali nutre pela mãe, pois ao mesmo tempo em que se sente segura e amparada por ela dizendo: “sem minha mãe eu não fico alegre muito não”, ela também se apropria do papel de “protetora” de sua mãe. Essa função exige que Natali permaneça em estado de vigília, tentando evitar que sua mãe seja aniquilada por seu pai.

O papel de cuidar e ser cuidada, de mãe e de filha, reveza-se entre as duas, uma vez que a sua mãe demonstra não saber se defender sozinha das agressões do marido, necessitando que Natali o faça em seu lugar.

Do mesmo modo, Natali também não consegue assumir sozinha a sua condição de mãe, para arcar com os custos financeiros e emocionais que fazem parte da difícil condição de saúde de sua filha.

Contudo, o saldo dessa relação é sempre apontado por Natali como positivo, como se juntas, mãe e filha, se sentissem mais fortes para enfrentarem e se apoiarem nos problemas do dia-a-dia, e também para imaginar saídas para suas vidas, que, hoje, encontram-se atreladas e fragilizadas.

Conheci rapidamente a mãe de Natali, ela estava em frente a sua casa, segurando Dayane no colo e parecia estar esperando por nós. Ela aparenta ter por volta de 40 anos, é magra, baixa, possui uma expressão triste e uma aparência sofrida, tanto a sua roupa, quanto o corte de cabelo e os dentes que lhe faltam na boca apontam para as suas dificuldades e fragilidades.

Pude perceber ainda, a sua doçura e o carinho no trato com a neta e com Natali, embora ela tenha demonstrado timidez e um certo constrangimento com a minha presença, por isso nosso contato foi breve e conversamos rapidamente ali mesmo, na calçada em frente a sua casa.

No começo da primeira entrevista, Natali havia se referido aos pais como separados, por isso, quando eu expus a minha dúvida sobre isso, ela respondeu:

É! Mas moram na mesma casa porque o meu pai fala que a casa é dele e minha mãe fala que é dela. Eu já falei pra minha mãe deixar essa casa pra ele e ir morar sozinha, só que quem foi atrás de conseguir aquela casa, com o maior barrigão, porque ela tava grávida, foi minha mãe [...].

Natali demonstra já ter tomado o partido de sua mãe nessa separação indefinida, e ela é pró-ativa nesse papel de estimular que seus pais se separem.

Pode-se perceber ainda que, além da indefinição sobre o estado civil de seus pais, há também indefinições sobre a propriedade da casa e dos pertences, sobre o diagnóstico e o prognóstico de saúde e desenvolvimento de sua filha Dayane, bem como sobre os papéis que cada um ocupa nessa família.

Natali tem quatro irmãos, desses, três são mais velhos que ela, sendo dois homens e uma mulher de 22 anos, além da caçula Joyce de 10 anos. Natali não chegou a mencionar a idade nem os nomes de seus irmãos homens, mas esclareceu serem os cinco, filhos do mesmo pai e da mesma mãe.

A relação de Natali com seus irmãos, o contexto e a convivência diária com eles, também não é simples. Ela relata a falta de apoio e a precariedade das relações familiares entre eles:

O meu irmão (mais velho) tá fumando droga, tá vendendo droga, o outro meu irmão não trabalha [...] e não me deixa sair porque eu tenho que ficar cuidando da minha filha [...], minha irmãzinha não faz nada, ela tem 9 anos e ela tem que ajudar um pouco, ajudar a lavar a louça, lavar roupa [...] eu já sofri bastante dentro daquela casa, principalmente minha irmã mais velha que apanhava do meu pai.

Natali demonstra uma afetividade maior em relação às irmãs, já a sua relação com seus irmãos do sexo masculino parece não ser muito próxima nem muito afetiva. Aquele que mora com ela e é mais velho recebe sua crítica por não trabalhar, ela o acusa de não fazer nada porque não quer: “Eu acho que ele não quer trabalhar não, só depender dos outros [...]. Tentar ele nunca tentou [...]. Ele fica até às sete da manhã só assistindo televisão, meio dia ele fica dormindo, sai de casa e fica jogando futebol [...]”

O tom de queixa com que Natali se refere a esse seu irmão é estendido ao seu outro irmão, também mais velho, que está preso por ter se envolvido com drogas; com relação a este último, ela acrescenta ainda um ceticismo ao afirmar que: “ele está melhor lá na cadeia, pelo menos não está fazendo essas coisas erradas”.

Quando lhe pergunto se não deu para ajudá-lo ela diz: “Não! Porque aí ele foi preso, o policial foi lá em casa e pegou ele, lá em casa com três caras que estavam juntos com ele”.

Natali disse que não costuma visitá-lo na penitenciária, quem o faz todo final de semana é a sua mãe.

Essa sua crítica desprovida de esperanças que ela desenvolve em relação aos comportamentos indesejados de seus irmãos parece posicioná-la e fixá-la mais em uma posição de quem é atingida ao perceber todos esses conflitos do que propriamente de alguém que disponha de recursos para interagir com eles para tentar suavizá-los.

No dia da primeira entrevista, há um ano e meio, enquanto eu levava Natali para sua casa, passamos em frente à casa de sua irmã, quando ela ainda estava casada. Era uma casa bonita, espaçosa, bem cuidada e muito bem localizada em uma avenida movimentada em direção ao subúrbio da cidade, no caminho da casa dos pais de Natali. Perguntei, então, se a irmã ajudava, já que tinha conquistado um padrão de vida melhor com o casamento: “Em casa não, ela só traz a filha dela quando vai sair com o marido [...]. Com a gente ela nunca entrou nos problemas. Ela fica com os problemas dela, o da gente a gente fica com o nosso mesmo”.

Natali admite que não conseguiria realizar uma ruptura dessa natureza, especialmente por causa de sua mãe, de quem ela diz querer cuidar, mas não condena a atitude da irmã por considerar que ela está cuidando da vida dela, como ela um dia imagina poder cuidar da sua.

Natali conta que depois do episódio de violência de seu pai contra sua irmã, como ela descreveu anteriormente, o seu namorado se sensibilizou, retirando-a da casa dos pais. O ataque de fúria de seu pai contra sua irmã foi deflagrado quando ele ficou sabendo da sua gravidez. Esse mesmo motivo também promoveu a sensibilização de seu namorado que a recolheu e criou condições para que ela pudesse desenvolver novas possibilidades de vida ao lado dele, pai de sua filha.

Natali comentou comigo que foi a partir da saída da casa dos pais que a vida da sua irmã mudou para melhor, ou seja, depois que ela se casou. Esse comentário pode representar a expectativa da própria Natali de conseguir colocar em prática seus planos, como sair de casa e conquistar uma vida mais próxima do que ela deseja, a partir do casamento.

Entretanto, a vida organizada que sua irmã havia conquistado, depois do casamento, não conseguiu ser mantida por muito tempo; segundo Natali, foi a própria irmã quem decidiu romper com o casamento por não gostar mais do marido e voltou à casa dos pais. Essa decisão de sua irmã foi contestada por Natali, mas ela culpa o seu pai por acolher a irmã separada em sua casa:

É filha dele, mas se ele não aceitasse minha irmã, ela estaria morando com o marido até hoje, com o marido dela, com a vida dela, ia estar com aquela casa bonita e tudo chic que ela tinha, mas agora tá sofrendo lá, com meu pai xingando ela de um monte de nome [...].

Natali se refere ao casamento da irmã como uma oportunidade que ela não deveria desperdiçar; disse que o marido dela é bom e faz tudo pra ela, como se desejasse ter a mesma sorte, mas Natali parece perder-se em seus argumentos quando é tomada pelo sentimento de raiva que perpassa a sua história com seu pai.

Natali deposita sobre seu pai toda a responsabilidade pelos aspectos negativos vividos por ela e sua família, assim, quando narra o seu sofrimento e de seus familiares, ela não consegue estabelecer uma distinção clara nem dissociada da figura dele e de tudo o que ele representa de “destrutivo” em seu contexto emocional. Quando se refere a ele, sua expressão corporal, o seu tom de voz muda e ela fica visivelmente perturbada.

Esse movimento, que se repete continuamente em seus relatos, demonstra o quanto Natali é comprometida por essa relação com seu pai, ela denuncia a sua violência, mas sem se ater a explicações mais aprofundadas sobre a sua relação pessoal com ele em outros

momentos de sua vida, apenas evidencia uma raiva e uma repulsa muito grande, acompanhada de seu desejo de seguir sua vida se livrando dessa pessoa.

Ela não consegue ter uma identificação positiva com seu pai, nem mesmo para atribuir valor ao seu esforço e mérito pela função de trabalhador formal e de provedor que ele exerce, como ela descreve nessa situação, em que tenta defender a separação dos pais:

Agora só porque ele paga as contas de água, luz, ele quer mandar. Ele fala que a casa é dele, agora as coisas dentro de casa é tudo da minha mãe, geladeira, as camas, só o guarda-roupa que meu pai comprou; até a televisão minha mãe comprou com o dinheiro dela.

Natali também não reconhece a sua autoridade de pai; em sua perspectiva ele só consegue ser temido pela violência que o acomete quando está bêbado. A separação dos pais para Natali parece significar o primeiro passo para a conquista de um futuro melhor ao lado da mãe e a filha.

Ela insiste em defender essa idéia de separação, instigando sua mãe a tomar uma atitude. Quando lhe perguntei o que a deixava triste hoje, ela se referiu a esse aspecto familiar:

Triste não é a separação, eu até fico muito alegre, faz 20 anos que a minha mãe atura esse homem e meu pai bebe, não é aquele homem que discute com você, ele quer tacar na cara da minha mãe, eu não aceito isso, então eu acho que ele é infeliz com minha mãe e eu quero que ela resolva essa coisa logo, né? Eu quero ajudar ela para ela ficar livre dele.

Quando realizei essa pergunta à Natali, estávamos no final da segunda entrevista e ela parecia coerente com o seu desejo de se livrar do seu pai e levar a mãe consigo, mas pareceu mais madura para abordar essa questão, realizando uma reflexão sobre as razões que a levaram a defender essa separação dos pais.

O desejo de Natali em conciliar estudo e trabalho está condicionado a essa decisão sobre a separação dos pais. Assim, quando lhe perguntei se ela conseguiria realizar esse projeto de trabalhar e estudar hoje, ela responde: “Se a minha mãe se separar do meu pai e tiver a pensão dele, e eu tiver a pensão do pai da minha filha, mais o dinheirinho que eu conseguir trabalhando, aí dá sim [...]”

Pode-se perceber que os seus planos de estudo e trabalho só podem acontecer após ela conquistar uma estabilidade financeira proveniente da pensão de seu pai e do pai de sua filha. O trabalho, nessa perspectiva apontada por Natali, parece ser mais um complemento para que ela possa “comprar as coisinhas” do que uma possibilidade de conquistar uma autonomia através dele.

Todos esses acontecimentos, a separação dos pais, a pensão de seu pai e do pai de Dayane, o estudo e o trabalho permanecem hoje fora de sua realidade e de seu controle, visto que não há um encaminhamento e nem um contexto propício à definição dessas situações, tornando seus planos uma “realidade utópica”.

Entretanto, mesmo assumindo uma função secundária ou complementar em relação ao trabalho, ela insistiu, durante toda a entrevista, na importância de estar inserida profissionalmente. A importância do trabalho para Natali parece ocupar um lugar de destaque, embora ela tenha manifestado poucas exigências em relação à função que poderia desempenhar, provavelmente, porque ela não acredita ser possível conquistar um trabalho mais valorizado socialmente em função dos déficits (social, familiar, educacional) que ela reconhece ter.

O casamento parece representar a porta de entrada para que outros planos, ainda bem incipientes, possam se estruturar. Por isso seu discurso sobre o desejo de estudar e trabalhar, pareceu-me refletir seus anseios, no sentido de que essas atividades ainda que realizadas com uma baixa expectativa, pois ela só quer concluir o ensino médio e ter um

trabalho para “comprar as coisinhas”, representam uma forma dela se sentir valorizada socialmente.

O não-trabalho, em sua perspectiva, diminui seu valor como pessoa, como ser chamada de “*vagabunda*” por seu pai pelo fato de não fazer nada (não trabalhar); da mesma forma, a conquista de um espaço produtivo fora de casa parece confirmar o seu desejo de ser reconhecida pela via do trabalho, entretanto, nem o tipo de atividade, nem o salário, são considerados por ela como um direito de escolha, mas ambos são considerados importantes para que ela se sinta produtiva e útil.

Entretanto ela não demonstra ter desenvolvido estratégias para realizar esses planos de estudo e trabalho. Quando lhe questiono, por exemplo, sobre o que ela poderia fazer para melhorar a sua vida, ela responde baseada em seu desejo e em seu sofrimento:

Eu quero ter uma casa longe do meu pai, porque começa a disparar meu coração, começa a doer. Eu quero sair de casa e morar junto com minha filha e minha mãe. Trabalhar, estudar e sair fora daquela casa porque eu não agüento mais.

Em seguida, quando lhe pergunto sobre seus planos para alcançar tais objetivos, ela diz: “O plano ainda eu não tenho, mas tô pensando em estudar de novo e conseguir um servicinho; um serviço, eu vou conseguir, de babá qualquer coisa. Eu também tô tentando, já fui atrás de escola e parei porque não tem condições de ir de ônibus”.

Natali se firma em suas concepções quando se pauta em seus desejos de realização, como voltar a estudar e conseguir um serviço, mas se mostra vulnerável quando deixa aparecer a sua falta de recursos, tanto pessoal quanto contextual, para estabelecer um caminho que ela possa trilhar e perseguir para alcançar os objetivos que almeja, assim, sem desenvolver seus planos suficientemente, ela permanece com a maior parte de seus desejos à deriva.

Sua atuação pessoal na busca de soluções para os seus problemas mostra-se incipiente e ela parece estar limitada e condicionada ao grau de dependência que ela própria mantém com sua família

Quando ela coloca o desejo e a probabilidade de conseguir um trabalho, ela não consegue demonstrar como esse caminho se daria ou o que precisaria fazer para percorrê-lo; da mesma forma, ela não consegue avaliar e adequar com objetividade as condições de aplicabilidade desse propósito à sua realidade atual.

Não se pode desconsiderar, contudo, que o grande envolvimento e a carga emocional que Natali destina a sua família, demonstrado especialmente em sua preocupação para preservar o que for possível do seu universo familiar, compromete a sua capacidade de colocar em prática seus sonhos e aspirações pessoais de estudo e trabalho.

3.3.4.3 Natali e a escola: realidade distante e idealizada

Natali não pode trabalhar especialmente porque precisa cuidar da filha e da casa, mas acredita que se estivesse estudando, fazendo os cursos de computador e de línguas, poderia estar em um emprego bom, que lhe permitiria administrar financeiramente essa organização doméstica, como, por exemplo, poder pagar alguém para cuidar de Dayane, como faz a sua irmã mais velha.

Quando Natali narra a trajetória profissional dessa sua irmã a descreve como uma pessoa mais séria, que sabe atender e falar direito com as pessoas e que, portanto, tem perspectivas de trabalho diferentes e maiores que as dela, e contou que sua irmã já trabalhou num supermercado:

Ela já trabalhou, mas não conseguiu porque tem que ficar de pé, ela quer ficar sentada, tá gorda, mas eu que já sou magra eu agüento porque eu sou

acostumada; quando eu trabalhava na casa dos outros eu ficava só de pé. Agora eu aceito qualquer trabalho, se for pra ganhar 100, 150 eu aceito.

Ao aceitar qualquer trabalho, Natali estabelece uma percepção de realidade onde ela não se sente dotada de requisitos profissionais para se empregar com facilidade, já a sua irmã trabalha como vendedora e pode escolher melhor o tipo de trabalho que deseja desempenhar porque dispõe de mais recursos pessoais, como saber falar direito e se relacionar melhor com o público, portanto seu universo profissional é mais amplo que o de Natali.

Embora ambas tenham abandonado os estudos na sexta série, Natali se considera com mais déficits educacionais que sua irmã, por isso ela acha que precisa voltar à escola e fazer cursos para aprender coisas fundamentais, como ela descreve: “Tem cursos, principalmente computação; tem a escola que ensina a falar certo e também curso para ser um pouco mais fechada”.

Após questioná-la, ela esclareceu o que seria esse curso para aprender a ser mais fechada: “Fechada assim, aquela pessoa pergunta pra você e você fala só a resposta, assim, - Você gostou? -, dá um pouquinho de risada, pega a caneta, anota e manda ela ir pagar no lugar certo”.

Natali dá uma explicação bem concreta sobre o comportamento que uma vendedora deve ter, mas considera não saber desempenhar essa função que ela descreve tão bem. Ela precisa de ajuda para conquistar esse trabalho, como aprender falar e escrever direito e a fazer conta, mas acrescenta outra demanda importante para cumprir as exigências do mercado de trabalho que é saber se comportar direito, um outro tipo de educação não formal que ela identifica como igualmente necessária para o tipo de trabalho que aspira.

Ela entende que para conseguir trabalho precisa voltar a estudar e concluir o ensino médio:

Tem alguns padrões que aceitam mesmo sem estudo e tenta ver se dá certo, mas isso só acontece se ele gostar de você [...], senão vai querer saber por que você parou de estudar, quando errar alguma coisa [...] vai falar que essa menina não estudou.

A conclusão do ensino médio parece representar, segundo essa sua fala, uma exigência de mercado, tanto para conseguir um trabalho como para avaliar o nível de precariedade vivido pelos jovens; talvez esse seja o receio ou a vergonha de Natali em ter que dizer que não está estudando ou que parou de estudar para o seu padrão, porque o não-estudo comporta um autojuízo negativo que possui um impacto social também negativo.

Sua irmã, mesmo tendo abandonado os estudos na mesma série que Natali, parece-se colocar em uma posição diferente nessa família, pois ela não se envolve tanto com os problemas e conflitos familiares, como descreveu Natali durante as entrevistas, conseguindo, assim, uma autonomia maior para deliberar sobre os seus aspectos particulares e “cuidar da vida dela”.

A razão que levou Natali a abandonar os estudos coincide com aquela que fez com que sua irmã também parasse de estudar, ambas, após a gravidez, dedicaram-se a cuidar de suas filhas, porém a filha de Natali tem uma saúde frágil, o que amplia significativamente suas dificuldades para conseguir se ausentar de casa para trabalhar e estudar. A maternidade como “justificativa” para o abandono escolar não seria um argumento ou justificativa plausível, se não refletisse, ainda, a dificuldade de conciliar tais responsabilidades (como mãe) com um ambiente escolar completamente distanciado de suas realidades.

Para ela trabalhar, sua mãe precisaria parar o seu trabalho e ficar cuidando da neta. Esse revezamento acontecia quando Natali estava matriculada na Casa do Pequeno Cidadão, há um ano e meio atrás, onde a conheci e realizei a primeira entrevista, no entanto, agora Natali afirma que é a mãe quem está trabalhando fora.

Natali também precisou abandonar o curso de iniciação profissional na Casa do Pequeno Cidadão onde recebia uma bolsa auxílio para assumir seu lugar de mãe, mas também porque a instituição exige que os alunos estejam estudando e Natali era constantemente levada a justificar a sua impossibilidade de retomar os estudos.

Ela lamenta esse fato, pois o dinheiro que recebia ajudava nas despesas, embora precisasse, como muitos de seus colegas, caminhar mais de uma hora para chegar à instituição para não precisar gastar parte do dinheiro com transporte. Mas era uma renda importante e valorizada por ela e por todos os integrantes desse projeto.

Ela relata, ainda, em tom de revolta, as pressões sofridas todo mês pela assistente social, responsável pelo fornecimento do leite, e da ajuda que ela e sua família recebem do governo por viverem em situação de pobreza; a ameaça de suspender esses benefícios recai novamente sobre a necessidade de Natali voltar a freqüentar a escola.

O modelo assistencial brasileiro direcionado a jovens pobres segue esse princípio de condicionar os estudos à ajuda que o governo se dispõe a realizar para jovens de baixa renda, entretanto, uma grande parcela deles se depara com dificuldades para cumprir essa exigência, especialmente aqueles que, como Natali, fazem parte de uma estrutura familiar comprometida social e internamente.

Assim, a intenção de estimular a educação formal através da exigência de escolarização para que o jovem possa ser beneficiado pelos programas assistenciais, passa a compor, em muitos casos, mais um campo de batalha que os jovens pobres mais vulneráveis precisam enfrentar para ter acesso a esses benefícios.

No caso da família de Natali, pode-se observar tanto o comprometimento estrutural de sua família, percebido na precariedade das relações e dos vínculos familiares, quanto a necessidade emergencial de geração de renda.

Seu pai cobra que ela trabalhe e ela própria deseja e percebe a necessidade de empregar-se para ter a sua própria renda, como fazem também sua mãe e sua irmã. Entretanto, Natali insiste em argumentar sobre a importância da escola para conseguir trabalho; o valor da escola, contudo, não parece se referir a sua importância como instituição de ensino, mas sim à sua representação como instrumento para a conquista de trabalho.

Essa perspectiva de Natali ilustra como a necessidade de estudo configura-se em uma exigência de mercado. Ainda que se considere a precariedade do sistema de ensino público brasileiro, que, na maioria dos casos, não consegue estabelecer um nível de instrução satisfatório ou adequado para essa clientela, pode-se perceber que a exigência de escolaridade consiste num dos principais critérios a serem considerados na hora de se conseguir trabalho.

3.3.4.4 Natali: desejo de trabalho vs. degradação interiorizada

No seu dia-a-dia, Natali concilia os cuidados com sua filha doente e os afazeres domésticos, enquanto seus pais e sua irmã mais velha saem para trabalhar, deixam sob seus cuidados o funcionamento da casa; seu pai é funcionário da prefeitura da cidade, sua mãe é faxineira e sua irmã trabalha vendendo produtos de beleza.

Mas, Natali aspira trabalhar fora de casa e destaca a importância dessa conquista em sua vida: “meu sonho é assim: eu trabalhando, minha filha bem, casada com certeza! Ter minha própria casa e eu querendo ajudar minha mãe, sem minha mãe eu não fico alegre muito não”.

O valor que ela atribui ao trabalho é grande e vem acompanhado pelo sonho de casamento; a realização desse sonho pode-lhe ajudar a conquistar a autonomia que deseja, como sair da casa dos pais, e também lhe assegurar proteção, formando um conjunto de situações favoráveis que ela acredita serem importantes.

Quando perguntei a Natali o que ela acha sobre trabalho, ela disse:

Trabalho pra mim é pra ajudar a pessoa; agora que eu vou morar junto eu vou precisar ajudar meu marido, meu noivo, sei lá. Eu trabalhando tá tudo bem, eu quero trabalhar, ajudar quem estiver comigo e mesmo estando sozinha.

O significado do trabalho para Natali parece não ultrapassar os limites de suprir suas necessidades básicas, comprar suas “coisinhas”, o leite, a fralda, as roupinhas de sua filha e “ajudar” quem estiver a seu lado, mas ela não chega a compor planos de alargar seu horizonte pessoal e realizar conquistas de autonomia mais amplas pela via do trabalho.

Provavelmente por essa razão, ela também não faça planos de carreira, depois de muita conversa ela contou que seu sonho maior é o trabalho na fábrica, que suplantou um desejo anterior, manifestado na primeira entrevista, de trabalhar no supermercado. Natali falou sobre seus planos de futuro da seguinte forma:

A minha vida eu queria que fosse estudar, arrumar um empreguinho, qualquer coisa e arrumar minha vida, ou casar assim, ficar muito bem com meu marido cuidando da minha filha ou minha mãe ficar com ela, seria muito bom [...].

A aspiração pelo trabalho vem acompanhada da necessidade de retomar os estudos e da idéia de que o casamento também poderia cumprir essa função de transformar a sua realidade em algo próximo do que ela deseja. Assim, o trabalho, o estudo e o casamento se fundem e se misturam em seus planos e desejos futuros.

Natali é bonita, magra, pele branca, cabelos castanhos, rosto com traços bem desenhados, um tipo bem atraente, talvez isso explique o fato de não lhe faltar pretendentes para casar, tanto o namorado de um ano atrás quanto o atual não escondem essa intenção, mas ela é discreta e não demonstra muito romantismo amoroso.

Hoje a possibilidade do casamento faz parte de sua realidade, o atual namorado está disposto a se casar aceitando a condição de levar na bagagem alguns membros de sua família de origem e sua filha, conforme o desejo de Natali. Ela chega a simular a forma como isso se daria: “Eu vou falar assim: minha casa é grande e eu vou pegar minha mãe e se ela estiver com minha irmãzinha eu aceito, mas se meu irmão quiser ir morar junto eu vou dizer que ele vai ter que trabalhar”.

Durante as entrevistas e nas conversas que tive com Natali pude perceber que o casamento para ela é um sonho de realização que está mais relacionado ao seu desejo de constituir família, de ter a sua própria casa, um companheiro, entretanto, ela não alimenta expectativas românticas nem espera solucionar todos os seus problemas através dele, nesse aspecto sua abordagem parece refletir um certo descrédito em relação à família, e mais especificamente em relação ao casamento.

Quando falou sobre o namorado, enquanto eu a levava de carro para sua casa, ela destacou suas qualidades de trabalhador, ele é tratorista, dirige trator em uma fazenda e também é oriundo de uma família bem humilde. Natali falou que ele ganha pouco, mas considera que podem construir uma vida de casados, onde os dois trabalhem, mas antes quer conseguir uma casa para morarem.

Quando perguntei sobre os seus sentimentos pelo namorado, Natali foi pragmática, dizendo que não era a paixão da vida dela, mas disse também que nunca brigaram, parecem-se em tudo e que ri o tempo todo quando está com ele, então ela acredita que o casamento dos dois pode dar certo, além disso, a família dele a trata como filha e ela se dá muito bem com a futura sogra com quem costuma passar todos os finais de semana.

O casamento hoje é a realidade mais concreta que ela dispõe e pode realizar. Ela aborda esse assunto com a tranquilidade de quem já tem assegurado essa conquista e pode

deliberar sobre esse aspecto da sua vida, escolher a melhor forma, estabelecer metas, condições, e até pensar em outros planos, como o trabalho.

O seu desejo de ter um trabalho permaneceu durante as entrevistas como uma prioridade. Quando ela imagina seu trabalho na fábrica, por exemplo, ela se vê realizando um trabalho pontual, com hora certa pra partir e chegar, num ambiente onde ela não fique em evidência: “você entra, o seu patrão vai mandar você fazer o seu serviço [...] ninguém quer saber se você é bonita ou feia [...] e não vão fazer muitas perguntas também”.

Em seu relato, ela expõe as vantagens que teria no trabalho em uma fábrica, como não precisar ter contato com o público, assim ela não teria que se deparar com situações que ela reconhece não saber desempenhar muito bem, como falar direito, saber fazer conta, déficits que ela atribui ao seu estudo incompleto, interrompido na sexta série.

A escolha da fábrica como trabalho ideal parece refletir o seu desejo de desempenhar suas funções sem ser notada, uniformizada, e bem longe do patrão, do qual ela tem muito receio de levar bronca, como demonstrado nesse seu relato: “O patrão vai querer me matar se eu não fizer direito [...], não vou dar esse mole”.

Talvez esse seu medo em ser repreendida por um patrão seja ampliado por remeter a lembranças e atos violentos de seu pai.

Mas, no contato pessoal com Natali, tem-se a impressão de que ela é a antítese da violência que denuncia e convive, fala manso, no diminutivo e com um ar risonho demonstrando afetividade e disposição para construir planos de futuro.

Atualmente, Natali realiza os trabalhos domésticos na casa de seus pais e cuida da filha, mas não se sente valorizada nem realizada nessa posição, ela apenas parece reconhecer o lugar que necessita ocupar hoje e se apropria das funções que precisa desempenhar em suas tarefas sem escolhas.

Enquanto ela precisa adiar seus projetos de desenvolvimento pessoal, ela sonha com um futuro melhor e vai ajeitando o que está ao seu alcance, ela demonstra estar atenta, tanto às oportunidades quanto aos seus limites, se pudesse escolher seria desenhista, mas se alguém diz: “eu tenho um empreguinho pra você então eu vou”.

Natali diz que sofre com as acusações que recebe por não poder fazer aquilo que gostaria, trabalhar, e lamenta essas restrições:

Não tá muito bom assim porque eu não tô trabalhando, isso é o mais chato porque aí eu não tenho nada pra dar pra minha filha [...], ela quer um brinquedo, uma roupa, um sapato, ou ela tá precisando de leite e eu não posso comprar [...].

Quanto aos planos profissionais de Natali, suas esperanças poderiam ser consideradas pequenas se avaliadas com um nível de ambição focada nos valores de desempenho atuais, entretanto, o fato dela não estudar nem exercer um trabalho formal ou mesmo informal, mas fora de casa, lhe causa frustração.

Quando lhe perguntei sobre qual o trabalho que ela gostaria de realizar na primeira entrevista há um ano e meio, ela respondeu: “Ah, eu não quero tanto assim, se eu conseguir um em uma fábrica ou em um mercado, o que eu sempre quis é trabalhar num mercado, mas com limpeza, ou fazer aqueles negócios lá, colocar os preços das coisas [...]”.

A seqüência dessa resposta, entretanto, aponta para as inseguranças que Natali demonstra em relação a sua competência frente a esses trabalhos que ela aspira: “mas assim, no caixa eu não sei se eu consigo; vai que eu dou um dinheiro a mais, outro a menos, a mulher vai querer me bater, me espancar, então é melhor eu trabalhar nesse negócio aí”.

O “negócio aí” a que ela se refere, foi confirmado posteriormente, é fazer o trabalho de faxina. Além de suas inseguranças em relação ao que ela poderia desempenhar no trabalho, existe a ameaça de ser repreendida duramente caso faça algo errado; isso ela tenta evitar,

talvez para se proteger do constrangimento e do medo de ter que passar por uma situação humilhante ou agressiva.

Na segunda entrevista, eu repeti a pergunta sobre o que ela gostaria de realizar como trabalho, e desta vez ela me devolveu a pergunta que eu fiz: “Estudar, ir pra frente, fazer faculdade, essas coisas que você tá querendo dizer? Fazer cursos de línguas, você tá querendo dizer isso?”.

Esse seu movimento de reformular a minha pergunta pode ter sido a sua forma de descrever a distância que separa aquilo que ela quer e/ou o que os outros esperam dela, daquilo que ela não pode realizar hoje.

E continuou respondendo, ainda que eu não me manifestasse, que para ela seria muito difícil fazer isso agora, porque ocupar seu dia com a escola e com cursos não dá porque ela precisa cuidar da sua filha. Ela parece reconhecer que para “ir pra frente” precisaria estar estudando, se aperfeiçoando, mas resigna-se ao identificar seus próprios limites.

Natali demonstra saber de suas faltas e não demonstrou constrangimento em se referir a elas, falou sobre isso refletindo em relação as suas angústias e inseguranças frente ao trabalho:

[...] se for uma coisa fácil tudo bem, mas e se for uma coisa difícil? A patroa fala - Natali você fez errado, você está despedida!.
Com certeza ela vai falar isso. Eu não vou dar chance pra isso não, fazer isso pela segunda, terceira vez, eu não quero não, é melhor eu trabalhar de doméstica ou em fábrica.

Natali admite não saber falar direito e conclui que seria difícil conseguir um trabalho em uma loja, também diz não dominar muito bem a matemática e que, portanto, não estaria apta para ser caixa no supermercado e demonstra repetidamente seu “medo de levar bronca” do patrão.

Ela pretende trabalhar pra “ajudar nas coisinhas”, mas parece não estar disposta a desempenhar funções que possam expor os déficits que ela reconhece em si própria:

Minha vida tá assim: tô vindo aqui no curso, mas não faço nada, (curso de iniciação profissional onde foi realizada a pesquisa de grupo), em casa eu faço, mas não tô estudando, tô parada e os outros perguntam: Ah, você não vai estudar? Eu falo que vou, não sei o que falo, falo outra coisa.

O curso a que ela se refere na primeira entrevista, não significava muita coisa do ponto de vista da utilidade e aplicabilidade do que ele se propunha a desenvolver; de fato, pude perceber a inconsistência da proposta desse projeto no que se refere à preparação dos jovens para o mercado de trabalho.

Em seus relatos ela evidencia, a necessidade de se aperfeiçoar através dos estudos e de cursos, referindo-se aos cursos de computador e de línguas, que possam lhe servir de instrumento para conseguir sustentar-se em atividades profissionais mais elaboradas, incluindo o seu desejo de trabalho no supermercado e na fábrica. Ela se mostrou, ainda, envergonhada ao precisar assumir o fato de não estar estudando.

Para ambos os postos de trabalho que ela gostaria de ocupar, ela acredita que antes precisará estar mais preparada, porém, ela se vê impedida de se dedicar ao seu próprio aprimoramento hoje, precisando adiar essa preparação em função do seu contexto familiar e pessoal atual.

Natali precisa então administrar o paradoxo entre visualizar e desejar percorrer esse caminho de desenvolvimento pessoal através dos estudos até a conquista de um trabalho e ter que enfrentar a frustração de não poder realizá-lo hoje.

A importância do trabalho para Natali pode representar também tentar resgatar uma dignidade ferida pela falta de reconhecimento social e familiar em relação às funções que executa, como ilustra esse seu relato:

Meu pai já colocou na minha cara: - você não trabalha, você é vagabunda e come a porcaria da minha comida -, não sei o que, então eu já fico revoltada com isso. Eu respondi: - só tá dando leite mucilon e fralda, só isso -, mas eu é quem tinha que dar essas coisas pra minha filha não ele.

No entanto, ela parece compreender as razões que a impedem de desempenhar essas funções ditas normais ou essenciais, como estudar, trabalhar e ter dinheiro para o seu sustento e de sua filha; como se ela se sentisse presa ou entrelaçada às adversidades de seu universo familiar, e não se sentisse autorizada ou preparada para se soltar.

Ela precisa cuidar da filha que não é “normal”, monitorar, vigiar cotidianamente os aspectos destrutivos de sua família, ir ajeitando as coisas; esse parece ser o seu papel fundamental hoje, talvez por isso ela se debata para administrar, inclusive, sua própria frustração de não poder estar incluída numa escola e de ter que adiar seu sonho de trabalho.

As adversidades de seu contexto familiar parecem “pesar” demasiadamente sobre ela, além disso, ela demonstrou ter incorporado o estigma de sua própria insuficiência; ao se referir às suas “faltas” ela parece tentar comunicar o quanto precisa acumular, preparar-se para equilibrar as suas competências e estar em condições de conquistar um trabalho.

O seu tom de “queixa”, que perpassou ambas as entrevistas, parece referir-se a sua tentativa de expor a sua “degradação interiorizada” como subproduto da violência e das adversidades familiares com as quais ela convive. Esses frágeis e comprometidos suportes familiares parecem insuficientes para a conquista de uma maior autonomia, havendo a necessidade, assim, de que outros suportes, como o casamento, possam se concretizar e ajudá-la a romper as barreiras sociais e familiares que fazem parte de seu universo pessoal para que, a partir de então, ela possa conduzir uma trajetória individual com vistas ao “sucesso” produtivo no mundo do trabalho.

CONCLUSÃO

A pobreza que perpassa a vida dos jovens pesquisados corrobora para alimentar sentimentos de pouca utilidade, eles se referem a si próprios como sendo menos e que, portanto, valem menos. Para compensar a menos valia e seu decorrente sentimento de inutilidade, eles se mostram dispostos a ceder na conquista de postos preferenciais de trabalho.

Contudo, eles demonstraram que a conotação negativa que a pobreza exerce em suas vidas pode encontrar, no trabalho, uma forma de se restabelecer. O pobre ao assumir uma função de trabalho, ainda que desvalorizada socialmente, pode firmar-se como uma pessoa honesta que se torna enriquecida pelos valores positivos que o trabalho comporta¹⁰.

Esses múltiplos significados do trabalho para o jovem pobre tendem a aumentar o seu valor, não em relação ao trabalho em si, mas, sobretudo, em relação à sua importância para lhe garantir uma identidade digna e positiva; por essa razão, ele é sempre desejado, ainda que no plano real ele consista em uma conquista difícil.

A afirmação clara apresentada pelos jovens em relação ao desejo de ter um trabalho é confrontada com a indefinição sobre as formas de conquistá-lo. Assim, ao serem estimulados a refletir tanto nos Grupos de Discussão quanto nas Entrevistas Biográficas, sobre as possibilidade e dificuldades para realizarem seus desejos de trabalho, os jovens manifestaram diferentes sentimentos e abordagens:

A fantasia refere-se a um “sonho improvável” em relação ao trabalho, manifestada quando os jovens se sentiram mais a vontade para falar sobre seus desejos sem o compromisso formal de refletir sobre a aplicabilidade desses anseios em suas vidas.

¹⁰ Os estudos de Sarti (2007) demonstram que o trabalho é dignificante para o pobre tanto em atividades autônomas (trabalho informal) como em trabalhos desqualificados, como “serviço pesado”, que pode agregar outras virtudes como “coragem, força e disposição”.

A resignação esteve presente e foi manifestada pelos jovens como “medo de sonhar” e surgia sempre que eles se aproximavam do reconhecimento de suas impotências e da disparidade entre aquilo que desejam e o que podem conquistar em relação ao trabalho.

A desesperança foi percebida como “desistência de sonhar” e costumava a se manifestar através de um sentimento de fadiga frente ao descaso social e às lutas fracassadas pela conquista de um espaço válido de inserção.

Já a violência surgiu como um sentimento de rompimento pelo “sonho não realizado” e foi manifestada como uma possibilidade que eles se esforçam para evitar. Entretanto, eles reconheceram que diante de suas restritas margens de manobra e de suas trajetórias adversas para ocupar um posto de trabalho, ela acaba sendo uma “opção”, tendo em vista o fato de que para eles, jovens pobres, essas portas estão sempre próximas e abertas.

A maior parte dos jovens, entretanto, oscilou entre o comportamento resignado e fantasioso em relação ao trabalho. Suas falas costumam, em um primeiro momento, seguir a tendência de defender a importância do trabalho para suas vidas, seguido de justificativas, lançadas de forma aleatória sobre as dificuldades encontradas por eles nesse universo. O sentimento de resignação, contudo, foi predominante. Quando os jovens entravam em contato com suas realidades adversas, através das discussões grupais e das narrativas na entrevista biográfica, eles mostraram-se impotentes para intervir de modo a transformar o cenário do não-trabalho.

Os jovens pesquisados manifestaram a consciência de suas “faltas” frente à possibilidade de inserção profissional, especialmente quando eles se comparavam aos “jovens ricos” e constatavam as suas insuficiências para disputar uma vaga de “iniciante” no concorrido mercado de trabalho para os jovens de um modo geral.

A situação de pobreza e a desigualdade social repercutem diretamente na iniquidade de oportunidades dos jovens aqui retratados, sendo assim, o risco de se tornarem

“inempregáveis” em função de suas baixas qualificações parece já ter se concretizado, pelo menos para uma parcela significativa deles.

Vendo esses jovens no contexto brasileiro é possível imaginar um sujeito com medo de desejar porque não aprendeu a ter grandes esperanças no campo do trabalho. Eles realizaram pouca exigência, porque com mais ou menos defesas sabem que se encontram no final da fila dos escolhidos para o emprego, especialmente os com carteira assinada, como a maioria deles aspira.

O emprego com salário e proteção social não se constitui em uma realidade freqüente; o que se pode verificar, contudo, é a existência de um mercado residual, onde a maioria dos jovens pesquisados realiza seus “bicos” temporários, desempenhando funções esporádicas que vão surgindo, normalmente no espaço onde habitam, mas que não são consideradas por eles como trabalho pela ausência de vínculos empregatícios e pela descontinuidade dessas funções.

O trabalho foi considerado pelos jovens pesquisados tanto como um meio de subsistência quanto uma via de reconhecimento social e de auto-estima, entretanto, eles não conseguem identificar o espaço disponível para que eles possam exercê-lo. A consequência mais objetiva da falta do trabalho e do trabalho precário para o jovem pobre é a dificuldade que eles encontram para desenvolver estratégias de ação em médio e longo prazo; isso, de certa forma, tende a fixá-los no tempo presente, na ação imediata de ir ajeitando as coisas na medida em que elas vão acontecendo, sem pensar muito no futuro.

As reflexões sobre o futuro e sobre as possíveis formas de superar suas realidades adversas são consumidas pela emergência de suas necessidades cotidianas; além do mais, a ausência de suportes de ancoragem (familiar, escolar, social) dificulta a construção de projetos e a identificação de trajetórias possíveis para a conquista do trabalho ou para o aprimoramento de suas condições. Desta forma, o plano de seguir uma carreira configurou-se

em uma possibilidade distante, que não chegou sequer a ser considerada pela maioria dos jovens pesquisados.

O significado que os jovens manifestaram em relação ao trabalho na pesquisa de campo dessa tese mostrou uma dupla e contraditória mensagem: seu valor é ao mesmo tempo grande como expectativa e distante como realidade. O trabalho é colocado ao nível mais alto de suas prioridades, porém a dificuldade em conquistá-lo parece superar todas as vias de possibilidade que eles dispõem no plano real. Diante desse impasse, o trabalho se torna uma realidade utópica.

Na pesquisa de campo com os Grupos de Discussão, os jovens destacaram quatro temas principais quando discutiram sobre as situações que dificultam a conquista do trabalho e apontaram algumas possibilidades que poderiam ajudar a tornar essa realidade menos utópica, os quatro temas destacados por eles são: Discriminação Social, Violência, Escola e Degradação Interiorizada.

Sobre a temática da Discriminação Social, os jovens manifestaram consciência sobre a necessidade e a dificuldade de se conquistar trabalho. Essa contradição estabelecida socialmente é incorporada por eles em seus relatos quando evidenciam seus déficits em relação aos “outros jovens” pertencentes a classes sociais mais privilegiadas.

Esses déficits incluem tanto a educação formal de baixa qualidade, quanto os aspectos visíveis e negativistas do meio social em que vivem. Os jovens argumentaram que a desvantagem social é um fator determinante na hora de se conseguir um emprego, pois a previsibilidade daqueles que ganharão a concorrida disputa pelo mercado de trabalho está reservada aos mais qualificados.

Assim, eles são duplamente penalizados, por serem pobres, acreditam que também são menos capazes para trabalhar e narraram alguns de seus sentimentos diante dessa constatação: revolta, “Como não tem trabalho o jovem se revolta, todo mundo humilha quem

é pobre”; vergonha, “Pelo preconceito não respeitam, quem vai querer dar trabalho para um pobre?”; e protesto, “A gente não quer comida nem agasalho, a gente quer trabalho”.

Os jovens mostraram-se confusos e pressionados quando se depararam, nas discussões de grupo, com suas próprias insuficiências e com a contradição entre a necessidade e as reais possibilidades que dispõem nessa trajetória rumo à conquista de um emprego. Em alguns momentos, eles se sentiram culpados por não conseguir trabalho e trouxeram para si a responsabilidade por esse fracasso; em outros momentos, justificaram os efeitos negativos que o preconceito social exerce nesse percurso de buscar a inserção.

A fragilidade de uma condição social desfavorável vai, repetida e continuamente, afetando a forma como eles próprios se vêem; suas identidades se fragilizam na mesma intensidade e proporção que suas tentativas de superar as barreiras do desemprego fracassam. Assim, apropriados ou dominados pelo sentimento de menos valia, passam a se defender assumindo a necessidade de submissão total aos veredictos sociais.

Por essa razão, eles realizam pouca ou nenhuma exigência em relação à função que podem desempenhar, como se tentassem suprir os seus déficits de tal modo, para que lhes sobre, ao menos, um mercado residual onde eles possam dar vazão aos seus anseios de participar do processo produtivo no mundo do trabalho. Entretanto, isso não diminui, nem exclui seus desejos de conseguir ocupar postos de trabalho mais valorizados.

Para defenderem seus desejos de conseguir trabalho, eles mostram-se dispostos a desconsiderar, ou ficar com medo de considerar, seus próprios desejos, por isso aceitam, pelo menos, em termos das suas intenções, assumir funções que podem gerar vergonha ou constrangimentos àqueles que tem a chance de escolher ou esperar, preparando-se mais para conquistar um melhor trabalho.

O trabalho pensado por esses jovens durante os Grupos de Discussão diz respeito àquele que, a princípio, estaria em consonância com suas realidades, referem-se aos

empregadores como “o dono da loja”, “o gerente”, “o patrão”; porém, mesmo ajustando suas expectativas de trabalho, aproximando-as de suas realidades, como o supermercado, a loja de construção, o comércio de um modo geral, ainda assim é difícil conquistá-lo.

Nas reflexões que os jovens realizaram em torno da temática da discriminação social, pôde-se observar que suas tentativas de inserção seguem a tendência de “se nivelar por baixo”, e de assumir a humilhação como forma de se combater o grande medo do não-trabalho. Assim, despossuídos de seus desejos, colocam-se como oferta barata, para realizar funções residuais e com disposição para se modelar sem direito a reclamação.

A temática da Violência foi “naturalmente” abordada pelos jovens, a espontaneidade com que eles discorreram sobre suas experiências próximas a ela reflete seus contextos cotidianos e adverte para suas preocupações em não querer ou não precisar adotá-la como meio de vida. Entretanto, reconhecem que é “mais fácil convencer os jovens pobres a fazer essas coisas” (atividades ilícitas), apontando, ainda, o formato mais freqüente de realizá-las segundo o gênero: “os meninos vão para o tráfico e as meninas para a prostituição”.

Eles consideraram que a violência “seria uma opção”, embora seus argumentos tenham defendido com maior incidência a idéia de que “se o jovem tivesse um bom emprego, ele não precisaria entrar nesse mundo”, e destacaram os principais motivos que levam os jovens a adotarem o crime organizado como “opção” para ganhar dinheiro:

- O desespero: “A fome deixa a pessoa desesperada, é por isso que a pobreza gera violência”; “A pobreza facilita a violência porque a pessoa fica desesperada, sem trabalho e vai para o tráfico conseguir algum”; “Tem gente que manda currículo, um monte, e não consegue arrumar emprego, vai ficando desesperado e vai logo roubando”.

- A revolta: “porque ele vai atrás de um emprego e não arruma, aí eu acho que ele pensa que a vida dele não tem mais nada, não tem valor e aí já começa a entrar nas drogas, a produzir violência e fazer outras coisas”. Esse sentimento é apontado por eles como uma

perda gradativa de estima por si próprio, nesse sentido, suas argumentações se aproximam da descrita por Hughes (1996) sobre o valor de o trabalho estar atrelado ao valor da pessoa.

O trabalho é apresentado pelos jovens como antídoto contra a violência, contudo, o não-trabalho é uma realidade que compõe seus cotidianos, razão de conflitos com os quais eles convivem de forma contínua e solitária. As “ciladas da violência” parecem rondar suas vidas, assim, eles mostraram que é muito fácil para o jovem pobre entrar para o crime: “ele começa pensando em ajudar ele e a família dele, mas ele não consegue porque ele está estragando a vida dele”.

Os jovens argumentaram, ainda, que “não é só o pobre que entra no mundo das drogas, tem muito boyzinho aí que entra, entra porque quer, estraga a vida porque quer, porque ele pode ter muita felicidade pela frente”. Aqui a questão da escolha parece tomar um formato mais legítimo, uma vez que existiria a possibilidade de outros caminhos para os “boyzinhos”, mas que não existe para esses jovens.

Ainda que eles idealizem a condição vivida pelos jovens de classe privilegiada, como se esses não tivessem problemas, ou fossem detentores de todas as chances que eles não têm, suas reflexões ressaltam a consciência dos riscos indesejáveis da prática criminosa, cuja luta que travam em relação a isso é, primordialmente, a de resistir em não dar o primeiro passo pela impossibilidade de se voltar atrás.

A rigidez de suas falas em relação a essa premissa pode diferenciá-los em relação aos outros jovens de classe social mais privilegiada, pois, como não possuem o suporte de apoio social, familiar, educacional para se desenvolverem de forma satisfatória, o mesmo ocorre, possivelmente com mais intensidade, quando se envolvem de alguma forma com o crime.

Nessa situação, também estarão sozinhos para se defender, porém mais vulneráveis a permanecerem reféns, por serem “frágeis presas fáceis”, de uma organização criminosa que busca na juventude, os agentes potenciais para o desenvolvimento de suas atividades.

A Escola foi considerada pelos jovens como a principal via de acesso para se conseguir trabalho. Embora todos os integrantes dos grupos freqüentem a escola, ressaltam que o “nível da escolaridade é baixo”, comprometendo a conquista do emprego “porque o mercado de trabalho está muito cobrando alta superioridade escolar”.

A importância que os jovens atribuem à escola é relativa; ela representa um tipo de inserção e de inscrição social que funciona como um suporte de apoio e proteção, especialmente, contra os ataques que sofrem por não conseguirem a inserção profissional.

Assim, enquanto permanecem na escola, eles se colocam em uma posição que, além de ser aceita e valorizada socialmente, ajuda-os a suportar melhor o fato de não estarem trabalhando, tendo como justificativa plausível o esforço pessoal de estarem se preparando para um futuro melhor. Entretanto, eles reconhecem a defasagem dos conteúdos pedagógicos e a insuficiência desse recurso como um instrumento que possa garantir-lhes um futuro melhor e a desejada inserção profissional.

A queixa dos jovens reflete essa problemática: “o ensino não é tão bom como deveria ser” e “os patrões querem gente mais preparadas [...], os ricos são mais preparados e têm mais estudo”. Nesse sentido, o fato dos jovens tratados nesse trabalho estar estudando não representa, na prática, um diferencial na conquista do emprego futuro, seus diplomas não são valorizados e mesmo cumprindo a etapa fundamental e média de ensino, sabe-se que seus conhecimentos são deficitários e insuficientes, não atingindo a “alta superioridade escolar” exigida pelo concorrido mercado de trabalho.

A escola mantém a sua importância preparatória para esses jovens, mas o conteúdo dos conhecimentos por ela transmitidos já não podem ser exclusivamente considerados na conquista de um futuro melhor, eles acreditam que a dedicação para conquistarem um diploma é um esforço que todos têm que realizar. Mesmo àqueles que criticaram de forma

mais aguda o tipo de ensino que recebem na escola não assumem deliberadamente uma posição de romper com essa possibilidade.

No entanto, eles demonstram apatia em relação ao ambiente escolar; o que chamou a atenção foi a falta de estímulo ao abordar a instituição escolar e não houveram relatos que envolvessem a formação de vínculos importantes, nem com o espaço, nem com os professores, que segundo eles, são “despreparados” e “desinteressados”. Contudo, estar na escola e concluir os estudos de nível médio configuram-se em uma exigência do mercado de trabalho, além de comportar outros significados, como preservar a dignidade, conquistar um diferencial em relação à geração de seus pais, que na maioria dos casos não estudaram, e que representa uma etapa importante a ser cumprida. Entretanto, a importância da escola como instituição preparatória para a entrada no universo do trabalho vem acompanhada da preocupação desses jovens em suprir seus déficits educacionais, através de “cursos”. Segundo seus relatos, esses cursos, incluindo o de língua estrangeira e computação, seriam realizados com objetivos diferentes daqueles desenvolvidos na escola, pois o foco seria instrumentalizá-los para a conquista do trabalho.

Quando os jovens se referem aos “cursos”, eles dizem respeito a uma suplementação dos conhecimentos que não podem adquirir nas escolas em que estudam e que estaria a cargo de outras instituições educativas não-formais. A escola representa para eles um modelo fixo, com atividades específicas, mas que não contemplam todas as suas necessidades; suas reivindicações em relação à escola limitaram-se à melhoria da qualidade do ensino que ela já oferece de forma insatisfatória, e que impossibilita vencer a concorrência com os “mais preparados”.

Assim, a proposta de se oferecer “mais cursos gratuitos para o jovem” tem um objetivo mais focado no universo do trabalho, essa reivindicação traduz as expectativas desses jovens, tanto pelo seu caráter suplementar de ensino e aprendizagem, quanto pela sua função

de cumprir um objetivo prático, e não menos importante para eles, relativo à emergência de se conquistar um diferencial que facilite o acesso ao trabalho.

Eles defendem a junção entre ensino formal e curso profissionalizante gratuito, esse último representa a possibilidade de conquistar a inserção profissional em funções técnicas especializadas de nível médio. O cumprimento da etapa formal de ensino de nível médio, por si só, não fornece subsídios para que eles conquistem um espaço de inserção, porém se configura em uma exigência de mercado, sem a qual o jovem dificilmente consegue trabalho.

No caso desses jovens e segundo seus depoimentos, pode-se imaginar que suas proposições comportariam, no plano das políticas públicas, a integração entre políticas preventivas (melhorar a qualidade do ensino público) e políticas reparadoras (através de cursos técnicos profissionalizantes de nível médio).

A Degradação Interiorizada representou, no contexto da pesquisa com os Grupos de Discussão, a incorporação de sentimentos como insegurança, medo, vergonha e humilhação. Esses sentimentos são marcados por uma qualificação negativa, que é o reflexo da consciência que eles têm de suas insuficientes utilidades e forças sociais e que estiveram presentes nos relatos dos jovens em todos os temas abordados nesse trabalho, quando se referiam a eles próprios e às situações concretas vividas por eles em seus cotidianos.

A expressão desses sentimentos foi sutil e implícita, eles, de certa forma, evitaram um aprofundamento dos sentimentos dolorosos, e quando algum membro do grupo expunha situações integrando aspectos emocionais que explicitava a densidade e a fragilidade de suas relações, o grupo rapidamente se incumbia de dissimular.

Os jovens compuseram um RAP durante um dos encontros grupais onde foi possível identificar conteúdos subjetivos, e aspectos dolorosos da degradação interiorizada lucidamente descrita por eles com o artifício atenuador da canção.

Talvez atenuar a dor tenha sido a principal razão que motivou a criação desse RAP, o qual lhes permitiu falar em seus próprios nomes. É muito difícil para esses jovens criar uma oportunidade dessas, uma vez que suas “faltas” sociais dificultam sobremaneira a formação de uma identidade própria que sustente a expressão e a manutenção de seus desejos rumo a conquista de seus anseios.

A letra do RAP destacou alguns temas: a comunidade é um referencial valorizado por esses jovens; a busca pelo fortalecimento de seus locais de moradia são expectativas e propostas apresentadas por eles e que reforçam a hipótese da possibilidade que eles encontraram de buscar na identificação com o local o fortalecimento da identidade pessoal.

O local onde moram é discriminado pela precariedade de suas condições e pela falta de recursos básicos, e isso faz com que o estigma de se morar em um lugar “ruim” repercute de forma negativa sobre eles, entretanto, o desrespeito e o preconceito vêm, essencialmente, dos que estão fora desses locais, porque quem está dentro vive o problema de forma parecida, por isso a formação de galeras e grupos comunitários representa uma proteção e propicia uma identificação natural que pode atenuar o sofrimento pelo consolo e pelo fortalecimento de laços de solidariedade locais.

Enquanto estão dentro do espaço comunitário, eles conseguem atribuir-se valores positivos que não se sustentam fora daquele espaço, entretanto, é justamente, fora do espaço comunitário que se concentram as oportunidades de se conseguir trabalho. Por essa razão, alguns autores, como Castel (2002), não acreditam que concentrar esforços unicamente nos locais e populações vulneráveis seja possível combater efetivamente os problemas que esses locais e sujeitos enfrentam, justamente por reforçar a desintegração desses indivíduos quando estão fora do sistema de proteção criado especialmente para atender a demanda desse público.

A desesperança também está presente no RAP composto pelo grupo, bem como suas tentativas de melhorarem ou não piorarem. Assim, a expressão que eles criaram dizendo

“pobre é o diabo”, parece relacionar-se ao fato de que a pobreza pode ser compensada por uma vida digna através do trabalho; desta forma, se conseguissem conquistá-lo, eles não seriam pobres; pobres seriam então, aqueles que cederam “à tentação” (violência).

A revolta também está presente nessa melodia e surge, no contexto da música, quando se sucumbe à “tentação”, e a violência se instala à revelia de suas intenções, como um sentimento de derrota por não se ter conseguido vencer, ultrapassando esse caminho, considerado por eles perigoso e infrutífero, mas com grande poder de atração em razão de ser uma via de acesso facilitada e bem próxima deles, que é a violência.

Na pesquisa de campo realizada através das Entrevistas Biográficas, a experiência individual em torno da temática do trabalho foi perpassada pelos aspectos singulares de suas realidades e modos de vida próprios. Embora os 4 jovens tenham sido selecionados seguindo os critérios de classe, e de gênero (dois homens e duas mulheres), o nível de vulnerabilidade social de cada entrevistado foi diversificado e repercutiu na forma como eles lidam com as dificuldades no universo do trabalho.

Em linhas gerais, o significado do trabalho para os jovens nas Entrevistas Biográficas não apresentou diferenças significativas em relação à pesquisa de campo nos Grupos de Discussão, especialmente no tocante à escassez e à precariedade de suas condições. As narrativas dos jovens entrevistados destacaram pontos comuns de observação, de onde partem suas análises sobre o significado do trabalho em suas vidas, assim, a história pessoal de cada um deles e suas representações em relação a essa temática estiveram fortemente marcadas pelos referenciais da Família e da Escola.

A Família representa o principal referencial no contexto de vida dos jovens pesquisados. Os valores e os laços afetivos desenvolvidos dentro do cotidiano familiar exercem uma forte influência sobre seus comportamentos e atitudes nas outras esferas da vida social desses jovens. O que acontece com cada membro da família afeta os demais, esse

sentimento, entretanto, não significa exatamente uma invasão de espaços, mas, sobretudo, um envolvimento e uma preocupação recíproca de todos por cada um.

A maior parte dos jovens entrevistados demonstrou uma disposição e um compromisso de retribuir à família os benefícios dela recebidos. Os planos de conquista e ascensão dos jovens incluem o desejo de poder contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus pais e irmãos.

A solidariedade familiar, portanto, mostrou-se forte; a consciência sobre direitos e deveres é naturalmente incorporada pelos filhos porque as regras de convivência familiar incluem responsabilidades recíprocas. No caso das famílias, cuja convivência familiar apresentou indefinições dos papéis dos pais, ou maior conflito entre eles, isso repercutiu de forma direta na dificuldade de discriminação sobre o papel do jovem no campo pessoal e social.

Na constituição familiar dos jovens pesquisados, todos os responsáveis, pai, mãe e padrasto, trabalham em funções autônomas (cabeleireira, empregada doméstica, esteticista, pedreiro, borracheiro, açougueiro), e nenhum deles possui instrução de nível superior.

O trabalho dos filhos configurou-se em uma atividade valorizada, especialmente nas famílias mais vulneráveis socialmente, para essas o trabalho constitui-se em uma obrigação que agrega valores positivos e dignificantes, a ausência deste alimenta sentimentos de desvalorização pessoal. Nas famílias menos vulneráveis socialmente (duas delas ficaram no limite entre a classe pobre e a média baixa), existe uma preocupação maior em preservar a entrada precoce dos filhos no mercado do trabalho. Isso ocorreu por razões distintas entre os entrevistados; em um dos casos para proporcionar ao filho um status diferenciado em relação aos pais, evitando que ele assumisse funções pouco valorizadas; em outro caso, a intenção foi a de proporcionar ao filho melhores condições de se preparar para a ascensão profissional pela via dos estudos.

A Escola representou um espaço valorizado pelos jovens entrevistados, especialmente, em função de dois aspectos: primeiramente, porque ela representa uma exigência de mercado para o exercício de qualquer trabalho formal (desejo predominante entre os jovens pesquisados); além disso, a Escola representa um espaço referencial de trocas relacionais, de aquisição de valores extrafamiliares, e de conhecimentos formais, que poderiam auxiliar na conquista de espaços de inserção profissionais.

Contudo, a escola não foi valorizada em seu aspecto formal de ensino-aprendizagem; os conteúdos pedagógicos oferecidos pelas escolas públicas foram considerados, pelos jovens entrevistados, insuficientes e inadequados. O que se aprende na escola está distante da realidade vivida por eles, e não se configura, por si só, em um instrumento capaz de acompanhar as exigências impostas pelo mercado de trabalho.

Essa inadequação refere-se ainda, ao fato de que a maioria dos professores não demonstra disposição para interagir com as realidades dos alunos. A importância da figura do professor foi recorrente nas narrativas dos entrevistados por representarem um referencial significativo para os jovens. Eles esperam estabelecer uma maior proximidade com os professores para que trocas possam acontecer de modo a orientar e facilitar a busca de soluções e caminhos possíveis para vencerem os obstáculos de suas realidades adversas.

O professor representa um modelo de identificação que os jovens gostariam de contar mais para ajudá-los a construir trajetórias futuras, manter as esperanças de ascensão profissional pela via escolar, e a intervir, como interlocutor, na integração dos valores concebidos na família, àqueles estabelecidos socialmente.

Os entrevistados narram experiências positivas com alguns professores que resultaram tanto em um maior interesse pela disciplina, quanto em um melhor envolvimento com o ambiente escolar, considerado pela maioria deles, inóspito e desinteressante sob o aspecto formal de ensino. Até mesmo o entrevistado que se destacou nos estudos e concentra

seu objetivo de ascensão pessoal pela via escolar considerou que, na escola, o fator mais importante é a relação que se pode estabelecer com os professores.

Tanto nas Entrevistas Biográficas quando nos Grupos de Discussão, as expectativas e proposições dos jovens convergiram em relação ao trabalho, especialmente em relação ao papel da escola. Ao mesmo tempo em que demonstraram apatia e descontentamento com o seu modelo de funcionamento, eles consideraram que seria importante melhorar a qualidade do ensino para que eles, jovens pobres, possam ter as mesmas oportunidades para disputar uma vaga de trabalho.

Essa expectativa, entretanto, foi apresentada de forma desacreditada, no sentido da falta de confiança nessa possibilidade que se mostra há muito tempo no mesmo formato ineficaz. Os jovens concentraram suas expectativa em um modelo novo que pudesse surgir para atender às suas demandas emergenciais e suprir parte dos déficits que acumulam de forma continuada. Esse “novo modelo” deveria oferecer “cursos” para que os jovens se sentissem mais preparados para serem considerados na disputa de um trabalho. Eles falaram da importância dos cursos de informática e língua estrangeira, sem os quais, hoje, eles não conseguem o mínimo necessário para a inserção.

Os jovens dessa pesquisa precisam trabalhar, os “bicos” que realizam são descontínuos e desfocados do ponto de vista de trilhar um caminho que os conduza ao universo do trabalho. O desejo de que sejam oferecidos cursos de profissionalização reflete as necessidades desses jovens, mas eles não podem pagar por esses cursos, por isso sempre que se colocavam em relação a essa idéia enfatizavam a necessidade de gratuidade.

A formação técnica profissional pode oferecer a esses jovens um diferencial efetivo para atender às suas demandas de inserção que se encontram estagnadas, corroendo suas esperanças de participação no processo produtivo e alimentando o medo de ficarem indefinidamente invisíveis dentro desse processo.

O trabalho como realidade utópica reflete essa realidade traduzida no sentimento de inutilidade que os jovens pesquisados apresentaram. Assim, considerando a necessidade trazida por eles, tanto nos Grupos de Discussão quanto nas Entrevistas Biográficas, a possibilidade de integrar o ensino público de qualidade a cursos profissionalizantes, faz brotar uma esperança de inserção para esses jovens, que expressaram desejo e necessidade de trabalho, mas que se encontram em uma posição social, onde o que eles têm para oferecer não tem valor no mercado da inserção.

Essa proposta, em termos de política públicas de inserção, é geradora de polêmica, principalmente porque nessa idade, os jovens “deveriam” estar estudando e não trabalhando; outro ponto controverso refere-se ao fato de que, se a educação formal oferecesse um ensino de qualidade, ou seja, se o Estado cumprisse a sua função de assegurar os serviços básicos, como a educação, de modo a preparar os jovens de forma equitativa, não seriam necessárias ações de suplementação e de reparação social, como é o caso dos cursos profissionalizantes. Os cursos técnicos profissionalizantes representam, sob um determinado prisma, uma dicotomia entre as funções que jovens de classes sociais distintas irão desempenhar e isso, de certa forma, fere os preceitos constitucionais de igualdade de direitos.

Entretanto, aliar educação formal à formação técnica aponta para uma necessidade destacada pelos jovens dessa pesquisa e que pode ilustrar a realidade brasileira, que frente à fragilidade das instituições públicas de ensino e ao alto índice de evasão escolar nesse período, reforça a hipótese de que não basta almejar recuperar a defasagem escolar do ensino público em médio prazo desconsiderando a emergência de suas necessidades.

Assim, a expectativa desses jovens é tornar a realidade do trabalho e da inserção menos utópica, através da criação de novas formas de intervenção estatal que possam lhes oferecer, ao menos, algum recurso diferencial que lhes possibilite margens de manobra para o desenvolvimento pessoal, e que os liberte da permanência vigente na improdutividade,

sofrendo, indefinidamente, os efeitos perversos gerados pelo sentimento de inutilidade ou subutilidade esporádicos, nos quais eles não podem conceber perspectivas e projetos futuros.

Finalmente, os jovens pesquisados demonstraram desejo de serem ouvidos, pelo patrão, pelo professor. Essa solicitação demonstra a dificuldade encontrada por eles para se colocarem como sujeitos e conseguirem alguma visibilidade. Suas necessidades de serem ouvidos, de falarem em seus próprios nomes e poderem contribuir com seus pontos de vista para expor suas necessidades configuraram-se tanto nos Grupos de Discussão quanto nas Entrevistas Biográficas, em uma manifestação da carência de espaços onde eles possam se expressar, compartilhar suas dificuldades, e contar com suportes de apoios, também compartilhados, que possam auxiliá-los a ressignificar suas trajetórias adversas.

REFERÊNCIAS

ACCARDO, A. Sina escolar. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 595-599.

ADIMA. **Anuário das indústrias e produtos alimentícios de Marília e região**. São Paulo: Fonte e Comunicações e Editora Ltda, 2006.

ADORNO, S. Ética e violência, adolescentes, crime e violência. In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virginia; SPOSITO, Maria Pontes (Org.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 97-134, 2002.

ALEXANDER, J. C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998.

ANTUNES, R. Os Caminhos da liofilização organizacional: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil. **Idéias**, Campinas, Ano 9 (2) – 10 (1), 2003.

_____. O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 78, p. 107-120, 2004.

ATHAYDE, M. Psicologia e trabalho: que relações? In: JACÓ-VILELA, Ana M.; MACEBO, Deise (Org.). **Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 195-219.

BENDASSOLLI, P. F. Público, privado e o indivíduo no novo capitalismo: tempo social. **Revista Social da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 2, n. 12, 2000.

BESSERMAN, S. Que fazer para gerar emprego no Brasil? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.

BOURDIEU, P. A demissão do Estado. In: _____ (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 215-224.

_____. Ah! Os belos dias'. In: _____ (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 487-504.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: _____ (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 481-486.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 5-38, 1998.

CARRETEIRO, T. C. Violência e sociedade: discussão sobre violências sociais. Rio de Janeiro, 2002. (Artigo preliminar para publicação)

_____. Acontecimentos: categoria biográfica individual, familiar, social e histórica. In: FERES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Arranjos e demandas contemporâneas**. São Paulo: PUC-Rio, 2003.

_____. Sofrimentos sociais em debate. **Psicologia**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 57-72, 2003.

CARRION, R. M. Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor. **Revista Social da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 2, n. 12, 2000.

CASSAB, M. A. T. **Jovens pobres e o futuro**: a construção da subjetividade na instabilidade e na incerteza. 1998. Tese (Doutorado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. (Org.). **Saúde Loucura 4**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 21-48.

_____. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2003.

CASTRO, L. R. Crianças, jovens e cidades: vicissitudes da convivência, destinos da cidadania. In: _____ (Org.). **Subjetividade e cidadania**, Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 2001.

CASTRO, M. G et al. **Cultivando vida; desarmando violências**: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens pobres em situação de pobreza. Brasília: UNESCO, 2001.

CASTRO, M. G. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, Regina Novaes ; VANNUCHI,

Paulo (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 275-303.

DOLTO, F. A escola digestiva. In: _____. **A dificuldade de viver: psicanálise e prevenção das neuroses**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1988. p. 253-264.

DRAIBE, S. M. Uma nova institucionalidade das políticas sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais. **Revista Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 3-16, 1997.

DURAND, J. P. A Refundação do trabalho no fluxo tencionado. **Revista Social da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 15, n. 1, 2003.

EISENSTADT, S. N. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ENRIQUEZ, E. **Da horda ao Estado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

_____. Os desafios éticos nas organizações modernas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.37, n.2, 1997.

FIGUEIREDO, V. G. G. **Jovens Pobres e as vicissitudes da esperança**. 2003. Grau: Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

FORACCHI, M. M. **A Juventude na Sociedade Moderna**. São Paulo: EDUSP, 1972.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 180-216.

GAULEJAC, V. **La société malade de la gestion**. Paris: Du Seuil, 2005.

GAZIER, B. Au fondement d'une réforme du marché du travail: les marchés transitionnels du travail' et la gestion contemporaine de la rareté. **L'Année Sociologique**, Paris, v. 53, n. 2004.

GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 39-52, 1998.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GROPPO, L. A. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro, DIFEL, 2000.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As Artimanhas da exclusão, análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 141-156.

GUIMARÃES, E. **Escola, galeras e narcotráfico**. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 1998.

GUIMARÃES, N. A. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 149-174.

HESPANHA, A. M. Categorias: uma reflexão sobre a prática de categorizar. **Análise Social**, Lisboa, v. 38. n. 168, 2003.

HUGHES, E. Le drame social du travail. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v. 115, 1996.

KAUFMANN, J. N. Turbulências no mundo do trabalho: quais perspectivas? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 78, p. 30-51, 2004.

KERSTENETZKY, C. L. Desigualdade e pobreza: Lições de Sem. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 113-121, 2000.

LIMA, J. C. **As artimanhas da flexibilização**: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Imagem, 2002.

MACÊDO, M. A. Trabalho informal e política de inserção: uma relação em debate. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v. 6, n. 1, p. 97-112, 2002.

MANCEBO, D. Indivíduo e psicologia: gênese e desenvolvimento atuais. In: JACÓ-VILELA, Ana M.; MANCEBO, Deise (Org.). **Psicologia social**: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 33-46.

MARKERT, W. Trabalho e consciência: mudanças na sociedade do trabalho e a reconstrução da teoria de classe. **Tempo Social**: revista social da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 2, n. 14, 2002.

MARSDEN, D. Sistemas de emprego, estratégias de gestão e instituições do trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n.2, p. 225-255, 2004.

MARTINS, H. T. S. O processo de reestruturação produtiva e o jovem trabalhador: conhecimento e participação. **Tempo Social**: revista social da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 2, n. 13, 2001.

_____. A juventude no contexto da reestruturação produtiva. In: ABRAMO, Helena Wendel (Org.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, J. S. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 10, 1998.

_____. Que fazer para gerar emprego no Brasil? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.

MATHEUS C. M. **Ideais na adolescência**: falta (de) perspectivas na virada do século. São Paulo: FAPESP, 2002.

MAUGER, G. Les politiques d'insertion: une contribution paradoxale à la déstabilisation du marché du travail. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, 2001a.

_____. Précarisation et nouvelles formes d'encadrement des classes populaires. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, 2001.

NOVAES, R. Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política. In: ABRAMO, Helena Wendel (Org.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2002.

PAIS, J. M. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

PAIVA, R. A. Constituição do eu: os imperativos da interpretação e a perda de sentido. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 10, 1998.

PIALOUX, M.; BEAUD, S. Decadências: permanentes e temporários. In: BOURDIEU, P. (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, Petrópolis, 1997. p. 309-320.

POCHMANN, M. Que fazer para gerar emprego no Brasil? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.

_____. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 217-241.

QUIROGA, C. O (não-) trabalho: identidade juvenil construída pelo avesso? 2001. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

RIECHE, E. C. Reflexões sobre a anomia no Brasil contemporâneo. In: JACÓ-VILELA, Ana M.; MANCEBO, Deise (Org.). **Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 47-89.

SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 9, p. 26-37, 1994.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização, do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2007.

SAWAIA, B. Identidade: uma ideologia separatista? In: _____ (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 119-127.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e valor. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 8, 1996.

SEGNINI, L.R.P. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **Revista Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 72-81, 2001.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SPOSITO, M. P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**, São Paulo, n. 5, 1994.

_____. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-127.

THEODORO, M. A era do eu S/A. **Revista Vencer**, São Paulo, ano 6, n. 63, 2005.

VULBEAU, A. La jeunesse comme ressource de recherché. In: VULBEAU, Alain (Org.). *La jeunesse comme ressource: expérimentations et expérience dans l'espace public*. **Érès**, Paris, n. 8, 2001.

ZALUAR, A. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 30-47, 1997.

ZARIFIAN P. O tempo do trabalho: o tempo-devir frente ao tempo espacializado. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 14, 2002.

ANEXO A - Aspectos Institucionais

A escolha da Casa do Pequeno Cidadão para desenvolver um trabalho de pesquisa-intervenção como parte integrante dessa tese de doutorado, deu-se pelo fato de que esta instituição atende jovens pobres, com idades entre 14 até 18 anos, promovendo o ensino de iniciação profissional nas áreas de marcenaria, eletricidade e construção civil, sendo esta uma iniciativa do governo municipal da cidade de Marília, interior de São Paulo, em parceria com o governo federal através do Programa Agente Jovem, que subsidia a bolsa auxílio dada aos jovens no valor de 80 reais mensais.

O local, a princípio, atendeu aos objetivos dessa pesquisa, pois contemplava tanto a categoria de jovens quanto à de classe social desfavorecida. A proposta apresentada à instituição consistiu na formação de grupos de discussão com os jovens para desenvolver uma investigação sobre suas representações em relação ao trabalho, focalizando o significado que eles atribuem ao trabalho, bem como a relação que estabelecem com a instituição, no sentido de facilitar o acesso e a conquista de um mercado de trabalho.

Dentre os aspectos institucionais considerados previamente mais relevantes, pode-se destacar o fato dessa instituição representar o “cartão de visitas” da cidade no que se refere ao trabalho social destinados a crianças e jovens; esse valor é atribuído especialmente pelo sucesso alcançado pela instituição em sua proposta inicial, que se restringia a prestar assistência social à criança, especialmente àquelas que se encontravam nas ruas, desassistidas.

De fato, não se encontra crianças vagando pelas ruas da cidade e como essa realidade faz parte do cenário das grandes e médias cidades brasileiras, essa iniciativa repercutiu de forma muito positiva para a população da cidade e progressivamente ganhou o reconhecimento de outras localidades, que freqüentemente enviam técnicos sociais a fim de observar o modelo bem sucedido alcançado pela Casa do Pequeno Cidadão, que dentre os

vários prêmios recebidos, incluiu-se o da UNICEF, reconhecendo e destacando a relevância do trabalho social realizado com as crianças e jovens da cidade.

Portanto, não surpreendeu o fato de existir, desde o primeiro momento, uma preocupação expressa verbalmente pela Secretária Municipal de Bem-Estar Social, responsável pela instituição, com a imagem da instituição. A resistência inicial em permitir que um trabalho de pesquisa fosse realizado no interior da instituição se resumia na ocorrência de problemas anteriores com pesquisadores de uma universidade local, cujos trabalhos e resultados das pesquisas prejudicaram a “imagem” da instituição, ou seja, segundo a Secretária, os pesquisadores anteriores realizaram críticas duras ao trabalho desenvolvido pela instituição, além de não se envolverem com as propostas existentes, permanecendo isolados e desarticulados do sistema institucional, segundo relato da Secretária.

A autorização para a realização dessa pesquisa na instituição deu-se, fundamentalmente, pelo fato de se tratar de uma pesquisa realizada por uma pesquisadora de uma universidade de outro estado, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. O acordo para o início dos trabalhos teve como condição básica o compromisso de que eu realizasse essa tarefa sem prejudicar o funcionamento habitual da instituição.

Assim, marcou-se a primeira reunião com a coordenadora e a psicóloga da unidade onde o trabalho se desenvolveu, quando apresentei a proposta da pesquisa–intervenção, cujo eixo central da investigação esteve centrado no significado do trabalho, o valor que o jovem atribui a ele e quais os mecanismos que eles dispõem para poder inserir-se nesse universo, levando em conta as dificuldades enfrentadas frente à posição social que ocupam.

Tanto a coordenadora da unidade quanto a psicóloga pareceram muito interessadas pela proposta e após ouvi-las tive a impressão de que tal receptividade comportava duas razões, posteriormente expressas por elas.

Primeiramente, porque a instituição enfrenta dificuldades para inserir esses jovens no mercado de trabalho e essa realidade tem causado problemas com os egressos que retornam à instituição mesmo após terem encerrado seu período de 1 ano de bolsa-auxílio e curso de iniciação profissional, buscando um tipo de ajuda, de apoio.

Um outro ponto destacado por elas, nessa ocasião, refere-se ao interesse da instituição em trabalhar aspectos do Programa Agente Jovem do Governo Federal de forma integrada aos outros trabalhos desenvolvidos pela instituição, que embora estejam formalmente integrados pela concessão da verba destinada ao pagamento da bolsa aos jovens, encontram-se desintegrados na prática institucional. Vale destacar ainda que o Programa Agente Jovem tem como prioridade preparar o jovem para o trabalho através de parcerias com a iniciativa privada, empresas locais, buscando facilitar o acesso do jovem ao mercado de trabalho.

Percebi nesse momento, que ambas vislumbraram em minha proposta uma parte do propósito contido no Programa Agente Jovem ao tratar as questões referentes ao trabalho e as possibilidades de inserção profissional através dos “Grupos de Discussão” junto aos jovens.

Pontuei que embora estivesse priorizando o significado que o trabalho tem na vida dos jovens, levando-os a refletir sobre as possibilidades e limitações que eles enfrentam para se inserir profissionalmente e buscar uma melhor compreensão sobre as suas reais possibilidades, seria prematuro, entretanto, pensar em propostas futuras envolvendo tanto os problemas com os egressos, como as de interagir sobre as formas de facilitar a inserção dos jovens junto às empresas da região.

No entanto, argumentei que o período de 2 meses e meio de trabalho com o grupo de jovens, de setembro a dezembro, poderia ajudar a instituição, no sentido de oferecer subsídios quanto às expectativas e dificuldades que os próprios jovens estariam fornecendo durante as dinâmicas, ou seja, seria um mapeamento, um diagnóstico de como esses jovens estariam

pensando e lidando com a questão do trabalho e do não-trabalho, o que de certa forma poderia ajudar a instituição a encontrar formas de melhor adequar suas propostas de facilitar e ampliar a inserção profissional dos jovens atendidos.

Após esses esclarecimentos, houve um bom acolhimento, com a disponibilidade para comprarem os materiais necessários para desenvolver as atividades, bem como a utilização da sala para os encontros, que ocorreu uma vez por semana em dois turnos, totalizando 2 grupos, com duração de 1 hora e 30 minutos cada.

A instituição se encarregou de selecionar os participantes de cada grupo, priorizando àqueles jovens “que mais precisavam”, segundo a psicóloga seriam aqueles com comportamentos e realidades mais adversas, eu apenas pedi para que houvesse em cada grupo uma equidade de gênero.

Os grupos ficaram numerosos, 18 jovens no turno da manhã e 23 no grupo da tarde, porém eu não me senti em condições de contestar esse fato, tendo em vista a valorização que a instituição parecia atribuir ao trabalho que se iniciaria, avaliei, entretanto, que o número ideal de grupo com 15 integrantes, poderia ser trabalhado num número superior para contemplar os interesses e demandas institucionais sem que houvesse prejuízo dos trabalhos.

Num primeiro momento, após esse encontro e antes do contato com os jovens tive uma preocupação quanto à falta de liberdade que eu poderia ter para desenvolver o trabalho dentro da instituição, no sentido de não poder me sentir presa aos acordos e convenções institucionais, pois se isso ocorresse todo o trabalho poderia se comprometer.

Os jovens manifestaram um certo receio sobre esse aspecto, especialmente nos primeiros encontros, entretanto, de uma forma geral, o trabalho de pesquisa-intervenção pôde ser realizado sem que as interferências institucionais fossem muito agudas, embora a instituição estivesse fortemente presente na realidade desses jovens.

ANEXO B - Calendário e Proposta dos Encontros

06/10/2005 – Apresentação para o grupo e do grupo. Apresentei a proposta de trabalho em linhas gerais, ou seja, discutir temas de interesse dos jovens, para que eles pudessem expressar suas idéias sobre os aspectos cotidianos de suas condições, juvenil e social. A proposta pareceu estranha para a maioria deles e optei por não me ater em explicações excessivas, pois esperava que esta compreensão pudesse ser adquirida aos poucos na prática dos nossos encontros. A apresentação de cada um foi sucinta, além do nome e idade, eles incluíram seus níveis de escolaridade, bem como o nome da escola que estudam e seus locais de moradia. Nesse primeiro momento, chamou a atenção à importância que os jovens demonstraram em relação ao grau de instrução, e aqueles cuja idade não era compatível com a série que cursavam, mostraram-se constrangidos, mas mesmo envergonhados diante do grupo justificavam o atraso escolar. Essa forma de apresentação se deu espontaneamente e ocupou a maior parte do tempo deste primeiro encontro.

13/10/2005 – Temas gerais de interesse dos jovens. Foi pedido ao grupo que realizasse uma listagem sobre os principais temas considerados por eles como importantes em seus cotidianos. A proposta foi apresentada para que eles refletissem sobre o universo juvenil em que vivem, seus gostos, suas preocupações, suas diversões e tudo aquilo que considerassem relevante para eles e seus pares jovens. Os temas centrais foram apontados pelos jovens seguindo uma ordem de importância selecionada por eles da seguinte forma: “trabalho (desemprego); violência (abuso sexual); preconceito (racial, social, físico); prostituição (gravidez na adolescência , DST-Aids); diversão (música)”.

20/10/2005 – Apresentação do filme “Boca do Lixo”. O objetivo primeiro desta proposta foi mostrar através do filme uma realidade crua de miséria a fim de abrir caminho para a discussão sobre a situação de pobreza, que no filme é mostrado envolvendo

sentimentos como vergonha, revolta, capacidade de superação, amor, perigo, dificuldade para sobreviver e observar como esses temas seriam tratados e significados pelos jovens.

27/10/2005 – Confeção de painéis sobre o filme. A confecção de cartazes para que os jovens se expressassem sobre o filme teve como objetivo observar como os grupos se manifestariam a respeito da situação de pobreza apresentada em seu enredo. Essa atividade visou ainda a promover uma reflexão acerca da relação que eles estabelecem com a condição social que ocupam, observando a forma como eles se representam socialmente e quais os significados que atribuem a essa condição. Ao destacar através do filme a condição de desvantagem social, buscou-se ainda uma aproximação sobre a identidade grupal desses sujeitos para poder, a partir de então, trabalhar os aspectos relativos as suas realidades. Os temas contidos nos painéis confeccionados pelos jovens foram: **Droga** – “A pobreza facilita a violência porque a pessoa fica desesperada e vai para o tráfico conseguir algum”; **Lixão** – “Se não tem lugar para trabalhar as pessoas precisam ir para o lixão porque não tem outra oportunidade”; **Moradia** - “Morar num lugar sujo, sem conforto, não dá dignidade, ninguém respeita”; **Violência** - “A fome deixa a pessoa desesperada, é por isso que a pobreza gera violência”; **Estudo** - “Ser responsável, fazer cursos ajuda a pessoa a arrumar trabalho”; **Governo** - “Podia ajudar fazendo mais projetos para o jovem conseguir emprego”; **Revolta** - “Como não tem trabalho, o jovem se revolta, todo mundo humilha quem é pobre”; **Vergonha** - “Pelo preconceito não respeitam, quem vai querer dar trabalho pra um pobre?; **Trabalho** - “A gente não quer comida nem agasalho, a gente quer trabalho”.

03/11/2005 – Jovem pobre e trabalho. Para a realização desta proposta temática, tanto o grupo da manhã quanto o da tarde foram divididos em três e quatro subgrupos, consecutivamente, e foi proposto aos jovens que eles próprios formulassem e selecionassem os principais “problemas” enfrentados por eles em relação à temática apresentada, propondo as “soluções” que eles considerassem mais adequadas. O principal objetivo dessa proposta foi

facilitar a reflexão dos jovens sobre as dificuldades de se conseguir um trabalho hoje, levando em consideração a realidade socioeconômica em que vivem, bem como os aspectos sociais, políticos e individuais que consideram importantes para se ter maior chance de se conseguir um emprego. Cada subgrupo realizou uma listagem com os “problemas” e “soluções” que consideraram relevantes; posteriormente os subgrupos apresentaram suas proposições para os demais e discutiram a seleção dos “problemas” e “soluções” que deveriam representar a opinião de todo o grupo sobre a temática proposta.

10/11/2005 – Preparação de uma entrevista discutindo a temática – jovem pobre e trabalho. O objetivo dessa proposta foi promover um espaço de discussão e reflexão onde os jovens pudessem, através de dramatização, desenvolver, discutir e se posicionar sobre os “problemas” e “soluções” por eles apontados no encontro anterior em torno da questão do trabalho. Além disso, procurou-se desenvolver o potencial participativo dos jovens exercitando suas capacidades individuais e coletivas para formular questões e propor soluções de forma interativa. Os grupos e as proposições foram divididos em dois subgrupos, a partir de então se iniciou a discussão sobre o formato que iriam adotar para a realização da entrevista biográfica. Nessa ocasião, tanto o grupo da manhã quanto o da tarde demonstraram interesse e a participação foi intensa, foi um momento onde eles puderam organizar-se de forma autônoma, considerando os diferentes pontos de vista que ao final puderam ser convergidos em um esboço sobre a dramatização que realizariam nos próximos encontros.

17/11/2005 – Ensaio da entrevista. O ensaio da dramatização de uma entrevista visou estimular os jovens a se organizarem em torno de uma tarefa grupal que comportasse a expressão de suas opiniões e ações distintas em torno de uma tarefa comum. Os grupos, naturalmente, se apropriaram desta proposta realizando-a de forma autônoma. A execução da proposta envolveu novas discussões visando à definição dos papéis que cada um desempenharia levando em consideração as similaridades e diferenças de cada sujeito na

realização de sua função nesta proposta. Embora os jovens já tivessem esboçado o formato da entrevista no encontro anterior, eles realizaram um outro tipo de interação grupal, que demandou um grande esforço, especialmente para realizar os ajustes necessários quanto ao desempenho de cada um, pois isso refletiria no trabalho comum de cada subgrupo. Aqui a solidariedade grupal se evidenciou e cada membro dos grupos empenhou-se em ajudar aqueles que demonstraram dificuldade para exercer suas funções na dramatização.

24/11/2005 – Gravação da entrevista. Nesse encontro, cada grupo se subdividiu em dois e realizou a gravação da entrevista com o auxílio de um gravador. Foram cinco perguntas e cinco respostas em torno da temática do emprego, previamente selecionadas por eles nos encontros anteriores. O modelo adotado pelos grupos e subgrupos foi a escolha de um entrevistador, que realizou as perguntas para que os demais membros participantes respondessem as questões.

01/12/2005 – Apresentação das entrevistas para os grupos. Os subgrupos de cada turno apresentaram a gravação das entrevistas e interagiram através de discussões sobre o conteúdo das gravações e a execução dessa atividade.

14/12/2005 – Confraternização com os jovens – Este encontro marcou o final das atividades com os grupos e proporcionou um momento de descontração e interação entre pesquisador e pesquisados.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)